

**Universidade de Coimbra**

**Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação**



## **DAS POSSIBILIDADES DE EDUCAÇÃO NA LOUSÃ**

**PENSAR A CIDADE EDUCADORA E A ORGANIZAÇÃO EM CENTROS  
CÍVICOS-EDUCATIVOS**

Dissertação de Mestrado em Gestão da Formação e Administração  
Educativa, apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da  
Educação da Universidade de Coimbra e realizada sobre a orientação do  
Professor Doutor António Gomes Ferreira

**Vítor Manuel Agostinho Ribeiro**

**Coimbra - 2013**



## Dedicatória

Bela

“Bela,  
como na pedra fresca  
da fonte, a água  
abre um vasto relâmpago de espuma,  
assim é o sorriso do teu rosto,  
bela.

Bela,  
de finas mãos e delicados pés  
como um cavalinho de prata,  
caminhando, flor do mundo,  
assim te vejo,  
bela.

Bela,  
com um ninho de cobre enrolado  
na cabeça, um ninho  
da cor do mel sombrio  
onde o meu coração arde e repousa,  
bela.

Bela,  
não te cabem os olhos na cara,  
não te cabem os olhos na terra.  
Há países, há rios  
nos teus olhos,  
a minha pátria está nos teus olhos,  
eu caminho por eles,  
eles dão luz ao mundo  
por onde quer que eu vá,  
bela

....”

Pablo Neruda



## Agradecimentos

Começo por agradecer à Margarida que me incentivou a fazer esta jornada, e á Família pelo apoio e paciência que teve comigo, durante os últimos anos que estive a fazer a Dissertação de Mestrado, em especial à Catarina, à Joana, à Patrícia, ao Pedro e aos meus Pais por compreenderem a minha ausência neste espaço de tempo.

Agradeço aos colegas de Mestrado, a partilha dos seus saberes e experiências, a ajuda e o bom relacionamento entre todos, que permitiu que muitos, entre os quais me encontro, não tivéssemos abandonado o mestrado no 1º ano. Entre eles, destaco o Fernando Pascoal, o Neves, o Jorge, o José Alberto, o João Santos, a Sílvia, o Luís, o Pascoal, a Leonor, a Eduarda e a Dora, pelas experiências pessoais e profissionais que partilhámos e pelo apoio e compreensão na execução dos trabalhos teóricos.

Agradeço também aos meus colegas de profissão, pelo incentivo, apoio e paciência que tiveram comigo, pelos conhecimentos que me transmitiram, pela forma disponível que sempre demonstraram, em especial, um grande abraço para o António, João, Luís, Mário, Miguel e um beijinho para Henriqueta, Margarida Vizeu e para a Fernanda.

Agradeço ao Professor Doutor António Rochette Cordeiro, pela disponibilidade que demonstrou e pelas ideias e dados que partilhou, que enriqueceram o resultado final deste estudo.

Agradeço por último ao meu Orientador, Professor Doutor António Gomes Ferreira, pela ajuda, compreensão, disponibilidade, apoio e motivação que sempre me concedeu, colaborando de forma decisiva para o enriquecimento do meu trabalho de investigação e também para que eu pudesse evoluir como profissional, como investigador e como pessoa.



## Índice

<b>RESUMO .....</b>	<b>19</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>21</b>
INTRODUÇÃO.....	23
<b>PRIMEIRA PARTE.....</b>	<b>27</b>
<b>1    GLOBALIZAÇÃO.....</b>	<b>29</b>
1.1    MODERNIDADE, PÓS-MODERNIDADE E GLOBALIZAÇÃO .....	29
1.2    DO GLOBAL AO LOCAL .....	31
1.3    PORTUGAL E A EDUCAÇÃO .....	37
<b>2    EDUCAÇÃO E CIDADANIA.....</b>	<b>43</b>
2.1    PROPÓSITO DE UMA CIDADE EDUCADORA.....	43
2.2    CIDADANIA E PODER LOCAL.....	47
2.3    PROJETO EDUCATIVO LOCAL.....	50
<b>3    FUNDAMENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE ESTUDO.....</b>	<b>53</b>
3.1    PARADIGMAS METODOLÓGICOS .....	55
3.2    OBJETO DE ESTUDO.....	58
3.3    ESTUDO DE CASO: EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE LOUSÃ.....	59
3.4    INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS E FORMAS DE TRATAMENTOS DE DADOS.....	61
3.5    ANÁLISE DE CONTEÚDO .....	66
<b>SEGUNDA PARTE.....</b>	<b>69</b>
<b>1    CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DA LOUSÃ.....</b>	<b>73</b>
1.1    BREVES PINCELADAS HISTÓRICAS .....	73
1.2    LOUSÃ UM CONCELHO DA REGIÃO CENTRO .....	74
1.3    PROTAGONISTAS LOCAIS.....	78
1.4    DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS .....	82
1.5    EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DA EDUCAÇÃO.....	84
1.6    PROJETOS EDUCATIVOS DA AUTARQUIA .....	90
1.7    AÇÃO SOCIAL.....	91
1.8    PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SAÚDE .....	93
1.9    CULTURA E LAZER .....	94
1.10    DESPORTO .....	96
1.11    PROGRAMAS DESPORTIVOS DA AUTARQUIA .....	98
1.12    O ASSOCIATIVISMO NO CONCELHO .....	99

<b>2</b>	<b>PERSPETIVAS SOBRE A ATUAL EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO .....</b>	<b>101</b>
2.1	APRECIÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO .....	101
2.2	PRINCIPAIS PROBLEMAS SENTIDOS.....	103
2.2.1	<i>Económicos/financeiros</i> .....	104
2.2.2	<i>Organização do território</i> .....	105
2.2.3	<i>Ofertas educativas</i> .....	107
2.3	SOLUÇÕES .....	109
2.4	ASPETOS DA EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL .....	110
2.4.1	<i>Positivos</i> .....	110
2.4.2	<i>Negativos</i> .....	112
2.5	CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO .....	113
2.5.1	<i>Positivo</i> .....	114
2.5.2	<i>Negativo</i> .....	115
2.6	PARCERIAS .....	116
2.6.1	<i>Existentes</i> .....	117
2.7	ESPAÇOS EDUCATIVOS .....	119
2.7.1	<i>Existentes</i> .....	119
2.7.2	<i>Desejáveis</i> .....	121
2.8	ORGANIZAÇÃO EM MEGA AGRUPAMENTO.....	122
2.8.1	<i>Visão dos atores</i> .....	123
2.8.2	<i>Organização</i> .....	125
<b>3</b>	<b>PERSPETIVAS SOBRE O FUTURO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO.....</b>	<b>127</b>
3.1	MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO .....	128
3.1.1	<i>Mobilização</i> .....	129
3.1.2	<i>Participação</i> .....	130
3.2	CENTROS CÍVICOS-EDUCATIVOS .....	132
3.2.1	<i>Potencialidades</i> .....	134
3.2.2	<i>Fragilidades</i> .....	135
3.2.3	<i>Liderança</i> .....	136
3.2.4	<i>Disponibilidade para a criação</i> .....	138
<b>4</b>	<b>(RE)ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DA EDUCAÇÃO EM CENTROS CÍVICO-EDUCATIVOS - UMA PROPOSTA PARA A LOUSÃ.....</b>	<b>141</b>
4.1	PRESSUPOSTOS ORIENTADORES .....	141
4.2	PROPOSTA DE (RE)ORGANIZAÇÃO DA LOUSÃ EM CENTROS CÍVICOS-EDUCATIVOS.....	145
4.2.1	<i>O Local</i> .....	145
4.2.2	<i>Utilizadores</i> .....	148



4.2.3	<i>Funcionamento</i> .....	160
4.2.4	<i>Governança</i> .....	164
4.2.5	<i>Mobilização/Participação</i> .....	167
4.3	DISCUSSÃO DA PROPOSTA .....	169
4.3.1	<i>Pontos fortes</i> .....	169
4.3.2	<i>Pontos fracos</i> .....	171
<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>		<b>173</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>		<b>185</b>
<b>ANEXOS 1 – GUIÃO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....</b>		<b>193</b>
<b>ANEXOS 2 – TEXTO INTEGRANTE DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS .....</b>		<b>197</b>
<b>ANEXOS 3 – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....</b>		<b>199</b>
<b>ANEXOS 4 – MATRIZ DE CATEGORIZAÇÃO DE DADOS .....</b>		<b>229</b>
<b>ANEXOS 5 – MATRIZ DE REDUÇÃO DE DADOS .....</b>		<b>230</b>



## Índice de Figuras

FIGURA 1 – PROCESSO INFERENCIAL DE ANÁLISE DO CONTEÚDO.....	67
FIGURA 2 – INAUGURAÇÃO DO CAMINHO-DE-FERRO .....	74
FIGURA 3 – ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO DO CONCELHO DA LOUSÃ.....	75
FIGURA 4 – LOUSÃ E OS CONCELHOS LIMÍTROFES.....	76
FIGURA 5- FREGUESIAS DO CONCELHO DA LOUSÃ .....	76
FIGURA 6 – TOTAIS DE POPULAÇÃO, FAMÍLIAS, ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS DO CONCELHO DA LOUSÃ EM 2001.....	80
FIGURA 7- TOTAIS DE POPULAÇÃO, FAMÍLIAS, ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS DO CONCELHO DA LOUSÃ EM 2011.....	81
FIGURA 8 – LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS EDUCATIVOS NO CONCELHO DA LOUSÃ.....	86
FIGURA 9 – LOCALIZAÇÃO DOS “CENTROS CÍVICOS-EDUCATIVOS” .....	146
FIGURA 10 – DENSIDADE POPULACIONAL POR MUNICÍPIOS.....	147
FIGURA 11 – MODELO DE ORGANIZAÇÃO DOS CCE DA LOUSÃ .....	166



## Índice de Quadros

QUADRO 1- ENTREVISTADOS.....	65
QUADRO 2 – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR MUNICÍPIO DO PINHAL INTERIOR NORTE, DE 1950 A 2001. ....	78
QUADRO 3 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR FREGUESIA (1960 A 2011) .....	79
QUADRO 4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS POR FREGUESIA (1960 A 2001) .....	79
QUADRO 5- EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO ENTRE 1950 E 2011.....	80
QUADRO 6 – POPULAÇÃO ATIVA COM PROFISSÃO.....	82
QUADRO 7 – TAXA DE ATIVIDADE E DESEMPREGO (1991 E 2001).....	83
QUADRO 8 – TOTAL DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES DO CONCELHO .....	85
QUADRO 9 – DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS PELAS FREGUESIAS .....	86
QUADRO 10 - TOTAL DE EQUIPAMENTOS DO CONCELHO .....	91
QUADRO 11 – EQUIPAMENTOS SOCIAIS POR FREGUESIA .....	94
QUADRO 12 – ASSOCIAÇÕES E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS POR FREGUESIA.....	97
QUADRO 13 – TIPOLOGIA DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS POR FREGUESIA .....	97
QUADRO 14 – APRECIACÃO GERAL DA EDUCAÇÃO NO CONCELHO .....	102
QUADRO 15 - PROBLEMAS.....	103
QUADRO 16 – ASPETOS POSITIVOS DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO .....	110
QUADRO 17 – ASPETOS NEGATIVOS DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO .....	112
QUADRO 18 – ASPETOS POSITIVOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO .....	114
QUADRO 19 – ASPETOS NEGATIVOS DO CONCELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO .....	115
QUADRO 20 – PARCERIAS EXISTENTES .....	117
QUADRO 21 – ESPAÇOS EDUCATIVOS EXISTENTES .....	120
QUADRO 22 – ESPAÇOS EDUCATIVOS DESEJÁVEIS .....	121
QUADRO 23- VISÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO EM MEGA AGRUPAMENTO .....	123
QUADRO 24 – ORGANIZAÇÃO E MEGA AGRUPAMENTO.....	125
QUADRO 25 – MOBILIZAÇÃO .....	129
QUADRO 26 – PARTICIPAÇÃO .....	131
QUADRO 27 – POTENCIALIDADES DOS CENTROS CÍVICOS-EDUCATIVOS .....	134
QUADRO 28 – FRAGILIDADES DOS CENTROS CÍVICOS-EDUCATIVOS.....	135
QUADRO 29 – LIDERANÇA DOS CENTROS CÍVICOS-EDUCATIVOS .....	137
QUADRO 30 – DISPONIBILIDADE PARA A CRIAÇÃO DE CENTROS CÍVICOS-EDUCATIVOS.....	138
QUADRO 31 – DISTÂNCIA E TEMPO MÉDIO DE DESLOCAÇÃO NO CCE1 .....	147
QUADRO 32 - DISTÂNCIA E TEMPO MÉDIO DE DESLOCAÇÃO NO CCE 2 .....	148
QUADRO 33 – DISTÂNCIA E TEMPO MÉDIO DE DESLOCAÇÃO DO CCE1 AO CCE2 .....	148
QUADRO 34 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1950 E 2011 E PROVÁVEL EVOLUÇÃO ENTRE 2011 E 2031 .....	149

QUADRO 35 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DA E POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 2011 E 2031 .....	151
QUADRO 36 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CCE1 ATÉ 2031.....	152
QUADRO 37 - PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CCE1 ATÉ 2031 .....	153
QUADRO 38 – DIFERENÇA DE POPULAÇÃO RESIDENTE CCE1 ENTRE 2011 E 2031 .....	153
QUADRO 39 – DIFERENÇA DE POPULAÇÃO RESIDENTE CCE2 ENTRE 2011 E 2031 .....	153
QUADRO 40 - NÚMERO DE CRIANÇAS INSCRITAS NOS JI NO CCE2 NOS ANOS LETIVOS 2012/2013 E 2013/2014 .....	154
QUADRO 41 - NÚMERO DE CRIANÇAS INSCRITAS NOS JI NO CCE2 NOS ANOS LETIVOS 2012/2013 E 2013/2014 .....	154
QUADRO 42 - EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR ENTRE 2009 E 2013.	155
QUADRO 43 – ALUNOS INSCRITOS NAS ESCOLAS DO 1º CICLO NOS CCE1 E CCE2.....	155
QUADRO 44 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS NO 1º CICLO ENTRE 2009 E 2013.....	155
QUADRO 45 – ALUNOS INSCRITOS NO 2ºCICLO ENTRE 2009 E 2013 .....	156
QUADRO 46 - ALUNOS INSCRITOS NO 3ºCICLO ENTRE 2009 E 2013.....	156
QUADRO 47 - ALUNOS INSCRITOS NO ENSINO SECUNDÁRIO E PROFISSIONAL ENTRE 2009 E 2013 .....	156
QUADRO 48 – TOTAL DE ALUNOS INSCRITOS NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO CONCELHO DA LOUSÃ EM 2013/2014 .....	156
QUADRO 49 – ALUNOS INSCRITOS NO PRÉ-ESCOLAR, BÁSICO E SECUNDÁRIO NO CONCELHO DA LOUSÃ ENTRE 2009 E 2013 .....	157
QUADRO 50 – NÚMERO DE NASCIMENTOS NO CONCELHO DA LOUSÃ ENTRE 1981 E 2012 .....	157
QUADRO 51 - PROVÁVEL EVOLUÇÃO DOS NADOS-VIVOS ENTRE 2011 E 2031 .....	158
QUADRO 52 – POPULAÇÃO RESIDENTE DOS 0-14 ANOS NO CONCELHO DA LOUSÃ EM 2011 E 2031....	158
QUADRO 53 - PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DOS RECURSOS ESCOLARES EM CCE1 .....	162
QUADRO 54 - PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DOS RECURSOS ESCOLARES EM CCE2 .....	163
QUADRO 55 – PONTOS FRACOS E FORTES.....	171

## Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO POR FREGUESIA EM 2001 E 2011 .....	81
GRÁFICO 2 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPO ETÁRIO NO MUNICÍPIO ENTRE 2001 E 2031 .....	82
GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1950 E 2011 E PROVÁVEL EVOLUÇÃO ENTRE 2011 E 2031 .....	149
GRÁFICO 4 - PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPO ETÁRIO ENTRE 2011 E 2031 .....	150
GRÁFICO 5 – NÚMERO DE DESEMPREGADOS NO CONCELHO DA LOUSÃ NOS CENSOS 2001 E 2011.....	151
GRÁFICO 6 – PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CCE1 ATÉ 2031 .....	152
GRÁFICO 7 - PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CCE2 ATÉ 2031 .....	152
GRÁFICO 8 - NÚMERO DE NASCIMENTOS NO CONCELHO DA LOUSÃ ENTRE 2009 E 2012 .....	157
GRÁFICO 9 – NASCIMENTOS PREVISTOS NO CONCELHO ATÉ 2031 .....	158





## Siglas e Acrónimos

**ACTIVAR** - Associação de Cooperação da Lousã

**AEC** – Atividades de Enriquecimento Curricular

**AICE** - Associação Internacional das Cidades Educadoras

**ANDI** - Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual

**ARCIL** - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã

**ATL** - Atividades de Tempos Livres

**AVEL** - Associação "Viva a Escola da Lousã"

**BTT** – Bicicletas de todo o terreno

**CAE** – Centro Área Educativa

**CCE** - Centros Cívico-Educativos

**CEB** - Ciclo do Ensino Básico

**CMEL** – Conselho Municipal de Educação da Lousã

**CML** – Câmara Municipal da Lousã

**C.N.E.** – Corpo Nacional de Escutas

**DREC** - Direção Regional de Educação do Centro

**EPL** - Escola Profissional da Lousã

**INE** – Instituto Nacional de Estatística

**IPSS** – Instituição Particular de Solidariedade Social

**NEE** – Necessidades Educativas Especiais

**NUT** – Unidade Territorial Estatística

**P.A.I.** - Programa de Apoio ao Idoso

**PALOP** - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

**PDIAS** - Programa de Desenvolvimento Integrado de Ação Social

**PDM** – Plano Diretor Municipal

**PEL** – Projeto Educativo Local

**R.S.I.** - Rendimento Social de Inserção

**RTPCE** - Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras

**RVCC** - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

**SAD** - Serviço de Apoio Domiciliário

**SADI** - Apoio Domiciliário é Integrado

**SMC** - Santa Casa da Misericórdia

## Resumo

Pretendemos com esta dissertação, refletir sobre a educação partindo dos conceitos de Cidade Educadora e Centros Cívico-Educativos (CCE), tendo o território como parte integrante da estratégia educativa e de desenvolvimento local.

Neste caso, observamos o Município da Lousã, Portugal, de forma a compreendermos como está organizado e desenharmos uma situação que permita avançar para uma oferta educativa que fortaleça iniciativas já implementadas e promova dinâmicas mais sólidas por via de uma reorganização do sistema educativo local. Nesta investigação, optamos por uma abordagem qualitativa, recorrendo a um ‘estudo de caso’ que teve como objeto de estudo o Município de Lousã. Utilizámos técnicas de análise documental, e as entrevistas semiestruturadas feitas a atores locais relacionados com a educação. Tivemos como referências de análise a compreensão geral da educação no município, perspetivas futuras para a educação, e os conceitos de Cidade Educadora e Centros Cívico-educativos. Como consequência deste estudo, apresentamos uma proposta de reorganização territorial da educação em Centros Cívico-Educativos para o município de Lousã. Com estes CCE queremos ajustar a oferta educativa de forma integral e integradora, formal, não-formal e informal, a toda a sociedade local de modo a intensificar a participação dos munícipes e a estimular a troca de saberes.

**Palavras-chaves:** Projeto Educativo Local, Aprendizagem ao Longo da Vida, Centros Cívico-educativos, Cidadania, Cidade Educadora e Desenvolvimento Sustentável.



## Abstract

This study aims to promote the need to rethink education from the concepts of Education City and Centers for Civic Education (CCE), in order to enhance an educational strategy as a primordial line in the development of a territory.

In this specific case we look at the city of Lousã, Portugal, in an attempt to elucidate a possible analysis and design of a situation that allows the progress to an educational provision that consolidate earlier initiatives and potentiates dynamics more consistent by the way of a reorganization of local system education.

To accomplish this research, we follow a qualitative approach, using a 'case study' which study object is the city of Lousã /Portugal.

In this investigation, we used techniques of document analysis, and semi-structured interviews made to local subjects.

The main analysis dimensions were the general perception of education in the city, future prospects for education, and the concepts of Education City and Civic-educations Centers (CEC).

As a result, we present a proposal for a territorial reorganization in the educational Civic Centers for the city of Lousã.

These CEC intend framing an integral and integrative educational provision, formal, nonformal and informal, to all community so that potentiate the participation of people and encourage the knowledge exchange.

**Key-words:** Local administration of education, learning throughout life, Civic-educations Centers, citizenship, education city and sustentability development.



## INTRODUÇÃO

Este documento, a dissertação de mestrado, é o culminar de várias etapas quer da investigação, quer do investigador. Deseja-se que o termo aqui expresso proporcione o despontar de novos começos, na medida em que a problemática aqui estudada é tão intrincada e vasta que logra, se for essa a vontade, incrementar o prosseguimento desta investigação utilizando o que até ao momento foi realizado inserindo-lhe novas perspetivas.

A particularidade do objeto de estudo foi erguida à medida que quer o meu trajeto quer o caminho da investigação se foi fazendo. Após reflexão, inclusive com o orientador, decidiu-se escolher o tema – **DAS POSSIBILIDADES DE EDUCAÇÃO NA LOUSÃ – PENSAR A CIDADE EDUCADORA E A ORGANIZAÇÃO EM CENTROS CÍVICO-EDUCATIVOS.**

Na verdade, o trajeto nem sempre é tão direto quanto podíamos pensar, pelo que o processo foi amadurecendo no decurso da investigação. Esta iniciou-se neste terreno, Vila da Lousã, devido ao conhecimento da realidade e à facilidade de acesso aos atores, ultrapassando um dos grandes problemas da investigação, a falta de tempo.

A escolha do tema foi fundamentada pela atualidade do tema, e ainda por este estar pouco explorado. A bibliografia específica sobre as Cidades Educadoras e sobre os centros cívicos não é assim tão profusa que se verifique um cansaço no campo académico ou científico.

A conceptualização e problematização são necessárias, visto que, especialmente, no contexto português onde a adesão à Rede Internacional das Cidades Educadoras, por parte das autarquias, tem vindo a aumentar, sem que se verifique uma investigação científica sólida e sistemática sobre este fenómeno e, muito menos sobre o contributo da organização em centros cívicos na Cidade Educadora, conceito ainda em fase pouco mais que exploratória.

Em termos pessoais, permitiu sair do estado de entorpecimento que a rotina provoca, permitindo reinventar-me nas várias dimensões; pessoal, profissional e académica, por ser um tema transversal que me permite fazer uma análise da “cidade” atual, bem como

perspetivar a “cidade” que se quer construir. Assim sendo, permite intersetar o real objetivo e subjetivo com o ideal.

Além disso, vem ao encontro de uma experiência e conhecimento empírico que fui adquirindo ao longo da minha vida, enquanto professor, treinador e dirigente de associações, bem como da monografia realizada na formação inicial - O ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO: Estudo do Associativismo Desportivo no Concelho da Lousã.

Um dos primeiros passos antes de se iniciar a investigação propriamente dita, é fazer uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, particularmente no âmbito de dissertações e teses.

Em resumo, a investigação iniciada e explicitada neste documento é única no nosso contexto e tem uma significativa relevância social, na medida em que proporciona uma visão integral da educação do concelho da Lousã relativamente a aspetos relacionados com a cidade e a organização em centros cívicos.

Em termos formais a dissertação é constituído por duas partes. Primeira parte com o “enquadramento teórico” onde abordamos a Globalização, Educação e Cidadania e a Fundamentação da Metodologia de Estudo. Na segunda parte com a Caracterização do Município, Perspetivas sobre a atual educação do Município, Perspetivas sobre o futuro da educação no Município e a (Re)organização (proposta) da educação no Município da Lousã.

A primeira parte, o “enquadramento teórico”, onde nos propomos explicitar os alicerces teóricos que constituem o objeto de estudo. Abordamos como o conhecimento das ciências sociais emergiu e se foi implementando, tendo em consideração as diferentes instâncias socio-históricas, bem como discussões epistemológicas sobre os diferentes paradigmas faz uma explanação das ciências sociais ao nível metodológico, abordando-se, entre outros aspetos, instrumentos de análise utilizados aquando da investigação empírica. A relação entre o global e o local, a educação, a cidade educadora e o associativismo também é objeto de análise deste primeiro capítulo. Em seguida abordamos a fundamentação da metodologia de estudo através da definição dos paradigmas metodológicos, do objeto de estudo, do estudo de caso e do instrumento de recolha de dados considerado mais pertinente para este estudo.



Na segunda parte, que se pode designar como a “construção da investigação empírica”, caracterizamos o município, onde fazemos uma visitada guiada de forma a conhece-lo melhor. Em seguida vamos analisar as entrevistas de forma a podermos auferir a visão dos entrevistados sobre a educação e sobre o futuro da educação através de uma organização em “Centros Cívico-Educativos” para este concelho, por fim apresentamos uma proposta de (Re) organização da educação no concelho da Lousã, assente em “Centros Cívico-Educativos” e de acordo com a filosofia de “Cidade Educadora”.

Por último, destaca-se a conclusão, uma vez que tece uma articulação entre os principais resultados obtidos na investigação empírica os princípios da “Carta das Cidades Educadoras” e os “Centros Cívicos-Educativos”, delineando algumas propostas de reflexão/ação dirigidas ao município da Lousã.



## PRIMEIRA PARTE





# 1 Globalização

## 1.1 Modernidade, pós-modernidade e globalização

Não é possível falar-se em modernidade e pós-modernidade, sem se citar ou nomear Boaventura Sousa Santos. É um autor incontornável, sendo a sua obra “*A Crítica da Razão Indolente*” (2000), o espaço de desenvolvimento e investigação de anteriores trabalhos, no qual relata que o projeto da modernidade assenta essencialmente, num equilíbrio entre os pilares da regulação e da emancipação. O pilar da regulação é constituído por três princípios: o princípio do Estado; o princípio do mercado e o princípio da comunidade. Por sua vez, o pilar da emancipação é constituído por lógicas de racionalidade, ou seja: a racionalidade moral-prática do direito moderno; a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica modernas; e a racionalidade estético-expressiva das artes e da literatura modernas.

Desta forma, no paradigma da modernidade de Boaventura Sousa Santos, encontramos duas formas de conhecimento: o conhecimento-emancipação e o conhecimento-regulação. Primeiro, o progresso do estado de ignorância – colonialismo - e um estado de saber - solidariedade. Segundo, a progressão entre o estado de ignorância – caos - e um estado de saber - disciplina.

O equilíbrio do projeto da modernidade nunca foi alcançado, e essa falta de equilíbrio, entre regulação e emancipação, e conseqüentemente o excesso de regulação originou mais desequilíbrios no campo de ação de cada um dos pilares. O pilar da emancipação, a racionalidade cognitivo instrumental da ciência e da técnica desenvolveu-se em detrimento das demais racionalidades e acabou por colonizá-las. No pilar da regulação, o desequilíbrio consistiu no desenvolvimento excessivo do princípio do mercado em detrimento do princípio do Estado e de ambos em detrimento do princípio da comunidade. A mudança de paradigma vislumbra-se, precisamente em torno do princípio da comunidade e da dimensão da racionalidade estético-expressiva, as quais foram votados ao esquecimento e marginalização.

Pela análise dos seus argumentos, podemos concluir que Boaventura Sousa Santos se situa numa perspetiva de pós-modernidade, e que estamos a viver um período de mudança paradigmática, visto que o paradigma dominante está em crise - projeto da

modernidade, fazendo com que se vislumbre o paradigma emergente - projeto da pós-modernidade. De acordo com o autor, é o aparecimento do “*paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente*”.

*“Com esta designação, quero significar que a natureza da revolução científica que atravessamos [hoje] é estruturalmente diferente da que ocorreu no século XVI. Sendo uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente)”* (Santos, 2000, p. 71).

Na verdade estamos a viver tempos de transição paradigmática não só a nível “*societal*”, mas também a nível epistemológico.

Para alguns autores como Boaventura Sousa Santos, que têm uma visão através da perspetiva da pós-modernidade, e para isso argumentam que alguns dos compromissos da modernidade devem ser cumpridos à revelia da teoria da modernização, há outros, como por exemplo, Giddens que não se situam numa perspetiva da pós-modernidade, visto que para eles as condições atuais manifestam os mesmos traços característicos da modernidade: a racionalização, a burocratização e a uniformização.

Estes autores, preferem referir-se às condições atuais, falando de uma “*modernidade tardia*”. “*Longe de estarmos numa época de pós-modernidade, estamos, antes a iniciar uma época em que as consequências da modernidade se tornam mais radicalizadas e universalizadas do que antes. Para além da modernidade, segundo afirmarei, podemos divisar os contornos de uma ordem nova e diferente, que é «pós-moderna»; mas isto é muito distinto daquilo a que muitos chamam atualmente pós-modernidade»* (Giddens, 1996, p. 2) .

Partindo desta certeza, Giddens é defensor da existência de uma “era pós-moderna” de uma forma global, tentando desta forma a explicação do fenómeno da globalização, que define como a intensificação das relações sociais à escala mundial, originando situações em que ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância, e vice-versa. Presencia-se, portanto, implicações de natureza quer económica e política, quer de natureza tecnológica, cultural e social.

Através do pensamento pós-moderno, as formas com que conhecemos e pensamos o conhecimento não seguem uma lógica mecanicista e determinista. *“As repercussões da globalização sobre as maneiras de se pensar e sentir, viver e agir no mundo, afetam as concepções filosóficas sobre a realidade. Espaços territoriais sem fronteiras, mercados comuns, moedas transnacionais são desafios para a mente humana que não podem coexistir com conhecimentos divididos, hierarquizados, sistematizados”* (Gonçalves, 2008, p. 22).

Ao “evoluirmos” de uma sociedade industrial para uma sociedade da informação, geraram-se crises, passámos de uma sociedade segura para uma sociedade plural, instável e global.

Procuram-se novos currículos educacionais, surgem propostas de transversalidade do conhecimento para temas polémicos o que significa que *“a área educacional encontra-se no meio desse movimento em busca de alternativas formativas”* (Gatti, 2005, p. 146).

Ainda de acordo com Gatti, a educação tem de dar prioridade ao domínio de certas habilidades, como é o caso da informática, para atenuar os riscos de exclusão dos que não dominam essas técnicas. Desta forma, as ações educadoras situam-se numa linha muito ténue entre proporcionar a transformação da sociedade ou potenciar o aumento da exclusão social.

## 1.2 Do global ao local

Não estando numa redoma isolados no tempo e no espaço, *“vivemos num mundo de transformações, que afetam quase tudo o que fazemos. Para o melhor ou para o pior, estamos a ser empurrados para uma ordem global que ainda não compreendemos na sua totalidade, mas cujos efeitos já se fazem sentir em nós”* (Giddens, 2010, p. 19).

O debate e explicação da globalização pode ser feito através de uma perspetiva geral ou a partir de um enfoque mais restrito. Na segunda forma, pode-se optar, por exemplo, por um debate no âmbito da economia, no círculo político, numa visão sociocultural ou outras. Mesmo assim, há sempre o risco de sermos parciais, restritos ou apressados nas conclusões. São várias as formas de identificar a globalização.

De acordo com Ulrich Beck, sociólogo alemão, globalização traduz-se numa ingerência de terceiros nos procedimentos de cada país. Ou seja, os “... *Estados nacionais veem a sua soberania, sua identidade, suas redes de comunicação, suas chances de poder e suas orientações sofrerem a interferência cruzada de atores transnacionais*” (Beck, 1999, p. 30).

E por esta e outras razões, ouvimos falar de defensores da globalização e de críticos à globalização, num conflito pelo qual diferentes organizações se tornam cada vez mais conhecidas. Neste caso, não se trata de um antagonismo formal sobre a globalização, mas sobre a prepotência e a mundialização do poder do capital.

De acordo com Rodrigues & Devezas (2009, p. 32) “*Portugal foi o pioneiro do processo hoje conhecido como globalização que, como já foi confirmado por diversos cientistas económicos, políticos e sociais, não é um fenómeno contemporâneo – iniciou-se em meados do século XV*”.

Alguns efeitos perversos desta globalização traduzem-se, por exemplo, na falta de valores da família, na exclusão social, no desemprego e no alargamento da pobreza. Esta forma de globalização mostra a supremacia da economia de mercado e do livre mercado, uma organização em que o máximo possível é mercantilizado e privatizado, com a agravante da derrocada social.

Os pré-requisitos que levaram a esta globalização e ao seu desenvolvimento foram a interconexão mundial dos meios de comunicação e a equiparação da oferta de mercadorias, das moedas nacionais e das línguas, o que se deu de forma gradual nas últimas décadas.

Continuamos a verificar o aumento do abismo entre ricos e pobres, deixando quase de existir em alguns casos a classe média. O crescimento do desemprego e da pobreza são os principais flagelos sociais da globalização, adquirindo cada vez mais importância.

Na prática, é o domínio do mundo pelo sistema financeiro, redução do espaço de ação dos governos – os países são obrigados a aderir ao neoliberalismo – um aumento da divisão internacional do trabalho e da concorrência e, não por último, à crise de endividamento dos estados nacionais.



A contradição, neste contexto, é que o progresso científico e tecnológico proporcionou ao ser humano a oportunidade de rasgar as fronteiras e aproximar os países e os continentes. O desenvolvimento científico trouxe enormes benefícios, mas também muitas carências.

Este facto foi aceite por diversos pensadores, como o escritor George Orwell e o sociólogo Max Weber, que previram uma sociedade muito normalizada onde o papel desempenhado pelas pessoas seria o equivalente a *simples peças de uma vasta máquina económica e social*, como é aludido por Giddens (2010, p. 16). Estes riscos não são exclusivos dos detentores das tecnologias, mas afetam qualquer ponto do planeta. A globalização está também a aparecer com novos riscos e novas incertezas, especialmente as que se relacionam com a economia eletrónica global.

A História lembra-nos que as sociedades sempre tiveram conflitos e em alguns casos mais complexos, que colocaram em perigo a sua coesão. Temos de continuar atentos e olhar para um conjunto de fenómenos que, proliferam em muitos países do mundo, surgindo como outros tantos índices de uma crise aguda das relações sociais acentuadas por uma crise económica, que contribui para o aumento das desigualdades, que por sua vez agrava o aumento dos fenómenos de pobreza e de exclusão social.

Não falamos já das assimetrias entre países ou zonas do mundo, mas sim de ruturas profundas entre grupos sociais, quer no interior dos países desenvolvidos quer no seio dos países em desenvolvimento (xenofobia, racismo, etc...).

Já em 1995 a Cimeira de Copenhaga tinha como principal objetivo erradicar a pobreza numa escala mundial, já nessa altura foi traçado um panorama preocupante da situação social atual.

Saíram desta cimeira alguns compromissos de forma a garantir a igualdade e equidade entre homens e mulheres, erradicar a pobreza, promover o pleno respeito pela dignidade humana, entre outros, que parece-nos que continuam distantes de serem alcançados (ONU, 1995).

Embora, o crescimento da população comprometa a possibilidade de se alcançar níveis de vida mais elevados, nos países em desenvolvimento, outros fenómenos intensificam a sensação de uma crise social que afeta a maior parte dos países do mundo. O desenraizamento relacionado com as migrações e o emigração rural, a separação das

famílias, a urbanização desordenada, a falta dos convívios tradicionais de vizinhança atiram muitos grupos e indivíduos no isolamento e na segregação, quer seja nos países desenvolvidos quer nos países em desenvolvimento. A crise económica e social do mundo atual combina-se com uma crise moral, aumentando a evolução da violência e da criminalidade. A rutura dos vínculos de vizinhança manifesta-se no incremento dramático das discórdias interétnicas, que aparenta ser um dos traços que caracterizam os finais do século XX e princípio do século XXI.

Globalmente, os valores integradores podem ser postos em causa das mais variadas formas, o que aparenta ser especificamente perigoso é que esta postura contém dois conceitos fundamentais na união das sociedades modernas, o de nação e o de democracia.

*“Hoje em dia, o meramente local e o global estão atados um ao outro, não porque este último seja o manejo local dos efeitos essencialmente globais, mas porque cada um é a condição de existência do outro”* (Hall, 2003, pp. 45,46).

A globalização reflete-se também na vida corrente, da mesmo modo que determina episódios que se passam em todo o mundo.

Nas últimas décadas as relações transnacionais sofreram um aumento enorme, *“desde a globalização dos sistemas de produção e das transferências financeiras à disseminação, a uma escala mundial, de informação e imagens através dos meios de comunicação social ou às deslocações em massa de pessoas, quer como turistas, quer como trabalhadores migrantes ou refugiados”* (Santos, 2001, p. 17).

Para Giddens globalização é *“a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice-versa”* (Giddens, 1990, p. 64).

Como refere Boaventura Santos, a sociedade já não pode ser só concebida como o Estado-nação bem delimitado. *“Globalização é uma fase posterior à internacionalização e à multinacionalização pois anuncia o fim do sistema nacional enquanto nucleo central das atividades e estratégias humanas organizadas”* (Santos, 2001, p. 32).

A globalização é um fenómeno muito complexo e interligado de várias dimensões económicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas deixando de se enquadrar no padrão moderno ocidental de globalização, que vê a globalização com um processo homogéneo, harmonioso e uniforme, como sustentava Marx, de acordo com Alves (As dimensões da Globalização, 2001, p. 42). As suas interações são muito diversificadas provocando muitas alterações no sistema mundial aumentando as desigualdades entre países pobres e países ricos e entre ricos e pobres, dentro de cada um: a sobrepopulação, as catástrofes ambientais, os conflitos entre os povos, a migração massiva internacional, a reprodução das guerras civis, o crime globalmente organizado, etc...

A globalização rapidamente chegou até ao universo da educação, como tudo de bom e mau. Bernard Charlot (2007, p. 129) alerta que para perceber o relacionamento entre a globalização e a educação, é necessário distinguir os seguintes fenómenos: primeiro “*o facto de a educação ser pensada numa lógica económica,*”; segundo, “*as novas lógicas socioeconómicas, que se impuseram na década de 80...*”, em terceiro “*... a própria globalização, integração entre as economias, e, portanto, entre as sociedades de vários países*” e em quarto “*... o movimento que aceita a abertura mundial, sem por isso concordar com a lógica neoliberal da globalização*”.

Estes fenómenos não ocorreram em simultâneo, tendo variado de acordo com o país, mas segundo Bernard Charlot (2007), existiram sempre estes quatro fenómenos.

De uma forma geral o mundo está diferente e contínua em mudança, o que proporciona e acarreta a exploração de novas competências e saberes que já não são específicos de um determinado povo ou país, mas do mundo em geral e em particular das unidades mais simples de organização local.

Quando nos referimos ao “local”, estamos a pensar num espaço restrito, com limites bem definidos, no qual vive um grupo ou conjunto de pessoas. “*O local se confunde, como o que nos circunda, está “realmente presente” em nossas vidas*” (Ortiz, 1999, p. 59). Embora cada local tenha as suas características específicas, apresenta cada vez mais particularidades comuns a outros locais quer sejam nacionais ou internacionais. Como ser ou estar em espaço urbano não significa estar ou viver na cidade, passando “*a designar a sociedade que constitui uma realidade que engloba e transcende a cidade*”

*enquanto lugar, ligando pontos isolados do planeta que se constitui no mundial em processo de realização”* (Carlos, 1996, p. 56).

Como estamos a ver, cada vez mais as necessidades, problemas e frustrações são universais podendo ser uma mais-valia a utilização de soluções que tenham sido implementadas com sucesso noutros pontos do globo. Surge assim a necessidade de criar laços entre as localidades/territórios de forma a assegurar atuações diversificadas e eficazes.

Neste século os desafios da escola estão cada vez mais interligados à evolução da sociedade contemporânea internacional, que coloca como objetivo primordial o desenvolvimento económico e social. A escola tem necessidade de resolver as suas “crises” fruto da democratização escolar, quer na forma de transmitir o saber, fomentando o prazer de estudar, quer na forma de se organizar para melhor dar resposta à diversidade/heterogeneidade dos alunos. A escola tem urgência de se atualizar para novas exigências de *qualidade e eficácia* mantendo a formação para todos. Tem de atender aos desafios da globalização encarando os novos desafios culturais e educativos de um mundo aberto, mantendo a sensibilidade para valores como os do respeito e da diversidade humana. O saber passa a ser um mero bem valioso e ao mesmo tempo um fator de desenvolvimento, ou seja, *“a sociedade globalizada trata o saber como um recurso económico, mas requer homens globalizados instruídos, responsáveis e criativos”* (Charlot, 2007, p. 136).

A escola do futuro, segundo Canário (2008, p. 88), deverá inverter a posição que historicamente se criou e que transformou crianças e jovens em alunos, de forma a *“transformar os alunos em pessoas”*.

O papel principal da formação profissional, em particular a formação ao longo da vida, é essencialmente desenvolver a sociedade ativa, de forma a ser capaz de controlar e estar preparado para as alterações económicas, tecnológicas, culturais e sociais e fazer frente aos desafios criados por uma sociedade de mercado cada vez mais global e em constante transformação.

Neste momento, a aprendizagem ao longo da vida é uma necessidade premente numa Europa em crise económica caracterizada por rápidas mudanças sociais e tecnológicas. Em Portugal, porque tem uma população envelhecida a com necessidade de formação

continua para modernizar os seus conhecimentos, habilidades e competências, que proporcionem uma adaptação apropriada ou uma mudança no mercado de trabalho são de vital importância.

### 1.3 Portugal e a educação

Foi através da reforma pombalina que o estado veio a assumir (de forma bem marcada) a iniciativa e o controlo do sistema escolar através da criação do ensino primário oficial de um conjunto de aulas pós ensino elementar. No entanto, como nota o Professor Joaquim Ferreira Gomes *“a atribuição da criação do ensino primário oficial ao Marquês de Pombal não deve ser tomada num sentido absolutamente estrito, mas apenas na medida em que foi ele quem, pela primeira vez na nossa história, planeou uma rede de escolas primárias públicas que, de certa maneira faria a cobertura das principais povoações do país”* (Gomes, 1982, p. 30). De facto a partir daí o Estado sempre foi o principal protagonista da organização do sistema educativo em Portugal. Foi ele que, ao longo dos séculos XIX e XX foi configurando a expansão escolar em Portugal. Nesse sentido, se compreende que a escola se tenha afirmado como um serviço do Estado. Tanto na 1ª Republica como no Estado Novo isso foi uma característica bem evidente porquanto os regimes utilizaram a escola como forma de servir as ideias que queriam promover. Apesar de algumas intenções de descentralização a escola pública nunca conseguiu afirmar-se fora estreita dependência da administração central. Assim sendo, seria difícil conceber a escola enquanto organização.

Na verdade, a história do sistema escolar português, é uma história de centralização, durante a qual foram criadas as estruturas que se mantêm até agora. Assim, durante o século XIX e XX foi sendo construído um modelo centralizado onde os professores foram socializados. Este modelo, baseado numa lógica nem sempre clara, corresponde a uma estrutura bem definida onde emerge o controlo por parte do poder central da gestão pedagógica e da gestão administrativa da escola. Não havendo em nenhuma destas áreas autonomia de decisão por parte da escola, currículos formulados centralmente, distribuição dos horários e carga semanal, regras taxativas de admissão e progresso dos estudantes, recrutamento dos professores, organização pedagógica da escola sujeita a

normas que pré-decidem a organização dos alunos, professores, turmas, etc. Como refere Formosinho (2005, p. 18) o modelo de administração pública do ensino secundário tem sido o da administração estatal direta concentrada. As escolas são assim “*telecomandadas por controlo remoto*”, não tendo a direção em si mesma, a sua administração reside nos serviços centrais.

No período de 1974 a 1985 notou-se uma diminuição ligeira no controlo da avaliação e um aumento de controlo sobre a organização pedagógica mantendo-se o controlo sobre a direção e gestão da escola. A partir de 1980 nota-se a necessidade de descentrar, por impossibilidade dos Serviços Centrais darem resposta ao acréscimo de escolas, criando assim as Direções Gerais do Ensino Básico e Secundário e da Inspeção Geral do Ensino. Nas escolas não houve neste período qualquer processo de descentralização.

No momento atual sente-se cada vez mais o controlo central através da avaliação (provas de aferição, exames, pressão sobre os resultados da avaliação) de forma a atingir as metas internacionais, numa organização cada vez mais economicista com alterações curriculares, constituição dos Mega Agrupamentos e a avaliação de professores em detrimento da pedagogia, sendo o diretor um mero executor das orientações do Ministério da Educação.

A escola é uma organização que centra em si o desenvolvimento do currículo, a aprendizagem dos alunos e a atividade docente, sendo o currículo o cerne das organizações escolares. A escola, em Portugal, como vimos, é por tradição controlada pelo poder político e administrativo, onde o Ministério da Educação é o aparelho administrativo central, como refere Lima (2007, p. 154). A relação entre o poder central do ponto de vista jurídico não deixa muita margem de manobra à escola uma vez que o desenho organizacional está definido através de um modelo imposto em todo o país. A escola está sujeita a um controlo burocrático, até mesmo na sua organização pedagógica.

Embora a ordem burocrática, normativa, decretada e imposta de cima para baixo pudesse prever uma escola única, que seria igual independentemente da sua localização, do meio social onde está inserida, dos recursos humanos e materiais, etc., tal não acontece, apesar de ter normativos rígidos, cada comunidade educativa tem as suas características que lhe vão conferir uma identidade única.

O calor do verão de 2010 trouxe os Mega Agrupamentos, contestados por todos os setores, incluindo pais, professores e autarcas, sendo os argumentos de variados tipos.

Fazendo uma pesquisa na legislação, verificamos que foi o despacho n.º 27/97, de 2 de Junho, que abriu caminho à constituição de agrupamentos de escolas. Esta solução organizacional de “agrupamento” surgiu porque as escolas do 1.º CEB e do Pré-Escolar eram as que estavam mais dispersas, tornando a gestão dos recursos humanos e materiais mais complexa. As determinações constantes neste despacho vieram permitir a constituição de agrupamentos de escolas em diversas modalidades, que se classificaram em dois tipos de agrupamentos: os Horizontais, correspondendo aos Agrupamentos de estabelecimentos do 1.º CEB e de Educação Pré-escolar; e os Agrupamentos Verticais, que agrupam os estabelecimentos do 1.º CEB, Pré-Escolar, e do 2.º e 3.º CEB.

Com o Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, deu-se início a um processo que alterou os aspetos administrativos e formais da gestão das escolas. Ao reforçar a autonomia e a participação, este Decreto-Lei, reconhece que a escola é uma organização cuja estrutura e ação de todos os seus membros deve contribuir para a qualidade e eficácia do serviço público de educação. Este processo de transferência de poderes implicou a negociação a nível local envolvendo a escola, a Direção Regional de Educação e a Câmara Municipal, na celebração de contratos de autonomia.

O Decreto Regulamentar n.º 12/2000, de 29 de Agosto, fixa os requisitos e os procedimentos necessários para a constituição, criação e funcionamento de agrupamentos de estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do ensino básico. Este decreto define Agrupamentos de Escolas (art.º 2.º), remetendo a definição presente para o Decreto-Lei n.º 115-A/98. A constituição dos agrupamentos deve ter em conta e, simultaneamente, favorecer a existência de projetos pedagógicos comuns, a construção de percursos educativos integrados, o desenvolvimento da educação pré-escolar, a articulação entre os vários ciclos de ensino, a proximidade geográfica, a utilização racional dos recursos educativos e contribuir para o reordenamento da rede educativa.

A constituição dos Agrupamentos é da iniciativa da Comunidade Educativa, através dos órgãos de administração e gestão dos estabelecimentos, do respetivo município ou do Diretor Regional de Educação da respetiva área.

É com o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril (Regime de Autonomia, Administração e Gestão das Escolas) que se verifica a agregação de Agrupamentos constituindo-se os Mega Agrupamentos.

É voz corrente que Portugal implementa, “fora do prazo”, experiências levadas a cabo noutros países e por eles já abandonadas por não terem sido bem-sucedidas. É o caso dos Mega Agrupamentos, que de acordo com o jornal *Público* de 19-07-2010, num artigo assinado por Clara Viana, diz que nas escolas da Finlândia *“a pequena dimensão é apontada como uma das marcas genéticas de um sistema de ensino que se tem distinguido pela sua excelência”*. Referia ainda esse artigo que, em Nova Iorque, escolas de grande dimensão têm vindo a ser substituídas por outras bastante mais pequenas, tendo o insucesso escolar diminuído muito.

O repto que se coloca no âmbito de uma mudança organizacional, como os Mega Agrupamentos em que há uma junção de várias realidades, é o de preparar cuidadosamente a transição de forma minimizar os “atritos”. Tendo em conta que as pessoas estão a passar de uma realidade que lhes é usual para outra que não conhecem e cujos objetivos não estão totalmente esclarecidos, é natural existirem resistências. Em nossa opinião faltou uma gestão eficaz de um plano de mudança na execução dos objetivos que foram previamente estabelecidos na gestão da incerteza e das resistências desfavoráveis, principalmente, ao nível dos recursos humanos das organizações escolares.

Esta nova organização das Escolas, os Mega Agrupamentos, provocou mudanças significativas, colocando sérios problemas na gestão e organização dessas superorganizações. A sua criação antinatural surgiu da junção territorial de várias organizações que tinham identidades, culturas, dinâmicas e funcionamentos muito distintos. Como refere Simões J.M. (2012, p. 198), *“a agregação à força de vários agrupamentos numa nova dimensão, cuja particularidade é apenas o contorno territorial, potenciará as fragilidades que se acentuarão perante a inibição de dinâmicas emergentes”*. As organizações não foram preparadas nem ouvidas para essa união que foi unilateralmente imposta pelo governo em forma de Lei, ou sendo levadas a pronunciar-se, não foram atendidas na sua posição. E apesar de o Decreto-Lei nº 75/2008 dizer que *“cada uma das escolas ou estabelecimentos de educação pré -*



*escolar que integra o agrupamento mantém a sua identidade e denominação próprias,*” o mesmo é contrariado pelos documentos de funcionamento do Mega Agrupamento, como é o caso por exemplo do Projeto Educativo do Mega Agrupamento que tem uma missão e visão única para todas as escolas.

O choque de culturas organizacionais das várias escolas e ou agrupamentos são inevitáveis, pois de um dia para o outro perderam a sua identidade e autonomia, e por muito bem que o processo seja conduzido haverá sempre grandes constrangimentos, relativamente à gestão dos recursos materiais e humanos quer pela quantidade quer pela sua heterogeneidade e particularidade.

Gerir uma escola não é o mesmo que gerir vinte ou mais. E aqui surgem grandes dificuldades, sendo a maior na área dos recursos humanos, com a possibilidade de mudança do local de trabalho (auxiliares e docentes podem ter de mudar de escola ou trabalhar em duas ou mais escolas) e até mudança de funções atribuídas. Somando a estas a necessidade as alterações organizacionais ao nível da cultura das instituições, das metas e à própria organização interna do Mega Agrupamentos, isto vai requerer uma adaptação e assimilação por parte dos colaboradores, nem sempre fácil.



## 2 Educação e cidadania

### 2.1 Propósito de uma Cidade Educadora

Sentimos que há necessidade de refletir, projetar, atuar na cidade, como espaço relacional que é, ou seja, o território com um vasto e intrincado conjunto de relações, tipo teia ou rede, que provoca interações entre residentes, visitantes ou transeuntes acidentais, entre espaços de habitação, lazer ou trabalho, entre as díspares comunidades profissionais, artísticas, políticas ou outras que a compõem, entre o espaço da cidade e espaço envolvente, entre a cidade e outras cidades.

*“As cidades adquirem, cada dia mais, um forte protagonismo tanto na vida política como na vida económica, social, cultural e nos meios de comunicação”* (Castells & Borja, 1996, p. 152). Estando o globo cada vez mais urbano, tem aparecido nas últimas décadas uma nova forma de relacionamento entre cidades, não caracterizado por conexões hierárquicas, mas sim por uma lógica de inclusão horizontal subjugada a diferentes temáticas, interesses ou áreas de atuação, contribuindo para um novo tipo de diplomacia internacional que se estabelece entre espaços urbanos à escala mundial.

As redes de cidades, que aparentam corresponder a uma resposta da administração urbana à globalização e à necessidade experimentada pelos espaços urbanos em se inserir em espaços de interlocução internacional, têm desempenhado um relevante papel de partilha de experiências e disseminação de boas práticas, sustentando o aparecimento de novas redes e o próprio desenvolvimento do número de cidades que aderem a este tipo de organizações associativas de cidades.

De forma a entender as lógicas de ação das redes internacionais de cidades, devemos analisar os principais mecanismos de atuação do movimento das “Cidades Educadoras”, através da análise da “Associação Internacional das Cidades Educadoras” (AICE). Vamos fazê-lo, observando o seu modelo de funcionamento, das suas redes territoriais, particularmente do caso das cidades portuguesas aderentes, e vendo a forma como estas adesões se concretizam do ponto de vista de cada uma das cidades.

A definição de “Cidade Educadora” é em si própria uma cidade em rede, uma cidade que se organiza com todos os seus protagonistas, instituições e intervenientes do espaço urbano, para oferecer, diariamente e ao longo da vida, oportunidades de aprendizagem e

formação para todos os seus cidadãos, num esforço de aproximação entre estes o seu território.

A expressão *cidade educadora* nasce do conceito de *cidade educativa* generalizada a partir do Relatório Faure (1972) e adquire uma pluralidade de sentidos e de usos. Mais que uma categoria científica é um conceito que materializa conteúdos às vezes descritivos e desiderativos, projetivos e utópicos e que serve ainda de emblema ou *slogan* sensibilizador ou simplesmente retórico.

Vista do lado da ação e intervenção na cidade, a ideia de cidade educadora compreende um conceito de cidade que unifica o sistema humano, social, cultural em que os cidadãos vivem e interagem e que serve de paradigma para avaliar a aptidão ou potencial educativo da cidade, através da educação formal, da educação informal e da educação não formal.

Podendo a cidade educadora apresentar-se através de variadas expressões, sobressai nesta conceção o município seja na organização, promoção e oferta de programas e serviços sociais, culturais e educativos, seja no apoio às várias iniciativas da sociedade civil nestes domínios, com vista ao estabelecimento de uma política local que realize um projeto educativo global para a cidade. Aos territórios municipais são conferidas responsabilidades e tarefas específicas de forma a fomentar a possibilidade e execução educativa da cidade e esclarecer o papel dos distintos agentes na rentabilização dessas capacidades. A regulação da função educadora da cidade pode assumir diferentes formas, podendo o município assumir uma diversidade de papéis.

Se por um lado, as escolas são o prolongamento do Estado na função educadora, a existência do conceito de um projeto educativo comum à escola e ao território faz, por outro lado, com que as autarquias adquiram uma função educadora com peso igual às outras funções que o município já exerce como o fornecimento de água ou de saneamento básico.

*Com esta relevante função educadora no exercício da autarquia local, desenvolvem-se novas formas e ou modelos de organização, tornando-se uma “administração relacional”* (Machado, 2004, p. 83). É uma forma organizativa que vai de encontro aos *“modelos que possibilitam serviços de ação comunitária”* (Villar, 2007, p. 47), ultrapassando a perceção paternalista e descontínua na forma de agir dos municípios.

Haverá assim uma cooperação pontual, de acordo com as solicitações que lhe são apresentadas, bem como uma nova forma organizativa que, saindo dos serviços (ou pelouro) de educação da autarquia, gera serviços sociais apropriados e delinea programas particulares de ação ou age e orienta programas em que colaboram o associativismo local. Este modelo baseia-se na descentralização político-administrativa através da legislação de transferência de competências para as autarquias, necessitando para isso da cooperação entre a sociedade civil e as estruturas administrativas. Isto pressupõe a colaboração público-privado e a participação dos munícipes, de forma a racionalizar os recursos e desfragmentar a duplicação das redes de serviços. Dele fazem parte vários departamentos ou áreas municipais, o que pode prever um órgão integrador e um preceito político-administrativo que oriente e supervisione as várias concretizações no campo de ação do projeto educativo comum e reúna a ação de políticos, técnicos e cidadãos em todo o seu desenvolvimento.

A “Cidade Educadora” torna-se um modelo organizativo, a partir do qual, as cidades podem formar a organização local da oferta educativa e *“clarificar o papel dos agentes e instituições, recursos e equipamentos que confluem na experiência e convivência social”* (Villar, 2007, pp. 15-16) e confirmar o grau de proximidade ou de afastamento das execuções tendo em conta o modelo e as áreas ou dimensões em que tal se verifica, bem como o sentido das políticas em concretização.

*“A cidade só poderá ser educadora se é e vai convertendo-se numa cidade educadora, ...”* (Nogueras J. M., 1990, p. 37). É este o conceito de se pretende desenvolver numa verdadeira “Cidade Educadora”. Esta não é uma organização simples, como refere Machado (2004, p. 85), *“Não sendo fácil, esta tarefa é do domínio do político e requer definição de prioridades técnicas, económicas, sociais e temporais”*. O mesmo autor antevê dois tipos de riscos no processo de desenvolvimento da “Cidade Educadora”, a saber: por um lado, a fragmentação entre instituições e organismos e no interior dos mesmos, característica dos processos de burocratização; por outro, e tendo em conta essa descoordenação, poderá surgir *“a tentação de concentração e de estabelecimento de conexões fortes entre atividades e/ou instituições, a hierarquização, a delimitação rígida de atribuições, competências e papéis”* (2004, p. 84).

A concretização destes dois riscos transformaria o território autárquico numa “instituição educativa total”, ultrapassando em muito os limites que se colocam a uma cidade educadora, aberta, plural, livre, tolerante e solidária. Podendo cair-se numa conceção de cidade com um “Mega Agrupamento” ou numa “*cidade culturizadora*” em vez de uma “cidade cultivadora” ou seja, uma cidade que oferece aos cidadãos possibilidades de cultivo, uma cidade que vem a ser “*um terreno onde os cidadãos se possam cultivar com liberdade e amplitude*” (Nogueras J. M., 1990, p. 34).

Se por um lado, a utilização do desenvolvimento através da fragmentação, pode originar a evolução da cidade no sentido do aumento da oferta educativa e na implicação das diversas autoridades locais o que pode ser redutor da eficácia do aproveitamento das potencialidades educativas, por outro, pode sustentar a possibilidade de parceria entre as instituições e organismos. O desenvolvimento orientado na concentração hegemónica do município leva a cidade no sentido da utopia do meio educativo total, da conversão da cidade numa escola, mas apresenta uma lacuna na dimensão da liberdade e da complementaridade entre instituições e organismos que são as bases do movimento das cidades educadoras.

É longa a história da “Associação Internacional de Cidades Educadoras” (AICE), nascendo após uma primeira reunião realizada em 1990 com 63 cidades de 21 países, ficando com sede em Barcelona, onde junta hoje mais de 400 governos locais eleitos democraticamente, em representação de todos os continentes, mas muito concentrados em Portugal, Espanha, França, Itália e em alguns países da América Latina, em torno de uma carta de princípios de ação, visando a construção da “Cidade Educadora” nos distintos contextos territoriais que se associam ao movimento.

A AICE organizou-se definindo estruturas temáticas e territoriais, delegações e redes nacionais, buscando facilitar e alargar o trabalho de cooperação e a permuta de experiências entre os seus associados. Para esse efeito, foram concebidos diferentes instrumentos de comunicação e espaços próprios para o contacto entre as cidades, e a criação de um banco internacional de documentos de cidades educadoras, arquivo de experiências que todas as cidades podem consultar.

A grande mais-valia da AICE é o trabalho de colaboração em torno de uma ideia de “Cidade Educadora” baseada numa carta de Princípios e o seu próprio modelo de

funcionamento em rede, a “Carta das Cidades Educadoras”, de Novembro de 2004, onde afirma que *“O direito a uma cidade educadora deve ser uma garantia relevante dos princípios de igualdade entre todas as pessoas, de justiça social e de equilíbrio territorial”* (AICE, 2004, p. 2). A Carta integra 20 princípios, que se organizam em 3 capítulos: O Direito a uma “Cidade Educadora”; o Compromisso da Cidade e Ao Serviço Integral das Pessoas.

As dificuldades de implementação destes princípios são muitas sendo de salientar a volatilidade do empenhamento das cidades de acordo com períodos eleitorais, dificuldades de alargamento e de implantação geográfica do movimento e ainda limitação das participações municipais com um pelouro da educação incompatível com a própria conceção de “Cidade Educadora”.

O movimento em Portugal estabeleceu-se a partir da participação das cidades de Lisboa e do Porto na primeira reunião de Barcelona, em 1990. No entanto, só passada uma década se verificou uma expansão, sobretudo através dois momentos centrais: em 2000, a realização do VI Congresso Internacional em Lisboa, que deu visibilidade à AICE no nosso país, mobilizando, para além do município de Lisboa, alguns municípios da sua área metropolitana; em 2005, a organização da “Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras” (RTPCE), com uma forma de funcionamento próprio, plano de atividades e ferramentas de divulgação, que possibilitou uma maior divulgação junto de todos os municípios portugueses, havendo atualmente 51 associados no território nacional.

## **2.2 Cidadania e Poder Local**

Em 1976, realizam-se em regime democrático, as primeiras eleições autárquicas. Para os que ainda se recordam, a afluência nestas eleições foi muito participada. Esta circunstância resultou, como é normal, do entusiasmo da população pela democracia, mas também em grande parte pelo empenho das pessoas nas suas zonas de influência (local, trabalho e núcleo familiar) e na construção de autoridades mais próximas e eficazes.

Com o decorrer dos anos e tendo em conta as potencialidades do modelo, vários foram os fatores que, durante estes anos de “Poder Local”, vêm conduzindo a algum desânimo da adesão à política local. O modelo vai funcionando, mas o estado de graça acabou.

Parte da crise do modelo de representação política descentralizada é fruto de causas que lhe são estranhas. Lógicas externas derivadas de fatores como a *“transformação tecnológica, a globalização, o acento na economia financeira, a metropolização de extensas áreas urbanas e a competição internacional entre as grandes cidades têm vindo a conduzir a uma prática orientada para a centralização. Aliadas à mentalidade altamente centralizadora que subsiste na política nacional, tais lógicas refletiram-se aliás no verdadeiro absurdo que foi a campanha para o referendo português sobre a regionalização”* (Ruivo, 2005, p. 2).

Os territórios e conseqüentemente, as autarquias, são fundamentais para as práticas da política local confirmando-se a necessidade da descentralização. O que na realidade interessa, são as razões internas dessa possível crise do modelo da descentralização. Os cidadãos e eleitos locais devem fazer uma análise ponderada, tendo em vista uma melhoria no desempenho do “Poder Local”, visto que a crise tem também vindo a ser agravada por determinados mecanismos do seu próprio funcionamento.

A adaptação e a assimilação dos vícios centrais é um deles. O centralismo local, por exemplo. A dificuldade de acesso do cidadão às autoridades locais é outro desses mecanismos. Pode implicar que o desempenho do eleito se possa vir a condensar sobre um pequeno grupo de *“amigos”* do poder (pessoas e interesses), criando-se desta forma não raras situações de autismo político e de défice democrático local. Assim como os autênticos recortes de manutenção no poder, a conhecida figura do *“dinossauro local”*... Há uma espécie de organização dinástica de autonomização do dirigente político face ao exercício das suas reais funções relativamente à sociedade civil, decorrendo uma fratura que contribui para que seja muito baixa a expectativa de influenciar o poder por parte dos cidadãos.

A somar a isto tudo a política portuguesa ainda tem muito de segredo, sendo excessivamente compreendida como um assunto entre privados. A política local não é exceção. Apreende-se que os autarcas não prezem as formas públicas de apresentação



de exigências favorecendo as vias individuais de apresentação, típicas dos *notáveis* dos *labirintos locais*.

A divulgação e o debate alargado sobre os assuntos coletivos devem ser localmente fomentados pelos grupos de cidadãos, enquanto pedagogia para a participação e cidadania local. Esta tem sido uma disposição, ainda ténue, que se tem vindo a assinalar nos últimos anos, traduzindo a mudança das *exigências clientelares* para as faixas mais vastas da população.

Pelo poder do voto, o exercício formal da política tem sido exclusivamente direcionado aos dirigentes políticos, do que resulta uma participação local codificada em volta do governo representativo local. Consequentemente vista com maus olhos pelos profissionais da política como algo inteiramente desnecessário ou, até, potencialmente prejudicial.

Desta forma pode compreender-se que a participação local forme um exercício extremamente saudável para a democracia, incitando não só uma melhoria na comunicação entre eleitores e eleitos, como também procedimentos de decisão mais rápidos e eficientes. Assim sendo, os governos locais deviam ser encorajados a conter nos seus programas e procedimentos alguns mecanismos de mobilização para a participação, para que possa ser devidamente verificado pela cidadania local. Por esta via podia-se incrementar uma melhoria na ligação entre os cidadãos e o seu Poder Local, criando-se uma plataforma para poderem exercer influência sobre os políticos que elegeram (isto acontece de forma muito tímida, nas assembleias municipais). Esta é uma tarefa tanto mais importante, pois a crise da representação política da descentralização não é senão uma das faces da crise da representação política em geral.

Em Portugal, as competências ligadas à ao setor educativo das autarquias, em termos legais, é relativamente recente e foram aprovadas depois do 25 de Abril de 1974. Antes desta data apenas a construção e manutenção das escolas primárias eram uma atribuição dos municípios, mas com verbas do governo central. Como refere Pinhal (2006, p. 103), depois de 1974 o cenário foi gradualmente modificado sendo hoje competências das autarquias a conceção e planeamento do sistema educativo (conselhos locais de educação, carta educativa, proposta ou parecer sobre a constituição de agrupamentos de escolas, integração e intervenção nas assembleias de escola, como parte na celebração

de contratos de autonomia de escolas e agrupamentos). Passou a ser também da sua esfera de ação, a construção e gestão de equipamentos e serviços (jardins de infância e escolas do 1º ciclo do ensino básico da rede pública, participação na construção de escolas do 2º e 3º CEB, assegurar e gerir os refeitórios dos jardins de infância e escolas do 1º CEB da rede pública e fornecer e “gerir” o pessoal não docente da educação pré-escolar e no 1º CEB). O apoio aos alunos e estabelecimentos em vários domínios (transporte escolar, alojamento de alunos do ensino básico, ação social escolar, apoio a atividades complementares de ação educativa na educação pré-escolar e no 1º CEB e participação no apoio à educação extraescolar), completam as responsabilidades acrescidas das autarquias. As responsabilidades passam a estar plasmadas nas “Cartas Educativas” sendo a gestão da rede e da afetação dos públicos escolares as mais importantes.

O envolvimento dos autarcas é maior do que a lei impõe, começando por responder às necessidades do sistema educativo e aos anseios das populações, a intervenção acentuou-se no que Pinhal (2006, p. 106) chamou de “*não-competências*”, que é todo o tipo de intervenção que vai para além do que a lei determina, “*com o local a acudir ao central, já que este não consegue cumprir eficazmente as atribuições de que se arroga*” (Pinhal, 1997, p. 182).

Neste contexto insere-se uma crescente mudança nas autarquias no sentido do território funcionar como um parceiro projeto educacional transversal e multifacetado em que a educação salta os muros da escola e vivencia-se no dia-a-dia da comunidade.

### **2.3 Projeto Educativo Local**

A relevância do território no incremento do desenvolvimento sustentado, envolvendo todos os cidadãos, respeitando os diferentes patrimónios comuns (económicos, sociais e culturais) começa a ter cada vez mais apoiantes. A educação e a formação em geral também não fogem à regra, funcionando a unidade territorial, com a sua identidade cultural, como um desafio para uma organização da educação e formação diferente mas mais consistente e harmoniosa mobilizando e usufruindo de todos os recursos locais capazes de melhorar as dinâmicas existentes e provocar as transformações necessárias.

Tem sido crescente a responsabilidade dada aos municípios na construção de um modelo de educação nacional pretendendo dar a todos os cidadãos, os conhecimentos essenciais para uma participação integral na vida em comunidade e no tão desejado desenvolvimento económico. Além das responsabilidades mencionadas no ponto anterior deve ser obrigação das autarquias ”...*associar a educação e o desenvolvimento integrado em projetos articulados concretizados através de objetivos simultaneamente realistas e desafiantes*” (Cordeiro, Alcoforado, & Ferreira, 2011/2012, p. 577). Segundo Cordeiro, Alcoforado e Ferreira o “Projeto Educativo Local” (PEL) é o documento essencial para poder concretizar esse feito e servir como fio condutor de dinâmicas mais amplas e sistemáticas da educação nacional e local.

Cabe ao poder local dinamizar o PEL, sendo esta um real resposta às necessidades dos municípios de acordo com o movimento das “Cidades Educadoras”, traduzindo a perspetiva educativa do projeto estratégico de desenvolvimento local, sendo, o referencial de gestão estratégica das políticas locais de educação em articulação com os vários parceiros. O envolvimento e o protagonismo dado aos habitantes na procura de soluções educativas garante a procura das melhores respostas para suprimir as necessidades individuais e coletivas dos tempos atuais e no futuro.

Levar a bom termo esta epopeia depende de como vamos planear a atuação no território de forma a alcançarmos um desenvolvimento estratégico, integrado e sustentável. Vai ser preciso encontrar respostas inovadoras focadas numa cultura de prestação de serviços de qualidade e ao mesmo tempo promovendo uma diversificada gama de ofertas formativas. Este novo paradigma de administração autárquica levará a desenvolver novas abordagens e reequacionar os serviços educativos, o qual não será um processo fácil, necessitando de líderes, da mobilização de vontades, da definição de prioridades, inovação de métodos e de novas formas de participação dos vários parceiros.

O planeamento assume um papel primordial, principalmente no contexto de crise em que vivemos, devendo preocupar-se com o longo prazo não se esquecendo da atualidade, intervindo devidamente enquadrado por objetivos estratégicos. O planeamento estratégico, como refere Alexandre (2003, p. 186), “*deverá ser encarado como um processo cíclico, ao contrário do planeamento tradicional cujo objetivo consistia na aprovação do planeamento definitivo, que constituía um produto acabado.*”

*Trata-se de um processo de planeamento contínuo, onde devem ser definidas as metas de desenvolvimento, as suas prioridades de atuação e os programas de ação, que exigem a organização de um sistema eficiente de acompanhamento e monitorização”.*

O planeamento estratégico deve explicitar e definir como realizar um projeto autárquico, onde seja reforçada a competitividade e a melhoria da qualidade de vida de todos os seus munícipes e no qual deve constar o PEL de forma a atingirmos um “Desenvolvimento Sustentável”.

Ora, *“o ”Desenvolvimento Sustentável” deve assim ser assumido como um desenvolvimento que resultará de um território estruturado e qualificado que vai permitir um bem-estar e uma qualidade de vida da geração atual, sem por em causa as gerações vindouras de satisfazerem as suas próprias necessidades, protegendo recursos vitais, incrementando fatores de coesão social e equidade, garantindo um crescimento económico amigo do ambiente e das pessoas”* (Cordeiro, Alcoforado, & Ferreira, 2011/2012, p. 585).

Desta forma faz todo o sentido que o “Desenvolvimento Sustentável” de qualquer autarquia seja orientado por uma nova filosofia de entender a educação.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE ESTUDO

A palavra metodologia, composta pelos vocábulos "*Methodo*", que significa **caminho** e "*logia*" que significa **estudo**, coloca-nos diante da “*arte de dirigir o espírito na investigação da verdade*” segundo o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Sendo assim, ela remete-nos para os caminhos a serem seguidos para se fazer ciência.

Em ciências sociais, a metodologia é considerada um conjunto de normas de como a investigação deve ser realizada, tomando determinadas condutas para que o conhecimento seja válido e aceite pela comunidade científica - um conhecimento com autoridade, fiável. Por sua vez, cada visão metodológica liga uma dada ontologia (por exemplo, a educação é uma noção social e não natural) e uma epistemologia (o que é que conta como conhecimento?).

Sendo criticado por alguns, na verdade não ficam dúvidas que Emile Durkheim foi o precursor na definição de regras a utilizar no estudo dos factos sociais. Já nos finais dos anos noventa do século XX, na sua obra “*As regras do método sociológico*”, apresenta o argumento que os sociólogos seus contemporâneos, não se apoquentavam em determinar e esclarecer o método que empregavam ao estudo dos factos sociais. É com esse objetivo de colmatar essa falha que enceta o esclarecimento do que é um facto social, esclarecendo depois as normas em função das respectivas aplicações: observação dos factos sociais; distinção entre o normal e o patológico; constituição dos tipos sociais; explicação dos factos sociais; utilização da prova (Durkheim, 1998).

Os factos sociais constituem maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, subsistem acima das consciências individuais, logo, são providos de um poder coercivo. “*Por conseguinte, não podem confundir-se com os fenómenos orgânicos, visto que consistem em representações e em ações; nem com fenómenos psíquicos, que não têm existência senão na consciência individual, e devido a ela. Constituem, pois, uma espécie nova e a eles se deve atribuir e reservar a qualificação de sociais*” (Durkheim, 1998, p. 31).

A regra principal e a mais importante é: *considerar os factos sociais como coisas*. E *coisa* é tudo o que é suscetível de ser observado. Segundo Durkheim, devemos considerar os fenómenos sociais desligados dos sujeitos conscientes; devemos estudá-

los de fora, como coisas exteriores. O princípio da objetividade está muito vincado e presente.

O esclarecimento dos factos sociais, através da busca de causas, é basilar para este autor, pelo que propõe que se investigue separadamente a causa que produziu o facto social e a função que ele desempenha.

No entanto, o problema metodológico coloca-se, hoje, de forma muito menos categórica. Para essa problematização tem contribuído Boaventura Sousa Santos. “*Como se faz a ciência?*” e “*Para que queremos a ciência?*” são duas questões cujas explicações, segundo ele, apresentam respetivamente a primeira e segunda rutura metodológica. Ou seja, “*a indagação sobre os procedimentos concretos que permitem à ciência constituir-se contra o senso comum*” (Santos, 1989, p. 79) corresponde à primeira rutura; enquanto “*a indagação sobre os procedimentos concretos que podem conduzir à superação da distinção entre ciência e senso comum*” (*idem: ibidem*), relaciona-se com a segunda rutura.

No presente acontecimento utilizámos a recolha documental e a entrevista semiestruturada para observarmos o nosso estudo de caso, no intuito de podermos dar o nosso modesto contributo para uma melhoria da educação no concelho da Lousã.

Tendo experiência como educador desde 1990, quando começámos a lecionar em várias escolas de ensino público da zona centro. Detendo algumas vivências, na sala de aula, na gestão, como vice-presidente, na direção de Turma e coordenação de Departamento, conseguimos observar durante este percurso, diversas formas de atuação e envolvimento dos diferentes municípios relativamente às escolas e à mudança de paradigmas no ver e sentir as escolas. Observámos ainda que a escola não consegue, muitas vezes, fornecer aos alunos o que eles procuram e necessitam. Sabendo que a educação não é só escolar ou institucional, e que a educação paralela proporcionada pelo que nos envolve, propicia oportunidades potencialmente educativas, criando elos de interação e de sentido no quotidiano da população, nomeadamente no das crianças e jovens, compreendemos estas influências, positivas ou não, nos seus percursos de vida. Foi com este propósito que resolvemos desenvolver a nossa pesquisa de mestrado, sendo o município de Lousã, do Distrito de Coimbra, o objeto da investigação, tentando compreender as dinâmicas

socioeducativas do município e equacionar uma proposta de (re)organização territorial com base nos conceitos de “Cidade Educadora” e “Centros Cívicos-Educativos”.

Os estudos em educação preocupam-se com a averiguação e compreensão dos fenómenos sociais educacionais, principalmente relativos à formalização do instintivo social, cultural e aos processos psicológicos que podem ser denominados como educativos. Eles lidam com as questões educacionais que podem ser investigadas, com métodos que permitem validar a investigação tal é a utilidade dos resultados provenientes de tais investigações.

Todo o plano de investigação escolhido deverá estar intimamente ligado ao tipo de questões que se deseja analisar e verificar, conjugando estes com as conclusões que se irão produzir. Tendo sempre presente que, será complicado generalizar um dado resultado que se levanta como hipótese ou tentar-se uma interpretação mais profunda de um processo que é muito abrangente e complexo.

### **3.1 Paradigmas metodológicos**

Um objetivo principal da metodologia em investigação educacional é a caracterização e identificação dos paradigmas metodológicos. De uma forma geral podemos definir dois grandes paradigmas, que não são estanques e que muitas vezes até são utilizados em simultâneo, paradigma quantitativo e paradigma qualitativo. Filosoficamente têm origens bem diferentes. O positivismo de Augusto Comte serve de base de apoio ao paradigma quantitativo. O idealismo de Kant, está na base do paradigma qualitativo, neste caso não se considera a existência de uma só interpretação da realidade, admitindo-se que há tantas interpretações da realidade quanto os indivíduos (investigadores) que a procurem interpretar. Estas formas antagónicas de ver a realidade conduziram a conceções diferentes no que diz respeito aos problemas da investigação, tais como; o controlo, a neutralidade do investigador, a significância estatística, a generalização, etc.

A investigação dita quantitativa tem sido o paradigma dominante da investigação em educação, no entanto a investigação qualitativa vem dar algumas respostas às limitações reveladas pelos métodos quantitativos. Nesta forma de estudo os investigadores

inspiram-se em métodos utilizados na investigação antropológica e etnográfica, observações naturalistas. Os estudos são realizados pelos investigadores no local onde decorre a investigação sem preocupações da sua parte em ser um observador neutro ou independente. Esta é uma das técnicas chave desta forma de investigação. Segundo Bogdan & Biklen (1994, p. 43) observou-se na década de oitenta modificações importantes e novos desenvolvimentos na investigação qualitativa, mais ao nível técnico do que conceptual, permitindo o registo informático dos apontamentos em *software* específico. Este tipo de tecnologia torna-se extremamente valioso em projetos de larga escala.

No presente estudo no concelho da Lousã, optamos por uma abordagem qualitativa, não deixando de parte os elementos de origem quantitativa já apurados em outros estudos sobre o concelho.

Desta forma recolhemos os dados com recurso a entrevistas e a análise documental, os quais deram origem a análises empíricas e lógicas, dando forma a um quadro teórico descritivo em permanente reconstrução. De acordo com vários autores (Glaser e Strauss, 1967; Bogdan e Biklen, 1994) que designam esta teoria, por Teoria Fundamentada (*Grounded Theory*), pois partindo de um ponto de apoio o investigador vai recolhendo as várias peças do puzzle, que se vão encaixando estabelecendo inter-relações.

Uma das principais limitações destes estudos deriva do facto do investigador, quer por questões éticas, religiosas ou outras, ser incapaz de manipular ou controlar certos aspetos, nomeadamente a variável ou variáveis independentes, uma vez que os sujeitos da investigação são seres humanos. Sendo a origem direta dos dados o ambiente natural o investigador surge como o principal instrumento de recolha e análise de dados, o que supõe uma familiaridade com o contexto em estudo. A nossa proposta de estudo visou analisar a organização territorial do concelho da Lousã, tendo por base os conceitos de “Cidade Educadora”, de uma forma global de forma a não criar uma visão redutora através da setorização ou delimitação do estudo. Uma certa cumplicidade existente entre o autor e o concelho em estudo, visto residir e estar ligado quer profissionalmente, como professor, quer como encarregado de educação, não o desviou do caminho traçado e obter uma visão mais objetiva da globalidade das dinâmicas socioeducativas do concelho.



Neste tipo de estudo, investigações qualitativas, que se centra na compreensão mais funda dos problemas, procurando o que motiva certos comportamentos, atitudes ou convicções. O tratamento da informação é um processo muito mais dúbio, demorado, meditativo, que se concretiza numa lógica de desenvolvimento e aperfeiçoamento. Sendo a questão da objetividade o maior problema segundo vários autores, nesta metodologia existe uma forte componente de observação que vai caracterizar a subjetividade do observador. Como se sabe, a percepção que se tem sobre um dado fenómeno vai ser influenciada e distorcida pelas convicções, motivações ou interesses do observador. Há um problema de objetividade que pode ser maior ou menor conforme a experiência, sensibilidade ou conhecimentos do investigador. Outra dificuldade é a duração necessária para uma investigação qualitativa, pois estudos prolongados requerem uma dedicação por parte dos investigadores quer em termos de disponibilidade de tempo, quer de meios financeiros.

Estas abordagens qualitativas, geralmente não apresenta grandes preocupações com a dimensão da amostra nem com a generalização dos resultados. A questão da validade e fiabilidade dos instrumentos não se coloca como nas investigações quantitativas, uma vez que neste caso o “*instrumento*” de recolha de dados é o investigador, dependendo a “*qualidade*” dos dados das suas características (sensibilidade, integridade e dos seus conhecimentos) sendo sempre uma visão subjetiva. Como menciona Patton, num estudo qualitativo a conclusão é sempre a mesma, ou seja, “*o fator humano é a sua maior força mas também é a sua maior fraqueza*” (Patton, 1990, p. 372).

Uma das vantagens deste método é que permite a investigação de alguns temas, que pela sua especificidade e ou complexidade não seriam estudadas pelos métodos quantitativos. Além disso, a observação detalhada e projetada, e a interação estreita com os sujeitos da investigação permite estudar variáveis relevantes que não seriam também encontradas naquele método.

Como refere Afonso (2005, p. 88), a forma mais frequente de obter informação necessária à elaboração de estudos qualitativos pode ser realizada aplicando inquéritos por questionários, realizando entrevistas, a observação, recolhendo e analisando documentos, no entendimento de que estas técnicas possibilitam a recolha de informação e a utilização quer da metodologia qualitativa quer quantitativa, de modo a

que estas se possam completar. No nosso caso a escolha caiu sobre a análise documental e sobre a entrevista.

### 3.2 Objeto de estudo

Como já referimos anteriormente, deliberámos realizar um estudo, tendo por base o conceito de “Cidade Educadora”, sobre o município da Lousã, embora não seja membro da Associação Internacional das Cidades Educadoras, aparenta ter algumas práticas e dinâmicas interessantes.

O espaço territorial definido por esta investigação

Ciente das dificuldades do nosso estudo, o nosso trabalho de investigação apresenta como objetivos:

- ✓ Identificar e caracterizar as dinâmicas socioeducativas locais de modo a serem equacionadas à luz do conceito de “Cidade Educadora”;
- ✓ Identificar os recursos que podem ser mobilizados para uma (re)organização territorial da educação do município, baseada em “Centros Cívico-educativos”;
- ✓ Apresentar uma proposta de reorganização da educação no concelho da Lousã.

### 3.3 Estudo de caso: EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE LOUSÃ

Os métodos empíricos de uma investigação organizam-se em três grandes tipos: “*o método experimental, o método de medida; e método de casos*” (Greenwood, 1965, p. 315). De acordo com Greenwood (1965), o método experimental é o método clássico da ciência, que foi transportado para as ciências sociais e tem como objetivo comprovar a existência de uma ligação causa efeito entre dois fatores. O método de medida implica a observação por meio de perguntas diretas ou indiretas com o propósito de obter respostas que possam ser trabalhadas a nível de uma análise quantitativa. O método de estudo de casos tem como objetivo obter uma ampla compreensão da totalidade do fenómeno. Tendo em conta a opção por uma abordagem de carácter qualitativa, atendendo à especificidade do objeto de estudo e aos objetivos que pretendemos alcançar, a escolha natural recaiu no método de estudo de casos.

A definição deste método não é um empreendimento fácil, até porque não existe um consenso na comunidade científica, que se limita a expor significações generalistas. Mesmo assim foi possível perceber algumas das suas características através da literatura analisada, que nos ajudam a definir um estudo de caso.

O objetivo de método de estudo de casos é alcançar uma larga compreensão da totalidade do fenómeno, estando assente numa investigação intensiva tanto em amplitude como em profundidade. Greenwood descreve três características fundamentais do estudo de casos:

Intensidade – Esta característica resulta da grande amplitude e profundidade da averiguação. A amplitude alcança-se pela observação de tantos aspetos do caso quantos seja possível e pertinente. “*Uma vez que a finalidade do estudo é uma ampla compreensão, não existem restrições que limitem o investigador quanto ao número de facetas a explorar. É-lhe possível seguir – e assim acontece – todos e cada um dos fios da meada, até onde quer que eles o conduzam*” (Greenwood, 1965, p. 332). É um método que oferece uma grande liberdade ao pesquisador. A profundidade atinge-se pela possibilidade de se deslocar ao passado, para perceber a “*história*” que determinou a situação atual.

Flexibilidade – *“A fim de alcançar a máxima amplitude e profundidade, o investigador utiliza qualquer técnica de investigação e qualquer sequência, desde que as considere adequadas para uma maior compreensão do caso”* (Greenwood, 1965, p. 333).

Qualitativo – A utilização de um leque variado de processos de recolha de dados, produz um conjunto de informação muitíssima rica e variada. E, não existem técnicas de funcionamento suscetíveis de nortear o investigador através de todo este processo analítico, pelo que se recomenda que ele realize um trabalho ordenado e sistemático e, em parte, intuitivo e impressionista. É por esta razão que, se considera que é um estudo qualitativo que coloca grandes responsabilidades ao investigador e exige mais esforço do que os outros dois métodos empíricos de investigação.

Seguindo na mesma linha e especificando um pouco mais Bruyne et al (Lessard.Hébert, 1990, p. 170) refere que o estudo de caso *“reúne informações tão numerosas e tão pormenorizadas quanto possível com vista a abranger a totalidade da situação. É a razão pela qual ele se socorre de técnicas variadas de recolha de informação (observações, entrevistas, documentos)”*. Também Robert Yin (Lessard.Hébert, 1990, p. 170) define as características do estudo de caso da seguinte forma: *“o estudo de casos toma por objeto um fenómeno contemporâneo situado no contexto da vida real, as fronteiras entre o fenómeno estudado e o contexto não estão nitidamente demarcadas e o investigador utiliza fontes múltiplas de dados”*.

A imagem transmitida por Bogdan & Biklen é muito elucidativa e feliz, fornecendo mais pistas sobre a investigação no terreno, o que facilita uma compreensão mais tangível.

*“O plano geral de estudo de caso pode ser considerado como um funil. Num estudo qualitativo, o tipo adequado de perguntas nunca é muito específico. O início do estudo é representado pela extremidade mais larga do funil: os investigadores procuram locais ou pessoas que possam ser objeto do estudo ou fontes de dados e, ao encontrarem aquilo que pensam interessar-lhes, organizam então uma malha larga, tentando avaliar o interesse do terreno ou das fontes de dados para seus objetivos. Procuram indícios de como deverão proceder e qual a possibilidade do estudo se realizar. Começam pela recolha de dados, revendo-os e explorando-os, e vão tomando decisões acerca do objetivo do trabalho”* (Bogdan & Biklen, 1994, p. 89).

O nosso estudo de caso é o município de Lousã, local onde nos propusemos compreender as dinâmicas socioeducativas e equacionar uma proposta de reordenamento territorial com base nos conceitos de “Cidade Educadora” e “Centros Cívico-educativos”, o que impôs uma análise da literatura relativa a este tema e um conhecimento dos recursos locais que lograriam ser mobilizados para os “Centros Cívico-educativos”. Desta forma, compreendemos que deveríamos recolher os documentos mais importantes, sobre a política educativa do município e realizar entrevistas a alguns atores educativos deste concelho.

Depois de termos delimitado o nosso estudo, e a escolha dos instrumentos de recolha de dados, começamos a revisão da literatura publicada sobre a temática escolhida “Cidade Educadora” e “Centros Cívico-educativos”, e ao mesmo tempo a análise dos principais Planos estratégicos do município que nos permitiram ter uma melhor visão da realidade e dos recursos existentes no concelho, bem como nos facilitou a elaboração dos guiões para as diferentes entrevistas. Depois de concluída esta tarefa, entrevistámos os atores locais envolvidos com a educação no município, para saber os seus diferentes pontos de vista e colher propostas para a organização socioeducativa do território num modelo mais inclusivo e participativo.

Este estudo, é exploratório tendo em conta os constrangimentos temporais, espaciais e financeiras que envolveriam um estudo mais alargado e participado sobre o conceito de “Cidade Educadora”.

### **3.4 Instrumentos de recolha de dados e formas de tratamentos de dados**

A etapa da recolha de dados, sejam eles fontes bibliográficas ou de outra natureza, é a etapa mais morosa e a que exige mais dedicação, ponderação e atenção por parte do pesquisador. Para cada metodologia usada há indicações específicas quanto à recolha de dados, bem como quanto ao seu tratamento. O rigoroso controlo na utilização dos instrumentos de pesquisa é um fator crucial para evitar erros e imperfeições que resultem numa investigação errada.

De forma a termos uma visão mais abrangente do nosso objeto de estudo e podermos atingir os objetivos propostos, escolhemos formas de recolha de dados, que tiveram atenção às limitações em termos de tempo, recursos humanos, financeiros e materiais para a realização deste estudo. Desta forma, foi sempre nossa percepção que devíamos alicerçar a nossa investigação em documentação que proporcionasse uma visão da situação das políticas educativas que a Lousã tem conhecido nos últimos anos. Para compreendermos melhor a implementação dessas políticas sentimos que deveríamos recorrer também às entrevistas semiestruturadas.

Para podermos compreender as razões que nos levaram à escolha destes documentos, expomos uma rápida síntese, sobre as possibilidades que nos oferecem e a utilidade que deles equacionamos para a nossa investigação.

Sobre a análise documental, Quivy & Campenhoudt (2005, p. 203) refere que este método de recolha de informação tem os seguintes benefícios: *“a economia de tempo e de dinheiro que permite ao investigador consagrar o essencial da sua energia à análise propriamente dita; em muitos casos, este método permite evitar o recurso abusivo às sondagens e aos inquéritos por questionário, que, sendo cada vez mais frequentes, acabam por aborrecer as pessoas, demasiadas vezes solicitadas; e a valorização de um importante e precioso material documental que não para de se enriquecer devido ao rápido desenvolvimento das técnicas de recolha, de organização e de transmissão dos dados.”*

Além disso este procedimento pode constituir-se, *“numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspetos novos de um tema ou problema”* (Ludke & André, 1986, p. 38).

O uso de documentos numa investigação, é indispensável, pois constitui uma fonte preciosa e estável de informações, que podem ser examinadas sempre que for necessário, e que permite tirar evidências que alicerçam afirmações e declarações sobre o objeto de estudo, além de ser uma fonte natural de informação contextualizada e com baixo custo. Outro benefício dos documentos é que estes formam uma *“fonte não reativa”*, ou seja, possibilitam obter informações sem um contacto direto com os atores locais. Guba e Lincoln citado por Ludke & André (1986, p. 39) sintetizam as vantagens

do uso de documentos, que se adapta bem a natureza da nossa investigação, expondo que *“uma fonte tão repleta de informações sobre a natureza do contexto nunca deve ser ignorada, quaisquer que sejam os outros métodos de investigação escolhidos”*.

A escolha dos documentos a ser utilizados, deve ser criteriosa e bem examinada, para que essa documentação seja pertinente e fidedigna, se devem ser documentos oficiais, técnicos ou pessoais. No nosso caso, escolhemos os documentos oficiais produzidos pelo município, tendo em conta que o nosso objetivo é pesquisar informações relativas ao município de Lousã, uma vez que estes proporcionam dados importantes para o indispensável conhecimento do município e das estratégias de intervenção tomadas pela autarquia. Sendo assim, são documentos feitos pelos responsáveis do contexto em estudo, o que nos possibilita compreender como o entenderam e caracterizaram.

Para esta pesquisa foram eleitos como documentos fundamentais, os que em seguida mencionamos: “Carta Educativa”, “Projeto Educativo Concelhio”, “Guião Escolar”, “Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas da Lousã”, “Projeto Educativo da Escola Secundária”, “Projeto Educativo da Escola Profissional da Lousã”. Neste âmbito foram analisadas também notícias dos jornais locais. O conjunto destes documentos permitiu um conhecimento da realidade socioeducativa e económica do município e ajudou a tomar decisões relativamente ao âmbito de análise e à escolha dos sujeitos entrevistados.

Na continuação da recolha da informação fundamental à elaboração do estudo, puderam ser realizadas entrevistas. Para Bogdan & Biklen (1994, p. 96) a entrevista é *“uma conversa com um propósito, usualmente entre duas pessoas, mas às vezes envolvendo mais, que é direcionada para uma delas com o objetivo de obter informações da outra. Nas mãos do investigador qualitativo a entrevista toma um formato particular”*. A entrevista é, principalmente, uma conversa através da qual um determinado indivíduo tenta obter informação de outro sobre determinado assunto.

Para Quivy & Campenhoudt (2005, p. 194) as principais vantagens da entrevista são: *“o grau de profundidade dos elementos de análise recolhidos; a flexibilidade e a fraca diretividade do dispositivo que permite recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores, respeitando os próprios quadros de referência – a sua linguagem e as suas categorias mentais”*.

Esta forma de recolha de dados permite um grau de abordagem qualitativa mais elevado, possibilitando descobrir e retratar múltiplas perspetivas da investigação. “*A entrevista é a via principal para as realidades múltiplas*” (Stake, 2007, pp. 58-81).

Há três tipos de entrevistas: estruturadas, semiestruturadas e não estruturadas. E seja qual for o modelo de entrevista escolhido, deve-se sempre procurar tirar o máximo de informação necessária. As entrevistas são utilizadas para aprofundar e completar as informações recolhidas nos questionários, de modo a compreender melhor o objeto do estudo. Segundo Bogdan & Biklen (1994, p. 134) “*a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos, na linguagem dos participantes, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo*”. Ao contrário do inquérito por questionário, durante a entrevista há um contacto mais direto entre o entrevistador e o entrevistado. O contacto entre investigador e entrevistado permite uma troca de perceções e interpretações de um dado facto, permitindo assim a recolha de um grande número de informações que não seria viável com outro método. Além disso, é um dos instrumentos existentes mais usados para a recolha de dados, porque possibilita ao investigador colher informações imediatas, acedendo ao grau de profundidade desejado para o esclarecimento da questão.

A nossa escolha incidu sobre a entrevista semiestruturada pois é aquela que mais se adequa aos nossos propósitos.

Os guiões de entrevistas foram adaptados de Herculano (2009) para este estudo de caso e tiveram em conta três dimensões de análise: Perceção Geral da Educação no Município da Lousã, Perspetivas Futuras e a Cidade Educadora.

A seleção dos sujeitos locais a serem entrevistados teve em conta vários fatores: a importância da instituição na estratégia educacional do município, sujeitos com capacidade de decisão nas funções que desempenham, e, assegurar a diversidade de instituições.

No quadro nº1 apresentamos um resumo com a caracterização dos sujeitos entrevistados.

Quisemos neste estudo ouvir o vereador dos pelouros da Educação, Cultura, Empreendedorismo, Turismo e Juventude, os Diretores de todas as instituições



escolares do Concelho (Agrupamento de Escolas da Lousã, Escola Secundária e Escola Profissional da Lousã) e algumas as associações mais representativas que desenvolvem trabalhos socioeducativos no município, a ARCIL e a Associação Filarmónica Serpinense.

### QUADRO 1- ENTREVISTADOS

<b>Código da Entrevista</b>	<b>Data da Entrevista</b>	<b>Instituição</b>	<b>Tipologia do Ator</b>	<b>Função na Instituição</b>
Ent. 1	28-06-2012	Câmara Municipal da Lousã	Autárquico	Vereador da Educação, Cultura, Empreendedorismo, Turismo e Juventude
Ent. 2	18-07-2012	Escola Secundária da Lousã	Escolar	Diretora
Ent. 3	1-08-2012	Agrupamento de Escolas da Lousã	Escolar	Diretora
Ent. 4	30-08-2012	Escola Profissional da Lousã	Escolar	Diretor
Ent. 5	24-08-2012	ARCIL	Associativo	Diretor Área Pedagógica
Ent. 6	08-02-2013	Associação Filarmónica Serpinense	Associativo	Presidente

**FONTE: PRÓPRIO**

Após a escolha dos sujeitos a serem entrevistados, foi enviado um correio eletrónico solicitando uma entrevista a todos. Em seguida, foram contactados por telefone ou pessoalmente onde se deu a conhecer os objetivos do estudo, a razão da seleção e agendamento das entrevistas.

Na entrevista foram expostos os seus objetivos, os requisitos de utilização dos dados e da forma como se iria proceder em relação à confidencialidade dos dados obtidos.

Todas as entrevistas foram gravadas com a autorização do entrevistado, e, na sequência das entrevistas procedeu-se a registos para ajudarem na interpretação dos dados. Após terem sido transcritas, foram remetidas aos entrevistados, de forma a poderem introduzir as alterações que fossem necessárias.

As entrevistas decorreram entre Junho de 2012 e Fevereiro de 2013 e foram ajustadas de acordo com a disponibilidade dos sujeitos.

Tendo por base as conclusões retiradas do presente estudo e das diversas visões sobre a dinâmica socioeducativa do município da Lousã, construímos uma proposta de reorganização territorial da educação.

### 3.5 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo, tratamento e a interpretação dos dados, constitui das fases mais relevantes num processo de estudo qualitativo. Nesta investigação recorreremos à análise de conteúdo para o tratamento e a interpretação dos dados colhidos através das entrevistas semiestruturadas.

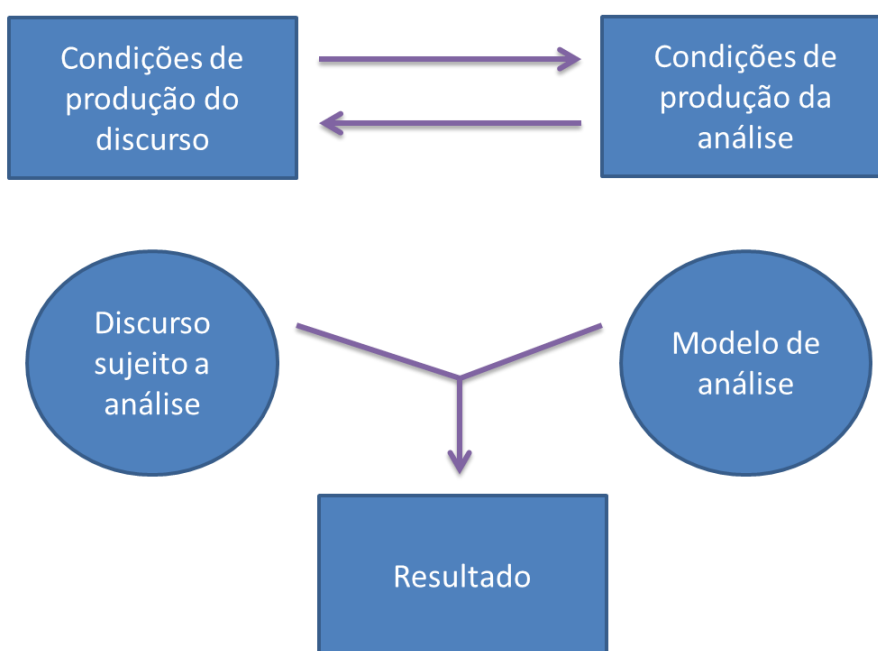
Chegou o momento da construção de um texto interpretativo sobre um texto ou discurso produzido pelos protagonistas do terreno. Logo é um trabalho de “*redizer*” e se assumir um compromisso mais qualitativo, ele permite realçar as particularidades. “*A capacidade de análise de conteúdo dar conta da multidimensionalidade dos fenómenos, através da análise dos discursos produzidos pelos atores intervenientes na produção desses eventos, tornou-a um dispositivo apto para o tratamento da informação recolhida, permitindo um desvendar crítico, e numa postura de rutura com a intuição*” (Terrasêca, 1996, p. 116). De realçar que estas virtualidades adquirem efetiva expressão quando se trata de uma análise qualitativa. Esta permite dar conta das singularidades produzidas pelos sujeitos, pondo em evidência as características e o valor real do fenómeno que estamos a observar, o que nos permite compreender a realidade.

Segundo Bardin (2009), a análise de conteúdo abarca as diligências de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, com o objetivo de se fazerem deduções lógicas e fundamentadas a respeito da origem dessas mensagens (quem as emitiu, em que contexto e/ou quais efeitos se pretende causar por meio delas). Ou seja, a análise de conteúdo constitui: “*um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens*” (Bardin, 2009, p. 40). Neste propósito, Biklen & Bogdan (1994, p. 205) declaram que a análise de conteúdo “*é o processo de busca e de organização sistemático de transcrições de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objetivo de aumentar a sua própria compreensão*

*desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou”.*

Para Vala (1990) os dados são dissociados da mensagem, a que estavam inicialmente agregados, passando a sustentar os objetivos e as linhas orientadoras da investigação, preconizando que é um processo inferencial. Este processo encaminha-nos para o nascimento de um novo discurso, este elaborado pelo pesquisador em pleno sincronismo com o objeto de estudo. Portanto, *“trata-se da desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços e significação, resultado de uma relação dinâmica tripartida entre as condições de produção do discurso a analisar, as condições de produção da análise e as condições de produção da análise”* (Bardin, 2009, p. 104). Este processo inferencial pode ser explicado pela figura seguinte:

**FIGURA 1 – PROCESSO INFERENCIAL DE ANÁLISE DO CONTEÚDO**



FONTE: VALA, 1990, P. 105

Os pilares a fase da descrição ou preparação do material, de acordo com (Bardin, 2009) são a inferência ou dedução e a interpretação. Sendo assim, os principais pontos da pré-análise são a leitura flutuante, a seleção dos documentos, a formulação das hipóteses e

objetivos, a referenciação dos índices e a elaboração dos indicadores e a preparação do material. Por esta razão, as entrevistas foram captadas através de gravação áudio, transcritas na sua totalidade, lidas na sua globalidade enquanto documentos/testemunho.

A organização dos dados, categorização, é a atitude de agrupar dados considerando a parte comum presente entre eles. Esta classificação faz-se tendo em conta a semelhança ou analogia, de acordo com critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo. Os critérios são variados e podem organizar-se nos seguintes campos: semânticos, originando categorias temáticas; sintáticos definindo-se categorias a partir de verbos, adjetivos, substantivos, etc.; podem ser ainda constituídas a partir de critérios léxicos, com ênfase nas palavras e seus sentidos ou podem ser fundadas em critérios expressivos focalizando em problemas de linguagem (Bardin, 2009).

No nosso caso o tratamento dos dados foi feito utilizando a técnica da análise temática ou categorial que, que em consonância com (Bardin, 2009), baseia-se em operações de desmembramento do texto em unidades, ou seja, no descobrir de diferentes núcleos de sentido que constituem a comunicação, para, posteriormente, realizar o seu reagrupamento em classes ou categorias. A categorização sendo um processo complexo, obedeceu aos seguintes requisitos: a exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade e produtividade. Esta operação de classificação dos constituintes de uma mensagem observando determinados critérios, facilita a análise da informação mas deve alicerçar-se numa definição precisa dos objetivos e dos elementos utilizados na análise de conteúdo.

De acordo com o exposto anteriormente, a matriz de categorização concebida por nós organiza-se em três dimensões, cada uma destas categorias contém, subcategorias e sujeitos entrevistados. Foi através desta matriz que se criou a matriz de redução de dados.

No final do tratamento e inferência a interpretação dos dados, tornou possível que os conteúdos recolhidos se constituíssem em pesquisas reflexivas das entrevistas, com as quais procuramos aprofundar a visão e interpretação que os entrevistados têm da realidade observada e as representações estabelecidas para certos conceitos e fenómeno

## SEGUNDA PARTE





Descrição Heráldica:

- O negro representa a Terra e significa honestidade;
- Os rios são representados por faixas ondeadas de prata e azul;
- O rodízio representa a notável indústria do papel e destina-se a representar os engenhos de água corrente.
- O ouro significa riqueza e representa poder;
- As espigas em ouro representam a agricultura local, uma das grandes riquezas da Lousã;
- A coroa mural de quatro torres é a que está estabelecida para a categoria de Vila







# 1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DA LOUSÃ

## 1.1 Breves pinceladas históricas

O concelho da Lousã, detém marcas da presença do homem que datam do período de dominação romana, quando toda a Península Ibérica estava sob o domínio das hostes imperiais.

Data de 943, o primeiro contrato realizado entre Zuleima Abaiud e o Abade Mestúlio do Mosteiro de Lorvão, o topónimo ARAUZ que assinala a povoação mais importante dessa altura em toda a região, localizava-se junto ao cabeço onde se ergueria mais tarde o Castelo de Arouce.

O território de Arouce, cujo Castelo já era referido no Foral de Miranda do Corvo (1136), é contemplado por D. Afonso Henriques com um Foral em 1151.

Um outro documento régio, de 1160, refere-se à Lousã independentemente de Arouce, bem como a Vilarinho, o que demonstra que a bacia lousanense e a encosta de Arouce com o seu castelo eram realidades distintas. Podemos também encontrar o Alvará de Licença de D. João III, de 23 de maio de 1537, para os moradores da Lousã fazerem o Bodo de São João, cujo original se encontra no Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal da Lousã.

Foram Senhores da Lousã: D. João Afonso, filho bastardo de D. Diniz; o príncipe D. Pedro, duque de Coimbra, cujas tropas junto de Serpins e Vilarinho se prepararam para dar combate ao exército do seu meio-irmão, o duque de Bragança, D. Afonso; Pedro de Góis; Pedro Machado; Francisco Machado; D. Jorge, filho de D. João II e fundador da Casa Ducal de Aveiro, entre outros.

Foi no século XVIII que a Lousã mais desabrochou, passando de uma simples e comum vila a uma próspera povoação, com ruas flanqueadas de novas edificações de bom traçado, onde residiam as famílias nobres. A criação local da indústria do papel, o Engenho de Papel do Penedo, e os seus artigos daqui saídos eram de tal qualidade, que já em 1716 abastecia a prestigiada tipografia da Companhia de Jesus de Coimbra, como nos indica Campos (2009, pp. 145-146), ficando depois grandes clientes das unidades fabris da Lousã, a Tipografia Académica fundada pelo Marquês de Pombal e a Casa da Moeda.

Outras fábricas instalaram-se no concelho ligadas à produção de energia, fição, moagens, licores, serrações e serralharias que desta forma diversificaram a disposição fundamentalmente agrícola do concelho.

Sem esquecer a imigração para Lisboa, a emigração para o Brasil iniciada em finais do século XIX, depois para os Estados Unidos e mais recentemente, para a Europa, trouxe à Lousã uma nova perspetiva e evolução em diversas áreas.

**FIGURA 2 – INAUGURAÇÃO DO CAMINHO-DE-FERRO**



FONTE: [HTTP://WWW.CM-LOUSA.PT/\\_UPLOADS/IMGS/CONCELHO/IMAGES/COMBOIO\\_G.JPG](http://www.cm-lousa.pt/_uploads/imgs/concelho/images/comboio_g.jpg)

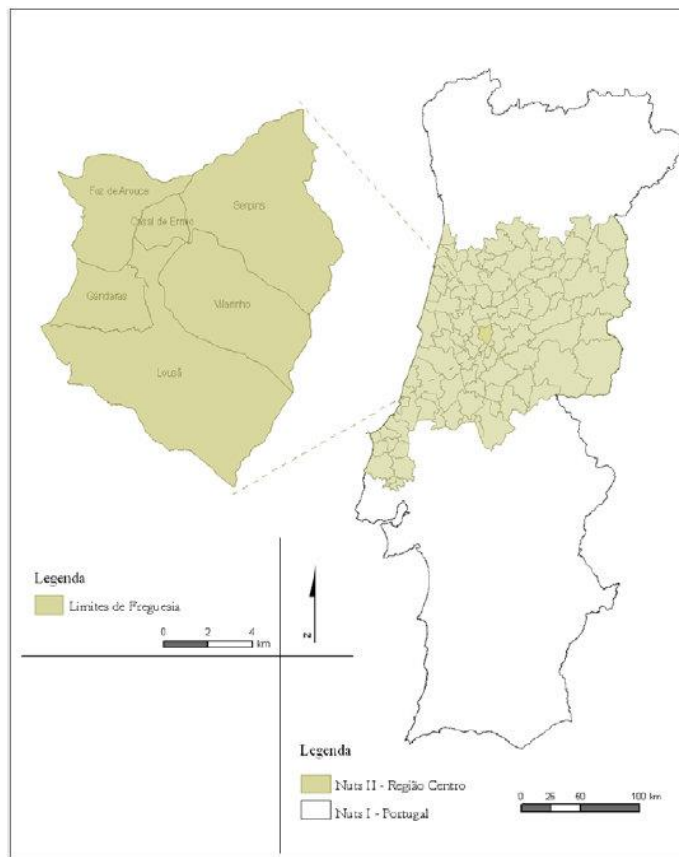
A inauguração do Caminho-de-ferro em 1906 quebrou o isolamento com Coimbra. Complementado posteriormente com a abertura de novas vias de comunicação. Em 1924, foi inaugurada a energia elétrica.

## 1.2 Lousã um concelho da região centro

Preenchendo quase um terço do município, a **Serra da Lousã** marca a extremidade sudoeste do mais importante bloco montanhoso do país, a cordilheira central. Com uma orientação rigidamente marcada de nordeste para sudoeste, a serra da Lousã destaca-se

pela forma brusca como se eleva, apresentando fortes declives, que vão desde cerca dos 200 metros elevando-se até ao seu ponto mais alto, o Trevim, a uma altura de 1204 metros.

**FIGURA 3 – ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO DO CONCELHO DA LOUSÃ**



**FONTE: ATLAS DESPORTIVO LOUSÃ**

Localizado na NUT1 II – Região Centro, o concelho da Lousã, pertence ao Distrito de Coimbra e tem por limites, a Norte o Concelho de Vila Nova de Poiares, a Nascente o Concelho de Góis, a Sul o Concelho de Castanheira de Pera e a Poente o Concelho de Miranda do Corvo. De acordo com o Plano Diretor Municipal (CML, 2011, p. 6), tem uma área aproximada de 140 Km<sup>2</sup> ocupando a Serra da Lousã, quase um terço do concelho. Esta está orientada de nordeste para sudoeste, apresentando fortes declives, desde os 200 metros até cerca dos 650/750 metros, onde se encontra um pequeno patamar, eleva-se em declives até cerca dos 900/1000 metros, onde novo patamar se transforma num relevo ondulado, por vezes quase aplanado e que atinge o seu ponto mais alto, o Trevim, a uma altitude de 1204 metros.

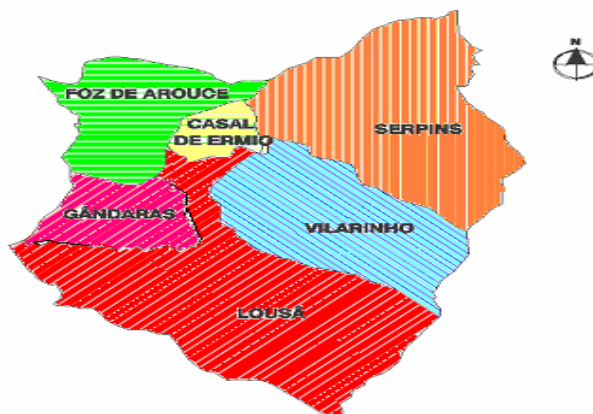
**FIGURA 4 – LOUSÃ E OS CONCELHOS LIMÍTROFES**



Fonte: CML - P.D.M. (Revisão Outubro 2011)

Contrastando com a serra surge a Bacia da Lousã, sendo a mais importante depressão que flanqueia o maciço central que se prolonga, no seu bloco noroeste, da serra da Lousã até à Serra da Estrela. Com altitudes situadas entre os 100 e os 190 metros tem solos aluviais e terraços fluviais completados por colinas sedimentares, mais elevadas. Estas últimas apresentam-se relacionadas com a presença do rio Ceira, que atualmente as corta profundamente e que outrora terá sido o responsável pela sua criação.

**FIGURA 5- FREGUESIAS DO CONCELHO DA LOUSÃ**



Fonte: CML - P.D.M. (Revisão Outubro 2011)

O concelho da Lousã é constituído por seis freguesias; Casal de Ermio, Foz de Arouce, Gândaras, Lousã, Serpins e Vilarinho dispostas como se pode verificar no mapa da

figura nº5. A partir de outubro de 2013 as freguesias deste concelho agrupam da seguinte forma: Lousã - Vilarinho e Foz de Arouce – Casal de Ermio.

A agricultura é pouco mecanizada e de tempo parcial, pois as características de pequenas parcelas de terra e o tipo de mão-de-obra familiar utilizada assim a condicionam.

O coberto vegetal que constitui a grande mancha florestal que cobre o concelho, tem influência tipicamente mediterrânica, apresentando espécies características como o carvalho português, sobreiro, medronheiro e plantas aromáticas.

Em complemento a estas espécies surgem introduzidas pelo homem, espécies como o pinheiro bravo, e, mais recentemente, o eucalipto, uma espécie que surge disseminado um pouco por todo o lado.

A ocupação agrícola, nos solos férteis correspondentes à bacia da Lousã, prevalecem áreas de policultura intensiva, expressas nas zonas de regadio e horta localizadas nos planos aluviais das linhas de água e na agricultura de sequeiro, agrupadas quase sempre a olivais ou pomares, situadas nas áreas mais afastadas das linhas de águas ou nas colinas sobranceiras da bacia. Encontram-se também, com regularidade, os pomares, dispersos, a delimitar os campos, no seu interior, ou nos quintais contíguos juntos às habitações.

As culturas principais são feijão, batata, cevada, milho, produtos hortícolas. O sector primário representa cerca de 2% (censos 2001).

O sector secundário corresponde a 36% sendo hoje os ramos de atividade mais ativos, de acordo com o PDM (CML, 2011, p. 26), os das indústrias de fabrico de Papel, Artes Gráficas, Edições e Publicações, seguido de perto pela indústria de Madeira, Têxteis, Alimentação e Produção de Material Elétrico.

Um pouco como para a situação da Indústria, também a atividade comercial (sector terciário 62%) teve desde o início deste século épocas de grande expansão e recessão. A Lousã está dotada hoje de estabelecimentos comerciais, modernizados acompanhando a introdução das novas tecnologias aplicadas aos pagamentos automáticos, gestão e acesso à informação.

### 1.3 Protagonistas locais

Em termos de população residente importa salientar que, no período 1991/2001, o município da Lousã assinalou um crescimento de 17,15% (Censos 2001), sendo o concelho que obteve o maior crescimento, no Pinhal Interior Norte e na Região Centro.

Contribuíram para esse feito, a proximidade à capital de distrito – Coimbra –, consubstanciada por um mercado imobiliário mais atingível ao poder económico dos agregados familiares mais jovens, fizeram da vila da Lousã uma opção válida à especulação imobiliária assinalada na capital de distrito.

**QUADRO 2 – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR MUNICÍPIO DO PINHAL INTERIOR NORTE, DE 1950 A 2001.**

Municípios	1950-1960		1960-1970		1970-1981		1981-1991		1991-2001		1950-2001	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Alvaiázere	-1046	-7,15	-2283	-16,81	-790	-6,99	-1204	-11,46	-868	-9,33	-6191	-42,32
Ansião	-746	-4,14	-2368	-13,71	546	3,66	-1417	-9,17	-310	-2,21	-4295	-23,84
Arganil	-1600	-7,68	-3307	-17,19	-423	-2,66	-1581	-10,2	-303	-2,18	-7214	-34,62
Castanheira de Pera	-449	-7,26	-1079	-18,8	477	10,24	-695	-13,53	-709	-15,96	-2455	-39,67
Figueiró dos Vinhos	-301	-2,54	-2585	-22,39	-206	-2,3	-742	-8,48	-660	-8,24	-4494	-37,94
Góis	-2627	-23,83	-1691	-20,14	-271	-4,04	-1062	-16,51	-511	-9,51	-6162	-55,9
Lousã	-1150	-7,64	-1070	-7,7	190	1,48	427	3,28	2306	17,15	703	4,67
Miranda do Corvo	-968	-7,03	-1300	-10,15	721	6,26	-557	-4,55	1395	11,95	-709	-5,15
Oliveira do Hospital	-1367	-4,94	-2957	-11,25	224	0,96	-970	-4,12	-472	-2,09	-5542	-20,04
Pampilhosa da Serra	-1003	-6,98	-4127	-30,86	-1752	-18,95	-1696	-22,63	-577	-9,95	-9155	-63,69
Pedrógão Grande	-433	-4,99	-3254	-39,5	857	17,19	-1199	-20,52	-245	-5,28	-4274	-49,29
Penela	-909	-8,79	-1568	-16,61	153	1,94	-1104	-13,76	-325	-4,7	-3753	-36,27
Tabua	-1231	-7,2	-3609	-22,74	1196	9,76	-355	-2,64	-499	-3,81	-4498	-26,3
Vila Nova de Poiares	-632	-7,75	-1443	-19,19	574	9,45	-488	-7,34	900	14,61	-1089	-13,36
<b>Total</b>	<b>-14462</b>	<b>-7,32</b>	<b>-32641</b>	<b>-17,82</b>	<b>1496</b>	<b>0,99</b>	<b>-12643</b>	<b>-8,31</b>	<b>-878</b>	<b>-0,63</b>	<b>-59128</b>	<b>-29,91</b>

FONTE: INE, RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO DE 1950 A 1981, E CENSOS 1991/ 2001.

Não obstante o crescimento da população em algumas freguesias, foi a sede de concelho, que atraiu todo o crescimento do concelho e que gerou o resultado alcançado.

### QUADRO 3 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR FREGUESIA (1960 A 2011)

FREGUESIAS	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Casal de Ermio	418	256	339	338	362	
Foz de Arouce	1259	1101	1230	1078	1112	
Lousã	8191	7417	7626	8321	10395	
Serpins	2032	1758	1784	1489	1712	
Vilarinho	2000	1837	2041	2221	2172	
Gândaras						
<b>TOTAL DO CONCELHO</b>	<b>13900</b>	<b>12369</b>	<b>13020</b>	<b>13447</b>	<b>15753</b>	<b>17606</b>

FONTE: INE – RECENSEAMENTOS DA POPULAÇÃO, ANOS DE 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 E 2011.

O mesmo se verifica ao nível da densidade populacional, onde se regista que a pressão demográfica se centra exclusivamente na sede de concelho e aglomerados envolventes, melhor servidos em termos de equipamentos e acessibilidades em relação à restante área concelhia. Também se verifica o mesmo com o número de famílias, como repercussão direta do aumento da população residente.

### QUADRO 4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS POR FREGUESIA (1960 A 2001)

FREGUESIAS	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Casal de Ermio	133	94	118	120	122	
Foz de Arouce	410	345	429	357	400	
Lousã	2338	2173	2423	2719	3782	
Serpins	596	562	610	548	643	
Vilarinho	601	559	670	730	763	
Gândaras						
<b>TOTAL DO CONCELHO</b>	<b>4078</b>	<b>3732</b>	<b>4250</b>	<b>4474</b>	<b>5689</b>	<b>6887</b>

FONTE: INE – RECENSEAMENTOS DA POPULAÇÃO, ANOS DE 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 E 2011.

Como se pode verificar a partir da década de setenta o Concelho da Lousã tem vindo a aumentar a sua população residente, com um grande crescimento entre 1991 e 2001 (17,15%) tendo abrandado nos últimos dez anos, como se pode constatar pelo Quadro nº 3.

### QUADRO 5- EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO ENTRE 1950 E 2011

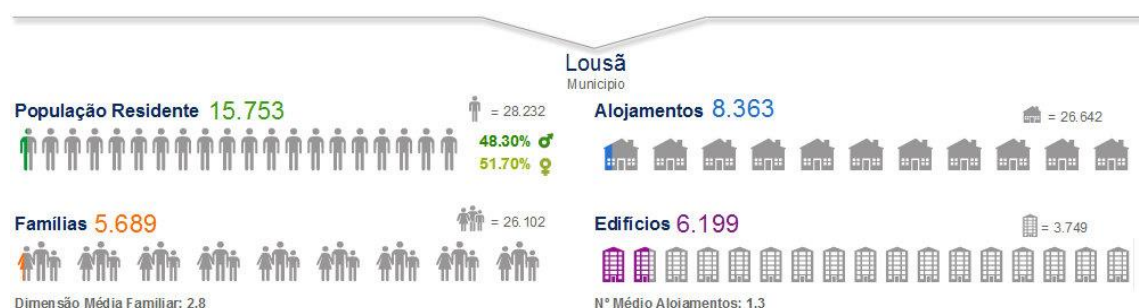
Anos	População residente	Variação populacional (%)
1950	15050	–
1960	13900	-7,64
1970	12369	-11,01
1981	13020	5,26
1991	13447	3,28
2001	15753	17,15
2011	17604	11,75

FONTE: INE – RECENSEAMENTOS DA POPULAÇÃO, ANOS DE 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 E 2011.

Esta diminuição da população residente pode explicar-se essencialmente por falta de melhorias nas acessibilidades, mesmo pelo agravamento dessas condições, muito por causa do atraso nas obras e no futuro incerto do Metro

Com os alojamentos a situação foi similar à evolução da população residente, apesar de um incremento lento mas gradual desde 1970, destacam-se na década de 90 por um aumento significativo na construção de novos alojamentos. De evidenciar que o número de alojamentos e de edifícios se tem mantido sempre muito superior ao número de famílias, por freguesia e no global do concelho.

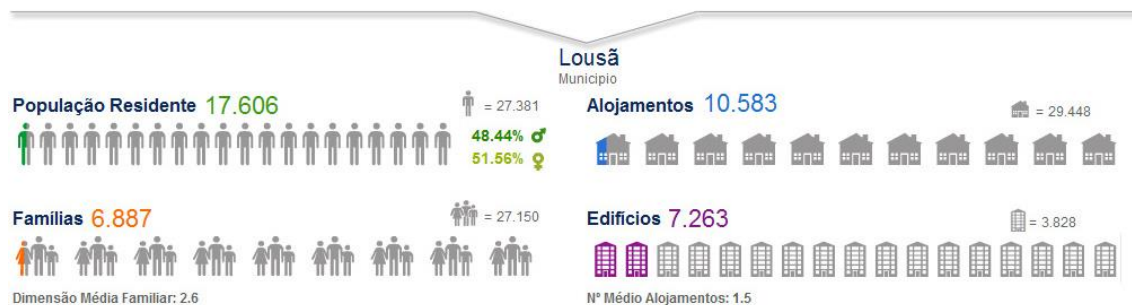
**FIGURA 6 – TOTAIS DE POPULAÇÃO, FAMÍLIAS, ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS DO CONCELHO DA LOUSÃ EM 2001**



FONTE CENSOS 2001.



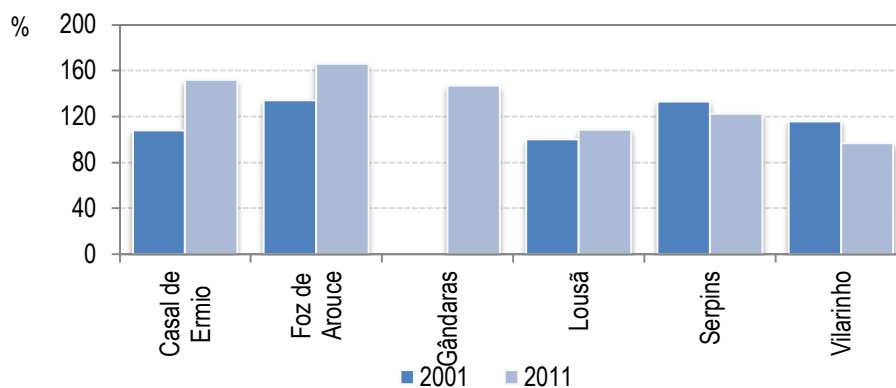
**FIGURA 7- TOTAIS DE POPULAÇÃO, FAMÍLIAS, ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS DO CONCELHO DA LOUSÃ EM 2011**



FORNE CENSOS 2011.

O município da Lousã apresenta em 2012 um índice de envelhecimento de 103,6 (Pordata) abaixo do valor nacional, esta tendência reflete, sobretudo, as dinâmicas demográficas evidenciadas nas últimas décadas, reforçado pelo aumento de uma maior esperança de vida em território nacional. Este índice teve um incremento significativo na última década como podemos observar no gráfico seguinte.

**GRÁFICO 1 - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO POR FREGUESIA EM 2001 E 2011**

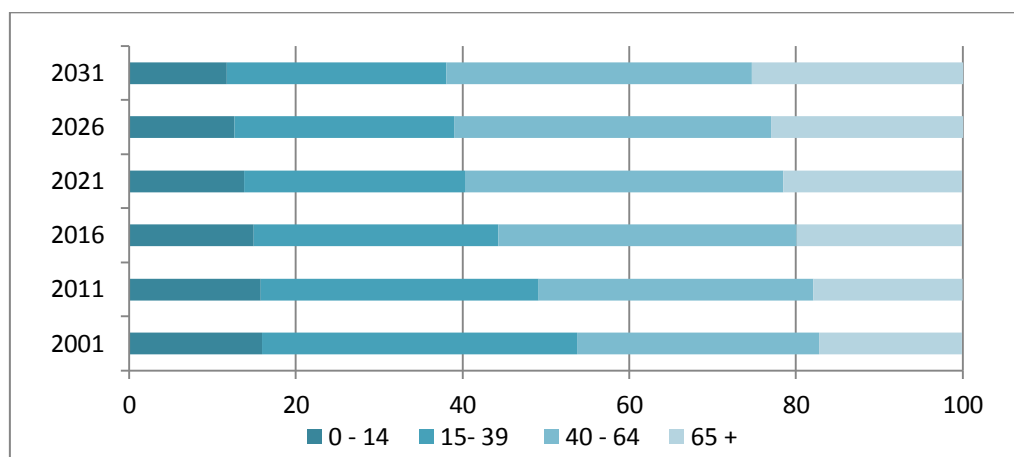


FORNE: INE

Contudo, os resultados demonstrados no recenseamento 2001 (Censos 2001) evidenciavam uma perspetiva de renovação, expressa não só pelo aumento de população nos grupos etários mais novos, apoiados no reforço de casais jovens que se deslocaram

para o município. Na última década verificou-se um aumento significativo do grupo etário dos 40-64 anos, como pode verificar no Gráfico 2.

**GRÁFICO 2 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPO ETÁRIO NO MUNICÍPIO ENTRE 2001 E 2031**



Fonte: Pordata

O Gráfico 2 oferece-nos uma panorâmica da evolução (2001-2011) e previsível evolução (2016-2031) da população residente no concelho.

## 1.4 Dinâmicas socioeconómicas

A distribuição por atividade e instrução, da população ativa, são indicadores fundamentais para o diagnóstico da atividade económica do Concelho da Lousã. Desta forma, importa analisar em primeiro lugar a relação entre os valores nas diversas unidades territoriais, de forma a enquadrar as dinâmicas observadas no concelho

**QUADRO 6 – POPULAÇÃO ATIVA COM PROFISSÃO**

ANO	POPULAÇÃO ACTIVA COM PROFISSÃO					
	SECTOR PRIMÁRIO	%	SECTOR SECUNDÁRIO	%	SECTOR TERCIÁRIO	%
1950	2955	56.9	1065	20.5	1162	22.4
1960	2198	45.9	1648	34.4	940	19.6
1970	1335	32.4	1630	39.6	1155	28.0
1981	437	10.4	2328	55.5	1428	34.1
1991	237	4.7	2374	47.6	2381	47.7
2001	131	2.0	2511	36.0	4410	62.0

FONTE: PDM (REVISÃO DE 2011)

O quadro nº6 mostra a evolução que cada um dos setores de atividade no concelho nos últimos anos. Um dos dados com grande significado é o do abandono do cultivo da terra durante esse período que passou de cerca de 70% para um valor residual de 2% o que nos suscita com grande curiosidade para os valores atuais dos últimos censos que ainda não está disponível (Pordata).

Quanto à distribuição da população por setores de atividade, é de realçar, a importância do sector dos serviços que surge no concelho da Lousã com valores superiores a 60% e por outro lado, o reduzido peso do sector primário na economia do concelho, uma vez que emprega somente os tais 2% da população ativa. Relativamente ao setor secundário, referente à indústria em geral, esta apresenta resultados próximos dos 40%, valor que se pode considerar considerável num concelho com as características da Lousã (Pordata). Contudo, este setor tem vindo a diminuir o seu peso económico, denunciando um diminuição da atividade industrial, não obstante a ampliação das áreas industriais no Concelho.

#### QUADRO 7 – TAXA DE ATIVIDADE E DESEMPREGO (1991 E 2001)

Unidade Territorial	População Economicamente Activa 2001	População Economicamente Activa e Empregada 2001	Taxa de Actividade 1991	Taxa de Actividade 2001	População Desempregada 2001	Taxa de Desemprego 1991	Taxa de Desemprego 2001
Portugal	4 990 208	4 650 974	44.6 %	48.2 %	339 261	6.1 %	6.8 %
Região Centro	1 067 864	1 006 373	41.6 %	45.5 %	61 491	5.1 %	5.8 %
Pinhal Interior Norte	57 977	54 707	36.3 %	41.9 %	3 270	4.6 %	5.6 %
Lousã	7 523	7 052	40.1 %	47.8 %	471	7.4 %	6.3 %

FONTE: CML - PDM (REVISÃO DE 2011)

A atividade industrial no concelho apresenta uma área 94,51 hectares consagrados no atual Plano Diretor Municipal, divididos por quatro grandes áreas. As áreas ocupadas são a Zona Industrial do Padrão – com espaço próprio delimitado – e as Zonas Industriais dos Matinhos e da Fábrica de Papel do Prado, incluídas no espaço urbano da Lousã. A quarta zona industrial, a Zona Industrial de Foz de Arouce corresponde a uma área de reserva prevista no atual PDM em vigor e que até à presente data não tem ocupação.

A Zona Industrial do Alto Padrão, localizada no Alto do Padrão, apresenta a maior área de ocupação industrial prevista em PDM, com cerca de 41 hectares e inclui cerca de 50

lotes, com as devidas infraestruturas e que, presentemente, se encontra próxima da sua capacidade máxima. Das várias empresas sediadas nesta zona industrial destacamos a armazenagem industrial de produtos, para as indústrias ligadas ao setor florestal e aos produtos florestais. Há a salientar ainda algumas empresas de indústria têxtil, higiene e limpeza, papel e setor automóvel. Esta zona industrial é assistida por um nó da variante à EN342 que assegura uma ligação ao IP1.

Além das zonas industriais, existem outras indústrias que se encontram dispersas pelo concelho. O realce vai para indústria têxtil, que de um modo geral tem fortes tradições no tecido industrial do município, bem como para o fabrico de material elétrico numa unidade fabril sediada em Serpins. Há ainda a destacar a indústria ligada ao sector da alimentação e bebidas, com grande incidência no concelho e na região.

O desemprego, no concelho da Lousã é mais elevado no sexo feminino. Para este facto contribui, certamente, o menor grau de escolaridade e, naturalmente, a pouca qualificação da mão-de-obra que se reflete em maior escala no universo feminino, verificando-se, uma distinção entre as oportunidades de emprego para o sexo feminino e masculino.

## **1.5 Educação e formação e organização territorial da educação**

Relativamente ao grau de instrução da população residente, os valores encontrados revelam um baixo e, por vezes inexistente, nível de escolaridade, onde o total de população analfabeta ou apenas com o 1.º CEB é equivalente à soma da população com os restantes níveis de ensino, incluindo de formação superior.

A educação no Município é assegurada por estabelecimentos escolares públicos e privados, sendo o parque escolar bom. Atualmente, e tendo em conta as alterações introduzidas pelo novo Regime de Autonomia, Administração e Gestão das Escolas, o concelho apresenta o Agrupamento de Escolas da Lousã (que em Janeiro de 2013 aglutinou a Escola Secundária da Lousã), a Escola Profissional da Lousã e a Escola Nacional de Bombeiros.

A Carta Educativa do Concelho da Lousã apresenta-se como um documento fundamental para o Desenvolvimento Educativo do concelho, surgindo na sequência lógica da realização e aprovação do Estudo Prévio. Tendo sido aprovada em Assembleia Municipal em Dezembro de 2005. A Carta Educativa Municipal foi homologada pela Ministra da Educação, Dra. Maria de Lurdes Rodrigues, no dia 20 de Dezembro de 2006, em Viana do Castelo.

Como se dizia no referido documento: *“A Carta Educativa tem por objetivos prever as respostas adequadas às necessidades da reorganização da rede educativa, quer as que resultam das variações da política educativa, quer das oscilações da procura educativa, tendo sempre como imperativo a rentabilização do parque escolar existente.”* Mais se acrescenta, ao pretender *“ainda, promover a igualdade de acesso à educação, numa perspetiva de adequação à realidade local, mas assegurando a coerência com os princípios normativos nacionais”* (CML, 2005, p. 4).

Os equipamentos escolares são os que estão representados no Quadro 8.

#### **QUADRO 8 – TOTAL DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES DO CONCELHO**

<b>EQUIPAMENTOS ESCOLARES</b>	<b>NÚMERO TOTAL</b>
Jardim-de-infância	13
Escolas do 1º CEB	12
Escolas do 2º e 3º CEB	1
Escola Secundária	1
Escola Técnico - Profissional	1
Formação de Segunda Oportunidade	3
Escola de Ensino Especial	1

**FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ/SECTOR DA EDUCAÇÃO**

O Plano Direto Municipal (PDM), revisto em 2011, apresenta o ensino pré-escolar a evoluir *“no número de alunos no sentido de um crescimento acentuado”*. Não sendo de frequência obrigatória a Educação Pré-Escolar, no concelho da Lousã ela tem aumentado de forma a enfrentar as necessidades que a vida ativa dos casais determina quanto ao apoio aos filhos. Esta procura tem tido eco também no do aumento da oferta da rede pública, que concebeu um aumento de vagas.

No mesmo documento, o PDM, a autarquia afirma que, “*perante este cenário perspectiva-se um aumento no crescimento da procura na Educação Pré-Escolar a curto e médio prazo, com particular destaque na sede do município, pese embora, o mesmo se possa verificar nas restantes freguesias*” (CML, 2011, p. 31).

Podemos também verificar que todas as freguesias estão cobertas por pelo menos um jardim-de infância e por pelo menos uma escola do 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB). A autarquia, através de protocolos com várias instituições do concelho, asseguraram os prolongamentos de horário e os períodos extraescolares dos Jardim-de-infância e das escolas do 1º CEB. A inscrição das crianças no Prolongamento de Horário é facultativa.

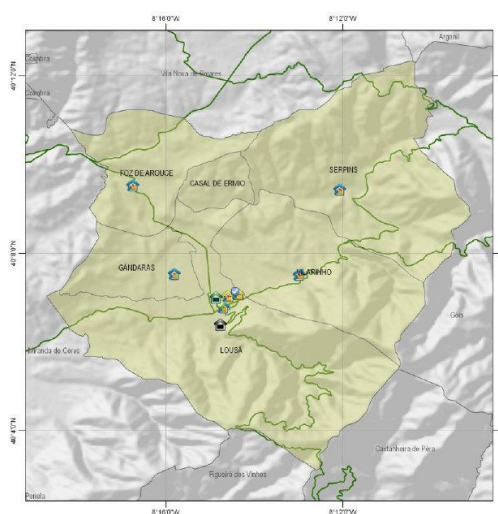
**QUADRO 9 – DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS PELAS FREGUESIAS**

<b>FREGUESIA</b>	<b>Jardim-de infância</b>	<b>1º CEB</b>	<b>2º e 3º CEB</b>	<b>Ensino Secundário</b>
Casal de Ermio	1	1		
Foz de Arouce	2	2		
Lousã	4	3	1	2
Serpins	1	2		
Vilarinho	2	2		
Gândaras	1	1		

**FONTE: PDM (REVISÃO DE 2011)**

Na seguinte figura 8 podemos verificar a distribuição dos espaços educativos pelo concelho. A grande maioria centra-se na freguesia sede, que é a única no concelho com ofertas educativas do 2º, 3º CEB e Ensino Secundário. Nas outras freguesias há pelo menos um espaço do Jardim de Infância e do 1º CEB.

**FIGURA 8 – LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS EDUCATIVOS NO CONCELHO DA LOUSÃ.**



**FONTE: PDM (REVISÃO DE 2011)**

Através da leitura da “Carta Educativa” podemos prever um crescimento equilibrado e sustentado nos três Ciclos do Ensino Básico, assentando essa expectativa num ritmo de crescimento linear no do 1.º CEB, não apresentando grandes oscilações. Da mesma forma, e mantendo-se a dinâmica de crescimento populacional verificada no município entre os censos de 2001 e 2011, particularmente ao nível da residência de novas famílias cerca de 1200, potencia-se o aumento da procura educativa em todos os níveis do ensino escolar.

O Agrupamento de Escolas da Lousã é composto por 11 Jardins de Infância, 11 Escolas do 1º CEB, por uma Escola do 2º e 3º CEB e pela Escola Secundária (recentemente). Este Agrupamento está espalhado por todo o conselho mas com maior incidência na freguesia sede, Lousã. A escola nº 2 da Lousã assegura a lecionação desde o 5º ano ao 9º ano de escolaridade sendo ainda os anos do 7º ao 9º ano de escolaridade repartidos com a Escola Secundária da Lousã.

Com a construção da nova escola do 1º, 2º e 3º CEB na freguesia de Vilarinho vai se desconcentrar o ensino do 2º e 3º CEB.

Relativamente ao Ensino Privado, está presente em três creches e dois Jardins de Infância. A Creche Magia da Criança, a Creche e Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia, a Creche e Jardim de Infância Villa Pippi, o Jardim de Infância de Casal de Ermio e o Jardim de Infância de Vilarinho.

A área artística, encontra-se também representada pelo Ensino Privado, através da Escola de Bailado da Lousã e da Academia de Música da Lousã.

As ofertas do Ensino Secundário dividem-se em duas propostas, o Ensino Secundário Regular, que funciona na Escola Secundária da Lousã e o Ensino Secundário Profissional a funcionar na Escola Profissional da Lousã.

A oferta formativa da Escola Secundária da Lousã distribui-se pelos Cursos Científico-Humanísticos de Ciências e Tecnologias e Línguas e Humanidades, pelo Curso de Educação e Formação de Práticas e Técnico-Comerciais e pelos Cursos Profissionais de Gestão, de Técnico Eletrotecnia e de Técnico de Energias Renováveis. É de assinalar que terminou o ensino noturno, sendo este corte implementado através dos organismos da tutela, Ministério da Educação. Esta lacuna vai afetar uma parte, ainda que pequena, da população que assim se vê privada de poder completar os seus estudos, pois a

deslocação para Coimbra ao fim de um dia de trabalho não é viável. *“E foram 20 alunos que ficaram sem a oportunidade de aumentar as suas habilitações”* (Ent.2).

Dedicada exclusivamente à formação profissional no Ensino Secundário, a Escola Profissional da Lousã (EPL) diversifica a oferta formativa no Concelho. As suas ofertas educativas têm vindo a variar ao longo dos anos, no sentido de criar respostas aos potenciais alunos, para uma verdadeira inserção no mercado de trabalho. Localizada na sede do concelho tem sido frequentada por alunos da Lousã, dos concelhos limítrofes e até de concelhos mais distantes, como por exemplo Mafra ou mesmo dos PALOP (Cabo Verde). Tem estatuto privado, tendo sido fundada em 1998. Neste momento tem cursos profissionais de dupla certificação em Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade, de Animador Sociocultural, Técnico de Apoio à Infância, Técnico de Design e Técnico de Turismo Ambiente e Rural.

O Centro Novas Oportunidades da Escola Nacional de Bombeiros da Lousã está a funcionar desde Novembro de 2001, sendo um dos primeiros neste tipo de certificação. Criado com o objetivo de certificar competências aos bombeiros portugueses, alargou a sua ação a todos aqueles que o procurem, tendo como primeira missão assegurar a todos os cidadãos, que o pretendam, uma oportunidade de qualificação/certificação. Desde Janeiro de 2011, passou a disponibilizar, além do Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) Escolar, o RVCC Profissional de Bombeiro, permitindo a todos os bombeiros o reconhecimento das suas competências e desta forma obterem uma certificação profissional.

A Associação de Recuperação dos Cidadãos Inadaptados da Lousã (ARCIL) fundada em 1976, tem tido um elevado destaque e desempenho, no apoio a crianças e adultos com deficiências, quer no Município da Lousã, quer nos Municípios limítrofes, sendo uma instituição de referência ao nível do Distrito de Coimbra. A sua área geográfica de influência situa-se, em especial, nos concelhos da Lousã, Góis, Miranda do Corvo e Pampilhosa da Serra. Esta associação tem como principais atividades a Reabilitação e a Produção.

A ARCIL foi pioneira, no nosso país, da inclusão nas escolas regulares dos cidadãos com deficiência. Relativamente ao Ensino Especial, a ARCIL, em conjunto com a Ação Social e Saúde, foi, após as primeiras experiências positivas, um das promotoras do



Projeto Integrado da Lousã, no protocolo estabelecido com a Direção Regional de Educação do Centro (DREC), que visa a promoção e a integração, a nível concelhio, de todas as crianças e jovens com necessidades educativas especiais (NEE), nos vários níveis de ensino. Através deste protocolo estabelecido com a ARCIL garante-se o acompanhamento individualizado, as adaptações curriculares e equipamentos especiais de compensação, através de uma equipa técnica, formada por psicólogos, técnicos de serviço social, terapeutas, professores de educação física e de artes visuais e ainda auxiliares. Desta forma todos os alunos com deficiências encontram-se integrados nas escolas do ensino regular, aplicando-se a lei, sendo permanente o acompanhamento dos técnicos em cada caso.

O concelho da Lousã apresenta um parque escolar, em geral, de boa qualidade, especialmente quando comparada com a generalidade dos concelhos do Distrito de Coimbra. Essa qualidade nota-se especialmente nos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo, sendo estes, por norma, a exibirem maiores problemas na qualidade das suas instalações. As intervenções levadas a cabo pela autarquia, nos últimos anos, têm sido oportunas e eficazes. Contudo, estas intervenções deverão, sempre que possível, ser planeadas no sentido de, numa única intervenção, ou em programas de intervenção faseados poderem oferecer, a médio prazo, condições físicas de grande qualidade, respeitando as normas relativas a equipamentos educativos, definidas pelo Ministério da Educação.

A organização territorial da educação no concelho da Lousã, tem uma cobertura quase total em termos de jardim-de-infância e total no 1º, 2º, 3º CEB e ensino secundário. Embora haja Jardim-de-infância em todas as freguesias, eles ainda não têm capacidade para acolherem todas as crianças dessa faixa etária.

No que diz respeito às Atividades de Tempos Livres (ATL), os 11 estabelecimentos do 1º Ciclo possuem este serviço, podendo considerar-se também que a taxa de cobertura deste serviço é de 100 %. Relativamente aos transportes escolares, o Ensino Pré-Escolar não se encontra abrangido (Decreto-lei n.º 15 459/2001 2.ª Série. Artigo n.º 7 – Anexo III). Assim, e numa medida de apoio ao Ensino Pré-Escolar, a Autarquia decidiu apoiar as famílias que não têm possibilidades de transportar as crianças à escola. Relativamente ao 1º CEB e até ao Ensino Secundário, o Decreto – Lei n.º 299 / 84 de 5 de Setembro refere que tem direito a transporte o aluno residente a uma distância

superior a um raio de 3 km se a escola não tiver refeitório, ou residente a uma distância superior a um raio de 4 km se a escola tiver refeitório. A Autarquia assegura, desde o ano letivo 2001/2002 aos alunos que frequentam esses níveis de escolaridade transporte quando residem a uma distância superior a apenas um raio de 1 km em relação à localização da escola, sendo que a Câmara Municipal da Lousã comparticipa com 100% do valor da vinheta mensal no caso dos alunos que frequentam o 2º e 3º CEB e 50% no caso dos alunos que frequentam o Ensino Secundário. Relativamente a alimentação, todos os estabelecimentos fornecem refeições quentes, o fornecimento de refeições escolares no Pré-Escolar e 1.º CEB é uma competência direta da Autarquia.

## 1.6 Projetos educativos da autarquia

Os projetos Educativos da Autarquia são vários e estão definidos segundo três eixos:

Eixo 1 – Prevenção: segurança, alimentação, saúde, ecologia;

Eixo 2 – Cidadania, Cultura e Conhecimento;

Eixo 3 – Novas Tecnologias da Educação e da Comunicação.

Em contacto realizado em Maio de 2011, com o Vereador da Educação e da Cultura perguntámos qual o Projeto ou Projetos mais significativos para a Autarquia, tendo em conta os vários Projetos existentes. A resposta foi: *“-Todos! A Autarquia quer passar a mensagem (interna e externamente os seus colaboradores) que todos têm o mesmo valor e que o empenho na execução desses Projetos deve ser elevado para todos.”* No entanto, deve-se salientar que o projeto, “Camões” que é uma plataforma informática interativa e colaborativa para utilização em contexto de sala de aula ou ações de formação, criada e produzida em Portugal por uma empresa nacional, é potenciador do sucesso educativo. A Lousã é o primeiro Município a ter esta tecnologia moderna que permite que todos os conteúdos educativos usados na sala de aula passem pela plataforma, facilitando o controlo da aula pelo docente, quando os alunos usam os Magalhães. As crianças têm assim à sua disposição, ferramentas que lhes proporcionam um desenvolvimento integral, pessoal e profissional, sem limitações geográficas.

## 1.7 Ação social

O concelho da Lousã aprovou em 2008 a “Carta Social” do Concelho ficando a partir desse momento com uma ferramenta de trabalho, onde reúne os principais aspetos e conclusões sobre a dinâmica da Ação Social. De acordo com esse documento, foi entre 2001 e 2006 que se verificou um aumento de 26% da população com idade igual ou superior a 65 anos. De acordo com os dados estatísticos do INE, 47,5% dos idosos tinham idade igual ou superior a 75 anos. Através destes indicadores podemos inferir que há uma falta de oferta de equipamentos de apoio aos idosos, como é o caso dos Lares e de unidades de cuidados continuados.

Relativamente às Creches, os equipamentos existentes não são suficientes e apenas permitem que uma percentagem muito reduzida de crianças tenha acesso a esta valência da ação social, confirmando-se assim a carência deste tipo de equipamento. O quadro seguinte apresenta a síntese do total dos equipamentos do concelho, por freguesia.

**QUADRO 10 - TOTAL DE EQUIPAMENTOS DO CONCELHO**

EQUIPAMENTOS POR VALÊNCIA	NÚMERO TOTAL DE EQUIPAMENTOS POR FREGUESIA					
	Casal de Ermio	Foz de Arouce	Lousã	Serpins	Vilarinho	Gândaras
Lar de idosos			1			
Centros de convívio						
Centros de dia	1	0	2	1	1	1
Apoio domiciliário	1	1	2	1	1	1
Centro de estimulação precoce			1			
Lar residencial			1			

FONTE: PDM (REVISÃO DE 2011)

O município da Lousã apresenta grande diversidade de respostas sociais na área de idosos, no entanto não possui Centros de Convívio que é uma lacuna que deveria ser preenchida, tendo em conta o elevado número de munícipes dentro desta faixa e as necessidades de básicas de lazer e convívio que estes carecem.

Com se pode verificar no Quadro nº10 apenas a freguesia sede tem um Lar cujo Serviço de Apoio Domiciliário é Integrado (SADI). Trata-se do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia da Lousã, que se encontra bom estado de conservação e com capacidade para 65 idosos podendo esta capacidade ser considerada boa, no entanto, as

necessidades por este tipo de equipamento no Município, e acordo com as listas de espera na referida instituição, quase duplicam.

A Santa Casa da Misericórdia assegura várias respostas sociais como: funcionamento durante 24 horas, em regime interno; fornecimento de refeições diárias, lavagem e tratamento de roupa, higiene pessoal, lazer e assistência médica; transporte através de viaturas próprias, o transporte dos idosos em situações de consultas médicas e deslocações a hospitais para tratamentos; diversas atividades que vão de encontro às necessidades dos utentes, nomeadamente ginástica, natação, cerâmica, grupo coral e de dança, jardinagem, trabalhos manuais e passeios/excursões.

Em termos globais o Apoio Domiciliário supera largamente o número de utentes nos Centros de Dia, tendo beneficiado deste serviço, no ano de 2011, 255 utentes.

O Apoio Domiciliário Integrado, apenas está disponível na sede de município, funcionando em conjunto com a autarquia e o Centro de Saúde da Lousã. Nas restantes freguesias, o Apoio Domiciliário é da responsabilidade de cada uma das IPSS de cada uma das freguesias.

No mesmo quadro verifica-se que as Freguesias de Casal de Ermio e Gândaras não têm Centro de Dia, tendo esta valência sido substituída pelo Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), que está assegurado em todas as freguesias do município.

No ano letivo 2011/2012 as duas Creches existentes no Município da Lousã, tiveram um total de 76 crianças matriculadas, sendo um número bastante reduzido, tendo em conta o número de crianças desta faixa etária existentes no município.

O Centro de Estimulação Precoce, em funcionamento na Santa Casa da Misericórdia da Lousã, é uma parceria com a ARCIL e assegura, a partir das instalações da creche, alguns lugares específicos para crianças com necessidades educativas especiais, nomeadamente crianças com deficiências ou em risco de exclusão social. Estas crianças são acompanhadas por uma equipa de Educação Especial, constituída por técnicos da ARCIL, em conjunto com o pessoal da Creche e do Jardim-de-infância. No último ano letivo estavam 6 crianças, do Município da Lousã, a frequentar o referido Centro.

O Lar Residencial, à semelhança do Centro de Estimulação Precoce, opera em regime de parceria entre a S.C.M. da Lousã e a ARCIL, em instalações da Santa Casa e com

acompanhamento de técnicos da ARCIL. Este Lar destina-se a pessoas com multideficiências ou com deficiências profundas e dependentes, tentando dar resposta permanente a utentes carenciados de suporte familiar, tendo assim capacidade de satisfazer as necessidades básicas dos munícipes portadores de deficiência. Além disso, dá resposta a utentes, cujos familiares precisam de uma maior disponibilidade de tempo de forma a adquirir e/ou manter o equilíbrio necessário ao acompanhamento dos filhos. Atualmente o Lar apoia 20 utentes não possuindo lista de espera.

As Atividades de Tempos Livres (ATL) são uma resposta social, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, ocupando-as nos períodos antes ou depois das atividades letivas e de acordo com o trabalho dos pais. Desenvolve-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiactividades. Este apoio à família é utilizado por mais de quatro centenas de crianças.

## **1.8 Projetos de desenvolvimento social e saúde**

São vários os Projetos desenvolvidos pelo sector de Desenvolvimento Social e Saúde da Autarquia, alguns em parceria e fazendo parte de Projetos Nacionais, outros dinamizados só pelo Município.

Os Projetos desenvolvidos em parceria são: R.S.I. - Rendimento Social de Inserção; PDIAS - Programa de Desenvolvimento Integrado de Ação Social; Atendimento Social Integrado em todo o Concelho; Rede Social - Conselho Local de Ação Social; Centro Local de Apoio à Integração dos Imigrantes; Ação Social e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Lousã.

Os Projetos da Autarquia são: P.A.I. - Programa de Apoio ao Idoso; Programa Municipal de Combate às Dependências; Banco de Voluntariado da Lousã; Programa de Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas; Ação Social e Provedoria Municipal das Pessoas com Incapacidade.

Destes Projetos realçamos o Programa de Apoio ao Idoso que desde 2001 foi aprovado em sessão de Câmara um Programa Concelhio de Apoio a Idosos, que visa o

desenvolvimento de atividades de apoio individual e de animação sociocomunitária destinada a esta população alvo. Os objetivos deste Projeto são de um forma geral garantir melhores condições de vida à população idosa, priorizando os mais desfavorecidos, garantindo e melhorando a mobilidade do idoso e proporcionando convívios interfreguesias e intergeracionais. Uma das atividades deste Projeto é o *Seniores em Movimento* que é um projeto de promoção de atividade física, em duas modalidades, ginástica e natação, tendo como objetivos: fomentar um estilo de vida saudável; promover o bem-estar físico e mental; incentivar a prática desportiva; incrementar o convívio e a interação e proporcionar a ocupação dos tempos livres. Outra das iniciativas é a *Internet sem Idade que visa* aproximar os idosos às novas tecnologias. Anualmente realizam-se 2 a 3 cursos (iniciação ou nível 2) sendo abordados os módulos Sistema Operativo Windows, a Internet e Correio Eletrónico. Este Programa de Apoio ao Idoso é um Programa que embora seja da competência do Pelouro do Desenvolvimento e Saúde, é transversal com os Pelouros da Educação e Cultura e com o Pelouro do Desporto.

## 1.9 Cultura e lazer

Em termos de equipamentos culturais e de lazer, o concelho da Lousã, apresenta um conjunto diversificado e completo de equipamentos. Destes podemos salientar os que, sem dúvida, têm um maior peso na dinamização cultural do concelho. Fazem parte deste grupo: a Biblioteca Municipal, o Ecomuseu da Serra da Lousã (Museu Municipal Dr. Álvaro Viana de Lemos); o Ecomuseu da Serra da Lousã (Museu Etnográfico Dr. Louzã Henriques) e o Cine Teatro da Lousã. Todos estes equipamentos situam-se na sede do concelho.

**QUADRO 11 – EQUIPAMENTOS SOCIAIS POR FREGUESIA**

EQUIPAMENTOS CULTURAIS	NÚMERO TOTAL POR FREGUESIAS					
	Casal de Ermio	Foz de Arouce	Lousã	Serpins	Vilarinho	Gândaras
Museus			5			
Biblioteca			1			
Cineteatro			1			
Filarmónica			1	1		
Ranchos Folclóricos		1	2	1	1	
Jornais			1	1		
Cooperativas/Associações Culturais	1		4		1	1

**FONTE: DADOS RECOLHIDOS JUNTO DA CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ E ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, 2008**

As atividades culturais desenvolvem-se ao longo de todo o ano, nomeadamente com exposições temporárias de pintura, caricatura, de escultura e de outros tipos, (para além das exposições permanentes dos museus da vila), com exibição de peças de teatro e outros tipos de arte de palco, de cinema e ainda debates, conferências e colóquios subordinados a variados temas.

Também as atividades musicais encontram na Lousã uma forte implantação, sendo frequente a ocorrência de espetáculos com Bandas Filarmónicas, Grupos Corais, Ranchos Folclóricos e artistas/grupos musicais de projeção nacional e internacional. A autarquia promove a organização de feiras ligadas aos usos e costumes tradicionais do Concelho, como é, por exemplo, o caso da Feira de Artes e Ofícios da Lousã.

Existindo uma estreita colaboração entre as Associações Culturais existentes no Concelho e a autarquia, são elas responsáveis, muitas vezes, pelos eventos realizados, contando, na maior parte dos casos, com a cooperação da Câmara Municipal, no que concerne ao folclore, música, exposições e manifestações culturais ligadas aos jovens.

Tendo estas associações recreativas e culturais equipamentos de lazer que funcionam como espaços de encontro e convívio das populações, muitas vezes subaproveitados na sua ocupação, uma das soluções poderá passar pelo reaproveitamento dos equipamentos das associações culturais e recreativas em cada freguesia, dotando-os das condições necessárias para este tipo de atividades.

Em termos turísticos, devem referir-se monumentos, história, belezas paisagísticas e, designadamente, montanha, para além da sua proximidade geográfica a outros centros turísticos. A localização das Aldeias do Xisto, em pleno coração da Serra da Lousã, proporciona condições únicas para o contacto com a natureza, uma vez que junto às aldeias se podem encontrar vários percursos pedestres que atravessam a montanha e, no decurso dos quais, além das deslumbrantes paisagens, se pode tomar contacto com uma variada flora e, com alguma sorte, com alguma da fauna ali existente, como os milhafres, os javalis, os veados e corços, entre outros. A oferta de alojamento na Lousã encontra-se centrada, fundamentalmente, ao nível de um hotel, de duas residenciais, uma Pousada da Juventude, de várias unidades de Turismo Rural, de várias unidades de Alojamento Local, um campo de férias, e do parque de campismo que se situa junto à praia fluvial da Bogueira, em Serpins.

Estando o turismo interligado com o lazer, este concelho possui equipamentos de lazer de grande qualidade, um grande leque de espaços naturais ao dispor das populações, tal como: praias e piscinas fluviais, parque de campismo e um conjunto de outras infraestruturas distribuídas por todo o território concelhio, das quais se destaca a Serra da Lousã. Esta contribui com uma série de espaços e equipamentos exclusivos das atividades de lazer, nomeadamente parques de merendas, miradouros, espaços verdes e locais para a prática de modalidades desportivas.

### **1.10 Desporto**

O associativismo desportivo sempre esteve muito enraizado na Lousã estando no topo das modalidades desportivas mais praticadas, e com mais expressão, o Futebol e o Râguebi. O Andebol, Basquetebol e na última década o Voleibol têm assumido algum protagonismo desde as equipas de formação até aos escalões de competição.

As características naturais do Concelho contribuem para as várias atividades desportivas que ocorrem um pouco por todo o seu território. Destacamos a Serra da Lousã com a sua beleza e condições ímpares e a passagem do Rio Ceira no interior do Concelho, nas freguesias de Casal de Ermio e Foz de Arouce. A realização de atividades de competição e de lazer de desportos motorizados, Rallies, Todo-o-terreno de motos e jipes, têm na Lousã excelentes condições. Algumas atividades de desporto radical como o Parapente, Canoagem, BTT, Orientação e Atletismo de Montanha, que permitem maior contacto com a natureza, encontram aqui as condições e infraestruturas necessárias para a sua realização, tendo a Lousã provas inscritas nos respetivos campeonatos nacionais da especialidade. A autarquia tem apoiado a formação e competição desportiva através da construção e/ou reconversão de alguns equipamentos, bem como a aquisição de material desportivo específico, muitas vezes impossível de adquirir pelos clubes.

São muitas e variadas as associações desportivas, encontram-se espalhadas um pouco pelas freguesias, com grande incidência na sede do concelho. É de salientar que, Casal de Ermio e Vilarinho não têm nenhuma associação desportiva ativa. A maior



agremiação e mais antiga é o Clube Desportivo Lousanense que se situa na freguesia da Lousã.

#### QUADRO 12 – ASSOCIAÇÕES E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS POR FREGUESIA

FREGUESIA	Associações desportivas	Equipamentos Desportivos
Casal de Ermio		1
Foz de Arouce	2	6
Lousã	6	26
Serpins	1	6
Vilarinho		5
Gândaras	1	2

FONTE: ATLAS DESPORTIVO LOUSÃ

Os equipamentos desportivos localizam-se, na grande maioria, concentrados na sede de Concelho devido, naturalmente, ao maior número de população existente e também à concentração das escolas N°2 (2º e 3º CEB) e secundária que reúnem um elevado número de alunos.

#### QUADRO 13 – TIPOLOGIA DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS POR FREGUESIA

FREGUESIAS	GRANDES CAMPOS DE JOGOS	PEQUENOS CAMPOS DE JOGOS	PAVILHÕES	SALAS DE DESPORTO	PISCINAS COBERTAS	PISCINAS DESCOBERTAS	OUTROS	TOTAL
Casal de Ermio	0	1	0	0	0	0	0	1
Foz de Arouce	3	3	0	0	0	0	0	2
Gândaras	1	1	0	0	0	0	0	2
Lousã	2	11	4	3	3	1	1	26
Serpins	1	3	1	0	0	1	0	6
Vilarinho	2	3	0	0	0	0	0	5
Total	9	22	5	4	3	2	1	46

FONTE: ATLAS DESPORTIVO LOUSÃ

Nas outras freguesias podem-se encontrar os equipamentos essenciais aos desportos mais populares, com a existência de polidesportivos e campos de futebol. Os recintos polidesportivos, situados nas sedes de freguesia, além de acolherem a realização de torneios de futebol de salão, funcionam como locais dinamizadores de relações sociais, em consequência da diversidade de equipas e da sua origem, muitas vezes oriundas de freguesias limítrofes ou mesmo de outros municípios. A reconversão e manutenção destes recintos desportivos, ou a construção de novos equipamentos, contribuem

nitidamente para o desenvolvimento das relações sociais e desportivas em torno das competições ou convívios que neles acontecem.

### **1.11 Programas desportivos da autarquia**

Em 2004 foi criado o documento “Opções para o desporto no Município da Lousã” fruto do protocolo celebrado entre a Câmara Municipal da Lousã e a Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra.

O plano para o desporto identificou o peso que a autarquia assume em vetores tão importantes como a titularidade de infraestruturas ou o apoio ao associativismo desportivo. Adicionalmente, despistou as expectativas da população relativamente ao desejo de participação desportiva. No que se refere ao apoio ao associativismo, criou um instrumento que garanta a transparência dos subsídios, vinculando-os a objetivos. Foram apontadas soluções para a intervenção em áreas nucleares para o desenvolvimento de uma comunidade, tal como a Expressão Físico-Motora.

Em 2007 A Câmara e Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, criaram a Carta Desportiva da Lousã. Este “Atlas Desportivo” assume-se, assim, como um instrumento de planeamento estratégico, identificando e diagnosticando carências e assimetrias dos equipamentos desportivos e analisando as suas possibilidades de otimização, através da sua reabilitação/requalificação e adaptação, ou através de um processo de gestão adequado. Este deve assumir um papel preponderante e estratégico, quer no ordenamento do território, quer no desenvolvimento sustentável do Município da Lousã.

Dentro deste conjunto de Programas saliento o Programa “Exercício e Saúde”, pois foca os seus objetivos na generalização da prática desportiva. Esta generalização é alcançada através da organização de atividades adaptadas a todas as idades. Exemplo disso é a realização das atividades “Lousã Saudável” e “Encontro de Gerações”, que vão já na sua 4ª Edição contando em média com 500 e 250 participantes, respetivamente. Refira-se também o Programa Desporto para Pessoas com Necessidades Especiais, que tem como principal objetivo possibilitar/facilitar o acesso à prática desportiva e às instalações desportivas por parte desta população. A Câmara, ao longo da época

desportiva, apoia a prática desportiva de pessoas com necessidades especiais através de: criação de turmas de natação adaptada na Piscina Municipal da Lousã; cedência da Piscina Municipal e do Pavilhão N.º. 2 à Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã (ARCIL); cedência de instalações desportivas e apoio a Entidades que desenvolvem a sua atividade com pessoas com necessidades especiais (ANDI - Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual e ARCIL – Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã).

### **1.12 O associativismo no concelho**

O associativismo cultural e desportivo está bem presente neste Município, o qual a autarquia incentiva e apoia através de protocolos de cooperação. As agremiações culturais são: ACTIVAR - Associação de Cooperação da Lousã, AVEL - Associação "Viva a Escola da Lousã", ARCIL, Agrupamento 656 da Lousã - C.N.E., Agrupamento de Escuteiros de Serpins, Associação Filarmónica Serpinense, Sociedade Filarmónica Lousanense, Associação de Estudantes da Escola Secundária da Lousã, Associação de Estudantes da Escola Profissional da Lousã, Juve Bombeiro, Trevim – Cooperativa Editora e de Promoção Cultural, CRL – cooperativa cultural com edição de um jornal.

As coletividades desportivas são: Clube Desportivo Lousanense, Rugby Club da Lousã, Sociedade Columbófila Lousanense, Rancho Infantil Estrelinhas da Ponte do Areal, Montanha Clube, Grupo Desportivo Arouce-Praia, Grupo de Dança da AVEL e da Escola Secundária da Lousã, Ginásio Clube da Lousã, Lousã Volley Clube, Clube Recreativo Vilarinhense, Clube Recreativo Erminense, Associação Desportiva Serpinense, Associação de Caçadores da Lousã, Associação Recreativa e Cultural de Vale de Maceira, Associação Cultural e Desportiva de São Bento, Clube Académico das Gândaras, Clube Arte e Sport e Clube Caça e Pesca da Lousã.



## 2 PERSPETIVAS SOBRE A ATUAL EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

De forma a conhecermos melhor a dinâmica socioeducativa do concelho da Lousã, temos de levar em conta as opções estratégicas que fundamentaram o planeamento educativo territorial, as ofertas socioeducativas e culturais, os intervenientes educativos e o conjunto de parcerias envolvidas.

No ponto anterior, fizemos um levantamento de forma a caracterizar do município em termos socioeconómicos, educativo, desportivo, ao nível dos recursos e infraestruturas educativas e culturais. Chegou a altura de conhecermos, a visão e compreensão do município através dos diferentes atores locais ouvidos neste estudo, quanto à organização da educação na Lousã, de acordo com os seguintes pontos: caracterização do município; os principais problemas sentidos; as soluções identificadas; os aspetos positivos e negativos da educação formal e não formal; o funcionamento do conselho municipal de educação; as parcerias existentes e desejáveis; e, as competências atuais e as desejáveis para o município.

De forma a ajudar na leitura dos dados recolhidos, vamos proceder à apresentação e explicação das principais unidades de registo, para cada uma das subcategorias.

### 2.1 Apreciação geral do município

De uma forma geral os intervenientes neste estudo têm uma visão global bastante boa relativamente à educação do concelho e ao que se tem realizado nos últimos anos e vão no sentido de constatar a qualidade dos espaços físicos e das condições da sala de aula, nomeadamente por terem condições para a utilização das novas tecnologias de educação e *software* apropriado, a plataforma “Camões”.

Claro que da opinião geral, ressalta aquela do autarca sobre a aposta que a câmara faz na educação. Da sua entrevista evidencia-se que: *“A educação é o principal fator de promoção do desenvolvimento - nós temos isso plasmado na nossa estratégia e não é de agora, como sabes - e os professores são os principais agentes de promoção desse desenvolvimento.”* (...) *“...para além da obra física, eram a modernização do espaço*

*da sala de aula com as novas tecnologias da comunicação, da informação e, evidentemente, da educação” (2.1.1./Ent.1/Aut.).*

#### QUADRO 14 – APRECIÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO NO CONCELHO

1.1.1. Autarca	<p><i>“Visão, estratégia, desenvolvimento e inovação, acho que são os pilares.”</i></p> <p><i>“A relação entre a CML e os agentes – esta parceria, este estabelecimento de uma agremiação de vontades – de colocar os interesses do município acima de qualquer tipo de interesses...”(Ent.1).</i></p>
1.1.2. Escolares	<p><i>“Eu acho que a Lousã faz um bom trabalho no âmbito da educação, a autarquia está muito disponível para trabalhar com as escolas, há uma boa parceria, há vários anos que temos uma boa programação/planificação através do projeto educativo concelhio que nos engloba no fundo a todos...” (Ent.2).</i></p> <p><i>“A Educação tem sido uma das grandes prioridades deste município, que investiu, na minha opinião com grande visão, em não ser um concelho dormitório de Coimbra,...” (Ent.3).</i></p> <p><i>“A educação no município é um pouco o espelho daquilo que são as políticas de educação nacionais, sem nenhuma autonomia na realidade.” (...) Por mais que a autarquia pretenda fazer alguma coisa esbarra sempre com as opções superiores do ministério da educação, ... “ (Ent.4).</i></p>
1.1.3. Associativos	<p><i>“...tem havido um crescimento muito gradual, no entanto sei que nos últimos 5 anos foram criadas estruturas para o funcionamento, e não só estruturas físicas para o funcionamento, que tornaram o ensino na Lousã, num ensino um bocadinho à frente da realidade que nós temos em Portugal e não só na inclusão mas também através de um conjunto de projetos na área das novas tecnologias no investimento na formação e sensibilização dos professores para a atualização pedagógica e a autarquia tem se associado e tem estado muito ao lado das escolas para poderem potenciar ainda mais esse desenvolvimento” (Ent.5).</i></p> <p><i>“Penso que é um balanço muito positivo, o concelho da Lousã em termos de educação merece ser destacado tem tido um papel atento sobre todos os problemas. Penso que sim, é muito positivo” (Ent.6).</i></p>

FONTE: MATRIZ DE REDUÇÃO DE DADOS

Há facilidade de comunicação e sintonia entre o poder autárquico e os restantes parceiros, sendo assim é simples criarem-se boas vontades, parcerias e conjugação das sinergias em prol do desenvolvimento da educação no concelho. Claro que isso só por si não é suficiente, pois, com é referido, *“Por mais que a autarquia pretenda fazer alguma coisa esbarra sempre com as opções superiores do ministério da educação,...” (2.1.2./Ent.4/Esc.).* O concelho da Lousã não está isolado e não é independente das

políticas nacionais. Estas também são, muitas das vezes, influenciadas e condicionadas por orientações europeias.

## 2.2 Principais problemas sentidos

“*Quem não se sente não é filho de boa gente*”, é um provérbio que simboliza este ponto da investigação no qual vamos reunir os dados recolhidos sobre as perceções dos nossos atores locais relativamente aos problemas existentes neste território e suas soluções.

Mas, antes de começarmos a analisar esta particularidade convém reconhecer que os atores locais que participaram neste estudo apresentam um conhecimento profundo deste concelho tendo em conta os anos que vivem e ou trabalham na Lousã, além dos cargos que ocupam como decisores e atores locais de educação.

### QUADRO 15 - PROBLEMAS

1.1.3.1. Autarca	<p><i>“as obrigações financeiras legais. Inclusivamente, neste momento há municípios que não vão adjudicar os serviços de transportes e refeitórios para o próximo ano letivo – só para termos a noção do que está em causa – e esta lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso. (...) Estamos a falar de questões de funcionamento normal para uma autarquia, e sabemos que uma câmara tem de ter autonomia” (Ent.1).</i></p> <p><i>“...ficou comprovado que não é o facto de haver requalificação que as pessoas mantêm os filhos nesses locais, mas é o emprego a oferta de emprego e também há uma espécie de estatuto, de doença do estatuto, em que as pessoas pensam que ter o filho a estudar numa pequena localidade não é bom, é giro é leva-lo para o centro urbano” (Ent.1).</i></p>
1.1.3.2. Escolares	<p><i>“Creio que a maior dificuldade que a educação municipal enfrenta é a sobrelotação do parque escolar, sobretudo das escolas centrais, o atraso na obra da escola nova e os cortes orçamentais que se irão refletir em todos os apoios ao nível de transportes, atividades, equipamento informático, material escolar e de funcionários” (Ent. 3).</i></p> <p><i>“As dificuldades normalmente são financeiras, a autarquia tem resolvido sempre o que tem podido, estou a falar ao nível de transportes para atividades com os alunos, penso que já foi melhor, quando solicitada a autarquia resolvia facilmente o transporte dos alunos, o que não se passava noutras autarquias. (...) As dificuldades são mesmo com a falta de recursos que a autarquia enfrenta” (Ent. 2).</i></p> <p><i>“Eu creio que as dificuldades são financeiras, quer aqui ao nível da escola em que o município é parte interessada, vemos que há vontade do município em que as coisas possam avançar num determinado sentido, mas depois vê-se manietado mais uma vez, por pés e mãos atadas por questões legais, pela nova lei das autarquias” (Ent. 4.)</i></p>

1.1.3.3. Associativos	<i>“Neste momento sobretudo financeiros, parece-me que há uma pro atividade no desenvolvimento de um conjunto de projetos, mas existem limitações financeiras que me parecem importantíssimas para limitarem o desenvolvimento de novos projetos, nomeadamente ao nível das infraestruturas” (Ent.5).</i>
-----------------------	---

FONTE: MATRIZ DE REDUÇÃO DE DADOS

Os problemas identificados são basicamente económicos/financeiros, de organização do território educativo e das ofertas educativas que o concelho pode oferecer. Vejamos cada um tal como apresentam os nossos entrevistados.

### 2.2.1 Económicos/financeiros

A opinião dos sujeitos locais quanto aos problemas da educação no concelho da Lousã é unânime e recaem essencialmente nas dificuldades económicas que se estão a sentir, neste momento particular, de crise económica nacional e internacional. Alguns problemas são diretos, outros indiretos em termos das implicações que acarretam.

Estranho seria que o principal problema fosse outro, pois a palavra **crise** faz parte do dia-a-dia do cidadão português desde há muito tempo. Juntamente com outras palavras que deixam em desassossego qualquer pessoa que esteja minimamente desperta ao desenrolar dos acontecimentos como: desemprego, austeridade, subsídios, *troika* entre muitas outras.

Neste momento gera-se uma espécie de pânico na comunidade sempre que um governante vem fazer uma comunicação, pois é sentido pela população em geral que não consegue fazer mais sacrifícios e que o esforço feito até aqui não é recompensado.

Sente-se um desânimo coletivo e a falta de objetivos para o futuro, e muitas das famílias sentem na pele neste momento os efeitos principalmente do desemprego que ascende em Portugal os 16,5% (taxa divulgada pelo Eurostat a 30 de agosto).

O problema da crise económica é sentido de uma forma geral como um entrave a projetos mais ambiciosos de médio e longo prazo, mas mais grave é sentido no dia-a-dia no funcionamento da autarquia e das escolas, refletindo-se nos serviços prestados ao nível dos transportes, refeições, material escolar, atividades e funcionários.



Outra das situações vivenciadas verifica-se na carência de meios económicos de algumas famílias do concelho para a qual a autarquia e as escolas estão atentas e têm providenciado suplementos alimentares e forma a fornecer às crianças uma alimentação condigna.

Outra face dos problemas é o de projetos que já estavam em execução, como é o caso da nova escola que sofreu mais um atraso na obra devido à falência do construtor atual, expondo uma dificuldade sentida principalmente no 1º e 2º CEB na freguesia sede que se relaciona com a sobrelotação do parque escolar destes níveis de ensino.

*“A grande prioridade na altura, para além da obra física que era fundamental, nomeadamente na questão da escola que era necessária (que passou e passa por um conjunto de vicissitudes aos quais somos alheios mas que temos que resolver porque o prejuízo será para a comunidade lousanense). Apesar disso a escola continua com muitos problemas: é um projeto com 30 e tal anos, com uma configuração que não se adequa com os tempos de hoje. É um projeto do ministério da educação que, enfim, eu herdei, no qual fizemos os possíveis para contrariar algumas decisões que o próprio projeto tinha” (2.1.1./Ent.1/Aut.).*

Como em cima foi referido este projeto de escola já não coaduna face às necessidades atuais educativas do concelho e da educação em geral, houve vontade e empenho por parte da autarquia em fazer as alterações possíveis, mas a sua capacidade de intervenção é limitada neste domínio. Provavelmente, com maior descentralização nas competências de administração educativa se tivesse tomado outras soluções mais adequadas.

### **2.2.2 Organização do território**

Como podemos verificar tal não tem origem só na falta de espaço escolar mas também numa boa distribuição/organização dos alunos pelas escolas existentes, falo no caso específico do 1º CEB. Porque em relação ao 2º CEB há uma efetiva necessidade de salas e espaços educativos.

O concelho da Lousã, como verificamos anteriormente na descrição do município, conjuga na freguesia sede, além de mais ofertas de emprego, um conjunto de ofertas

educativas, culturais, desportivas, etc. que não existem nas outras freguesias, como acontece na grande maioria do nosso país. As freguesias sede tornam-se muito mais atrativas pela quantidade e qualidade dos serviços que oferece à comunidade. Se conjugarmos esses fatores à necessidade de muitas pessoas se deslocarem diariamente para o emprego na sede da freguesia é natural que os alunos se concentrem nas aí localizadas.

*As “escolas do centro estão a abarrotar e depois temos algumas escolas, excelentes escolas com excelentes condições com pouquíssimas crianças, porque os pais não têm trabalho lá e como vêm para a vila trazem os filhos para o local mais próximo do seu trabalho, o que é verdade, os avós, por exemplo, não estão lá não, podem dar a resposta familiar e gerar este equilíbrio, mas o facto é que houve investimento e ficou provado que não é isso que mantém as pessoas” (2.2.2.1./Ent.1/Aut.).*

Outro dos problemas que pode voltar a pairar, e que a Lousã tem conseguido resistir desde a década de 90, é o provocado pela proximidade deste concelho a uma grande cidade, que com a facilidade e a melhoria da mobilidade atuais, correm o risco de se tornarem um “dormitório”, neste caso da cidade de Coimbra, cortando a dinâmica de Desenvolvimento Local. Para este território, como em outros com características semelhantes, este problema assume contornos bastantes complexos, sendo necessário manter o território atrativo para as pessoas aqui residirem. A entrevistada 3 salienta isso mesmo, assumindo que a Lousã tem conseguido “ ... não ser um concelho dormitório de Coimbra, risco que correu, seriamente, nos anos 90, quer pela proximidade de Coimbra, quer por ser um lugar aprazível, quer, ainda, pelo custo da habitação e pelos acessos – comboio e promessa de metro” (2.2.2.2./Ent.3/Esc.).

Todavia até a situação dos transportes públicos está por resolver. Hoje não há ligação de comboio a Coimbra e isso está a prejudicar o desenvolvimento do município. Sem comboio e sem metro enfrentam um percurso de autocarro entre a Lousã e Coimbra o que significa um retrocesso de «décadas» para a população lousanense, em duração da viagem e em conforto. A estrada da beira, embora tenha sido requalificada, também não satisfaz as necessidades de quem tem de se deslocar todos os dias, pois passa por muitas localidades, inclusive por Ceira de Coimbra, onde começam os congestionamentos de trânsito.

### 2.2.3 Ofertas educativas

Neste momento sente-se uma procura fora do concelho (em Coimbra) de ofertas educativas específicas, nomeadamente no ensino artístico (música e dança) em níveis de ensino mais baixos (2º CEB), o que não acontecia anteriormente. Este fator está a retirar população estudantil do concelho, o que só acontecia numa faixa etária mais alta, por volta do ensino secundário e quando as ofertas no concelho não iam de encontro às expectativas pessoais.

Outra dos problemas sentidos no campo das ofertas educativas no concelho, prende-se com o facto de haver poucos alunos a terminar ou completar as suas habilitações após o percurso normal de estudos.

O “...ensino noturno fechou na Lousã, que já vinha a funcionar desde o início década de 80. Terminou porque já tínhamos pouca procura por parte dos alunos e pelas exigências legais de criar turmas muito grandes, o que no caso do ensino noturno é difícil conseguir. (...) Na realidade já no ano passado conseguimos fazer uma turma com 25 alunos mas como as respostas tardaram quando se verificou a autorização já só tínhamos 20 o que depois inviabilizou a criação dessa turma. E foram 20 alunos que ficaram sem a oportunidade de aumentar as suas habilitações” (2.2.3.2./Ent.2/Esc.).

Se por um lado é sentida a austeridade, em termos do aproveitamento de recursos, mais alunos com os mesmos meios, sente-se também o reflexo das políticas de reconhecimento de competências ao longo da vida, no número de candidatos ao ensino noturno. Esta conjugação de fatores provocou o encerramento desta importante oferta para o concelho.

Outro problema sentido na diversidade de cursos postos à disposição dos alunos do concelho, vem com a falta de recursos, neste caso por aposentação dos docentes da área, o que provocou a retirada destes cursos pelas entidades superiores (DREC). “... vamos deixar de ter o CEF para o terceiro ciclo e neste momento só temos os profissionais nas áreas de gestão, eletrividade eletrónica e energias renováveis para a qual temos bons recursos materiais e deixámos de ter recursos humanos, por aposentações (no caso dos dois últimos cursos apontados). Espero é que estes cursos também não terminem de repente se não ficamos com os equipamentos e sem respostas” (2.2.3.2./Ent.2/Esc.).

De facto a oferta educativa passa essencialmente pelos decisores políticos, Ministério da Educação, pois como foi referenciado pelo diretor da Escola Profissional da Lousã, não podia ser mais claro quanto ao que se passa neste momento político: *“este ano [2012] fomos todos chamados à Direção Regional de Educação do Centro (DREC) e lá informaram as turmas que iríamos ter para o próximo ano letivo (2012/2013) sem se quer falar previamente com os diretores ou responsáveis autárquicos, dizendo que são as instruções do ministério que tinham cotas e que fizeram a distribuição,* (2.2.3.2./Ent.4/Esc.). Ou seja não é dada oportunidade para atender aos condicionalismos e às características locais. Esta instituição pretendia diversificar os cursos ministrados, neste caso na área das artes de espetáculo, visto estar em vias ser instalada no município um *“cluster”* de empresas de produção de material de cenografia e artes de espetáculo. *“A escola fez o seu trabalho pediu os aditamentos para poder ministrar esses cursos e depois a DREC não deixou. O município através do pelouro da educação e através de Câmara no seu todo, penso que numa resolução da Assembleia Municipal, enviou o seu parecer à DREC e a resposta que receberam é que tinham de seguir as normas/regras do ministério e que não havia cota poder abrir outros curso e outras turmas”* (2.2.3.2./Ent.4/Esc.).

Como ligar a oferta educativa ao desenvolvimento local com esta política centralizadora e cega?

O mesmo dilema apresenta a Escola Secundária, que se sente impotente e travada na sua missão de educar plenamente os seus alunos. A responsável pela direção da escola dá-nos conta do problema que existe por verem contrariada uma prática que lhes parecia garantir maior sucesso. *“A aposta da oferta educativa tem sido até aqui de certo modo diversificada e neste momento estamos a sentir um bocadinho atrofiados, ou seja, o que vamos fazer aos alunos do 3º ciclo, e já este ano, que pelo seu percurso e as retenções que obtiveram necessitavam de outros caminhos, como não estávamos a contar com o fecho dos CEF que nos ia dando as respostas necessárias e nem pensamos nos Percursos Curriculares Alternativos (PCA) e o prazo das candidaturas já terminou”* (2.2.3.2./Ent.2/Esc.).

## 2.3 Soluções

Têm sido encontradas soluções no concelho de forma a minimizar os problemas sentidos, no entanto, o grande problema sentido (financeiro), é exterior ao concelho, e só poderá ser resolvido em termos nacionais. Ao nível local poderá ser “disfarçado” mas nunca resolvido na sua totalidade. Este condicionalismo põe à prova a imaginação e criatividade dos dirigentes concelhios, em encontrarem as formas de provocar um menor impacto no ensino deste território.

Uma dessas ações passa pelo “... recém-criado, observatório socioeconómico, órgão criado em Janeiro pelo Presidente de Câmara para a atuação de casos sociais resultantes da crise que estamos a viver, ...” (2.3.1./Ent.1/Aut).

Outra solução para a crescente procura pelos alunos do 2º CEB, das áreas artísticas, foi “... a criação de uma turma de ensino integrado de música, em protocolo com o conservatório de Coimbra (2.3.2./Ent.3/Esc.). Esta foi a forma encontrada em conjunto entre a autarquia e o Agrupamento de Escolas de colmatar esta lacuna e este problema, no entanto, ainda está longe de abranger toda a população que pretende ou está a frequentar esse ensino. Para isso a autarquia vai transportar duas vezes por semana os alunos dessa turma até Coimbra.

No que diz respeito às ofertas educativas que se perderam, nada poderá ser feito neste ano letivo. Estamos a falar das escolas secundária e profissional que viram cortadas as suas expectativas e autonomia, não conseguindo por em prática os seus projetos educativos. Além disso, pensamos que os diretores, que se encontram no terreno, estão melhor habilitados e fundamentados para poderem dar a melhor resposta aos problemas das suas escolas. É significativo o atropelo e a imposição das instâncias superiores, Ministério da Educação e as suas Direções Regionais, constringido as decisões de quem conhece no dia-a-dia as necessidades da comunidade que deviam servir.

## 2.4 Aspectos da educação formal e não formal

A existência desta categoria, pretende indicar os aspetos positivos e negativos da atual organização territorial da educação, não tendo a intenção de a caracterizar, uma vez que ela já foi realizada neste estudo.

### 2.4.1 Positivos

Num concelho onde há conjugação de vontades, entre os vários intervenientes, em colocar ao dispor da comunidade educativa ofertas variadas e pertinentes, é com naturalidade que observamos que há também aqui uma convergência de opiniões sobre os aspetos positivos da educação.

Apresentamos de seguida os aspetos positivos da educação na perspetiva dos vários sujeitos ouvidos.

#### QUADRO 16 – ASPETOS POSITIVOS DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

1.1.3.4. Autarca	<p><i>“Em traços gerais foi a inclusão, o parque escolar e agora a modernização, as novas tecnologias, o apoio ao empreendedorismo, e as AEC, que são uma resposta interessantíssima”(Ent.1).</i></p> <p><i>“...também a certificação dos refeitórios foi um projeto em que CML foi pioneira a nível nacional”(Ent.1).</i></p> <p><i>“A relação entre a CML e os agentes, esta parceria este estabelecimento de uma agremiação de vontades de colocar os interesses do município acima de qualquer tipo de interesses”(Ent.1).</i></p>
2.4.1.2. Escolares	<p><i>“Tem sido muito positivo e tem vindo a aumentar as parcerias e o diálogo que se tem vindo a aperfeiçoar, ... O plano de atividades da Câmara foi realizado de acordo com os calendários das escolas” (Ent.2).</i></p> <p><i>“...a implementação da Escola Inclusiva, conceito em que o Concelho da Lousã foi pioneiro” (Ent.3).</i></p> <p><i>“Este trabalho em rede, o grande investimento em estabelecer parcerias, articular atividades, é um ponto forte do funcionamento da educação no Município; outro fator muito positivo é a perceção e valorização, por parte do município, da importância da educação para o concelho e a valorização e reconhecimento do trabalho das escolas e dos docentes” (Ent.3).</i></p> <p><i>“É dos poucos ou únicos concelhos em que a população estudantil está a aumentar, (...) Creio que o concelho soube dar a resposta, através dos diversos organismos que</i></p>

	<p><i>existem a esse nível..., a construção da nova escola, a constituição dos agrupamentos, nesse aspeto o município da Lousã está desperto para o setor da educação.” (...) “... é o empenho do próprio executivo municipal e que depois leva às outras estruturas do município na questão educativa,... Isto mostra que há de facto uma preocupação e atenção para a educação por parte da autarquia, colocando as pessoas certas, com a sensibilidade necessária” (Ent.4).</i></p>
<p>2.4.1.3. Associativos</p>	<p><i>“Tenho de destacar dois aspetos, nos últimos anos a questão das tecnologias tem sido muito mais visível, a plataforma Camões e outras. Paralelamente, a questão da educação inclusiva que é uma grande aposta do município” (Ent.5).</i></p> <p><i>“...antes das AEC’s serem obrigatórias a Câmara já as fazia ou seja a Lousã está a cima da média nacional. Eu também já fui da associação de pais no 1º ciclo e eu penso que foi feito por parte da autarquia um grande melhoramento nas escolas primárias e é pena que algumas depois venham a fechar, a utilização de diferentes espaços como a piscina, mas eu penso que há mais aspetos positivos que negativos” (Ent.6).</i></p>

**FONTE: MATRIZ DE REDUÇÃO DE DADOS**

O concelho da Lousã foi dos primeiros no país, principalmente através de parcerias com a ARCIL, a ter uma educação verdadeiramente inclusiva. Esta aposta vêm desde a década de oitenta, altura em que a ARCIL foi criada. Esta visão é partilhada pelos intervenientes neste estudo.

O parque escolar é outro dos aspetos positivos no concelho, com o senão da construção da nova escola ainda não estar concluída. No entanto, os restantes espaços têm boas condições para uma utilização educativa de qualidade, a não ser a sobrelotação das escolas nº1 e nº2 da Lousã.

A questão da utilização das novas tecnologias no ensino é também um dos aspetos relevantes, estando a autarquia empenhada diretamente ou através de parcerias como refere o Vereador da Educação. Para ele a pedagogia no município está em mudança com “...esta alteração de paradigma para uma “sala de aula” mais moderna, com novas tecnologias (quadro interativo, Magalhães, internet – que existe em todas as EB do 1.º CEB e nos JI do Concelho)” (Ent.1/Aut.). Através destas condições foi possível a utilização no 1º CEB da “Plataforma Camões” que com “...poucas horas de formação se torna extremamente fácil de utilizar e que possibilita, de uma forma quase intuitiva, a utilização do quadro interativo...” (Ent.1/Aut.).

No entanto, o aspeto positivo, na minha opinião, mais importante é a disponibilidade demonstrada por todos os intervenientes em criar, fomentar e implementar parcerias que possam melhorar o ensino neste território. Penso que se a Lousã neste momento tem em funcionamento vários projetos e uma dinâmica educativa, tal facto advém da qualidade e quantidade das parcerias existentes no concelho, não só entre os intervenientes neste estudo, mas de uma forma geral com o associativismo local.

Relativamente à educação não formal, são diversos os eventos promovidos pela câmara e ou em parceria com as escolas e outras instituições, que os auscultados neste estudo foram referindo. De uma forma geral “...a comunidade lousanense tem feito um enorme esforço para diversificar os espaços de oferta educativa: vejam-se as filarmónicas, a academia de música e a de bailado, a escola de concertinas, o grupo de teatro, as atividades da Rede de Bibliotecas, as feiras de juventude e educação, o Parque Carlos Reis, com o seu auditório ao ar livre, a Nave de Exposições, os museus, o cineteatro, sempre disponível para as escolas, a agenda cultural, a “universidade da terceira idade”, a formação de adultos” (Ent.3/Esc.)

A “... aposta em várias atividades resulta no concelho, quer eventos culturais, musicais, a própria rede de bibliotecas funciona muito bem com muitas atividades e concursos” (Ent.2/Esc.). A autarquia favorece esses momentos através de “...apoio às associações culturais e recreativas e desportivas” (Ent.3/Esc.).

#### 2.4.2 Negativos

Neste ponto apresentamos os aspetos negativos da educação formal e não formal na perspetiva dos intervenientes nas entrevistas realizadas. De uma forma geral, os aspetos negativos da educação no concelho da Lousã apresentados pelos participantes neste estudo, são externos ao concelho e prendem-se com as limitações impostas pela política de austeridade nacional e as suas inevitáveis consequências ao nível local.

#### QUADRO 17 – ASPETOS NEGATIVOS DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

2.4.1.4. Escolares	“Creio que a maior dificuldade que a educação municipal enfrenta é a sobrelotação do parque escolar, sobretudo das escolas centrais, o atraso na obra da escola nova e os cortes orçamentais que se irão refletir em todos os apoios ao nível de transportes,
--------------------	---



	<i>atividades, equipamento informático, material escolar e de funcionários” (Ent.3).  “<i>As dificuldades são mesmo com a falta de recursos que a autarquia enfrenta. Quando não faz é porque não é mesmo possível</i>” (Ent.2).</i>
2.4.1.5. Associativos	<i>“...estou a pensar na carta educativa que acaba por espelhar as políticas educativas. No entanto é me difícil estar-me a pronunciar, enquanto representante da ARCIL, pois não tem necessariamente a ver com áreas em estejamos envolvidos. Existem várias questões polémicas nomeadamente a questão da organização educativa do concelho, os agrupamentos. Mas para a ARCIL isto não tem implicações, sendo difícil pronunciarmo-nos”(Ent.5).</i>

**FONTE: MATRIZ DE REDUÇÃO DE DADOS**

A falta de recursos que o concelho e o país apresentam, condiciona a atividade da educação forma e não formal no concelho, através de menos apoio em recursos materiais e humanos, prestado às instituições educativas, desportivas, culturais e sociais.

Outro dos aspetos referidos é mais uma vez o que se prende com os atrasos na construção da nova escola e a conseqüente sobrelotação de alguns níveis de ensino, como atrás referimos.

Um dos representantes associativos entrevistado, refere a Carta Educativa como um aspeto negativo, visto que é nela que “...*que acaba por espelhar as políticas educativas*” (2.4.2.3./Ent.5/Ass.). O aspeto revelado colocava-se tendo em conta a indefinição em termos locais da organização concelhia, nomeadamente, em relação aos agrupamentos. A presente Carta Educativa encontra-se muito desatualizada à espera da conclusão da nova escola, de acordo com o representante autárquico. Neste momento está em elaboração Projeto Educativo Local.

## **2.5 Conselho Municipal de Educação**

Tendo por base o Decreto-Lei nº7/2003 de 15 de Janeiro, que pretende regular a transferência de atribuições e competências da administração central para as autarquias locais, aparece um órgão de coordenação e consulta, o Conselho Municipal de Educação. Este órgão devia emergir como capaz de dar um sentido estratégico à oferta local da educação. Neste sentido, o objetivo do Conselho Municipal de Educação devia ser o de promover, ao nível municipal, a coordenação da política educativa.

Pensamos que seria importante saber a posição dos nossos entrevistados sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Educação. Na verdade, eles estão numa posição privilegiada para o fazer, porque apenas os representantes associativos não estão presentes neste órgão.

De todos os nossos entrevistados apenas o representante associativo não está presente neste órgão.

### 2.5.1 Positivo

Neste ponto, apresentamos a visão dos elementos entrevistados relativamente aos aspetos positivos do Conselho Municipal de Educação quer do funcionamento quer das tomadas de posição por si efetuadas.

#### QUADRO 18 – ASPETOS POSITIVOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.5.1.1. Autarca	<p><i>“Funciona muito bem. Não fazemos nada que seja contra a vontade dos nossos parceiros, não utilizamos a educação para fazer partidarites ou aquilo que é designada por politiquice. Pode haver erros, isso sim, que tenham acontecido mas isso é raro e faz parte da condição humana, mas o CMEL, nós fizemos uma reestruturação á 2 anos, que já foi aprovada, em que decidimos incluir os presidentes dos conselhos gerais. Não tinha lógica não estarem presentes é o órgão máximo de cada Agrupamento/escola incluímos a direção do Agrupamento/Escolas, incluímos representantes dos professores dos diferentes ciclos, os 4 níveis, e das diferentes instituições de ensino além disso faz parte o centro de emprego o representante da CML da Juventude e desporto, a CPCJ e todos os outros elementos” (Ent.1).</i></p>
2.4.1.6. Escolares	<p><i>“Na Lousã, por tudo o que já disse, o Conselho Municipal de Educação nasceu naturalmente, sem complicações. (...) Neste momento, o CME da Lousã tem pela frente o grande desafio da definição da rede educativa do Concelho – a Lousã tem resistido até ao limite à implementação de um Agrupamento único – que seria “Mega” – e a atualização da Carta Educativa. Não menos exigente é o desafio – premente – de rever o Projeto Educativo Concelhio à luz dos desafios da Educação para o século XXI” (Ent.3).</i></p> <p><i>“Os aspetos positivos são a obtenção de um espaço em que as pessoas estão lá e debatem os assuntos pertinentes e é lá que se define o que é melhor para o concelho estando todos a trabalhar para o mesmo” (Ent.2).</i></p>

FONTE: MATRIZ DE REDUÇÃO DE DADOS

O primeiro grande aspeto tido por positivo do Conselho Municipal de Educação é que desde de 2010 passou a integrar mais elementos, os Presidentes dos Conselhos Gerais, Diretores e representantes dos professores de cada nível de ensino. Com esta alteração a educação do concelho tem uma representação mais abrangente. Não é certo que isso só por si só seja melhor. Mas é uma decisão que pretende dar voz a pessoas ativas e experientes. O futuro dirá, mas a ideia em si é bastante positiva.

É unânime que este órgão funciona bem, com regularidade e de acordo com as necessidades. É um espaço privilegiado de diálogo onde se encontram soluções e parceiros para desenvolverem atividades e projetos. Se no caso dos designados “Mega agrupamentos” teve a capacidade e o dinamismo necessário e ter adiado até ao limite a sua implementação, parece ter fragilidades na sua capacidade de marcar a sua posição em outros momentos importantes designadamente em rever a Carta Educativa e em lançar o Projeto Educativo Local ou Municipal. Sabemos a não atualização que era uma estratégia para ganhar tempo até estar finalizada a construção da nova escola e assim poder ser considerada a necessidade da existência de dois agrupamentos no concelho. Na nossa opinião pensamos que teria mais peso, em termos de negociais com a tutela, ter estes documentos estruturantes atualizados e que contemplassem essa organização pretendida.

### 2.5.2 Negativo

Embora os entrevistados tendam a manifestar uma ideia positiva sobre o Conselho Municipal de Educação, devemos prestar mais atenção às suas declarações para termos uma compreensão mais fina do que tem sido o funcionamento deste órgão.

Este ponto serve para visionarmos as perceções dos atores locais relativamente aos aspetos negativos que o Conselho Municipal de Educação apresenta.

#### QUADRO 19 – ASPETOS NEGATIVOS DO CONCELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.5.2.1. Autarca	<i>“Não vejo desvantagens, sinceramente não vejo desvantagens para a política local pelo contrário, com esta visão com este conceito de ação política que nós temos” (Ent.1).</i>
2.5.2.2. Escolares	<i>“Creio que precisa agora de ser mais dinâmico, não deixar que o seu espaço seja uma mera formalidade” (Ent.3).</i> <i>“Não estou a ver neste momento nenhum aspeto negativo do funcionamento do</i>

	<p><i>conselho municipal de educação. Reúne sempre que necessário e está atento, emitindo as suas opiniões e foi muito importante agora na questão da agregação (Mega agrupamento) reunimos e foi interessante saber as opiniões de todos os intervenientes notando-se uma convergência e consenso sobre os caminhos a adotar e trabalhamos todos para o mesmo, no fundo será uma política concertada do concelho que promove este consenso sentindo-se que se trabalha em educação e que há resultados” (Ent.2).</i></p> <p><i>“O aspeto negativo o funcionamento nem sempre é o mais eficaz e se calhar é mais cómodo cada um ficar com a sua ”quintinha” eu cá trato das minhas coisas e tratem vocês das vossas. Embora haja às vezes iniciativas que são propostas mas são pontuais” (Ent.4).</i></p>
--	--

**FONTE: MATRIZ DE REDUÇÃO DE DADOS**

Como acontece com bastante frequência ao longo do país, não parece estar a dar-se a devida importância ao Conselho Municipal de Educação. Fica a sensação de que basta abrir-se a discussão. Essa posição pouco exigente transparece em algumas declarações dos entrevistados.

Todavia, dois dos elementos deste estudo assinalam como aspetos negativos do Conselho Municipal de Educação, alguma falta de dinâmica e eficácia deste órgão. Um deles acaba por reconhecer que se está quase diante de uma mera formalidade, ou seja, do ritual da discussão inconsequente. Um outro, não desvalorizando totalmente a ação do conselho dá conta de “grupinhos de interesse” que apenas estão preocupados com as suas coisas. Isto significa que estamos perante um órgão que deve merecer mais atenção e respeito para contribuir para a melhoria da educação no município.

## **2.6 Parcerias**

A existência de parcerias entre a autarquia, o Agrupamento de Escolas, a Escola Secundária, a Escola Profissional e as instituições locais é um procedimento comum no concelho da Lousã. De acordo com o conhecimento que temos do contexto empírico, podemos afirmar que, muitas das atividades desenvolvidas nas escolas e nas diversas instituições, não seriam possíveis sem esta dinâmica implantada. Ao longo das entrevistas, fomos percebendo que as parcerias não são todas do mesmo tipo, umas são formais, outras informais, umas, são permanentes e outras são ocasionais. A nossa ideia

era a de perceber as que existiam e as que deviam existir. No entanto, a informação recolhida apenas permitiu dar alguma atenção às existentes.

### 2.6.1 Existentes

A Câmara da Lousã tem sabido mostrar-se aberta a parcerias. Mas das entrevistas não é claro quão estratégicas são para o município. Mesmo assim podemos olhar para as perceções dos atores locais entrevistados em relação às parcerias existentes no concelho da Lousã, para tentarmos compreender o que realmente valem estas parcerias.

#### QUADRO 20 – PARCERIAS EXISTENTES

<p>2.6.1.1. Autarca</p>	<p><i>“A principal parceria é com as direções das escolas, Agrupamento, Escola Secundária e Escola Profissional” (Ent.1).</i></p> <p><i>“...temos parcerias com a academia de música da Lousã, com a academia de bailado, temos um protocolo com a academia de motricidade infantil, no âmbito do empreendedorismo, que iniciou a atividade em Janeiro e que funciona no espaço da CML o equipamento foi adquirido por eles e os professores das AECs podem utiliza-lo” (Ent.1).</i></p> <p><i>“Depois temos o Projeto Miminho dos Avós, em que os seniores podem frequentar várias atividades, pintura, canto coral, canto tradicional, temos também p Projeto O Baú, com a circulação dos baús livros que circulam pelas IPSS, onde se estão os idosos, contadores de histórias que vão contar e trabalhar os livros havendo uma relação intergeracional através do livro, há o momento interessantíssimo na área do desporto que é o encontro de gerações, parcerias desportivas com os clubes desportivo” (Ent.1).</i></p>
<p>2.6.1.2. Escolares</p>	<p><i>“A Escola tem parcerias com uma série de instituições e organismos locais, regionais, nacionais e internacionais, nomeadamente ao nível de projetos em que participa com outras escolas, do país e do mundo. É muito fácil estabelecer parcerias no concelho, porque o trabalho em rede faz parte da lógica municipal e da comunidade educativa, por isso é natural que as parcerias aconteçam, mais formais ou menos formais (É importante referir que os pais são uma peça fundamental de todo este trabalho em rede e que estão implícitos em todas as referências ao trabalho colaborativo no concelho; as associações de pais/ representantes de pais reúnem periodicamente com a escola e com a autarquia, acompanham o projeto educativo e a avaliação de resultados dos alunos, bem como o plano de atividades)” (Ent.3).</i></p> <p><i>“Nota-se grande abertura entre a escola e essas instituições criando-se parcerias complementando-se. Disponibilizamos os nossos recursos havendo grandes dinâmicas de entajuda no desenvolvimento de projetos pontuais” (Ent.2.)</i></p> <p><i>“Tem sido fácil, até hoje quando foi preciso bater a alguma porta, nenhuma nos foi</i></p>

	<i>fechada. Se por ventura alguma parceria não foi avante, foi por não necessidade ou por inexistência de condições. No município nunca tivemos problemas em estabelecer parcerias” (Ent.4).</i>
2.6.1.3. Associativos	<p><i>“Muito do trabalho que é feito em parceria entre a ARCIL e a autarquia, é o trabalho informal que não é protocolado e que tem a ver com o histórico e o desenvolvimento da ARCIL e do próprio concelho da Lousã, funcionando a ARCIL como um recurso da Lousã e dos concelhos limítrofes, há muitas atividades pontuais que não são protocoladas mas que tem a ver com as práticas consolidadas de apoio” (Ent.5).</i></p> <p><i>“... a autarquia sempre apoiou a coletividade com subsídio anual, como apoia todas as coletividades do concelho, neste caso a junta de freguesia também nos dá algum apoio principalmente contribuindo com o transporte o que facilita muito. ... a associação está sempre disponível para participar em todos os eventos que a Câmara faça e que convida a associação além disso estamos sempre prontos para participar noutros eventos ... com parcerias informais com as escolas. Desde que sejamos solicitados estamos sempre disponíveis para colaborar com todas as entidades” (Ent.6).</i></p>

**FONTE: MATRIZ DE REDUÇÃO DE DADOS**

Todos os intervenientes neste estudo constataam a existência de parcerias sistemáticas com a autarquia, o Agrupamento de Escolas, as Escolas Secundária e Profissional e a ARCIL.

É unânime a constatação de que é muito fácil desenvolver parcerias entre as várias instituições do concelho, mesmo com aquelas que não foram ouvidas no âmbito desta investigação.

O Vereador do Pelouro da Educação refere que as principais parcerias são com as escolas públicas, no entanto, existem também importantes parcerias com privados como é o caso das Academias de Bailado e de Música. Há também parcerias com a ARCIL, a ATIVAR e a ADIC que também têm um papel importante nesta componente social. Como diz o Vereador: *“A ARCIL é fundamental, inclusivamente trabalham connosco nos prolongamentos de horário, nas componentes de apoio á família, ATL,...”* (2.6.1.1./Ent.1/Aut.).

As parcerias não se esgotam nas instituições educativas e de apoio à educação, havendo *“...algumas associações culturais, por exemplo, a ADRAS (Associação Didática e Recreativa Arte e Saber da Lousã) o GERL (grupo etnográfico da região da Lousã) a Efeito Ardósia que tem um grupo de teatro são associações/instituições que têm colaborado muito connosco nesta promoção do conhecimento”* (2.6.1.1./Ent.1/Aut.).

Quando questionado porque são estas, as instituições, com as quais a autarquia estabelece mais parcerias, a resposta foi: *“A sua natureza acima de tudo, mas mais do que isso é a dinâmica das pessoas que constituem a instituição, que existem outras que não se enquadram neste tipo de dinâmica que nós queremos implementar”* (2.6.1.1./Ent.1/Aut.).

De qualquer modo, é preciso realçar que as parcerias no concelho da Lousã não se realizam só com a autarquia mas muitas delas concretizam-se entre as diversas instituições/associações do município.

As escolas do concelho têm diversas parcerias no caso do Agrupamento de Escolas essas parcerias são locais, nacionais e internacionais. Algumas delas concretizam-se através de projetos de inegável interesse para a promoção de maior consistência educativa na Lousã.

## **2.7 Espaços educativos**

Aqui pretendemos identificar a posição dos entrevistados relativamente à quantidade e qualidade dos espaços educativos existentes no concelho. Claro que a ideia é a de considerar como condicionam a qualidade da intervenção socioeducativa.

### **2.7.1 Existentes**

Já vimos que a Lousã possui espaços educativos que dão alguma satisfação à sua população e algum reconhecimento às autoridades que têm governado o município. Todavia, vale a pena determo-nos na análise dos entrevistados para compreendermos como pessoas que participam e acompanham ativamente as atividades educativas na Lousã percecionam a oferta de espaço/equipamentos onde se desenvolvem atividades educativas.

Com este ponto, queríamos por um lado, verificar quais os espaços educativos existentes, e por outro a sua quantidade, qualidade e qual o contributo na qualidade da intervenção socioeducativa.

## QUADRO 21 – ESPAÇOS EDUCATIVOS EXISTENTES

2.7.1.1. Autarca	<p><i>“Temos pavilhões nas freguesias, temos um centro cultural em Serpins, o clube recreativo de Vilarinho que tem um espaço interessantíssimo - um auditório polivalente, temos boas respostas em Foz de Arouce - o campo desportivo da Pegada e a casa do povo” (Ent.1).</i></p> <p><i>“- a biblioteca sim, mas precisava de um “refresh”, de uma requalificação, que temos vindo a efetuar gradualmente” (Ent.1).</i></p> <p><i>“- temos 3 auditórios e um cineteatro que precisava também de uma renovação/requalificação” (Ent.1).</i></p> <p><i>“- os espaços museográficos são também suficientes (contamos abrir no próximo ano o Museu Municipal Álvaro Viana de Lemos) – o Museu Carlos Reis aguarda abertura do QREN... Equipamentos desportivos também me parecem suficientes” (Ent.1).</i></p>
2.7.1.2. Escolares	<p><i>“Eu acho que sim oferece bastantes coisas, a biblioteca está bem equipada, houve um grupo de alunos nosso que trabalhou neste sentido e que chegaram à conclusão que não havia muitos espaços de lazer, mas ao nível dos espaços educativos tem; os museus, o parque Carlos Reis é lindíssimo, ... “ (Ent.2).</i></p> <p><i>“Creio que a comunidade lousanense tem feito um enorme esforço para diversificar os espaços de oferta educativa: vejam-se as filarmónicas, a academia de música e a de bailado, a escola de concertinas, o grupo de teatro, as atividades da Rede de Bibliotecas, as feiras de juventude e educação, o Parque Carlos Reis, com o seu auditório ao ar livre, a Nave de Exposições, os museus, o cineteatro, sempre disponível para as escolas, a agenda cultural, a “universidade da terceira idade”, a formação de adultos“ (Ent.3).</i></p> <p><i>“Eu diria que oferece os suficientes para a procura. Mas tem bastante mais do que muitos outros municípios que conheço” (Ent.4).</i></p>
2.7.1.3. Associativos	<p><i>“A Lousã tem crescido e melhorado muito nos espaços interiores, mais do que nos espaços exteriores. (...) ... Lousã é uma terra naturalmente verde e que cresceu nos últimos 20 /30 anos de uma forma um bocadinho selvática e não se pensou na formação não formal” (Ent.5.)</i></p> <p><i>“Em Serpins temos agora alguns espaços muito aprazíveis o pavilhão foi todo reestruturado pela Associação Desportiva Serpinense o piso foi mudado, teve um alargamento das bancadas. Cá fora tem um parque infantil e atividades de manutenção para a terceira idade e também um polivalente com piso bom que dá também para jogar ténis. Uma melhoria para todas as faldas etárias além da praia fluvial e do parque de campismo.(...) Relativamente aos espaços educativos que a Lousã oferece, considero que o concelho está bem equipado e quando a nova escola estiver pronta irá resolver os problemas de instalações da Escola Básica nº 2 da Lousã. Quanto a espaços exteriores, falta um espaço para desportos radicais, para o qual existe um projeto apresentado por um grupo de alunos da Escola Secundária” (Ent.6).</i></p>

FONTE: MATRIZ DE REDUÇÃO DE DADOS



A opinião geral é de que a Lousã apresenta espaços suficientes de forma a fomentar qualidade da intervenção socioeducativa.

O Vereador, como é evidente, enunciou a existência de pavilhões nas freguesias, polivalentes, auditórios, biblioteca municipal, cineteatro e museus, querendo demonstrar que a Lousã está bem fornecida de espaços e equipamentos de suporte a uma grande diversidade de possibilidades educativas.

Mas o que é de realçar é o grau de satisfação que vem dos outros entrevistados. Do campo escolar vem mesmo um reconhecimento de que a Lousã *“tem bastante mais [espaços/equipamentos] do que muitos outros municípios”* (Ent.4/Esc.).

### 2.7.2 Desejáveis

Neste ponto, apresentamos as perceções dos atores locais entrevistados em relação aos espaços educativos desejáveis de forma a incrementar a qualidade da intervenção socioeducativa no concelho da Lousã.

#### QUADRO 22 – ESPAÇOS EDUCATIVOS DESEJÁVEIS

2.7.1.4. Autarca	<p><i>“... nos espaços verdes de lazer e até de desporto informal temos uma lacuna que gostaríamos muito de ter já resolvido e agora sem o QREN ...”</i>(Ent.1).</p> <p><i>“...é uma lacuna precisávamos de um espaço verde, um parque da vila onde se pudesse praticar desporto informal ter” landscape”, ir correr com os filhos, andar de bicicleta, etc.”</i>(Ent.1).</p> <p><i>“...cineteatro que precisava também de uma renovação/requalificação”</i> (Ent.1).</p> <p><i>“- a biblioteca ... precisava de um “refresh”, de uma requalificação, ...”</i> (Ent.1).</p>
2.7.1.5. Escolares	<p><i>“...talvez a falta de um espaço verde de lazer embora temos muita serra verde. Talvez não seja suficiente mas adequado à população”</i> (Ent.2).</p> <p><i>“... o Cineteatro necessitaria de ser modernizado e a agenda cultural integrar uma oferta mais diversificada”</i>(Ent.3).</p> <p><i>“...Talvez um espaço verde, o que vinha de acordo com a nossa tentativa de um projeto que tivemos há alguns anos e que englobava alguns parceiros para criar algo desse género”</i> (Ent.4.).</p>
2.7.1.6. Associativos	<p><i>“Ter espaços com mais preocupações educativas para a educação ambiental, temos aqui á volta alguns exemplos, como quintas biológicas que foram surgindo em espaços muito próximos do centro de funcionamento urbano e que nós, não quero dizer que não se fez nada no espaço ao ar livre e de contacto ambiental, mas acho que se fez menos do que se poderia fazer sendo o nosso cenário tão verde”</i> (Ent.5).</p> <p><i>“A existência de um local apoiado pela autarquia para ajudar os alunos mais</i></p>

<i>necessitados nas suas tarefas escolares” (Ent.6).</i>
--

FONTE: MATRIZ DE REDUÇÃO DE DADOS

Quer o Vereador de Educação da autarquia, quer os restantes elementos referem como lacuna a existência de um espaço verde polivalente para servir a população nas mais diversas formas, funcionando como um local de lazer, de prática desportiva informal e de convívio intergeracional. Mas tendo em conta as alterações ao QREN, tal espaço vai ter de esperar por melhores dias. O representante da ARCIL refere que este espaço em falta podia ter também uma vertente de educação ambiental através de quintas biológicas.

O espaço verde não foi, pois, uma preocupação que obrigasse as autoridades a investir nele. Apesar de ser um território verde o município da Lousã, como diz um dos entrevistados que vem do meio escolar *“fez menos do que se poderia fazer”* (Ent.4). Em relação aos espaços desportivos existentes, e de acordo com o Atlas Desportivo do Concelho, embora possam ser utilizados pela *“...população geral, o acesso aos equipamentos, encontra-se, em grande medida, condicionado, sendo exigida, previamente, por parte da entidade responsável pelo espaço desportivo, uma autorização, que pode ser mais ou menos complexa de obter, ou mesmo, em situação extrema, um pagamento”*.

Outro espaço que é referido por mais do que um entrevistado é o cineteatro, e para considerarem que devia ser alvo de renovação/modernização. Um dos que se pronuncia sobre esse espaço é precisamente o vereador da educação, o que dá ainda mais relevância à necessidade de intervenção. Mas este político também refere que a biblioteca precisava de uma requalificação. Ou seja, nem tudo está tão bem com os espaços de educação, cultura e lazer na Lousã.

## 2.8 Organização em Mega Agrupamento

A organização escolar dos concelhos tem vindo a ser imposta, de cima para baixo, através da criação dos designados “Mega Agrupamentos”, que não é nada mais, nada menos do que a junção de escolas e agrupamentos numa instituição gigantesca e

descaracterizada que pretende a todo o custo reduzir os gastos, sem ter em conta a qualidade pedagógica. Esta realidade chegou ao Concelho da Lousã, em meados de Janeiro de 2013.

### 2.8.1 Visão dos atores

A agregação de agrupamentos ou de escolas que se está a dar no país e até o que está a acontecer na Lousã causa sempre controvérsia e desconforto. De acordo com esta conjuntura, entendemos que deveríamos analisá-la, pelo que aqui apresentamos as perceções dos atores locais entrevistados em relação à organização do concelho num Mega Agrupamento.

#### QUADRO 23- VISÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO EM MEGA AGRUPAMENTO

2.8.1.1. Autarca	<p><i>“...nós não queremos moldar o nosso concelho às orientações nacionais que não conhecem o terreno que não sabem as dinâmicas que estão aqui implementadas e além disso com medidas que não iriam garantir nenhuma poupança ao erário público, pelo contrário” (Ent.1).</i></p>
2.8.1.2. Escolares	<p><i>“Os Mega Agrupamento são unicamente para poupar recursos, unicamente economicista, não havendo ao nível pedagógico qualquer tipo de critérios. Não vejo nenhuma melhoria nas escolas, percursos, ...não se verificando melhorias sendo uma escola tipo empresa que tem alguém a comandar que não conhece ninguém e como eu gosto do que faço estou no terreno e sei quem é aquele aluno ou aquele professor e conhecemo-los pelos nomes, como pessoas” (Ent.2).</i></p> <p><i>“Quando os Agrupamentos passam a “Mega”: dezenas de edifícios dispersos, uma direção deslocada com dificuldade de se descentralizar, uma população escolar dilatada, acaba por se voltar ao modelo antigo do isolamento, em que o papel desempenhado pelas direções regionais, CAES ou as velhinhas delegações escolares passa a ser representado pela sede do agrupamento: esvai-se a relação de pertença, de enraizamento, de matriz e volta-se a funcionar no modelo anterior, cada um por si. O que é um agrupamento “Mega”? Depende de muitos fatores: 2000 alunos num único edifício, não é o mesmo que 2000 espalhados por 20. Não é comparável. Por isso defendo que compete a cada comunidade definir qual a melhor forma de funcionamento” (Ent.3).</i></p> <p><i>“Os Mega Agrupamentos são apenas um instrumento economicista e não pedagógico, não vejo vantagem nenhuma, isto porque antes de estar aqui na escola profissional já estive no ensino regular publico e privado também em função de direção, e não acho de modo nenhum que os Mega Agrupamentos tragam alguma vantagem no ponto de vista pedagógico, antes pelo contrário. É muito mais difícil para um diretor gerir todos os espaços e pessoas, só rodeando-se de uma equipa monstruosa, “Mega equipa” e nesse</i></p>

	<i>nem as razões economicistas acabam por prevalecer. Mais uma vez refiro que não vejo nenhuma vantagem pedagógica nos Mega agrupamentos, antes pelo contrário” (Ent.4).</i>
2.8.1.3. Associativos	<i>“Não temos uma visão política estruturada, reconhecendo vantagens e desvantagens nos Mega Agrupamentos. A possibilidade de agrupar várias escolas num concelho pequeno, poderia ter sempre a vantagem da otimização dos recursos disponíveis, agora vamos ver o outro lado, o facto de termos uma gestão demasiado centralizada muitas das vezes é difícil ir ao encontro das pequenas necessidades que marcam a diferença de cada uma das escolas. Por outro lado, isto num sentido hipotético, o desenvolvimento educativo das várias escolas ao longo dos anos não tem caminhado ao mesmo ritmo. Para as escolas que tem um ritmo mais avançado poderá haver algum prejuízo tendo que dar alguns passos para trás e poderão não ser as escolas com mais poder político para a nova organização, mas por outro lado as escolas que ainda não refletiram num conjunto de aspetos a melhorar poderão ganha” (Ent.5).</i>

**FONTE: MATRIZ DE REDUÇÃO DE DADOS**

Neste ponto tem existido uma grande sintonia no concelho, onde todos os parceiros ligados à educação têm defendido que a haver alterações, estas iam ser realizadas depois de concluída a nova escola. A nova escola parece ser um marco para se pensar a reorganização escolar do município. O Vereador radicaliza mesmo quando afirma: *“Eu nunca concordei com a Carta Educativa, e ela neste momento está desatualizada e estamos a trabalhar nela. No entanto temos dito ao Ministério da Educação que só pegamos na Carta Educativa quando a Escola nova estiver pronta”* (2.8.1.1./Ent.1/Aut.). Isto parece ser consensual, porque o próprio CMEL tem-se mostrado sempre em prol de se fazer uma reorganização depois de estar em funcionamento da nova escola. Dessa forma, quando o Ministério enviou nova proposta para a criação de um Mega Agrupamento, o CMEL já tinha o parecer que enviou à Assembleia Municipal, o qual foi votado favoravelmente.

O consenso do concelho da Lousã é geral, indo no sentido de que esse tipo de organização não trás benefícios, nem tem *“qualquer tipo de critérios”* pedagógicos, servindo apenas para *“poupar recursos”*, mas prejudicando a qualidade do ambiente escolar.

Um dos aspetos salientados é a do isolamento da escolas num *“Mega Agrupamento”*, *“...dezenas de edifícios dispersos, uma direção deslocada com dificuldade de se descentralizar, uma população escolar dilatada”* (2.8.1.2./Ent.3/Esc.), acaba por trazer a imagem do *“modelo antigo do isolamento, em que o papel desempenhado pelas*

*direções regionais, CAES (Coordenação da Área Educativa) ou as velhinhas delegações escolares passa a ser representado pela sede do agrupamento” (2.8.1.2./Ent.3/Esc.). A ideia geral é que se vai prejudicar a ligação entre a direção e a comunidade educativa. Das declarações decorre que as escolas não terão a mesma atenção por parte da direção que tinha até à constituição do no agrupamento.*

## 2.8.2 Organização

Neste ponto, pretendemos saber qual a melhor organização para o concelho da Lousã, através da visão dos atores locais que intervieram neste estudo. Salienta-se que nesse momento ainda não tinha sido constituído o mega agrupamento.

### QUADRO 24 – ORGANIZAÇÃO E MEGA AGRUPAMENTO

2.8.2.2. Escolares	<p><i>“A melhor organização para a Lousã, como já temos estudado, seria de dois agrupamentos, a nível de alunos ficariam divididos ao nível de estruturas ainda não pensamos nisso como organizamos os níveis de ensino. Estamos a estudar isso, no entanto 2 agrupamentos é o melhor. Além disso só depois de sabermos os níveis e os alunos que a nova escola vai ter é que podemos ver quem agrupa com quem” (Ent.2).</i></p> <p><i>“Na Lousã, neste momento, creio que o modelo desejável é funcionarem dois agrupamentos, com cerca de 1300 alunos cada, fazendo, como até agora, a articulação das ofertas em sede de projeto educativo concelhio e Conselho Municipal de Educação. Daqui a alguns anos, com a concentração dos alunos num centro educativo, e caso a população venha a diminuir – a tendência não tem sido essa – poderá vir a fazer sentido haver um único agrupamento. Para já esse modelo será prejudicial à educação na Lousã” (Ent.3).</i></p> <p><i>“Creio que a organização que há aqui na Lousã é de longe a melhor, não isolar os diversos ciclos de ensino, haver ensino integrado, acho que é pedagógico, mas fazer só um agrupamento, e tendo a Lousã ainda uma população a crescer é um número demasiado elevado para se constituir só um agrupamento. Creio que a solução de 2 agrupamentos escolares seria a ótimo, cuja base de constituição seria a área geográfica. Vejo com bons olhos e sempre agrupamentos verticais, com os diversos níveis de ensino” (Ent.4).</i></p>
2.8.2.3. Associativos	<p><i>“Embora não tendo uma opinião estruturada, até aceitaria um Mega Agrupamento, salvaguardando-se a autonomia de gestão das principais escolas, mas não é o que é proposto” (Ent.5).</i></p>

FONTE: MATRIZ DE REDUÇÃO DE DADOS

Na sequência do já visto no ponto anterior, as pessoas não querem um só “Mega Agrupamento”.

A melhor organização para o concelho da Lousã, na perspetiva dos atores locais que intervieram neste estudo vai no sentido de que, neste momento, o concelho devia ter dois Agrupamentos, tendo em conta a geografia do território e o número de alunos, cerca de três mil. Os diretores das escolas e do agrupamento foram os intervenientes que indicaram mesmo este número. O Vereador da Educação, foi mais cauteloso respondendo que estaria de acordo com os parceiros da educação.

O representante da ARCIL, sugere uma situação híbrida de um “Mega Agrupamento” com a possibilidade de gestão própria das principais escolas.

O que se vê fundamentalmente é um pensamento reativo e passivo. As pessoas não querem um só agrupamento mas parecem conformadas.

### 3 PERSPETIVAS SOBRE O FUTURO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

Não se trata de fazer um exercício de adivinhação mas de tentar antever o caminho que deve ser percorrido em função de objetivos que se pensa estar ao alcance dentro de uma leitura do que se quer para a comunidade local. Das declarações dos nossos entrevistados não percebemos grandes ambições e ideias muito arrojadas. Tudo indica que estão mais preocupados com as pequenas ilhas, com algumas dificuldades com o espaço ou equipamentos mais ou menos equiparável ao que outras terras possuem. Apenas o vereador da educação parece querer lançar uma perspetiva mais exigente. “*Visão, estratégia, desenvolvimento e inovação*” (Ent.1) são os pilares em que este político pretende alicerçar o futuro do município.

A estratégia assenta na promoção da Lousã internamente, sustentada numa educação sólida e tecnologicamente evoluída com “...*uma filosofia de ensino aglutinadora, que transborda e ultrapassa as fronteiras da própria escola, que vem ao encontro da comunidade*”(Ent.1).

As palavras soam bem e o discurso é condizente com o politicamente correto. Pelo menos ele evidencia consciência de que a educação passa pela escola mas não se confina nela: “*A educação é o principal fator de promoção do desenvolvimento – nós temos isso plasmado na nossa estratégia e não é de agora, como sabes - e os professores são os principais agentes de promoção desse desenvolvimento. (...)partindo da escola, para uma promoção sociocultural e económica mais abrangente*” (Ent.1.).

Para isso a “...*perspetiva é criar um projeto educativo concelhio, centrado no individuo e no capital humano e, conseqüentemente, no capital social. Temos vindo a abordar esta estratégia com os diferentes parceiros e agentes e todos se revelam de acordo com isso*” (Ent.1). Todavia há aqui algo que remete para uma abordagem mais centrada no mercado de trabalho. Tudo indica que a inovação é essencialmente de cariz tecnológico. As novas tecnologias ligadas ao ensino da educação, a inovação, são também uma prioridade para a autarquia que pretende manter-se na linha da frente nessa área, fazendo para isso parcerias locais, nacionais e internacionais de forma a criar como que um “*living lab*”. Esta ideia vem ao encontro de um objetivo do autarca que “*é ficar com*

as pessoas”, no concelho da Lousã, “...através da promoção do empreendedorismo e da atração de empresas e negócios” para o concelho.

O futuro deste concelho deveria passar também por saber fruir a vida através da ocupação do tempo livre ou de lazer, coisa que não estamos a conseguir fazer, como refere a diretora do agrupamento: “*Vivemos numa sociedade patologicamente “workaholic”; Gostamos de repetir que estamos esgotados, temos remorsos dos momentos de pausa, vivemos em “overbooking”, e confundimos tudo isto com eficácia e eficiência* “. Mais acrescenta, “*podendo ser uma utopia, gostava que a Lousã pudesse vir a ser uma... Vila que “reensinasse” a capacidade de gerir/fruir o tempo de trabalho e lazer*” (Ent.3). Na sua opinião a Lousã tem “*...condições excelentes para isso*” (Ent.3).

Ao acordo desta ideia vão as palavras do vereador, ao pretender que os novos documentos orientadores valorizem “*...a humanização da sociedade, a ecologia e a sustentabilidade, o equilíbrio e a harmonia sociais, e queremos garantir que estes princípios e valores estejam plasmados no projeto educativo concelhio*” (Ent.1).

Qualquer que seja o caminho escolhido, o futuro do concelho estará sempre ligado ao futuro do país, no entanto, poderá situar-se na vanguarda do desenvolvimento, ou na cauda, isso vai depender em grande medida das opções estratégicas levadas a cabo pelos decisores locais.

### **3.1 Mobilização e participação**

A falta de mobilização e de participação da população em geral para os diversos eventos (educativos, culturais, desportivos e etc.), de acordo com os entrevistados não é um problema só deste concelho, mas nacional. Parece ser um paradigma da nossa sociedade atual, falta de vontade em participar nas atividades coletivas sejam elas de que caris forem.



### 3.1.1 Mobilização

Através deste aspeto pretendíamos saber como a comunidade acolhe os eventos promovidos no concelho da Lousã, em termos de mobilização e participação ativa, assente na visão dos atores locais auscultados neste estudo.

#### QUADRO 25 – MOBILIZAÇÃO

2.9.1.1. Autarca	<p><i>“Acho que as pessoas habituaram-se a que seja tudo de graça desde há muitos anos a esta parte, eu acho que é por isso, “se é grátis não vou”... não valorizam.”</i></p> <p><i>“...é preciso estimular o cidadão a participar civicamente, a participar nos eventos e nas atividades que vamos promovendo”(Ent.1).</i></p>
2.9.1.2. Escolares	<p><i>“Eu acho que a Lousã já faz qualquer coisa neste sentido, no entanto, sinto que não é um problema da Lousã mas um problema nacional. Os jovens cada vez ficam mais em casa agarrados aos telemóveis e computadores a comunicarem mas à distância. (...) A população da Lousã podia ser mobilizada facilmente, por outro lado, neste momento a Lousã tem muita gente que não é propriamente de cá, a Lousã deixou de ter uma identidade lousanense, sendo assim mais difícil a sua mobilização” (Ent.2).</i></p> <p><i>“..., como todas as comunidades, a dificuldade que há em chamar as pessoas a participar prende-se com a falta de hábito de o fazer, com a falta do exercício pleno da democracia. Somos mais reativos do que pró-ativos e isto só se aprende praticando a participação, praticando, praticando, praticando... olha, a Escola é um espaço essencial de aprendizagem desta participação. Creio que arriscar esta prática e insistência de participação dá trabalho, por vezes é incómoda, mas terá sempre bons frutos” (Ent.3.)</i></p> <p><i>“Temos de saber que estamos em Portugal, e os portugueses gostam de ir para a praia no verão e ficar em casa à lareira no inverno, agora ir para a rua fazer valer os seus direitos... (...) Infelizmente é a nossa realidade, já dizia Miguel Torga que somos os eternos insatisfeitos mas não passamos disso. Criticamos porque sobem os impostos, criticamos porque não sei o quê mas não fazemos nada. E a Lousã vai no mesmo, não é diferente do resto do país. Agora agravado com o facto de muitos dos residentes não terem aqui raízes e a Lousã ser um dormitório, não havendo um vínculo, não tem aqui os amigos e as pessoas conhecidas. (...) Creio, que aqui, as pessoas têm a mentalidade de que quem está nos lugares de decisão é que tem a obrigação de fazer e de ir a esses eventos” (Ent.4).</i></p>
2.9.1.3. Associativos	<p><i>“A Lousã tem feito algum esforço, mas eu acho que nunca é suficiente para se distanciar da ideia de vila dormitório. Parece-me que a Lousã já teve mais vida própria do que tem agora, mas também já teve menos, atravessamos vários ciclos. A Lousã tem que reconstruir permanentemente e reinventar a sua identidade cultural, educativa, desportiva isso é que faz as autarquias terem uma vida própria. A educação não acaba com o 12º ano nem acaba com a universidade, a educação para a cidadania é um ato contínuo e faz-se com o envolvimento dos municípios e com aqueles brindes que se vão dando culturais, recreativos, desportivos que se tem que ir reinventando, não há</i></p>

	<p><i>receitas parece-me que há algum esforço mas esse esforço nunca é suficiente e tem que ser sempre reinventado“ (Ent.5).</i></p> <p><i>” Torna-se urgente envolver os pais / encarregados de educação a participar ativamente na vida escolar dos seus educandos. Será necessário apelar à participação dos pais nas reuniões realizadas nas escolas” (Ent.6).</i></p>
--	--

FONTE: MATRIZ DE REDUÇÃO DE DADOS

Pelas palavras dos nossos auscultados observamos que a Lousã não valoriza atividades/eventos de entrada livre ou gratuitas, talvez por sentirem que essas não são de qualidade ou por isso são menos dignificantes. No entanto, “...as pessoas habituaram-se a que seja tudo de graça desde há muitos anos” (Ent.1). Mas, seja de uma, ou de outra forma, não se sentem mobilizados.

Alguns dos auscultados partilham a ideia de que os munícipes não estão habituados a exercerem em pleno os direitos da democracia tendo uma atitude passiva em relação ao ambiente que os rodeia e à mobilização para uma cidadania ativa.

Os auscultados fazem ainda transparecer a ideia do que os munícipes não se identificam com a coisa pública e com as atividades propostas, talvez por não irem de encontro aos seus anseios, e dessa forma não se sentem mobilizados.

### 3.1.2 Participação

Neste aspeto os atores intervenientes neste estudo opinaram sobre o seu entendimento sobre a forma de participação dos munícipes nos vários eventos do município. De uma forma geral traduz-se numa dificuldade que os portugueses têm em participar ativamente quer no movimento associativo quer através da participação em eventos.

*“Este traço marcante da sociedade portuguesa, cuja elucidação remete para a história política do país dos dois últimos séculos, configura aquilo que se pode designar, na linguagem da política como fórum, como um défice comunicacional entre governantes e governados” (Cabral, 2000, p. 110).*

## QUADRO 26 – PARTICIPAÇÃO

2.9.2.1. Autarca	<i>“ No desporto conseguimos ter taxas de participação muito positivas assim como em alguns momentos e atividades culturais. A dificuldade está em aumentar a adesão das pessoas aos eventos mais eruditos e, de resto, não é só um problema da Lousã” (Ent.1).</i>
2.9.2.2. Escolares	<i>“De uma maneira geral nas iniciativas que a autarquia realiza há alguma participação. Quando a câmara aposta numa nova atividade eu acho que as pessoas estão lá que vão, até nas coisas de menor dimensão por exemplo no auditório” (Ent.2). “As dificuldades são essencialmente motivacionais, hereditárias e contagiosas (sorriso). Nas localidades onde não há nada, luta-se para ter qualquer coisa, nos sítios em que já há alguma coisa as pessoas ficam acomodadas” (Ent.3).</i>
2.9.2.3. Associativos	<i>“...mas isso não tem a ver com uma questão lousanense, tem a ver com questões culturais portuguesas as pessoas não gostam muito de se envolver, não sendo caso isolado é um bocadinho português. (...) As pessoas estão muito acomodadas á autoestrada da informação que lhe chega a sua casa. As pessoas têm que se apropriarem do sítio onde vivem e do tal bairrismo, se eu tiver uma festa em minha casa eu não falto à festa em minha casa este conceito de o município ser a minha casa é importante pois assim vou colaborar e estar, dentro das possibilidades” (Ent.5). “Torna-se urgente envolver os pais / encarregados de educação a participar ativamente na vida escolar dos seus educandos. Será necessário apelar à participação dos pais nas reuniões realizadas nas escolas. É preciso promover ações com temas apelativos para “chamar os pais” a envolverem-se nos problemas da comunidade. A criação de um espaço aberto, onde as pessoas se encontrassem e desenvolvessem ações seria um bom ponto de partida” (Ent.6).</i>

FONTE: MATRIZ DE REDUÇÃO DE DADOS

A Lousã não é diferente do resto do país parecendo que a falta de participação faz parte de código genético ou de uma doença deste povo lusitano, como se fossem *“hereditárias e contagiosas”* (Ent.3) as causas de transmissão desta apatia pela vontade em participar e exercer e dar o seu contributo cívico.

Uma das possíveis causas para este problema poderá ter sido *“...o atraso do processo de escolarização, que afetou maciçamente todas as gerações nascidas antes do 25 de Abril, tem ainda hoje um peso muito considerável na explicação da baixa propensão da população portuguesa para assumir e exercer os seus direitos de cidadania”* (Cabral, 2000, p. 102).

De acordo com o vereador quanto maior for a erudição do evento, menor é a participação, apresentando as atividades desportivas e *“alguns momentos e atividades culturais...taxas de participação muito positivas”*.

Outra causa para essa lacuna é o pouco ou nenhum sentimento de pertença em relação à participação cívica, que afasta e desinteressa os munícipes dos eventos e que segundo um dos auscultados do movimento associativo deveria existir uma mudança de mentalidade e desenvolver o *“conceito de o município ser a minha casa, ... pois assim vou colaborar e estar, dentro das possibilidades”* (Ent.5) nesse evento.

### 3.2 Centros Cívicos-Educativos

De acordo com a Carta das Cidades Educadoras será educadora uma cidade que adote a função educadora com a mesma intencionalidade com que assume as suas funções tradicionais, *“tendo em vista a formação, promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes. Deve ocupar-se prioritariamente com as crianças e jovens, mas com a vontade decidida de incorporar pessoas de todas as idades, numa formação ao longo da vida”* (AICE, 2004, p. 2).

Não sendo o concelho da Lousã um município membro da AICE, este pretende assumir-se como um território educador estando presente esta ideia nas entrevistas dos vários participantes neste estudo. Neste sentido, pretendemos conhecer o que está a ser realizado para que isso aconteça e de seguida verificar a possibilidade de um reordenamento territorial da educação em “Centros Cívicos-Educativos”, tendo em conta os recursos existentes e o empenho dos vários sujeitos locais.

A opinião dos atores que participaram neste estudo é de que não é necessário uma formalização numa associação, como a AICE, para ter uma filosofia de “Cidade Educadora”. É o próprio responsável autárquico que expressa esse sentimento da seguinte forma: *“Penso que na Lousã, temos já implementado e no terreno o conceito da cidade educadora... e não integramos a Rede formal das Cidades Educadoras”* (3.1.1.1./Ent.1/Aut.). Como sempre, um político gosta de estar sempre no sítio certo. Considerar o seu município um território educador depende do tipo de exigência ao conceito que se dá ao conceito. Bem sabemos que alguns membros da AICE não farão mais do que o município da Lousã.

Partindo do conceito geral da Carta das Cidades Educadoras de que *“as cidades, grandes ou pequenas, dispõem de inúmeras possibilidades educadoras, mas podem ser*

*igualmente sujeitas a forças e inércias deseducadoras* (AICE, 2004, p. 2). Pretendemos saber como o município da Lousã, através das pessoas auscultadas neste estudo, se arroga como um concelho educador. Além disso, pretendemos saber a possibilidade e disponibilidade para uma reorganização do território de acordo com o conceito de “Centros Cívicos-Educativos” tendo em conta os recursos existentes e o envolvimento das pessoas.

Os auscultados estão de acordo que o Concelho da Lousã tem um funcionamento muito próximo da filosofia expressa pelos “Centros Cívicos-Educativos”. Foi com um sorriso que o representante da autarquia referiu “É esta a nossa visão!”, após ter lido o texto incluído na entrevista da autoria do Professor António Gomes Ferreira. Semelhantes foram as reações das Diretores Escolares e dos atores ligados ao associativismo como podemos observar:

*“Sim, a filosofia do concelho é essa, funcionamos um bocado assim”*  
(3.1.1.2./Ent.2/Esc.).

*”Bem, o que te posso dizer...antes de mais que gostei muito de ler o texto. Este conceito de Cidade Educadora, não sei se te lembras, mas é um conceito caro à Lousã, já às duas últimas vereações da educação”* (3.1.1.2./Ent.3/Esc.).

*“Sim sem dúvida, porque eu acho que haveria muito mais intercâmbio intergeracional e seria uma forma de esbater um bocado aquilo que há muito na Lousã, e perdoe-me se não estiver de acordo, mas é a minha opinião, entre os senhores doutores e os senhores das famílias “benzocas” da Lousã de há muitos anos e os outros”* (3.1.1.2./Ent.4/Esc.).

*“Essa filosofia dos centro-cívicos educativos tem uma coisa muito interessante que é voltar a lembrar as pessoas sobre a verdadeira missão da educação”*  
(3.1.1.2./Ent.5/Ass.).

*“Acho esta ideia muito interessante. Considero que se deve aproveitar todas as potencialidades existentes no concelho”* (3.1.1.2./Ent.6/Ass.).

Se há uma unanimidade quanto à ideia a desenvolver e os entrevistados entendem-na como capaz de ser implementada, já não é tão evidente que se esteja perante um território ou cidade educadora. Uma ou outra entrevista deixa escapar expressões que demonstram alguma desconformidade entre a vontade e a realidade. Parece que há ainda potencialidades a aproveitar, relações a dinamizar, desigualdades a atenuar.

*“Parece-me que, ao nível da Lousã, em que há já uma grande rede de interações montada e de cooperação entre os diferentes grupos/setores da comunidade, mas em que muitas vezes as coisas acontecem pontualmente, ou casuisticamente, o que seria preciso agora era estruturar e tornar mais consistente intencional e sistemática a rede existente” (Ent.3).*

### 3.2.1 Potencialidades

Das entrevistas recolhe-se uma unanimidade sobre a potencialidade em ter uma organização baseada em “Centros Cívicos-Educativos”, no município da Lousã.

#### QUADRO 27 – POTENCIALIDADES DOS CENTROS CÍVICOS-EDUCATIVOS

3.1.1.1. Autarca	<i>“É de facto esta pluralidade de ofertas e de capacidade e de promoção de várias respostas formativas a todas as pessoas a todos os munícipes, nós neste momento estamos a ver se lançamos a escola de pais, que iria funcionar na biblioteca municipal” (Ent.1).</i>
3.2.1.2. Escolares	<i>“O mais interessante é que como sabemos a escola não consegue dar resposta a tudo, embora tentem ou seja a escola é quase obrigada a dar resposta a tudo, além da transmissão de conhecimentos para o qual estava vocacionada através dos professores mas a escola não tem capacidade para dar resposta aos vários aspetos sociais que nos aparecem. Como sabemos, as escolas não têm técnicos como por exemplo psicólogos. Por isso se nos conseguíssemos organizar de outro modo, criando interação com outros organismos talvez fosse o ideal para dar uma melhor resposta a todos os alunos” (Ent.2).</i> <i>“É que eles de facto possam ser centros-cívicos educativos e que haja a conjugação de diversas sinergias independentemente de onde vêm. Uma educação inclusiva/transversal tem sempre vantagens em relação a uma educação compartimentada. Inclusiva a todos os níveis” (Ent.3).</i> <i>“Sim sem dúvida, porque eu acho que haveria muito mais intercâmbio intergeracional e seria uma forma de esbater um bocado aquilo que há muito na Lousã, e perdoe-me se não estiver de acordo, mas é a minha opinião, entre os senhores doutores e os senhores das famílias “benzocas” da Lousã de à muitos anos e os outros” (Ent.4).</i>
3.1.1.2. Associativos	<i>“A educação não é feita num conceito hermético em que as pessoas fazem um conjunto passos estandardizados para a obtenção de um certificado, sendo a educação um conceito dinâmico que vai do nascimento até à morte e que não se limita à questão das escolas, nesses centros-cívicos educativos parece-me que a grande importância é envolver toda a comunidade nesta missão de educar, e dessa comunidade fazem parte os professores, os alunos “convencionais” e todos os outros agentes.” (Ent.5).</i> <i>“Considero que se deve aproveitar todas as potencialidades existentes no concelho.</i>

	<i>Existem várias coletividades e poderia estabelecer-se parcerias de forma a potencializar os recursos. Por exemplo, o ensino artístico pode ser dado por uma coletividade”(Ent.6).</i>
--	--

FONTE: MATRIZ DE REDUÇÃO DE DADOS

Significativamente, o discurso mais elucidativo sobre as possibilidades da organização do município em “Centros Cívico-Educativos” veio dos elementos que se inscrevem no universo escolar e movimento associativo. Um dos professores diz que *“a conjugação de diversas sinergias independentemente de onde vêm. Uma educação inclusiva/transversal tem sempre vantagens em relação a uma educação compartimentada. Inclusiva a todos os níveis”* (Ent.3.). No mesmo sentido um representante do movimento associativo afirma que *“poderia estabelecer-se parcerias de forma a potencializar os recursos. Por exemplo, o ensino artístico pode ser dado por uma coletividade“* (Ent.6).

O autarca tem também uma opinião muito positiva das potencialidades dos CCE salientando a *“pluralidade de ofertas” e a “capacidade de promoção de respostas formativas ...a todos os munícipes”* (Ent.1).

Os representantes associativos salientaram ainda a importância de os CCE poderem *“envolver toda a comunidade nesta missão de educar”* (Ent.5) de forma a *“aproveitar todas as potencialidades existentes no concelho”* (Ent.6).

### 3.2.2 Fragilidades

Como todas as situações propostas, esta também pode ser percecionada de uma forma negativa ou apresentar fragilidades que convém serem tidas em atenção.

Neste ponto, pretendemos saber quais as fragilidades numa organização em “Centros Cívicos-Educativos” para o concelho da Lousã, através da visão dos atores locais auscultados neste estudo.

#### QUADRO 28 – FRAGILIDADES DOS CENTROS CÍVICOS-EDUCATIVOS

3.1.1.3. Autarca	<i>“Nós abrimos os espaços da Escola de casal de santo António, está aberto para as pessoas poderem usufruir. Infelizmente por causa do falta de civismo não era fácil, em</i>
------------------	--

	<p><i>termos pragmáticos seria difícil implementar isso, seria preciso ter lá um segurança ou dois, implicava custos e nesta fase aqui coisas que estão a ser totalmente postas em causa por este ministério e estas orientações” (Ent.1).</i></p> <p><i>“Eu, neste momento, e tento fazer isso há muito tempo é fazer com que os espaços e equipamentos, desportivos, cívicos, culturais podem ser usados para espaços formativos. Qual tem sido a nossa dificuldade? Motivar a população para aderir a esses momentos e isso tem sido uma dificuldade muito grande” (Ent.1).</i></p> <p><i>“É que nós sentimos pouca mobilização” (Ent.1).</i></p>
3.2.2.2. Escolares	<p><i>“... apenas deveria haver outro tipo de organização pois há varias instituições a trabalhar bem havendo dinâmicas e podiam ser otimizadas” (Ent.2).</i></p> <p><i>“Eu não vejo muita facilidade precisamente por aquilo que eu já referi por várias vezes, ou seja por causa da mentalidade das pessoas e como sabemos isso demora muito tempo se calhar serão precisas mais do que uma geração. Embora até temos alguns recursos físicos e humanos as mentalidades são tacanhas e é difícil mudar” (Ent.4).</i></p>
3.1.1.4. Associativos	<p><i>“Não estão criadas todas mas acredito que possam ser criadas a curto prazo“ (Ent.5).</i></p> <p><i>“As pessoas são pouco participativas. Participam pouco onde podem dar as suas opiniões e quando aparecem normalmente é para criticarem e não para dar soluções” (Ent.6).</i></p>

**FONTE: MATRIZ DE REDUÇÃO DE DADOS**

Mais uma vez os pontos negativos ou as fragilidades encontram-se na mobilização e participação dos munícipes. Esta ausência de participação e de mobilização na vida comunitária pode ser interpretada de várias formas. Através da falta de hábito de participação, tendo em conta a juventude da democracia ou poderá ser um sinónimo de “insatisfação” (Pereirinha, 2006, p. 23) ou desagrado, quer pelas políticas quer pela desadequação das atividades que não são significativas para os munícipes em geral.

### **3.2.3 Liderança**

Em geral é preciso liderança para que os projetos sejam consequentes. É preciso quem tome iniciativa, quem coordene, quem se responsabilize pelo processo e pelos resultados. Assim, com este ponto, pretendemos saber qual a liderança pretendida para o concelho da Lousã numa organização em “Centros Cívicos-Educativos”, através da visão dos atores locais que intervieram neste estudo.



### QUADRO 29 – LIDERANÇA DOS CENTROS CÍVICOS-EDUCATIVOS

3.1.1.5. Autarca	<p><i>“Uma pergunta bastante pertinente, penso muitas vezes nisso, de facto a estratégia de desenvolvimento de um município deve estar entregue ao órgão de poder local e portanto ai os executivos democraticamente eleitos tem essa obrigação de implementar a estratégia que apresentaram em sufrágio às pessoas e portanto os agentes que estão no terreno, devem dentro daquilo que são evidentemente as relações democráticas respeitar de certa forma a estratégia pelo menos global e de médio e longo prazo” (Ent.1).</i></p>
3.1.1.6. Escolares	<p><i>“Talvez a autarquia, sim necessitando haver uma coordenação só a autarquia” (Ent.2).</i></p> <p><i>“Fomentar estes espaços só é possível com o envolvimento claro e inequívoco dos responsáveis da autarquia, mas implica, naturalmente o envolvimento de todos os “agentes sociais intermédios” (será assim que se diz?)” (Ent.3).</i></p> <p><i>“...eu entendo que este governo municipal mais do que autarquia como é entendida deveria ser entendido numa forma mais abrangente, se não caímos na mesma coisa, isto vem de cima é para os de cima fazerem, eles que façam, mas haver de alguma forma um envolvimento dos indivíduos, entidades, agremiações, instituições, a comunidade no seu todo através de representantes. Seria mais facilmente acolhida se for de um grupo anonimo que se proponha fazer” (Ent.4).</i></p>
3.1.1.7. Associativos	<p><i>“Há aqui uma partilha de responsabilidades entre a escola formal e a autarquia enquanto gestora dos espaços educativos e a escola enquanto responsável pela delegação do conhecimento. Da sinergia entre escolas e autarquia devia surgir a iniciativa e a sua operacionalização por todos os agentes” (Ent.5).</i></p> <p><i>“... é fácil de implementar estes centros fazendo uma parceria com as escolas e a Câmara Municipal” (Ent.6).</i></p>

FONTE: MATRIZ DE REDUÇÃO DE DADOS

A liderança de uma organização em “Centros Cívicos-Educativos” neste concelho, e de acordo com todos os auscultados, teria de contar com a participação da autarquia. Assim para o vereador, *“ a estratégia de desenvolvimento de um município deve estar entregue ao órgão de poder local e portanto aí os executivos democraticamente eleitos tem essa obrigação, de implementar a estratégia que apresentaram em sufrágio às pessoas”*. Quase todos os entrevistados, concordam mas vão mais longe, consideram que deve ser uma liderança partilhada e participada por outros elementos da comunidade, principalmente com as escolas e outros *“agentes sociais intermédios”*.

Um dos dirigentes do meio escolar pensa que a melhor forma de diminuir a falta de mobilização e participação dos munícipes, e de não ser mais do mesmo, é através do

*“envolvimento dos indivíduos, entidades, agremiações, instituições, a comunidade no seu todo através de representantes” (Ent.4).*

### 3.2.4 Disponibilidade para a criação

A organização em “Centros Cívicos-Educativos” pressupõe alguns pré-requisitos para os quais a comunidade tem de estar sensibilizada, motivada e disponível. Com este ponto, pretendemos auscultar a disponibilidade dos vários intervenientes neste estudo para a criação do “Centro Cívico-Educativo” e quais os recursos que poderiam disponibilizar.

#### **QUADRO 30 – DISPONIBILIDADE PARA A CRIAÇÃO DE CENTROS CÍVICOS-EDUCATIVOS**

3.1.1.8. Escolares	<i>“Recursos humanos e físicos, ou seja, tudo, como na realidade já disponibilizamos todos os nossos recursos” (Ent.2).</i> <i>“Nós poderíamos disponibilizar os nossos recursos humanos, quer os nossos formadores, formandos e os serviços” (Ent.4).</i>
3.1.1.9. Associativos	<i>“A arcil pode disponibilizar a própria arcil, a filosofia da existência da arcil é baseada na aprendizagem ao longo da vida desde o nascimento até à morte, quando dizemos que fazemos reabilitação fora a formação profissional e fora o apoio que damos às escolas, nós investimos numa aprendizagem ao longo da vida e acho que temos algum conhecimento nessa área mas temos sempre o nosso espaço físico e humano disponível para isso. Toda a arcil” (Ent.5).</i> <i>“Desde que sejamos solicitados estamos sempre disponíveis para colaborar com todas as entidades” (Ent.6).</i>

**FONTE: MATRIZ DE REDUÇÃO DE DADOS**

Tendo em conta a predisposição que todos os auscultados demonstraram para se avançar para uma organização segundo um modelo de “Centros Cívicos-Educativos”, nem todos de uma forma clara concretizaram essa disponibilidade.

A disponibilidade é sustentada através dos recursos materiais e humanos que cada instituição tem e os quais têm intensão de colocar ao serviço dos “Centros Cívicos-Educativos”. O interesse demonstrado pelas várias instituições, que me pareceu genuíno, foi grande e pode ser exemplificado por esta afirmação: *“A arcil pode disponibilizar a própria arcil” (Ent.5)*. Contudo, bem sabemos que uma coisa é dizer

outra é o fazer. De qualquer modo vemos que alguns dirigentes de diversas instituições não precisam de ser convencidos das vantagens da organização da educação em “Centros Cívicos-Educativos”. Mostrando-se, desde já, disponíveis, parecem carecer de ser apresentados com uma configuração organizacional da educação que possibilite maior mobilização das pessoas do concelho. A cidadania conquista-se mas também necessita de empenho e organização.



## 4 (RE)ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DA EDUCAÇÃO EM CENTROS CÍVICO-EDUCATIVOS - UMA PROPOSTA PARA A LOUSÃ

### 4.1 Pressupostos orientadores

A validade do conhecimento é mais significativa quanto mais pessoal for a experiência e orientada para as suas necessidades, realizada através de um processo de busca partilhado. A verdade é que vivemos momentos de progressiva interação, assimilação e indeterminação de saberes e de valores em todos os seus planos, e em todas as suas, cada vez mais complexas e interligadas, dimensões. Adquirir o saber e aprender são experiências de uma grande complexidade que se traduzem em grandes modificações únicas, de forma a *“fazer com que cada indivíduo saiba conduzir o seu destino”* (Delors, 2010, p. 105). Existe na educação algo muito mais do que uma razão instrumental. Nela está presente, a essência da sua existência, uma incumbência de partilha na criação de indivíduos críticos, criativos e participativos na edificação do mundo que nos rodeia e ao longo da vida. A educação não pode ser pensada como uma mera etapa de preparação para a vida. Deve ser organizada como uma vivência solidária de criação de sentidos ao longo de toda a vida e em cada um dos momentos da vida de cada indivíduo promovendo *“o saber, o saber fazer, o saber viver juntos e o saber ser”* (Delors, 2010, p. 107). E não apenas porque ela é a *“educação de um mundo em contínua mudança”*. Mas porque a educação deve integrar-se como um lugar fundamental e não prescindível na busca e criação de sentidos pessoais e partilhados da vida, participando de forma crítica e conhecedora na orientação das próprias modificações do Mundo e da Vida.

Combinar a educação com os métodos de formação dos indivíduos como cidadãos, ou articular a escola com a comunidade educativa de uma região é a pretensão urgente e uma necessidade premente da sociedade contemporânea, de acordo com Alves e Varela (2012, p. 41), e ao mesmo tempo uma quimera!

A construção de uma proposta educacional implica criar um modelo de (re)organização territorial de educação que observe a aprendizagem ao longo da vida e incremente o desenvolvimento territorial sustentável e solidário e a prática de uma cidadania ativa e

ao mesmo tempo proactiva. Isso requer que o território assuma sua intencionalidade educacional.

*“A cidade Educadora ao organizar-se, no seu território, em centros cívico-educativos, pretende que estes sejam verdadeiros espaços de promoção da educação e da cidadania para os habitantes da sua zona de influência, mobilizando professores, pais, alunos, pessoas das diversas áreas do saber, pessoas de todas as idades, de modo a criarem uma verdadeira comunidade de atores participantes e dinâmicos que deem vida e expressão a uma outra maneira de fazer educação para todos”* (Ferreira, 2007).

Os Centros Cívicos são espaços de democracia educacional formal, não formal e cultural ao longo da vida, e são pensados como uma organização ao serviço da educação enquanto estratégia de desenvolvimento de uma política territorial de educação.

Trata-se, assim, de congregar todas as sinergias, *“de disponibilizar todos os recursos patrimoniais, humanos e tecnológicos existentes na área dos centros cívico-educativos geridos de modo a serem devidamente ocupados, tornando possível que mais pessoas os possam utilizar”* (Ferreira, 2007).

Os “equipamentos educativos polivalentes” entendidos enquanto infraestruturas coletivas de vocação educativa partilhada com outras do domínio social e cultural, sedão sentido à participação cidadã são um desafio à inovação e à criatividade.

Este enquadramento dos equipamentos educativos, culturais e de lazer de proximidade vai de encontro à realidade local de alguns municípios portugueses. Os Centros Cívicos nascem num contexto descentralizador de políticas e ações impulsionadas pelo objetivo do desenvolvimento local, motivadas pela saída das populações das periferias para os centros urbanos e respondendo às necessidades de carácter socioeducativo e cultural.

Os Centros Cívicos devem ser entendidos como organizações de infraestruturas polivalentes favorecedoras da participação comunitária, da democratização educativa e cultural, da criação e fruição de espaços de educação não formais. Estes centros deverão primar pelo favorecimento da envolvimento dos grupos sociais no desfrute da educação, cultura, do ócio e do tempo livre. Sendo pertinente preparar as crianças e jovens *“para o uso adequado do tempo de ócio, um fator de vital importância para a edificação de um indivíduo equilibrado”* (Aquino & Martins, 2007, p. 483).

Neste contexto, a polivalência é sinónimo de diversidade das atividades educativas informais, artístico-culturais e desportivas, da flexibilidade dos espaços e da convivência num mesmo espaço de iniciativas profissionais e associativas. Uma outra característica que define estas infraestruturas é a sua disponibilidade para atividades desenhadas pelas entidades locais, nomeadamente as coletividades.

Um sistema de desenvolvimento educativo assente na utilização das sinergias locais não é só uma tarefa de promoção da escolarização; é acima de tudo uma política educativa que pretende articular o investimento em educação com o desenvolvimento local e dos seus municípios.

A educação tem que ser compreendida como uma ferramenta de mudança social ao serviço das comunidades, de forma a estimular uma participação democrática nas políticas educativas locais e nacionais. *“A sua maior ambição [da educação] passa a ser dar a todos os meios necessários a uma cidadania consciente e ativa”* (Delors, 2010, p. 4). A educação ao longo da vida deve estimular a criatividade e a intervenção cívica facilitando a construção das bases de uma política alicerçada nos valores educativos.

A política de desenvolvimento educativo local deve ser fundamentada na pluralidade de iniciativas adaptadas às realidades sociais do território, por outro lado deve assentar na criação de uma metodologia que transmita uma dinâmica de modificação sociocultural.

É à luz da ação educativa local descentralizadora da educação que entendemos os Centros Cívicos como espaços de estímulo do associativismo, da promoção e da democracia educativa, a par da participação cidadã na vida educativa e cultural da comunidade. Os líderes das políticas de democracia cultural e de desenvolvimento sustentável devem alimentar a ideia do Centro Cívico enquanto organização de espaços educativos articulados ao desenvolvimento educativo local. Um “Centro Cívico-Educativo” deve ser pensado como informação, formação, dinamização sociocultural e de permanente consciencialização das pessoas.

O setor educativo autárquico deve estimular a predisposição primária dos equipamentos polivalentes, educativos e culturais a serem uma plataforma de união para os coletivos com o intento destes encontrarem de forma participada soluções para as novas realidades.

Chegou o tempo dos serviços educativos municipais adotarem uma atitude crítica e de transformação da causa que abraçam no território local, ou seja, intervirem nas suas políticas, questionando a sua posição institucional face à vida educativa do município colocando em permanente avaliação o seu trabalho. Uma política de Gestão Educativa ou de Animação Educativa? Que política de desenvolvimento estamos a construir e com quem? Importa posicionarmo-nos face a esta nova realidade no quadro da ação educativa local. É embebido no espírito metodológico dos “Centros Cívicos-Educativos” que devemos orientar os processos culturais cruzando-os com a política educativa.

Devemos edificar a cidadania com os cidadãos, gerir a educação e a cultura com os diferentes coletivos sociais, construir uma cidadania educativa plena e sustentada na essência das iniciativas educativas e culturais, aliando a comunhão educativa à formação da cidadania.

O desenvolvimento educativo necessita acolher modos de participação dos cidadãos na educação, formar o estímulo à cidadania educativa e cultural. A cidadania educativa e cultural constrói-se pelo direito à informação e à comunicação, aos espaços para a reflexão, no debate e na crítica. A cidadania educativa e cultural sustenta-se no direito dos cidadãos a participarem na definição das diretivas da política educativa municipal.

Esta ideia de cidadania educativa e cultural balizada pela participação ocorre quando há uma prática educativa que suporta o sistema, uma formação para uma cultura de participação na envolvimento na vida educativa e cultural da comunidade e quando se estimula o sentido da corresponsabilização nas políticas públicas.



## 4.2 Proposta de (re)organização da Lousã em Centros Cívicos-Educativos

Partindo do conceito de “Cidade Educadora”, é nossa intenção expor um modelo de organização ou reorganização da educação no Concelho da Lousã de acordo com os “Centros Cívicos- Educativos” de forma a conjugar os vários intervenientes: local nas suas mais variadas configurações, os munícipes e utilizadores dos serviços de educação, os recursos existentes que podem ser utilizados. O grande objetivo é o incremento de uma cidadania plena e fomentar a convivência salutar com os espaços educativos, tendo em vista o aumento das atitudes que fomentem a harmonia e a qualidade de vida dos Lousanenses.

Esta proposta vai ser apresentada de acordo com o conhecimento contextual que foi sendo adquirido e produzido durante este estudo, nomeadamente através dos contributos dos entrevistados nesta investigação, pelos dados que foram sendo apresentados e pelas observações de vários autores que se interessaram sobre estes temas.

### 4.2.1 O Local

Com uma área aproximada de 140 Km<sup>2</sup>, quase um terço do concelho ocupado pela Serra da Lousã, o concelho da Lousã, pertence ao Distrito de Coimbra e tem por limites, Vila Nova de Poiares, Góis, Castanheira de Pera e Miranda do Corvo. Está a cerca de 30Km da cidade de Coimbra sendo o concelho que mais tem crescido no Pinhal Interior Norte, nas últimas duas décadas. Encontra-se, por enquanto, dividido em seis freguesias sendo a sede, Lousã, o polo dinamizador de todo o concelho.

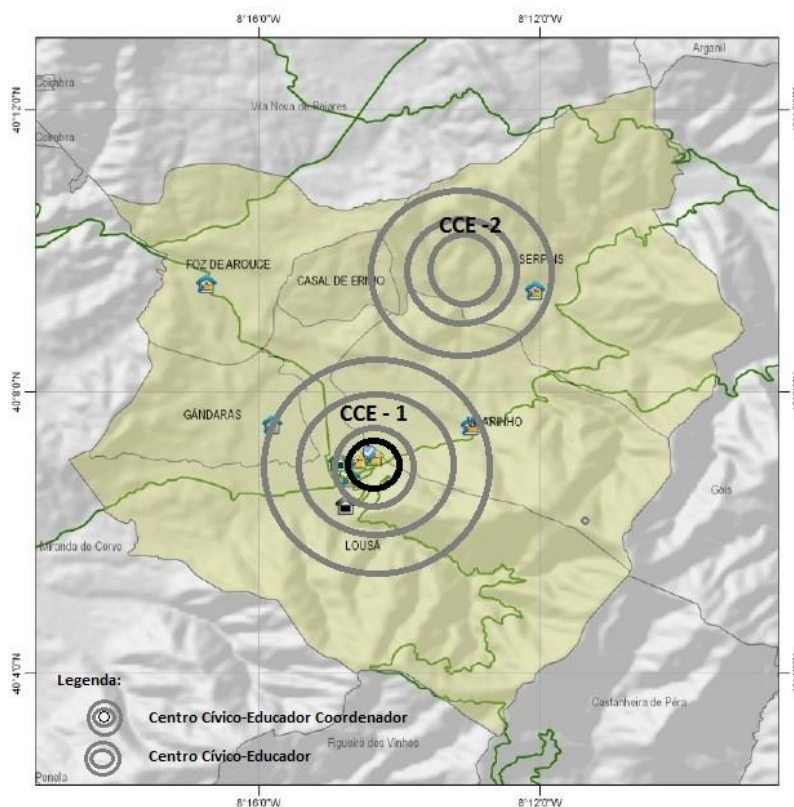
Como já foi referido, o Concelho da Lousã, nas últimas décadas tem vindo a ter um crescimento populacional acima da média do país, sendo a freguesia sede a grande impulsionadora, a que não é alheio o facto de aí estarem a grande maioria dos recursos e serviços do município. Em 2011 só as freguesias de Serpins e Vilarinho continuaram a aumentar, e a tendência é que o Concelho da Lousã, como o resto do país, comece a perder população muito por culpa da crise económica que se tem instalado, que provoca

uma acentuada quebra na natalidade. Outro fator importante é também a deslocação da população para centros mais atrativos, como por exemplo, a cidade de Coimbra.

De forma a criar condições de fixação e de acordo com os recursos existentes, pensamos que no Concelho da Lousã podíamos ter dois “centros cívicos-educativos” cabendo a um deles, devido à sua dimensão e centralidade geográfica, a função de integração e dinamização do outro. Estamos a falar das freguesias da Lousã e de Serpins, respetivamente, sendo determinante para esta organização, a implementação de meios de transporte de qualidade, principalmente a reativação do ramal da Lousã, através da conclusão da obra que neste momento se encontra parada por falta de verba.

O mapa seguinte determina a localização geográfica dos dois CCE, no entanto não determina um ponto coordenador, devendo este ser encontrado pelos vários intervenientes educativos.

**FIGURA 9 – LOCALIZAÇÃO DOS “CENTROS CÍVICO-EDUCATIVOS”**



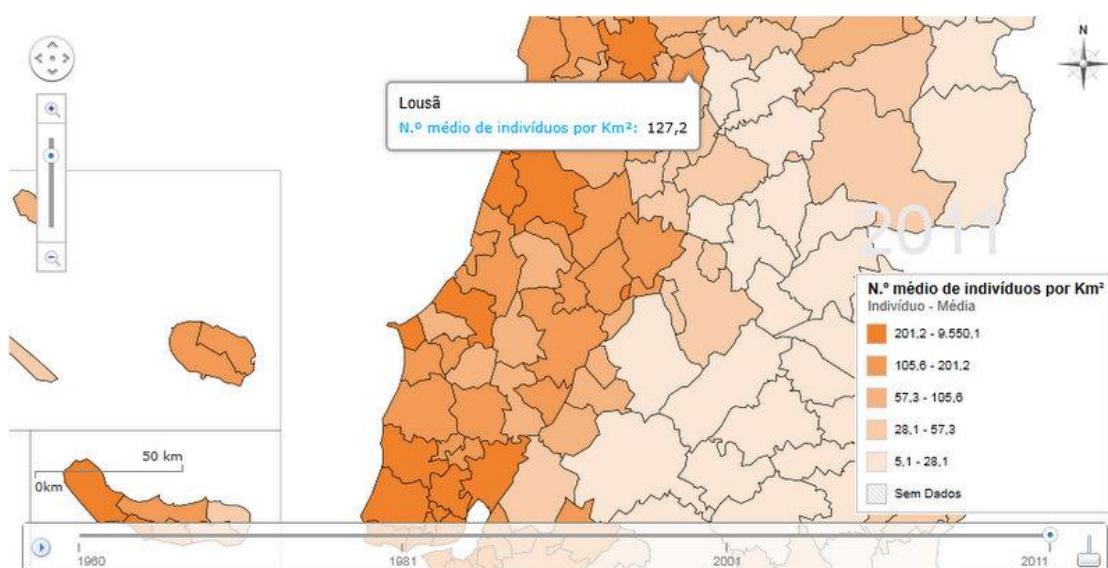
Fonte: (adaptado)

Assim, a nossa proposta de (re)organização do concelho da Lousã em “Centros Cívicos-Educativos” baseia-se em criar dois polos dinamizadores das ações alicerçadas no

conceito de Cidade Educadora, um com sede na freguesia da Lousã (CCE1) e outro com a sede na freguesia de Serpins (CCE2).

De acordo com a situação em estudo, território com uma densidade populacional de 127,2 nos censos de 2011, mas com uma forte aglomeração na freguesia sede, não possibilita que todos os munícipes fiquem perto das infraestruturas de apoio, de forma a se deslocarem a pé, e assim usufruírem das ofertas socioeducativas, culturais, desportivas e outras que ficam na zona de influência de cada um dos CCE.

**FIGURA 10 – DENSIDADE POPULACIONAL POR MUNICÍPIOS**



Fonte: Pordata (<http://www.pordata.pt/Municipios/DensidadePopulacionalsegundoosCensos-591>)

No entanto é viável encurtar as distâncias e facultar as ofertas a todos os munícipes visto os CCE se encontrarem centralizados na freguesia sede e na freguesia de Serpins com transportes regulares.

Apresentamos de seguida as distâncias e tempos médios de deslocação entre os “Centros Cívicos-Educativos” em automóvel.

**QUADRO 31 – DISTÂNCIA E TEMPO MÉDIO DE DESLOCAÇÃO NO CCE1**

Itinerário	Distância	Tempo
Lousã – Vilarinho	2,2 Km	4'
Lousã - Gândaras	5,6 Km	7'
Vilarinho - Gândaras	6,4 Km	8'

Fonte: Próprio

### QUADRO 32 - DISTÂNCIA E TEMPO MÉDIO DE DESLOCAÇÃO NO CCE 2

Itinerário	Distância	Tempo
Serpins – Casal de Ermio	3,6 Km	5'
Serpins – Foz de Arouce	8,1 Km	10'
Casal de Ermio – Foz de Arouce	4,6 Km	6'
Serpins - Ponte Velha	9 Km	13'
Foz de Arouce - Ponte Velha	6 Km	7'
Casal de Ermio - Ponte Velha	5 Km	9'

**Fonte: Próprio**

Neste Quadro 33 apresentamos as distâncias e os tempos necessários para se deslocarem de automóvel entre o CCE1 e o CCE2.

### QUADRO 33 – DISTÂNCIA E TEMPO MÉDIO DE DESLOCAÇÃO DO CCE1 AO CCE2

Itinerário	Distância	Tempo
Lousã – Serpins	9,4 Km	13'
Lousã – Casal de Ermio	6,2 Km	10'
Lousã – Foz de Arouce	6,8 Km	10'

**Fonte: Próprio**

Estes tempos devem ser considerados como meros tempos indicativos, visto poderem variar de acordo com vários fatores (físicos, clima, etc.). No entanto, há percursos dentro de cada um dos CCE onde não é necessário a utilização de automóvel e podem ser realizados a pé pelos utentes. A distância estimada para a realização desses percursos é de cerca de 3 até os 5 Km.

Pensamos que a opção pela deslocação a pé dentro dos CCE deve ser incrementada e incentivada sempre que possível, de forma a combater o sedentarismo natural da nossa população, com ganhos em termos de saúde e da qualidade do ambiente.

#### 4.2.2 Utilizadores

Uma análise aos dados referentes à população residente atual tem de levar em conta a evolução da população nos últimos 60 anos e as projeções que existem para os próximos 20 anos.

Como podemos verificar no Quadro 34 o concelho da Lousã entre a década de 50 e a 70 perdeu população, fenómeno que se sentiu em todo o país em que muitos portugueses emigraram para países europeus em forte desenvolvimento. É exatamente isso que diz Peixoto (2004, p. 2) quando escreveu: “Tendo em conta os acontecimentos ocorridos nas últimas décadas, o apogeu do movimento de emigração situou-se entre os finais da década de 60 e o início dos anos 70 do século XX”.

**QUADRO 34 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1950 E 2011 E PROVÁVEL EVOLUÇÃO ENTRE 2011 E 2031**

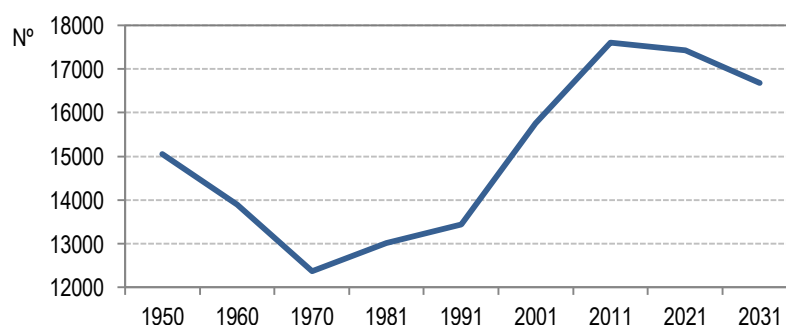
Anos	População residente	Varição populacional (%)
1950	15050	–
1960	13900	-7,64
1970	12369	-11,01
1981	13020	5,26
1991	13447	3,28
2001	15753	17,15
2011	17604	11,75
2021	17431	-0,98
2031	16673	-4,35

Fonte: INE

A partir de 1981 até 2011 verifica-se uma situação contrária, tendo o concelho da Lousã um crescimento médio de 9,36%, destacando-se os censos de 2001, onde se dá conta de um crescimento de 17,15%.

As perspetivas para as próximas décadas não são animadoras prevendo-se uma diminuição da população residente de 0,98% em 2021 e de 4,35% em 2031.

**GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1950 E 2011 E PROVÁVEL EVOLUÇÃO ENTRE 2011 E 2031**



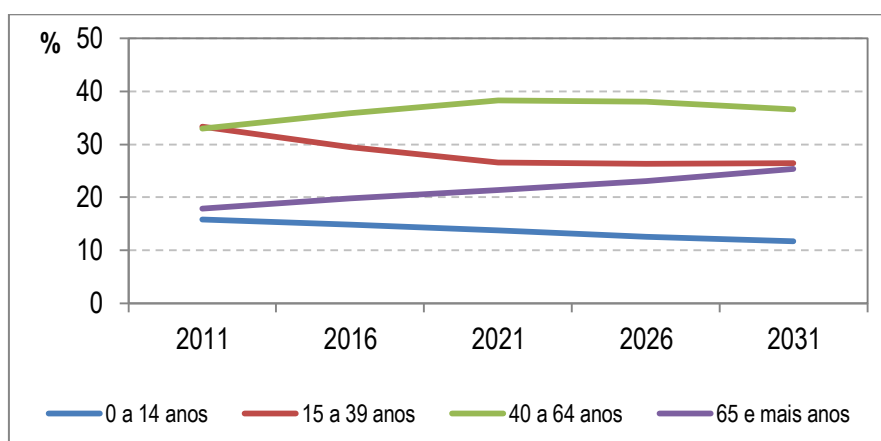
Fonte: INE

No conjunto, o concelho da Lousã irá perder cerca de 5% da sua população residente entre 2011 e 2031, de acordo com os dados prováveis da evolução da população residente no concelho.

De acordo com as previsões a população residente em 2031 será de menos mil residentes no concelho do que em 2011.

Nesta previsão podemos verificar a provável evolução da população residente por grupo etário, verificando-se um decréscimo acentuado no grupo etário dos 15-39 (cerca de 7%), decrescendo menos significativamente o grupo etário dos 0 -14 (cerca de 4%). O grupo dos 40-64 e de 65 ou mais anos aumentam respetivamente cerca de 3,5% e 7%, passando a população residente no concelho com 65 ou mais anos de idade a representar mais de um quarto dos habitantes.

**GRÁFICO 4 - PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPO ETÁRIO ENTRE 2011 E 2031**



Fonte: INE

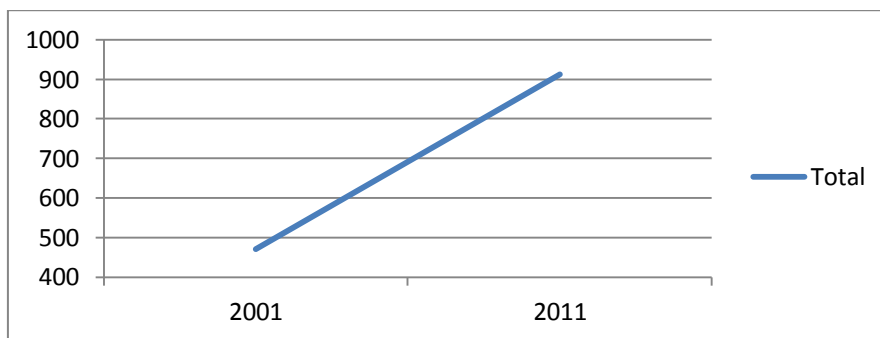
As crianças e jovens, enquanto discentes, têm um papel crucial na vida destas organizações (CCE). Além da maior disponibilidade para aprender eles tendem a ser ativos e suscetíveis de mobilização.

Com o aumento da longevidade, os idosos, são também uma peça essencial no processo de Desenvolvimento Local e naturalmente na promoção e estimulação destes CCE. São munícipes que têm muitas vivências e saberes que devem partilhar em prol da comunidade. Além disso são pessoas que necessitam de ocupar o seu tempo livre de

uma forma útil, podendo ser ao mesmo tempo aprendentes e formadores em vários contextos.

Outro grupo, que infelizmente tem aumentado drasticamente (quase duplicou em dez anos), são os desempregados que podem ser incluídos como aprendentes, uma vez que podem usar essa situação para se valorizarem através da formação e assim elevar a sua autoestima e as suas qualificações.

**GRÁFICO 5 – NÚMERO DE DESEMPREGADOS NO CONCELHO DA LOUSÃ NOS CENSOS 2001 E 2011.**



Fonte: INE (Censos 2001 e 2011)

Através da observação do Quadro 35, podemos verificar que a tendência é para a diminuição de jovens e população ativa e para um aumento da população idosa nos próximos anos.

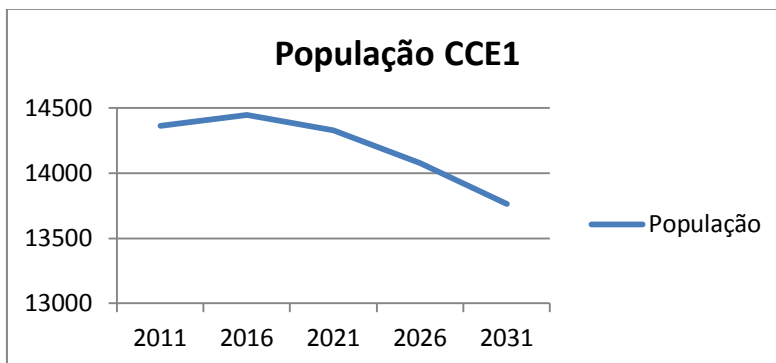
**QUADRO 35 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DA E POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 2011 E 2031**

	2011	2016	2021	2026	2031
<b>Jovens</b>	<b>15,8%</b>	<b>14,9%</b>	<b>13,8%</b>	<b>12,6%</b>	<b>11,7%</b>
<15 anos de idade	2946 hab.	2627 hab.	2406 hab.	2154 hab.	1951 hab.
<b>Ativos</b>	<b>66,3%</b>	<b>65,2%</b>	<b>64,7%</b>	<b>64,4%</b>	<b>63%</b>
15-64	11664 hab.	11496 hab.	11279 hab.	11007 hab.	10504 hab.
<b>Idosos</b>	<b>17,9%</b>	<b>19,8%</b>	<b>21,4%</b>	<b>23,1%</b>	<b>25,4%</b>
> 64 anos	2968 hab.	3491 hab.	3731 hab.	3948 hab.	42345 hab.

Fonte: INE

Da análise geral, interessa passarmos às previsões da evolução da população residente em cada “Centro Cívico-Educativo”, até ao ano 2031.

**GRÁFICO 6 – PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CCE1 ATÉ 2031**



Fonte: INE

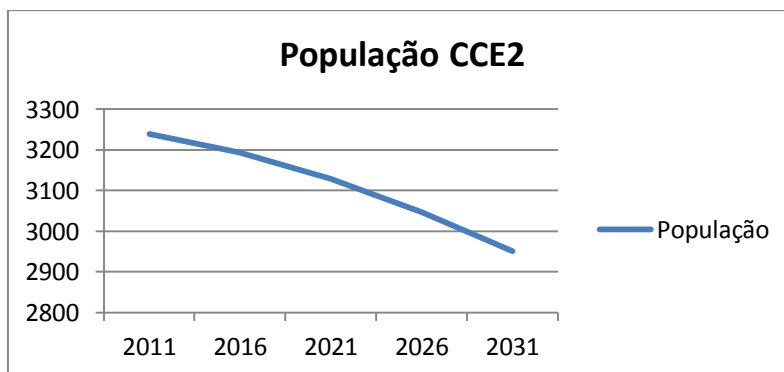
Pelo Gráfico 6, podemos ver que a população no Centro Cívico-Educativo 1 irá crescer levemente até 2016 verificando-se a partir dessa data uma descida progressiva até ao ano de 2031. O Quadro 36 apresenta os números que estão em causa na previsão.

**QUADRO 36 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CCE1 ATÉ 2031**

CCE1	2011	2016	2021	2026	2031
<b>Gândaras</b>	1308	1301	1278	1246	1210
<b>Lousã</b>	10163	10240	10165	9991	9764
<b>Vilarinho</b>	2893	2907	2885	2842	2789
<b>Total</b>	<b>14364</b>	<b>14448</b>	<b>14328</b>	<b>14079</b>	<b>13763</b>

Fonte: INE

**GRÁFICO 7 - PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CCE2 ATÉ 2031**



Fonte: INE



Na leitura do Gráfico 7, podemos prever que a população no Centro Cívico-Educativo 2 irá descer de uma forma gradual até ao ano de 2031.

**QUADRO 37 - PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CCE1 ATÉ 2031**

CCE2	2011	2016	2021	2026	2031
Casal de Ermio	376	377	376	377	373
Foz de Arouce	1062	1015	965	908	848
Serpins	1802	1802	1788	1762	1729
<b>Total</b>	<b>3240</b>	<b>3194</b>	<b>3129</b>	<b>3047</b>	<b>2950</b>

Fonte: INE

Numa análise por freguesia podemos averiguar que todas as freguesias vão perder população residente (entre 2011 e 2031), sendo a freguesia de Casal de Ermio a que vai sentir apenas um ténue redução de 0,8%, mantendo a sua pouca população. A freguesia de Foz de Arouce é a que sofrerá uma maior diminuição na população residente, cerca de 20%.

Se observarmos a diferença entre o ano de 2011 e a possível evolução em 2031, tendo em conta a percentagem e o número de pessoas residentes no âmbito dos Centros Cívicos-Educativos 1 e 2, verificamos que, se em termos de percentagem, o CCE1 vai perder menos população, na realidade este centro vai perder o dobro de pessoas que o CCE2 como se pode verificar pela leitura do Quadro 38 e 39.

**QUADRO 38 – DIFERENÇA DE POPULAÇÃO RESIDENTE CCE1 ENTRE 2011 E 2031**

Freguesias	2011	2031	Δ 2011 e 2012	%
Gândaras	1308	1210	-98	7,49%
Lousã	10163	9764	-399	3,93%
Vilarinho	2893	2789	-104	3,59%
<b>Total</b>	<b>14364</b>	<b>13763</b>	<b>-601</b>	<b>5,0%</b>

Fonte: INE

**QUADRO 39 – DIFERENÇA DE POPULAÇÃO RESIDENTE CCE2 ENTRE 2011 E 2031**

Freguesias	2011	2031	Δ 2011 e 2012	%
Casal de Ermio	376	373	-3	0,80%
Foz de Arouce	1062	848	-214	20,15%
Serpins	1802	1729	-73	4,05%
<b>Total</b>	<b>3240</b>	<b>2950</b>	<b>-290</b>	<b>8,23%</b>

Fonte: INE

Outra observação que também se pode fazer é que existe uma grande discrepância entre o número de população residente entre os dois CCE, tendo o CCE1 cerca de quatro vezes a população residente de CCE2. A densidade populacional é também muito diferente 146,15 para o CCE1 e 67,93 para o CCE2.

De seguida, apresentaremos a evolução dos últimos anos nos estabelecimentos educativos de ensino do concelho da Lousã.

**QUADRO 40 - NÚMERO DE CRIANÇAS INSCRITAS NOS JI NO CCE2 NOS ANOS LETIVOS 2012/2013 E 2013/2014**

Jardins de Infância CCE1	2012/2013	2013/2014
JI Fontainhas	34	29
JI Freixo	43	50
JI Levegadas	7	9
JI Lousã	120	120
JI Stª Rita	82	73
S.C.M. Lousã*	71	69
ADIC Vilarinho*	15	19
<b>Totais</b>	<b>372</b>	<b>349</b>

Fonte: Próprio

**QUADRO 41 - NÚMERO DE CRIANÇAS INSCRITAS NOS JI NO CCE2 NOS ANOS LETIVOS 2012/2013 E 2013/2014**

Jardins de Infância CCE2	2012/2013	2013/2014
JI Casal St António	24	19
JI Foz de Arouce	9	7
JI Ponte Velha	13	10
JI Serpins	33	29
Casal de Ermio*	14	8
<b>Totais</b>	<b>93</b>	<b>73</b>

Fonte: Próprio

Como se pode verificar a diferença de crianças inscritas nos Jardins de Infância dos dois centros mantém a proporcionalidade relativamente à população residente.

No Quadro 42 apresentamos a evolução dos alunos inscritos nos Jardins de Infância de cada um do concelho entre 2009 e 2013, no qual podemos observar um decréscimo significativo nestes 5 anos, cerca 100 crianças. Tal facto pode ser justificado em parte pela diminuição de crianças por turma devido à inclusão de crianças com necessidades

educativas especiais nessas turmas. No concelho há listas de espera no ensino particular e público na freguesia da Lousã.

**QUADRO 42 - EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR ENTRE 2009 E 2013**

Educação Pré-Escolar				
2009	2010	2011	2012	2013
534	514	511	465	422

Fonte: Pordata e próprio 2012 e 2013

Passando a analisar a população que frequenta o 1º CEB, vemos que os números são preocupantes. No Quadro 43, verificamos que o número de alunos inscritos nas escolas do 1º CEB no CCE1 é cinco vezes maior do que o número de inscritos no CCE2.

**QUADRO 43 – ALUNOS INSCRITOS NAS ESCOLAS DO 1º CICLO NOS CCE1 E CCE2**

2013/2014	
CCE1	602
CCE2	119
<b>Total</b>	<b>721</b>

Fonte: Próprio

Porém é o Quadro 44 que nos ilustra melhor a evolução do número de alunos nos últimos 5 anos.

**QUADRO 44 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS NO 1º CICLO ENTRE 2009 E 2013**

Ensino Básico - 1º Ciclo				
2009	2010	2011	2012	2013
760	736	730	705	721

Fonte: Pordata e próprio 2012 e 2013

Vendo bem, estamos diante de uma progressão para cada vez existirem menos alunos neste ciclo. Podemos contar com menos alunos nos próximos anos tendo em conta a descida do número de alunos inscritos no ensino pré-escolar.

Quanto aos alunos do 2º CEB, 3º CEB, secundário e profissional estudam todos no CCE1, visto não existirem instituições para estes graus de ensino no território do CCE2.

Relativamente ao 2º ciclo do ensino básico o número de alunos tem-se mantido nos últimos três anos.

#### QUADRO 45 – ALUNOS INSCRITOS NO 2º CICLO ENTRE 2009 E 2013

Ensino Básico - 2º Ciclo				
2009	2010	2011	2012	2013
374	401	373	376	377

Fonte: Pordata e próprio 2012 e 2013

Já no que diz respeito ao 3º ciclo do ensino básico, a situação é bem diferente, sentindo-se uma forte descida do número de alunos, principalmente nos últimos 2 anos.

#### QUADRO 46 - ALUNOS INSCRITOS NO 3º CICLO ENTRE 2009 E 2013

Ensino Básico - 3º Ciclo				
2009	2010	2011	2012	2013
742	837	749	589	546

Fonte: Pordata e próprio 2012 e 2013

Relativamente ao ensino secundário e profissional os dados obtidos apresentam uma diminuição drástica de alunos nos últimos 2 anos. Esta diminuição significativa poderá estar conjuntamente relacionada com o fecho dos Centros de Novas Oportunidades, com o encerramento do ensino noturno e com o aumento da procura, essencialmente, de cursos profissionais, fora do concelho.

#### QUADRO 47 - ALUNOS INSCRITOS NO ENSINO SECUNDÁRIO E PROFISSIONAL ENTRE 2009 E 2013

Ensino Secundário				
2009	2010	2011	2012	2013
685	707	717	549	513

Fonte: Pordata e próprio 2012 e 2013

Pensamos que também pode ajudar a compreender a situação da população escolar se olharmos para toda ela na globalidade.

#### QUADRO 48 – TOTAL DE ALUNOS INSCRITOS NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO CONCELHO DA LOUSÃ EM 2013/2014

Ano	Jardim de Infância	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Escola Profissional	Total
Nº de Alunos	422	721	377	546	455	58*	2579

Fonte: Próprio (\* números provisórios)

Pelo Quadro 48, vemos que o maior número de alunos frequenta o 1º ciclo. Mas a diferença de números do 3º ciclo e secundário deixa perceber a possível diminuição de alunos no ensino secundário nos próximos anos.

**QUADRO 49 – ALUNOS INSCRITOS NO PRÉ-ESCOLAR, BÁSICO E SECUNDÁRIO NO CONCELHO DA LOUSÃ ENTRE 2009 E 2013**

2009	2010	2011	2012	2013
3095	3195	3080	2684	2579

Fonte: Pordata e próprio 2012 e 2013

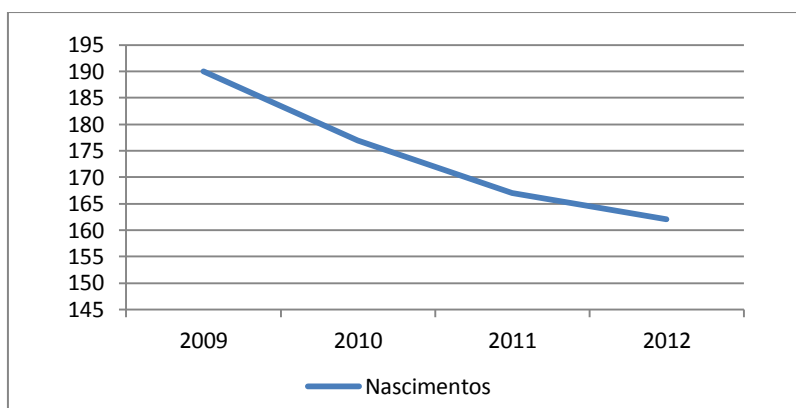
A evolução da população escolar vai no sentido de continuar a diminuir, de acordo com os dados que temos até 2031. Para tal vai contribuir a diminuição do número de nascimentos, como se pode verificar no Quadro 50 e na curva descendente do gráfico 8.

**QUADRO 50 – NÚMERO DE NASCIMENTOS NO CONCELHO DA LOUSÃ ENTRE 1981 E 2012**

Nascimentos no concelho da Lousã							
Anos	1981	1995	2001	2009	2010	2011	2012
Nº de Nascimentos	168	137	188	190	177	167	162

Fonte: Pordata

**GRÁFICO 8 - NÚMERO DE NASCIMENTOS NO CONCELHO DA LOUSÃ ENTRE 2009 E 2012**



Fonte: INE

No Quadro 51, podemos ver a provável evolução do nados-vivos entre 2011 e 2031, verificando um número reduzido de nascimentos no Concelho da Lousã. Esta tendência deverá manter-se na maioria das freguesias, acentuando-se na freguesia da Lousã, onde deverá diminuir cerca de 25% em 2031 em relação a 2011.

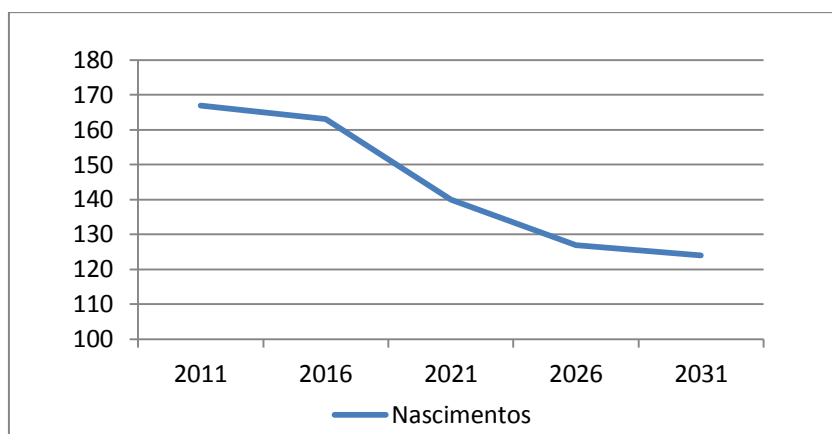
### QUADRO 51 - PROVÁVEL EVOLUÇÃO DOS NADOS-VIVOS ENTRE 2011 E 2031

Freguesias	2011*	2016	2021	2026	2031
Casal de Ermio	2	3	3	4	3
Foz de Arouce	5	5	5	4	4
Gândaras	10	9	9	9	9
Lousã	109	107	89	79	76
Serpins	14	14	12	11	12
Vilarinho	27	26	21	18	18
<b>Total</b>	<b>167</b>	<b>163</b>	<b>140</b>	<b>127</b>	<b>124</b>

Fonte: INE

Como se pode depreender a previsão da diminuição da população residente dos 0-14 anos vai confirmar uma diminuição considerável, uma vez que se projeta uma diminuição de nascimentos anual cada vez mais acentuada conforme se vai avançando no tempo.

### GRÁFICO 9 – NASCIMENTOS PREVISTOS NO CONCELHO ATÉ 2031



Fonte: INE

Sendo assim, é normal que a população residente no concelho da Lousã em 2031 verifique uma diminuição muito significativa, 831 munícipes a menos do que em 2011 na faixa etária dos 0-14 anos.

### QUADRO 52 – POPULAÇÃO RESIDENTE DOS 0-14 ANOS NO CONCELHO DA LOUSÃ EM 2011 E 2031

Ano	0-14 %	0-14
2011	15,8%	2781
2031	11,7%	1950

Fonte: INE

Com base nas previsões que apontam uma diminuição populacional em todas as freguesias do concelho da Lousã, consideramos que o modelo de (re)organização territorial deveria proporcionar uma fixação à área de influência dos aprendentes de forma a não se verificar uma desertificação das zonas mais periféricas em detrimento da sede do concelho. Para isso seria importante que o Centro Cívico-Educativo 2 pudesse alargar a sua oferta educativa até ao 2º CEB, uma vez que contribuiria com mais dois anos de frequência e de fixação nesse centro além de poder conquistar alguns alunos das zonas limítrofes dos concelhos que fazem fronteira com o município da Lousã.

Na Lousã sente-se bem a desertificação das zonas menos atrativas. Para além disso, verifica-se o envelhecimento da população, prevendo-se que em 2021 o índice de envelhecimento do Concelho da Lousã seja de 153,5%. (Cordeiro, *Projeção do Parque Escolar por NUT III A 2013*, 2008).

Na Lousã, sente-se já uma “desertificação” em termos de alunos do ensino pré-escolar e do 1º ciclo nas freguesias de Foz-de-Arouce e Casal de Ermio, prevendo-se o fecho dessas escolas num futuro imediato. No próximo ano letivo de 2013/2014 estiveram em risco de não abrirem, como podemos ver na notícia publicada *online* no *Jornal Trevim* de 25-07-2013. *“Reagindo à comunicação tardia da DSRC-DGESTE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região Centro) a Câmara Municipal e o Conselho Municipal de Educação (CMEL), tomaram posição, manifestada através de nota de imprensa, afirmando que “o eventual encerramento das escolas do 1.º CEB de Levedas, Vilarinho, Casal de Ermio, Foz de Arouce e Ponte Velha é extemporânea, porque não se encontram reunidas as condições para a transferência dos alunos”.*”

De acordo com este contexto e com a finalização da construção da nova escola, colocam-se novos desafios na organização da educação neste concelho, mais propriamente no Centro Cívico-Educativo1, os quais devem ser pensados de forma proativa garantindo uma educação de qualidade, diversificada e que vá de encontro das necessidades e anseios da população.

Se neste momento apenas podemos identificar um protótipo de “Centro Cívico-Educativo” no Concelho da Lousã e que se situa na sua sede, ou seja na freguesia da Lousã, pensamos que no futuro devemos replicar este conceito de forma a podermos

tornar outras freguesias mais atrativas e assim garantir a fixação da população, através da criação de um segundo CCE com sede em Serpins.

### 4.2.3 Funcionamento

O funcionamento dos “Centros Cívicos-Educativos” deverá partir numa primeira fase das escolas, numa filosofia de escola aberta à comunidade e motor do desenvolvimento. Sendo assim, propomos a criação de parcerias socioeducativas que integrem os vários recursos possíveis do território: escolas, associações, espaços culturais, desportivos e lazer, empresas e outros. Estes parceiros devem ter ofertas educativas diversificadas, formais, não formais e informais, numa lógica de educação para todos e com todos. Criar uma oferta educativa com estas particularidades compromete uma conceção das infraestruturas diferente do que conhecemos. Devem estar abertas à comunidade, ser funcionais, de preferência multifuncionais e de modo a motivarem à participação. Esta visão deverá ser discutida com todos os intervenientes locais, educandos e educadores, sendo essencial a criação de locais próprios de discussão e debate sobre a vontade da comunidade.

Pensamos que a visão tradicional dos recursos presentes no território e a forma como são utilizados no sentido de promoverem a dinâmica socioeducativa do município, considerando a Educação Formal (Jardins de Infância e Escolas) e a Educação não Formal (IPSS e Associações Locais) é redutora. A aposta deve ser no desenvolvimento integral do indivíduo e no desenvolvimento do território, envolvendo outros espaços e tempos, e abrindo as atuais infraestruturas, no sentido de recuperarem outras funções que não as tradicionais, misturando outros intervenientes e horários mais flexíveis.

*“A educação formal deve, pois, reservar tempo e ocasiões suficientes em seus programas para iniciar os jovens em projetos de cooperação, logo desde a infância, no campo das atividades desportivas e culturais, evidentemente, mas também estimulando a sua participação em atividades sociais: renovação de bairros, ajuda aos mais desfavorecidos, ações humanitárias, serviços de solidariedade entre gerações etc. As outras organizações educativas e associações devem, neste campo, continuar o trabalho iniciado pela escola” (Delors, 2010).*



A possibilidade de apropriação de outros espaços, normalmente conotados com o ócio ou lazer, como são o caso de parques, praias e piscina fluviais, polidesportivos, sedes de clubes, devem inserir-se numa política educativa do tipo que temos vindo a defender.

Só faz sentido, pensar em “Centros Cívicos-Educativos” se estes forem organizados no sentido de responderem ao ensino formal e às aprendizagens não formais e informais, numa lógica de que cada pessoa seja independente na seleção dos espaços, atividades e tempos em que pretende fruir e cooperar para essa oferta educativa.

As infraestruturas escolares estão dispersas pelas várias freguesias, com a exceção do 2º ciclo, 3º ciclo e Ensino Secundário e Profissional, que só estão disponíveis na sede do concelho. Apesar de existirem Associações Culturais, Sociais, Recreativas e Desportivas em todas as freguesias isso não é sinónimo de que todas as freguesias tenham um movimento associativo dinâmico. As associações com maior dinamismo, excetuando a ARCIL, situam-se fora da freguesia sede, ou talvez obtenham uma maior visibilidade pela falta de outras atividades nessas freguesias. De qualquer forma, as associações do concelho não retratam a falta de pró-atividade da grande parte dos munícipes, juntando-se para promoverem ações do seu interesse, pois há um grande défice de participação dos cidadãos em geral e em particular na sede do concelho.

No CCE1, sem interferir com todas as dinâmicas que devem ser implementadas de acordo com o nosso entender, como território educador, é urgente saber como utilizar as infraestruturas, tendo em conta a diminuição de população residente com idade escolar que se vai começar a sentir já nos próximos anos. Sendo assim, e uma vez que este centro irá contar com mais um edifício escolar que se encontra em fase de conclusão, é premente encontrar pontos de união e orientar a vocação de cada uma das escolas.

Sugerimos que a organização passe por dotar a nova escola com uma filosofia de integração, uma das grandes vertentes do concelho da Lousã desde a criação da ARCIL, criando aí condições adequadas e com qualidade para o funcionamento de unidades de multideficiência e autismo, que têm funcionado na escola nº2 e que tem originado uma deslocação de munícipes de outros concelhos no sentido de darem solução aos problemas de integração dos seus educandos.

Estando a nova escola pensada para acolher alunos desde o primeiro até ao nono ano, será necessário reorganizar a distribuição dos alunos pelas várias instituições de forma a

equilibrar e rentabilizar os espaços e recursos humanos. Pensamos que no futuro, tendo em vista a diminuição de população em idade escolar, devemos deixar de necessitar da escola de Santa Rita pelo menos para o ensino do 1º CEB.

Em relação à Escola Profissional da Lousã a nossa proposta é que utilize as instalações da Escola Secundária da Lousã onde iria encontrar mais e melhores recursos para os vários curso que ministra, uma vez que pensamos que o 3º ciclo pode ser dividido entre a escola nº2 e a “nova” escola.

Assim, sugerimos a organização presente no Quadro53.

### **QUADRO 53 - PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DOS RECURSOS ESCOLARES EM CCE1**

<b>Instituição Escolar</b>	<b>Nível de Ensino</b>
<b>Escola Freixo</b>	II/1º ciclo
<b>Escola Fontainhas</b>	II/1º ciclo
<b>Escola nº1 da Lousã</b>	1º ciclo
<b>Escola de Santa Rita</b>	II/1º ciclo
<b>Escola “Nova”</b>	1º ciclo/2º ciclo/3º ciclo
<b>Escola nº2 da Lousã</b>	2º ciclo/3º ciclo
<b>Escola Secundária</b>	Ensino Secundário e Profissional

**Fonte: Próprio**

Para o CCE2 a nossa proposta vai no sentido de criar em Serpins uma dinâmica integradora que passaria por uma estreita colaboração da Filarmónica Serpinense na vida escolar dos alunos desse centro, de forma a fomentar o gosto e a prática, devidamente orientada da música.

A (re)organização de CCE2 apresenta dificuldades que derivam da localização e utilização dos recursos escolares de acordo com a necessidade e projeção do número de alunos no futuro. Há realidades incontornáveis: é um centro com baixa densidade populacional e conseqüentemente pouca população em idade estudantil; falta de transportes públicos regulares; distância a ser percorrida pelas crianças; definição dos espaços a fechar; etc...

No entanto, em nossa opinião a (re)organização deveria ser de acordo com o seguinte Quadro, tendo em conta os espaços e a população em idade escolar.

#### QUADRO 54 - PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DOS RECURSOS ESCOLARES EM CCE2

Instituição Escolar	Nível de Ensino
Casal St António	II/1º ciclo/2º ciclo
Foz de Arouce	II
Serpins	II/1º ciclo
Casal de Ermio	1º ciclo

Fonte: Próprio

A inclusão de uma turma do 2º CEB em Casal de Santo António insere-se na dinâmica que pretendemos implementar em termos artísticos, principalmente no ensino da música e na necessidade de criar outros motivos de fixação da população neste centro. A Lousã vem a ser deficitária, pelo menos desde 2005, de acordo com a Carta Educativa, em termos de oferta na “...*área Artística que vem, nos últimos anos, ganhando grande importância nas escolhas dos alunos que prosseguem estudos, sendo importante equacionar com urgência a formação nessa área*” (CML, 2005, p. 58). Esta seria uma das formas de aperfeiçoarmos esta vertente, que deverá ser complementada através da criação de ofertas no ensino profissional e secundário.

No entanto, muita coisa há a fazer e pode ser feita revitalizando e potencializando os recursos existentes tendo em conta a filosofia de “Cidade Educadora”, assente num conhecimento profundo do território e em metas comuns para que seja possível desenvolver um trabalho em rede.

Nesse sentido, pensamos que poderíamos aproveitar a oportunidade deixada pelos espaços que ficaram ou vão ficar sem atividades letivas, para os colocarmos ao serviço da comunidade, criando polos de desenvolvimento e apoio ao associativismo, dotando essas agremiações de locais com qualidade para o crescimento das suas atividades, através de espaços para sedes e de pequenos auditórios polivalentes que permitiriam o desenrolar das mais variadas atividades de índole cultural e recreativo. Além disso, podiam albergar pequenas bibliotecas, entre as quais os livros iam rodando. A revitalização desses espaços, anteriormente vocacionados para a Educação Formal, permite a possibilidade de alargar a oferta quer em termos de população alvo (toda a população) quer no tipo de formação (não formal e informal).

Por outro lado, os espaços formais de educação deverão posicionar-se de forma a acolher outras faixas da população, que por vários motivos não têm uma ocupação, e

que, por isso, se encontram disponíveis para aumentarem as competências ditas académicas.

Para um trabalho consciente e orientado, a formação de todos os parceiros: Autarquia, Instituições Educativas Públicas e Particulares, Instituições Locais e Empresas é essencial para uma boa dinamização e administração destes “Centros Cívicos-Educativos”. O conhecimento e a formulação das metas que se desejam alcançar devem ser partilhadas por todos os intervenientes, de forma a conjugarem esforços e as sinergias necessárias.

Nos “Centros Cívicos-Educativos” o espaço de intervenção é bastante abrangente e não se esgota nas atividades da chamada Educação Formal. Devemos, assim, assegurar dinâmicas organizativas de forma a potenciar atividades de formação pessoal de diversas tipologias, sobretudo aquelas que sustentam a aprendizagem e a formação cultural. É natural que a oferta das atividades, sistemáticas e ou ocasionais, deve ter em mente um propósito educativo onde a promoção da sã convivência, satisfação pessoal e coletiva, relacionamento interpessoal e intergeracional, criatividade, participação e aprendizagem ao longo da vida, não podem estar ausentes, embora saibamos da relevância social dos conhecimentos escolares.

À luz do conceito de “Cidade Educadora”, para além dos espaços tradicionalmente ligados à educação, outros são igualmente importantes no propósito de termos um território promotor de educação. Estamos a falar de espaços do dia-a-dia, como é o caso das ruas, jardins e espaços de ar livre que podem e devem proporcionar a ocupação dos tempos livres e de ócio no sentido de proporcionar experiências enriquecedoras e o desenvolvimento de aptidões psicomotoras, sociais e artísticas e promotoras de saúde e bem-estar. Estas atividades não deverão ser só dirigidas a crianças e jovens, mas aos munícipes em, geral, de acordo com o vinculado na Declaração Universal dos direitos Humanos.

#### **4.2.4 Governança**

A governança dos “Centros Cívicos-Educativos” deve ser feita pelos autarcas, pois são os dirigentes que têm legalmente o mandato para promoverem e desenvolverem o seu

município, em comunhão com os representantes escolares, representantes associativos e representantes da comunidade em geral. No entanto vamos mais longe e preconizamos que estes espaços devem ser administrados por autarcas que arroguem a educação como vetor de dinamização e desenvolvimento do município, como acontece no concelho da Lousã.

A organização em “Centros Cívicos-Educativos” exige uma predisposição do poder local para fomentar a participação de cada munícipe e ao mesmo tempo para a disponibilização dos espaços, equipamentos e serviços públicos adequados, como refere Ferreira (2007). Isso tem vindo a acontecer na Lousã e noutros municípios: *“mesmo sem que o Estado legisle aberta e claramente no sentido da descentralização, uma nova e efetiva intervenção das comunidades locais na resolução dos seus problemas tem vindo a impor-se, através de iniciativas assumidas localmente, com relativa independência em relação aos governos centrais”* (Pinhal, 1997, p. 177).

O nosso conceito tem por base colocar o Município como elo central da rede, no planeamento, na promoção e oferta de projetos e serviços educativos, sociais e culturais, e no apoio às atividades da coletividade nestes domínios, com vista à criação de uma estratégia global que materialize o projeto educativo global do território. O Município deve organizar, mas também estimular e motivar para que os demais agentes do território organizem e diligenciem eles próprios, sem deixar nunca de esclarecer bem os papéis de uma forma a cumprir as metas previamente estabelecidas. Nesta conjuntura, será essencial a elaboração de um projeto educativo comum à Escola e ao território, integrando de forma planeada e articulada os vários programas oferecidos pelos diversos agentes do concelho.

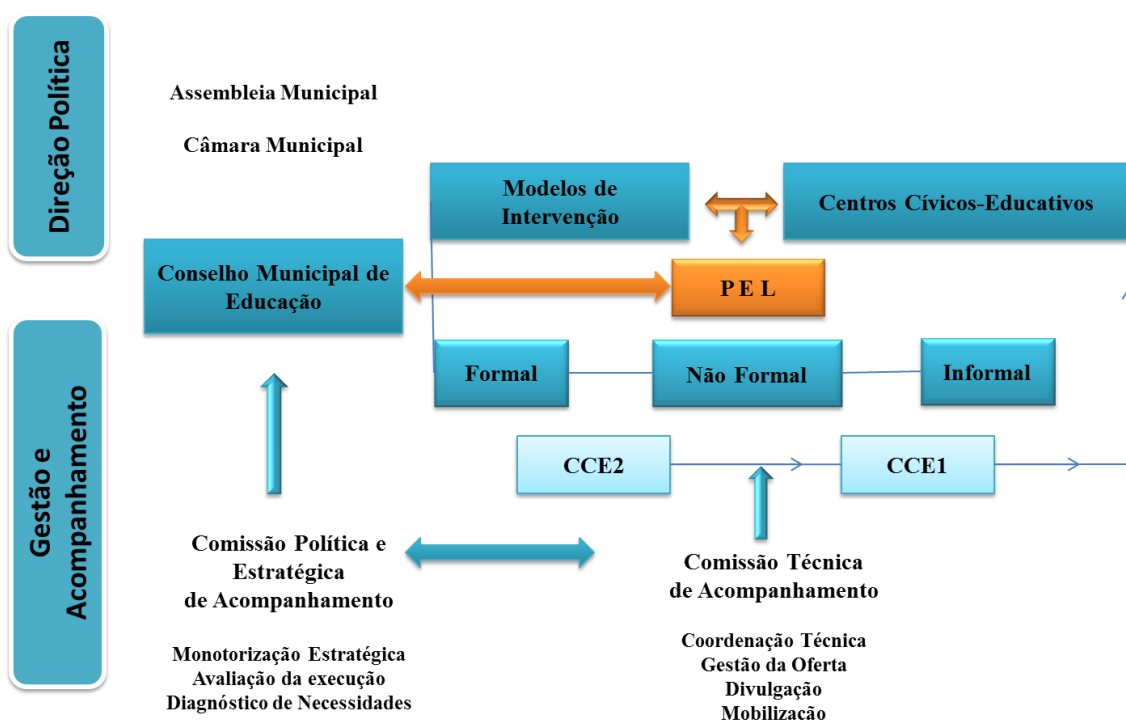
Pelo até aqui exposto, consideramos que deveria ser uma governança em rede, onde a liderança seria repartida e inter-relacional, com a conjugação de diversos e potenciais líderes, que interagem entre si. Esta foi também a ideia expressa pelos intervenientes neste estudo.

De acordo com a (re)organização territorial defendida, que pretende integrar educação, cultura, ambiente, ação social, associações e empresas, esta deve ser monitorizada, em nosso entender, pelo Conselho Municipal de Educação, e por um grupo de pessoas ligadas aos CCE. Ao Conselho Municipal competiria construir a Comissão e Estratégica

de Acompanhamento que se ocuparia de verificar quanto a ação dos Centros estava em conformidade com a política e a estratégica Educativa do Município. A Comissão Técnica de Acompanhamento deve ser constituída por membros dos CCE que devem cuidar da coordenação técnica, da gestão da oferta educativa, bem como de todos os aspetos que devem assegurar uma ampla mobilização da população.

Desta forma, entendemos o “Projeto Educativo Local” (PEL) como documento essencial para concretizar esse feito e servir como fio condutor de dinâmicas mais educativas no concelho da Lousã, cabendo ao poder local dinamizar ou possibilitar o desenvolvimento de resposta às necessidades dos munícipes de acordo com os princípios das “Cidades Educadoras”.

**FIGURA 11 – MODELO DE ORGANIZAÇÃO DOS CCE DA LOUSÃ**



Fonte: Adaptado (Herculano, 2009)

Como é óbvio, o “Projeto Educativo Local” deve ser um documento que se abra a este tipo de organização e oriente os CCE para os grandes objetivos educacionais do município tal como são entendidos pelos órgãos politicamente responsáveis.

Para que um projeto com estas características seja implementado, necessita de uma comissão técnica unida e, ao mesmo tempo flexível e dinâmica na qual deveriam participar vários agentes educativos do concelho, através dos seus representantes, mas com capacidade para desenvolver lideranças fortes, criativas, mobilizadoras e dinâmicas. A Comissão Técnica de Acompanhamento deve ser constituída pelos Presidentes dos CCE, para ter capacidade política e por dois ou três técnicos de cada Centro, representando a educação formal e não formal. Cada CCE deve por sua vez possuir um modo de governo que pode assumir a seguinte configuração:

- Representantes Diretivos (dirigem o CCE): representante da autarquia, diretor de escola, um membro dirigente da comunidade educativa e um representante da equipe técnica do CCE;
- Representantes paritários: um ou dois membros de cada instituição interveniente (dependente do número de instituições);
- Representantes externos: designados por voto maioritário dos representantes diretivos e representantes paritários (três personalidades da sociedade civil).

O Presidente do CCE será eleito de entre os representantes diretivos numa assembleia composta pelos membros conforme o definido anteriormente.

Qual o financiamento para este projeto? Na nossa opinião, e tendo em conta a grave situação em que o país se encontra em termos financeiros, o projeto deve viver essencialmente das parcerias entre todos os envolvidos, de acordo com o que cada um pode fornecer em prol do projeto, de uma gestão cuidada e articulada dos recursos disponíveis no local e a haver necessidade de financiamento este deve ser partilhado de acordo com as possibilidades e patrocinado através do envolvimento em concursos e projetos nacionais, comunitários e internacionais.

#### **4.2.5 Mobilização/Participação**

Um dos problemas detetados pelos atores locais ouvidos neste estudo, colocava-se em relação à participação dos cidadãos: *“Temos de saber que estamos em Portugal, e os portugueses gostam de ir para a praia no verão e ficar em casa à lareira no inverno...”*

(Ent.4). Esta afirmação sublinha uma dificuldade sentida no nosso país e em particular no concelho da Lousã.

Sabemos que não existe um número suficiente de cidadãos alertados e motivados para participarem ativamente na vida democrática da sua comunidade. “ *De resto, como todas as comunidades, a dificuldade que há em chamar as pessoas a participar prende-se com a falta de hábito de o fazer, com a falta do exercício pleno da democracia. Somos mais reativos do que pró-ativos e isto só se aprende praticando a participação, praticando, praticando* ” (Ent.3).

Concordamos inteiramente que a Democracia Participativa não se concretiza só porque faz parte da Constituição (Artigo 2.º); precisa de ser exercida e praticada de uma forma ampla modificando o modo de ser, atuar e meditar. O envolvimento dos indivíduos, num esforço comum, com vista ao desenvolvimento coletivo não é fácil de implementar, até porque a globalização neoliberal afastou os locais de decisão dos cidadãos e provocou a desilusão generalizado pela política. É neste contexto que o “local” aspira a conquistar um lugar próprio e que desponta a problemática da descentralização e da participação.

A participação pode ser considerada sobre vários ângulos ou abordagens. Como meros “utentes” que apenas usufruem dos CCE de uma forma passiva, através da simples utilização e fruição das ofertas que lhe são proporcionadas ou através de uma participação ativa nas deliberações sobre o território de acordo com os seus conhecimentos e aptidões.

A participação dos munícipes deve ser total no âmbito da ação municipal, no entanto, concretamente do caso dos Centros Cívicos-Educativos deve centrar-se particularmente na educação e cultura. De acordo com esta premissa, pensamos que a participação se possa fazer através das estruturas formais criadas para o efeito, evoluindo para formas mais informais alicerçadas no relacionamento com os vários parceiros intervenientes.

*Com o incremento da participação nas decisões e orientações das políticas municipais, estamos a contribuir para o exercício da Democracia, para uma melhoria da qualidade de vida e a conservar o “Princípio da Igualdade” Artigo 13.º da Constituição:*

*“1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.*



*2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual”.*

Ora é a participação na organização e administração da coisa pública que pode levar a que se atenua a condição de privilegiado. Quando todos os escolhidos se derem a ser eleitos a democracia será mais igualitária.

### **4.3 Discussão da Proposta**

Este estudo baseou-se na noção de que haverá um relacionamento entre o paradigma de educação e formação, o território e o Desenvolvimento Local. Por pensarmos que tal é exequível, sustentamos esta filosofia e apresentamos as linhas orientadoras para o modelo de (re)organização territorial da educação em “Centros Cívicos- Educativos” para o concelho da Lousã aos auscultados nas entrevistas feitas para este estudo de forma a identificarmos os pontos fortes e fracos.

#### **4.3.1 Pontos fortes**

Não foi uma surpresa para mim, que os vários atores locais intervenientes neste estudo quando auscultados sobre a (re)organização em “Centros Cívicos-Educativos” tivessem uma reação unânime e favorável. Foi mesmo com um sorriso que o vereador da educação referiu *“É esta a nossa visão!... Penso que na Lousã, temos já implementado no terreno o conceito da cidade educadora... e não integramos a Rede formal das Cidades Educadoras.”*

Além de considerarem que este é o tipo de modelo pretendido, os vários intervenientes neste estudo, têm também uma ideia de que o concelho já funciona um pouco dessa forma, no entanto, de forma inconsciente e pouco sistemática: *”Este conceito de Cidade Educadora, não sei se te lembras, mas é um conceito caro à Lousã, já às duas últimas vereações da educação”* (3.1.1.2./Ent.3/Esc.).

As vantagens de terem uma organização em “Centros Cívicos-Educativos” são várias de acordo com os atores locais envolvidos neste estudo: *“Sim sem dúvida, porque eu acho que haveria muito mais **intercâmbio intergeracional**”* (3.1.1.2./Ent.4/Esc.). Os “Centros Cívicos-Educativos” proporcionariam o alargamento da rede de relações, assim como, a sua intensidade e qualidade, podendo funcionar como um almofada de apoio ao envelhecimento da população.

Outra vantagem, é a de (re)focar as atenções sobre a necessidade de termos uma educação de qualidade ao longo da vida de acordo com as necessidades individuais. *“Essa filosofia dos centro-cívicos educativos tem uma coisa muito interessante que é voltar a lembrar as pessoas sobre a **verdadeira missão da educação**”* (3.1.1.2./Ent.5/Ass.).

De facto o que está aqui presente é o equacionar uma oferta educativa que não se confine à escola e contemple outros espaços e outros públicos. Alguns dos entrevistados têm consciência disso verbalizando: *“É de facto esta **pluralidade de ofertas e de capacidade e de promoção de várias respostas formativas a todas as pessoas a todos os munícipe**”* (Ent.1) [que está em jogo]. Esta clara a ideia que a formação não pode terminar na escola podendo ser incrementada e operacionalizada pelos CCE numa **educação ao longo da vida**: *“A educação não é feita num conceito hermético em que as pessoas fazem um conjunto de passos standardizados para a obtenção de um certificado, sendo a educação um conceito dinâmico que vai do nascimento até à morte e que não se limita à questão das escolas”* (Ent.5).

Outro ponto forte é o aproveitamento das **potencialidades do território**: *“Acho esta ideia muito interessante. Considero que se deve aproveitar todas **as potencialidades existentes no concelho**”* (3.1.1.2./Ent.6/Ass.). Para isso importa estabelecer parcerias, como diz um dos entrevistados: *“Considero que se deve aproveitar todas as potencialidades existentes no concelho. Existem várias coletividades e **poderia estabelecer-se parcerias de forma a potencializar os recursos. Por exemplo, o ensino artístico pode ser dado por uma coletividade**”* (Ent.6).

A possibilidade de criar respostas sociais individualizadas é apontado também como um aspeto positivo, *“... a escola não tem capacidade para dar resposta aos vários aspetos sociais que nos aparecem”* (Ent.2). Como sabemos o sistema escolar só por si, não tem

capacidade de fornecer todas as repostas sociais específicas das mais variadas índoles de forma a contemplar todas as necessidades das pessoas, e tal pode ser minimizado ou sanado com uma organização em rede através dos “Centros Cívicos-Educativos”. Com eles pretende-se obviamente colocar todos com possibilidades de serem devidamente educados. *“Uma educação inclusiva/transversal tem sempre vantagens em relação a uma educação compartimentada. Inclusiva a todos os níveis”* (Ent.3).

Na verdade a conjugação de sinergias é mais um ponto forte apontado aos CCE: “ que eles de facto possam ser centros-cívicos educativos e que haja a **conjugação de diversas sinergias** independentemente de onde vêm (Ent.3). *“A união faz a força”, e neste sentido, a utilização e junção dos atributos de cada instituição será uma mais-valia para os municípios do concelho.*

#### 4.3.2 Pontos fracos

Como já tínhamos identificado anteriormente, os pontos fracos da proposta centram-se de uma forma geral no indivíduo e na sua frágil ligação com as instituições e com a comunidade civil em geral. Esta constatação vai no sentido de existir um afastamento entre o cidadão e o sistema político e os organizadores de atividades.

O Quadro nº55 expõe um resumo dos principais pontos fortes e pontos fracos identificados pelos auscultados no âmbito deste estudo.

#### QUADRO 55 – PONTOS FRACOS E FORTES

Pontos Fortes	Pontos Fracos
✓ Centrar o papel da educação	✓ Mentalidades
✓ Educação ao longo da vida	
✓ Educação inclusiva e transversal	✓ Motivar a população
✓ Estabelecimento de parcerias	
✓ Intercâmbio intergeracional	✓ Pouca participação assertiva
✓ Maximizar as potencialidades educativas	
✓ Organizar e otimizar as ofertas educativas	
✓ Pluralidade de ofertas educativas	
✓ Respostas sociais de acordo com o indivíduo	

Fonte: Próprio

Sente-se que o munícipe, não raras vezes, apenas pretende participar nas diversas atividades como um mero espectador, quando muito para fazer uma crítica destrutiva. Raramente se motiva para tomar a iniciativa como diz um dos entrevistados: *“As pessoas são pouco participativas. Participam pouco onde podem dar as suas opiniões e quando aparecem normalmente é para criticarem e não para dar soluções”* (Ent.6).

O autarca revela bem as dificuldades que em tido em fazer a população participar na dinamização dos equipamentos que o concelho dispõe: *“Eu, neste momento, e tento fazer isso há muito tempo é fazer com que os espaços e equipamentos, desportivos, cívicos, culturais podem ser usados para espaços formativos. Qual tem sido a nossa dificuldade? Motivar a população para aderir a esses momentos”* (Ent.1).

Vem esta opinião do Vereador da Educação, algo nos diz que é preciso fazer de outra forma o apelo à participação.

Será que as propostas apresentadas não vão ao encontro das necessidades dos cidadãos?

Tudo deve ser repensado mas os dirigentes locais estão com sérias dificuldades em encontrar soluções para este problema. Quando tal acontece, há sempre a tendência para se culpar o outro. Neste caso a população: *“Eu não vejo muita facilidade precisamente por aquilo que eu já referi por várias vezes, ou seja por causa da mentalidade das pessoas e como sabemos isso demora muito tempo se calhar serão precisas mais do que uma geração. Embora até temos alguns recursos físicos e humanos as mentalidades são tacanhas e é difícil mudar”* (Ent.4).

Toda a mudança é difícil mas é ela que se deve dar ênfase e para ela se devem mobilizar as pessoas. É para isso que se querem os líderes.

Sendo este um conceito inovador e em construção notamos vontade, pelos testemunhos dos entrevistados, em fazer do concelho da Lousã um exemplo a seguir, baseado num modelo de “Centros Cívicos-Educativos”.

Há vontade de mudar e fazer melhor e de criar as condições para fazer essa mudança. Claro, *“Não estão criadas todas mas acredito que possam ser criadas a curto prazo”* (Ent.5).

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Chegados a este ponto, está na altura de olharmos para trás e fazermos um balanço do percurso realizado e de expormos as principais conclusões e recomendações a que chegámos.

Ao logo deste estudo, procurámos fazer um corte com o sistema educativo e as políticas educativas atuais, as quais, valorizam essencialmente a Educação Formal, centrada exclusivamente na “escola” e para as faixas etárias mais baixas, em “idade escolar”, que privilegiam a transmissão de saberes e conteúdos definidos e avaliados a nível nacional.

Tentamos introduzir-nos nos pensamentos que preconizam uma territorialização da educação de acordo com a filosofia de “Cidade Educadora” e o “*paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente*”.

A escola no futuro, deverá inverter a posição que historicamente se criou e que transformou crianças e jovens em alunos, de forma a “*transformar os alunos em pessoas*” (Canário, 2008, p. 88). Se entendermos que a instituição escola não pode perder o seu protagonismo. Também achamos que é necessário criar vínculos fortes entre esta e o território de maneira a envolver todos atores locais, constituindo-se o território como um lugar dinâmico de aprendizagem, promovendo uma identidade local e gerando um espaço de construção e crescimento social. A própria definição, de “Cidade Educadora” é de um território em rede, uma cidade que se organiza e fortalece com todos os seus atores, instituições e intervenientes do espaço urbano, criando oportunidades de aprendizagem e formação para todos os seus cidadãos, num esforço de aproximação entre estes e o seu território. Nesse sentido a escola é importante mas ela deve inserir-se num conceito de educação mais amplo, que acolha todos aqueles que já não estão na escola ou já não a querem.

Sendo a aprendizagem ao longo da vida uma necessidade, principalmente numa economia em crise como a nossa, caracterizada por grandes percentagens de desempregados e rápidas mudanças tecnológicas, sendo a nossa população envelhecida a com *deficit* de formação e de formação contínua é urgente modernizar os seus saberes, competências e aptidões, de modo a possibilitar uma adaptação apropriada às mudanças

naturais dos nossos tempos, colocando ao seu serviço em simultâneo espaços de formação Formal, Não Formal e Informal.

Através de um modelo organizativo do tipo “Cidade Educadora”, os municípios podem organizar e planear a oferta educativa local e assim “*clarificar o papel dos agentes e instituições, recursos e equipamentos que confluem na experiência e convivência social*” (Villar, 2007, pp. 15-16). Este modelo organizativo, que proporciona a coordenação entre os diferentes atores educativos e a eficácia dos recursos existentes, é uma forma organizativa que vai de encontro aos “*modelos que possibilitam serviços de ação comunitária*” (Villar, 2007, p. 47). A cooperação entre a sociedade civil e as estruturas administrativas é fundamental, pressupondo a colaboração público-privado e a participação dos munícipes, de forma a racionalizar os recursos e evitar a duplicação das redes de serviços.

O esclarecimento e o debate alargado sobre os assuntos coletivos devem ser localmente fomentados pelas várias instituições locais, de forma criar uma pedagogia para a participação e cidadania local. A participação local deve constituir-se num exercício extremamente saudável de promoção da democracia, incentivando a comunicação entre eleitores e eleitos e implementando procedimentos de decisão mais rápidos e eficientes. Desta forma, os governos locais deviam ser encorajados a conter nos seus programas e procedimentos alguns mecanismos de mobilização para a participação, para que possa ser devidamente verificado pela cidadania local.

A educação e a formação, em geral, devem funcionar como uma unidade territorial, com uma identidade cultural. O “Projeto Educativo Local” (PEL) deverá ser o documento essencial para poder orientar esse feito, servindo como fio condutor e organizador das dinâmicas da educação local. O planeamento estratégico deve esclarecer como concretizar um projeto autárquico, onde se reforce a competitividade e a melhoria da qualidade de vida de todos os seus munícipes o qual deve estar inscrito no “Projeto Educativo Local” de forma a atingirmos um “Desenvolvimento Sustentável”.

O objeto do nosso estudo é um território essencialmente urbano, com densidade populacional ligeiramente mais alta que a média nacional, centrando-se a pressão demográfica exclusivamente na sede de concelho e aglomerados envolventes, que se encontram mais apetrechados em termos de equipamentos e acessibilidades em relação

à restante área concelhia. Apresenta um índice de envelhecimento abaixo da média nacional, baixa taxa de analfabetismo e uma boa escolaridade e qualificação profissional. A distribuição por atividade situa-se maioritariamente no setor terciário tendo muito pouca expressão o setor primário (cerca de 2% em 2001- INE). A atividade industrial podia estar mais desenvolvida, no entanto destacamos a armazenagem industrial de produtos, para as indústrias ligadas ao setor florestal e aos produtos florestais e ainda algumas empresas de indústria têxtil, higiene e limpeza, papel e setor automóvel, isto de acordo com o PDM.

A educação no concelho é assegurada por estabelecimentos escolares públicos e privados, através de um bom parque escolar. Este é composto pelo Agrupamento de Escolas da Lousã que entretanto passou a integrar a Escola Secundária da Lousã e pelas Escola Profissional da Lousã e a Escola Nacional de Bombeiros.

O pré-escolar e o 1ºCEB as infraestruturas estão dispersas pelas freguesias, não se verificando o mesmo com o 2º e 3º CEB e Ensino Secundário que se encontram situados na freguesia sede. Verificamos que todas as freguesias estão cobertas por pelo menos um jardim-de infância e por pelo menos uma escola do 1º CEB. A autarquia, através de protocolos com várias instituições do concelho, asseguraram os prolongamentos de horário e os períodos extraescolares dos Jardim-de-infância e das escolas do 1º CEB, sendo a inscrição das crianças no Prolongamento de Horário facultativa. A organização territorial da educação no concelho da Lousã, tem uma cobertura quase total em termos de jardim-de-infância e total no 1º, 2º, 3º CEB e ensino secundário, ainda que pareça não existir acolhimento para todas as crianças em idade pré-escolar.

Em forma de balanço, o percurso realizado ao longo deste trabalho foi aliciante e ao mesmo tempo cheio de dúvidas. Embora os conceitos de Cidade Educadora e de “Centros Cívicos-Educativos” não fosse uma total novidade, tal não era dominado quer por nós quer pelos entrevistados neste estudo. Existindo certamente outras formas de ver e pensar a educação, a educação do futuro *“deve ser muito mais voltada para a transformação social do que para a transmissão cultural”* (Gadotti, 200, p. 7), assim, apresentamos uma proposta de (re)organização da educação no concelho da Lousã.

Quando propomos uma (re)organização em “Centros Cívicos-Educativos”, sabemos que além de um desafio é por em causa o modelo que está implementado no terreno e que é

por muitos apoiado. Porém, a abertura e as opiniões dos auscultados neste trabalho, dão-nos força e a confiança de que esta forma de ver o território e de ponderar a educação faz sentido e é possível de ser aplicado no concelho da Lousã. Através desta proposta pretendemos dar o “pontapé de saída” para uma reflexão participada sobre a educação no município.

Além das dúvidas, este trabalho teve também obstáculos os quais se refletiram ao nível da estruturação da dissertação, tanto no enquadramento teórico e como na parte empírica. Uma das dificuldades foi a pouca bibliografia existente no nosso país, tendo-nos socorrido de Espanha e Brasil para superar essa insuficiência.

Outro dos constrangimentos, ao longo do trabalho, foi ouvir todos os intervenientes no mesmo período temporal e o cumprimento do guião da entrevista, o que foi minimizado pela empatia criada e pela vontade em colaborar.

Consideramos este estudo inicial e exploratório tendo em conta as limitações de tempo, espaço e financeiras que seriam necessárias para um trabalho mais profundo e com a auscultação de mais intervenientes.

Tendo em conta a criação de mudanças significativas na educação do concelho tendo por base o movimento das Cidades Educadoras de forma a ser um motor de desenvolvimento local, é importante que através deste estudo e de outros que se venham a realizar, exista a promoção de uma tomada de consciência, participação, formação e ação envolvendo os atores locais em todas as fases desse processo (recolha, análise e interpretação dos dados). Consideramos que esta é outra das limitações deste trabalho, visto ser necessário o envolvimento de um maior número de auscultados de forma a implicar, envolver e criar um conjunto de atores locais significativo e com possibilidades de no terreno se construir uma verdadeira organização em “Centros Cívico-Educativos”.

Entendemos que, a educação deve encarar os desafios da (pós)modernidade de forma a preparar os cidadãos para o “*paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente*” como preconiza Boaventura Sousa Santos, de forma a municiar os munícipes com as “armas” que permitam gerir a imprevisibilidade e complexidade da vida. No nosso entender deve a educação deixar de ser individualista e competitiva posicionando-se numa visão de aprendizagem coletiva que se concretiza no local através de um



trabalho cooperativo conducente ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais criando laços na comunidade de forma a proporcionar o desenvolvimento de uma sociedade mais humana e inclusiva.

As dificuldades na educação no concelho da Lousã estão, em grande parte, ligadas aos tempos de crise que o país atravessa e a todas as situações de instabilidade social que isso acarreta, sendo também um entrave a projetos mais ambiciosos de médio e longo prazo bem como aos projetos já em execução. Outras dificuldades sentem-se na distribuição da população no território e na gestão territorial, na visão da educação, na diminuição provável da população, em geral, nos próximos anos, e neste momento, nos anos mais altos de escolaridade obrigatória, nomeadamente no 3º CEB e ensino secundário e profissional. Além disso, há a situação dos transportes públicos para resolver como é o caso do comboio/metro e da própria estrada da beira.

Como verificámos, a população da Lousã encontra-se concentrada na sede de concelho, assim como a maioria dos equipamentos e acessibilidades. O mesmo acontece com a oferta educativa, estando o 2º e 3º CEB, Ensino Secundário e Profissional também centralizados apenas na freguesia sede. Relativamente aos ensinos Pré-escolar e 1ºCEB, estão presentes em todas as freguesias do concelho. Salientamos que o parque escolar é um dos aspetos positivos no concelho, com o senão da construção da nova escola ainda não estar concluída o que tem provocado a sobre lotação das escolas nº 1 e nº 2 da Lousã.

No que se refere à visão da educação, os auscultados neste estudo valorizam essencialmente a Educação Formal e o ensino obrigatório, embora reconheçam a importância da Educação Não Formal e ao longo da vida. Na verdade o próprio Conselho Municipal de Educação serve de exemplo desta centração no setor da Educação Formal, porquanto, desde de 2010, passou a integrar mais elementos (todos ligados às escolas), os Presidentes dos Conselhos Gerais, Diretores e representantes dos professores de cada nível de ensino. Sendo unânime o bom funcionamento deste órgão, como espaço privilegiado de diálogo onde se encontram soluções e parceiros para desenvolverem atividades e projetos, também nele se conseguiu um consenso sobre os designados “Mega agrupamentos” tendo capacidade e dinamismo para adiar até ao limite a sua implementação.

O que mais se nota é a incapacidade de o poder municipal participar em decisões relevantes para a adequação da oferta educativa escolar, nomeadamente na inversão da diminuição do número de alunos no ensino secundário e no fecho do ensino noturno a funcionar desde o início década de 80. Situação similar aconteceu com a Escola Profissional que pretendia abrir novos cursos ligados com as necessidades locais e tal foi vetado pela tutela. Como ligar a oferta educativa ao desenvolvimento local com esta política centralizadora e cega? Como colocar o poder municipal e a população a ter uma palavra decisiva sobre o que lhe é ou não conveniente? Em casos pontuais a autarquia em parceria com as escolas e com os pais têm conseguido encontrar soluções como é o caso da criação de uma turma de ensino integrado de música, em protocolo com o conservatório de Coimbra, mas são habilidades que a qualquer momento podem carecer de vontades estranhas ao município.

A existência de parcerias entre a autarquia, as Escolas e as instituições locais é um procedimento comum no concelho da Lousã. Podemos afirmar que muitas das atividades desenvolvidas nas escolas e nas diversas instituições não seriam possíveis sem esta dinâmica implantada. Ao longo das entrevistas, fomos percebendo que as parcerias não são todas do mesmo tipo, umas são formais, outras informais, umas, são permanentes e outras são ocasionais. A Lousã foi pioneira no país a ter uma educação verdadeiramente inclusiva. Esta aposta vem desde a década de oitenta, altura em que a ARCIL foi criada. A utilização das novas tecnologias no ensino é também um dos aspetos relevantes, estando a autarquia empenhada diretamente ou através de parcerias.

Através dos auscultados neste estudo não percebemos grandes ambições e ideias muito arrojadas em relação ao futuro da educação na Lousã. Parecendo que estão mais preocupados com as pequenas ilhas, com algumas dificuldades com o espaço ou equipamentos mais ou menos equiparáveis ao que outras terras possuem. O vereador da educação parece querer lançar uma perspetiva mais exigente, assente numa estratégia de promoção da Lousã internamente, sustentada numa educação sólida e tecnologicamente evoluída com “...uma filosofia de ensino aglutinadora, que transborda e ultrapassa as fronteiras da própria escola” (Ent.1). Evidencia também a consciência que a educação não passa só pela escola, perspetivando a criação de um projeto educativo concelhio centrado nas pessoas, no “*capital social*”.

Constata-se que a participação e mobilização das pessoas não é diferente do resto do país, parecendo genética esta característica do povo lusitano, pois nota-se a falta de vontade em participar e dar o seu contributo cívico. Surge aqui a necessidade de implicar, envolver e interessar os munícipes de forma a tentar contrariar esta inércia

Sendo os “Centros Cívicos-Educativos” espaços de democracia educacional formal, não formal e cultural ao longo da vida, assumem-se como uma organização ao serviço da educação enquanto estratégia de desenvolvimento de uma política territorial de educação. Este concelho pretende ser um território educador, estando presente esta ideia através dos vários participantes auscultados neste estudo. Foram os representantes dos grupos escolar e associativo os mais elucidativos sobre a possibilidade da organização do município em “Centros Cívico-Educativos”, foram apontadas várias vantagens sobre este tipo de organização que vão no sentido de uma conjugação de sinergias potencializadoras dos recursos e de parcerias para uma educação inclusiva e transversal. A disponibilidade para avançar para este modelo é sustentada pelos recursos de cada instituição.

O funcionamento dos “Centros Cívicos-Educativos” deverá partir numa primeira fase das escolas, numa filosofia de escola aberta à comunidade como motor do desenvolvimento local. Propomos a criação de parcerias socioeducativas que integrem os vários recursos possíveis do território (escolas, associações, espaços culturais, desportivos e lazer, empresas e outros) e ofertas educativas numa lógica de educação para todos e com todos. Pensar uma oferta educativa, segundo este modelo, expõe uma conceção das infraestruturas diferente do que conhecemos, para estar aberta à comunidade, de preferência multifuncionais e que motivem à participação. Isto só é possível depois de discutida com todos os intervenientes locais, sendo essencial a criação de locais próprios de discussão e debate sobre a vontade da comunidade.

Pensamos que a visão tradicional dos recursos presentes no território e a forma como são utilizados no sentido de promoverem a dinâmica socioeducativa do município, considerando a Educação Formal (Jardins de Infância e Escolas) e a Educação não Formal (IPSS e Associações Locais) é redutora. A aposta deve ser no desenvolvimento integral do indivíduo e no desenvolvimento do território, envolvendo outros espaços e tempos, e abrindo as atuais infraestruturas, no sentido de recuperarem outras funções que não as tradicionais, misturando outros intervenientes e horários mais flexíveis. A

apropriação de outros espaços, normalmente conotados com o ócio ou lazer, como são o caso de parques, praias e piscina fluviais, polidesportivos, sedes de clubes é imprescindível. Só faz sentido, pensar em “Centros Cívicos-Educativos” se estes forem organizados no sentido de responderem ao ensino formal e às aprendizagens não formais e informais, numa lógica de que cada pessoa seja independente na seleção dos espaços, atividades e tempos em que pretende fruir e cooperar para essa oferta educativa.

Desta forma e de acordo com os recursos existentes, sugerimos dois “centros cívicos-educativos” cabendo a um deles, devido à sua dimensão e centralidade geográfica, a função de integração e dinamização do outro. O CCE1 englobando as freguesias da Lousã, Vilarinho e Gândaras e o CCE2 com as restantes freguesias do concelho, Foz de Arouce, Casal de Ermio e Serpins, ficando nesta última o centro deste CCE.

O concelho da Lousã teve desde 1981 até 2011, em termos de população residente, um crescimento médio de 9,36%. No entanto, as perspetivas para as próximas décadas não são animadoras antevendo-se uma diminuição da população residente de 0,98% em 2021 e de 4,35% em 2031, o que corresponde a cerca de menos mil munícipes em 2031.

A provável evolução da população residente permite fazer especulações sobre o número de munícipes que estarão mais disponíveis para frequentarem os centros escolares ou culturais, sendo numa primeira fase os que se encontram em idade escolar e mais tarde, os adultos não ativos (desempregados e idosos não ativos). As crianças e jovens enquanto estudantes, têm um papel capital na vida destas organizações (CCE). Além da maior disponibilidade para aprender eles tendem a ser ativos e suscetíveis de mobilização. Tendo em conta a longevidade, os idosos, são também uma peça essencial no processo de Desenvolvimento Local e naturalmente na promoção e estimulação destes CCE. São munícipes que têm muitas vivências e saberes que podem e devem partilhar em proveito da comunidade. Além disso são pessoas que necessitam de ocupar o seu tempo livre de uma forma proveitosa, podendo ser ao mesmo tempo aprendentes e formadores em vários contextos.

Com base nas conjeturas que apontam um diminuição populacional em todas as freguesias do concelho da Lousã, consideramos que o modelo de (re)organização territorial deveria ter como principal objetivo proporcionar a fixação à área de

influência dos aprendentes de forma a não se verificar uma desertificação das zonas mais periféricas em detrimento da sede do concelho e ao mesmo tempo tornar o concelho atrativo para não perder população e se possível trazer população dos concelhos limítrofes. Para isso seria importante que o Centro Cívico-Educativo 2, com sede em Serpins, pudesse alargar a sua oferta educativa até ao 2º CEB, uma vez que contribuiria com mais dois anos de frequência e de fixação nesse centro, além de poder conquistar alguns alunos das zonas limítrofes dos concelhos que fazem fronteira com o município da Lousã.

Com a finalização da construção da nova escola (com entrada em funcionamento previsto no início do próximo ano letivo 2014/2015), é urgente repensar a organização da educação neste concelho, mais propriamente no Centro Cívico-Educativo 1. Com a nova escola, onde se prevê acolher alunos desde o primeiro até ao nono ano, será também necessário reorganizar a distribuição dos alunos pelas várias instituições. Sugerimos que a (re)organização da nova escola conte com uma filosofia de integração bem marcada, uma das características da Lousã desde a criação da ARCIL, colocando aí recursos humanos em quantidade e qualidade para o funcionamento de verdadeiras unidades de multideficiência e autismo, de acordo com o que têm funcionado na escola nº 2 em condições razoáveis e que tem originado uma deslocação de munícipes de outros concelhos no sentido de darem solução aos problemas de integração dos seus educandos.

Propomos também que a Escola Profissional da Lousã passe a utilizar as instalações da Escola Secundária da Lousã, onde iria encontrar mais e melhores recursos para os cursos que ministra, uma vez que pensamos que o 3º CEB deverá ser dividido entre a escola nº 2 e a “nova” escola.

Para o CCE2 propomos a criação em Serpins de uma dinâmica integradora que passaria pela colaboração da Filarmónica Serpinense na vida escolar dos alunos desse centro, de forma a dar respostas já evidenciadas no concelho, além de fomentar o gosto e a prática devidamente orientado da música. A inclusão de uma turma do 2º CEB em Casal de Santo António insere-se numa dinâmica que pretendemos implementar em termos artísticos, principalmente no ensino da música e na necessidade de criar outros motivos de fixação da população neste centro e ao mesmo tempo colmatar uma necessidade já sentida em 2005 aquando da elaboração da Carta Educativa.

A (re)organização deste CCE2 apresenta complexidades devido à localização e utilização dos recursos escolares de acordo com a necessidade e projeção do número de alunos no futuro. É um centro com baixa densidade populacional e conseqüentemente pouca população em idade estudantil e sem uma rede de transportes públicos regulares.

Embora existam Associações Culturais, Sociais, Recreativas e Desportivas em todas as freguesias, nem todas tem um movimento associativo dinâmico. As associações com maior dinamismo, excetuando a ARCIL, situam-se fora da freguesia sede, ou talvez obtenham uma maior visibilidade pela falta de outras atividades nessas freguesias. De qualquer forma, as associações do concelho não retratam a falta de pró-atividade da grande parte dos munícipes, juntando-se para promoverem ações do seu interesse, pois há um grande défice de participação dos cidadãos em geral e em particular na sede do concelho.

Tendo em conta os gastos realizados nos edifícios escolares que estão sobre a alçada da autarquia e o facto de estarem requalificados e em boas condições, pensamos que é oportuno utilizar esses espaços que ficaram ou vão ficar sem atividades letivas, para os pormos ao serviço da comunidade, criando polos de desenvolvimento e apoio ao associativismo, dotando essas agremiações de locais com qualidade para implementar as suas atividades. A reutilização desses espaços, anteriormente ao serviço da Educação Formal, passariam a estar ao serviço da educação Não Formal e ou Informal alargando a oferta a toda a população. Mesmo os espaços formais de educação deverão colocar-se ao serviço da população disponibilizando os seus recursos para aumentarem as competências ditas académicas.

Claro que para um trabalho consciente e orientado, é necessário a formação de todos os parceiros.

De acordo com o modelo “Cidade Educadora”, outros espaços são vitais no propósito de termos um território promotor de educação, como é o caso das ruas, jardins e espaços de ar livre que podem e devem proporcionar a ocupação dos tempos livres e de ócio no sentido de proporcionar experiências enriquecedoras e o desenvolvimento de aptidões psicomotoras, sociais e artísticas e promotoras de saúde e bem-estar. Estas atividades devem ser dirigidas aos munícipes em geral de acordo com o vinculado na Declaração Universal dos direitos Humanos.

A governança dos “Centros Cívicos-Educativos” deve ser feita em conjunto pelos autarcas, representantes escolares, representantes associativos e representantes da comunidade em geral. No entanto, vamos mais longe e preconizamos que estes espaços devem ser administrados por autarcas que arroguem a educação como vetor de dinamização e desenvolvimento do município, como acontece no concelho da Lousã. Pelo até aqui exposto, consideramos que deveria ser uma governança em rede, onde a liderança seria repartida e inter-relacional, com a conjugação de diversos e potenciais líderes, que interagem entre si. Esta foi também a ideia expressa pelos intervenientes neste estudo.

O nosso conceito tem por base colocar o Município como elo central da rede, no planeamento, na promoção e oferta de projetos e serviços educativos, sociais e culturais, e no apoio às atividades da coletividade nestes domínios, com vista à criação de uma estratégia global que materialize o projeto educativo global do território. É essencial a elaboração de um projeto educativo comum à Escola e ao território, integrando de forma planeada e articulada os vários programas oferecidos pelos diversos agentes do concelho.

É urgente ter um “Projeto Educativo Local” (PEL) como documento essencial para guiar as dinâmicas e sistematizar as ofertas educativas no concelho da Lousã, de forma a dar resposta às necessidades dos munícipes de acordo com o movimento das “Cidades Educadoras”, traduzindo a perspetiva educativa do projeto estratégico de desenvolvimento local.

Este projeto deve viver essencialmente das parcerias entre todos os envolvidos, de acordo com o que cada um pode fornecer em prol do plano estabelecido e de uma gestão cuidada e articulada dos recursos disponíveis no local.

Para que um projeto com estas características seja implementado, necessita de uma equipa técnica unida e ao mesmo tempo flexível, no qual deveriam participar os vários agentes educativos do concelho, através dos seus representantes, com uma liderança inquestionável e objetivos bem definidos.





## BIBLIOGRAFIA

- Afonso, N. (2005). *Investigação Naturalista em Educação*. ASA Editores, S.A.
- Afonso, N., & Costa, E. (2009). A influência do Programme for International Student Assessment (PISA) na decisão política em Portugal: o caso das políticas educativas do XVII Governo Constitucional Português. *SÍFISO/REVISTA DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO*, pp. 53-63.
- AICE. (2004). Carta das Cidades Educadoras. Génova.
- Alexandre, J. (2003). *O planeamento estratégico como instrumento de desenvolvimento de cidades de média dimensão. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Aveiro*. Aveiro.
- Almeida, L., & Freire, T. (1997). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Coimbra: Associação de Psicólogos Portugueses.
- Alves, G. (2001). *As dimensões da Globalização*. Praxis.
- Alves, M. G., & Varela, T. (2012). Construir a relação escola-comunidade educativa: uma abordagem exploratória no concelho de Almada. *Revista Portuguesa de Educação*, pp. 31-61.
- Aquino, C. A., & Martins, J. C. (Setembro de 2007). Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, VII - n<sup>o</sup>2, pp. 479-500.
- Baixinho, A. (Janeiro-Junho de 2008). Educação e Autarquias em Portugal. Lógicas de Ação do Poder Autárquico em Face do Poder Central e dos Micropoderes Locais. *Ecos Revista Científica*, pp. 233-254.
- Baptista, I. (2003). <http://www.apagina.pt>. Obtido em 25 de Julho de 2012, de apagina: <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=128&doc=9741&mid=2>
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreto, A. (2009). *QUATRO DÉCADAS: DA MUDANÇA À INCERTEZA*. Lisboa.
- Barroso, J. (1997). *Autonomia e gestão das escolas*. Lisboa: Ministério da Educação.

- Barroso, J. (11 a 14 de Novembro de 1998). Autonomia, para quê? *Artigo da Conferência realizada no ProfMat 98*.
- Barroso, J. (Abril de 2003). ORGANIZAÇÃO E REGULAÇÃO: SENTIDOS DE UMA EVOLUÇÃO DOS ENSINOS BÁSICOS E SECUNDÁRIOS, EM PORT. *Educação e Sociedade*, 24, nº 82, pp. 63-92.
- Barroso, J. (2006). O ESTADO E A EDUCAÇÃO a regulação transnacional, e regulação nacional e a regulação local. In J. Barroso, & S. Vizeu, *A Regulação das Políticas Públicas de Educação: Espaço, Dinâmicas e Actores* (pp. 42-70). Educa Unidade de I&D de Ciências da Educação.
- Barroso, J., Afonso, N., Levin, N., & Cardoso, C. (2003). *A Escola Pública - Regulação, desregulação e privatização* (1ª Edição ed.). Porto: ASA Editores, S.A.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade - A busca por segurança no mundo actual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Beck, U. (1999). *O que é Globalização? equívocos do globalismo - respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO* (Vol. 12). Porto: Porto Editora.
- Bolivar, A. (2003). *Como melhorar as escolas*. Porto: ASA Editores, S.A.
- Burgess, R. G. (1997). *A Pesquisa de Terreno - Uma Introdução*. Lisboa: Celta Editora.
- Cabral, M. V. (2000). O exercício da cidadania em Portugal. *Análise Social*, XXXV, pp. 85-113.
- Campos, M. d. (1985). *LOUSÃ. ELEMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA*. Lousã: BML/CML.
- Campos, M. d. (2009). A Fábrica de Papel da Lousã e o processo de industrialização em Portugal. *HISTÓRIA - Revista da Faculdade de Letras*, 10, pp. 145-150.
- Canário, R. (2003). Mais uma “reforma da gestão” das escolas. *Democracia na Gestão Escolar, Cadernos da Fenprof*, pp. 15-16.

- Canário, R. (2005). *O que é a Escola? Um "olhar" sociológico*. Porto: Porto Editora.
- Canário, R. (Maio/Agosto de 2008). A escola: das "promessas" às "incertezas". *Educação Unisinos*, pp. 73-81.
- Carlos, A. F. (1996). *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec.
- Carvalho, A. D. (2005). *Cidades Educadoras e exercício da cidadania*. Obtido em 24 de Julho de 2012, de A Página: <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=144&doc=10760&mid=2>
- Castells, M. (2005). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura* (2ª ed., Vol. I). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M., & Borja, J. (1996). *AS CIDADES COMO ATORES POLÍTICOS*. CEBRAP.
- Charlot, B. (OUT/DEZ de 2007). Educação e Globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate. *SÍSIFO / REVISTA DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO, N°4*, pp. 129-136.
- CML. (2005). *CARTA EDUCATIVA - Concelho da Lousã*. Câmara Municipal da Lousã, Divisão de Desenvolvimento Social. Lousã: CML.
- CML. (Outubro de 2011). [http://www.cm-lousa.pt/\\_uploads/PDM/ElementosqueAcompanham/Docs150julho/Relatorio2ObjetivosEstrategicosFundamentacaoProgramadeExecucoes.pdf](http://www.cm-lousa.pt/_uploads/PDM/ElementosqueAcompanham/Docs150julho/Relatorio2ObjetivosEstrategicosFundamentacaoProgramadeExecucoes.pdf). Obtido de [http://www.cm-lousa.pt/pdm\\_\\_lousa](http://www.cm-lousa.pt/pdm__lousa).
- Cordeiro, A. M. (2008). *Projeção do Parque Escolar por NUT III A 2013*. Coimbra: Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra.
- Cordeiro, A. M., Alcoforado, L., & Ferreira, A. G. (2011/2012). Projeto Educativo Local. Um processo associado a estratégias de desenvolvimento integrado e sustentável. *Caderno de Geografia, 30/31*, pp. 577-587.
- Costa, J. A. (1996). *Imagens Organizacionais da Escola*. Porto: Edições ASA.
- Delors, J. (2010). *A Educação um Tesouro a Descobrir*. Brasil: UNESCO.

- Dias, P., & Rebelo, F. (1985). *LOUSÃ. A TERRA E AS GENTES*. LOUSÃ: BML/CML.
- Digital, D. (11 de 09 de 2012). *www.dinheirodigital.sapo.pt*. Obtido de [http://dinheirodigital.sapo.pt/news.asp?id\\_news=186581](http://dinheirodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=186581)
- Durkheim, É. (1998). *As regras do método sociológico*. Lisboa: Editorial Presença.
- Ferreira, A. G. (Janeiro/Junho de 2006). A difusão da escola e a afirmação da sociedade burguesa. *Revista Brasileira de História da Educação*, pp. 177-198.
- Ferreira, A. G. (2007). *A escolarização em Portugal*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação/Universidade de Coimbra.
- Ferreira, A. G. (2007). Da Cidade Educadora à organização de centros cívico-educativos.
- Ferreira, F. (2005). *O local em educação, animação, gestão e parceria*. Lisboa: Fundação Gulbenkian.
- Fonseca, J. R. (2008). Os Métodos Quantitativos na Sociologia: Dificuldades de Uma Metodologia de Investigação. *VI Congresso Português de Sociologia* (p. 18). Lisboa: Iniversidade Técnica de Lisboa.
- Formosinho, J. (2000). *Políticas Educativas e Autonomia das Escolas*. Porto: ASA Editores, S.A.
- Formosinho, J. (2005). *Administração da Educação: lógicas burocráticas e lógicas de mediação*. Asa.
- Formosinho, J., Fernandes, A., & Ferreira, F. (2005). *Administração da Educação*. Porto: ASA Editores S.A.
- Gadotti, M. (200). *PERSPECTIVAS ATUAIS DA EDUCAÇÃO. São Paulo em Perspectiva*, pp. 1-11.
- Gatti, B. A. (1º semestre de 2005). Pós-modernidade, educação e pesquisa: confrontos e dilemas no início de um novo século. *Psicologia da Educação*, pp. 139-151.
- Giddens, A. (1990). *On The Edge. Living with global capitalism*. Londres: Vintage.
- Giddens, A. (1996). *As Consequências da Modernidade*. Lisboa: Celta.

- Giddens, A. (2010). *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Gomes, J. F. (1982). O MARQUÊS DE POMBAL CRIADOR DO ENSINO PRIMÁRIO OFICIAL. *Revista de História das Ideias*, 4 - Tomo II, pp. 25-41.
- Gonçalves, J. E. (Novembro de 2008). Pós-Modernidade e os Desafios da Educação na Atualidade. *Revista Científica Aprender*, 2º, pp. 16-28.
- Gonzales, M. T. (2003). Las organizaciones escolares: dimensiones y características. In M. T. Gonzales, *Organizacion Y Gestión de Centros Escolares: dimensiones e procesos* (pp. 25-40). Madrid: Pearson Educación.
- Grade, L. S. (2008). *A Centralidade do Projecto Educativo na Administração Escolar*. Lisboa: Edições Colibri.
- Greenwood, E. (1965). Métodos de investigação empírica em Sociologia. *Análise Social*, III, pp. 113-129.
- Guivante, J. S. (16 de Abril de 2001). *Estudos Sociedade e Agricultura*. Obtido de Biblioteca Virtual: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezesseis/julia16.htm>
- Hall, S. (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG.
- Herculano, D. (2009). *Da Cidade Educadora à Organização em Centros Cívicos-Educativos - Uma aposta educativa na participação de todos(as) - Estudo de Caso de Município Educador de Sever do Vouga*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação - Universidade de Coimbra.
- Justino, D., & Batista, S. (2013). *REDES DE ESCOLAS E MODOS DE REGULAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO*. Lisboa: CESNOVA - Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa.
- Lemos, Á. V. (1988). *LOUSÃ E O SEU CONCELHO*. Lousã: BML/CML.
- Lemos, Á. V. (Revisão 2001). *A Lousã e o seu Concelho*. Lousã: CML.

- Lessard.Hébert, M. (1990). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lima, J. Á. (2007). Redes na educação: questões políticas e conceptuais. *Revista Portuguesa de Educação*, 20, pp. 151-181.
- Lima, L. C. (1998). *A ESCOLA COMO ORGANIZAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR: um estudo da escola secundária em Portugal (1974-1988)* (2ª ed.). (I. d.-C. Psicologia, Ed.) Braga: Universidade do Minho.
- Lima, L. C. (2004). O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS COMO NOVO ESCALÃO DA ADMINISTRAÇÃO DESCONCENTRADA. *Revista Portuguesa de Educação*, 17, pp. 7-47.
- Louro, P., & Fernandes, P. A. (2004). A intervenção autárquica no campo educativo: Estudo de caso num Município da Área Metropolitana de Lisboa. *Análise Psicológica*, pp. 237-287.
- Lousã, C. M., & Centro de Estudos Geográficos. (2007). *Atlas Desportivo da Lousã*. Coimbra: CEG.
- Ludke, M., & André, M. E. (1986). *A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Machado, J. (12 a 15 de Maio de 2004). Cidade educadora e administração local da educação. *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*, pp. 83-89.
- Nogueras, J. M. (1990). Recorrido coceptual por la ciudade educadora. Una perspectiva filsófica, Ayuntamiento de Barcelona. *La Ciudad Educadora*, pp. 25-37.
- Nogueras, J. M. (1990). Recorrido conceptual por la cidade educaora. Uma prespectiva filosófica. *La Ciudad Educadora*, pp. 25-37.
- ONU. (14 de Março de 1995). <http://www.un-documents.net>. Obtido de <http://www.un-documents.net/cope-dec.htm>.
- Ortiz, R. (1999). Um outro território. In G. e. comunicações, *Globalização e regionalização das comunicações* (pp. 73-96). São Paulo: editora-ufs.

- Patton, M. Q. (1990). *Qualitative evaluation and research methods*. EUA: Sage Publications.
- Peixoto, J. (2004). País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal. *SOCIUS Working Papers*, 2, pp. 1-26.
- Pereirinha, M. J. (2006). *Contribuição para o desenvolvimento de um modelo de cartão de município*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Pinhal, J. (1995). Estudar o «Local». *Actas do V Colloque National de L'AYPELF/AFIRSE, A escola.*, pp. 217-228.
- Pinhal, J. (1997). A administração da educação: Investigação, formação e práticas. In J. Pinhal, J. Barroso, & A. Luís, *Os municípios e a descentralização educacional em Portugal* (pp. 177-195). Lisboa.
- Pinhal, J. (2006). A intervenção do Município na Regulação Local da Educação. In J. B. (orgs), *A regulação das Políticas Públicas da Educação: Espaços, Dinâmicas e Actores* (p. 100;128). Lisboa: Educa.
- Pinheiro, M. A. (2011). *CIDADE EDUCADORA: A ORGANIZAÇÃO EM CENTROS CÍVICO-EDUCATIVOS - UMA PROPOSTA PARA CUIABÁ*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Proença, M. C. (2009). *História de Portugal*. Circulo de Leitores.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). *MANUAL DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS*. Lisboa: Gradiva.
- Rodrigues, J. N., & Devezas, T. (2009). *PORTUGAL: O Pioneiro da Globalização - A Herança das Descobertas*. V.N. Famalicão: Centro Atlântico.
- Ruivo, F. (2005). *ENCRUZILHADAS DO PODER LOCAL*. Obtido de [www.ces.uc.pt](http://www.ces.uc.pt): <http://www.ces.uc.pt/opiniao/fr/002en.php>
- Santos, B. S. (1989). *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Porto: Afrontamento.
- Santos, B. S. (2000). *A Crítica da Razão Indolente Vol.I*. Porto: Afrontamento.

- Santos, B. S. (2001). *Globalização: Fatalidade ou Utopia* (764 ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Simões, J. M. (2012). *Para uma compreensão da fusão dos agrupamentos de escolas - Uma estratégia ou o desencadear de uma maior burocratização?* Coimbra: FPCE-UC.
- Simões, J. S. (2010). Cidades em rede e redes de cidades. Torres Novas na rede das cidades educadoras. *XII Colóquio Ibérico de Geografia*, (p. 4). Porto.
- Stake, R. (2007). *A arte da investigação com estudos de caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Stoer, S. R. (Outubro de 2002). Educação e globalização: entre regulação e emancipação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, pp. 33-45.
- Terrasêca, M. (1996). Tratamento das informações recolhidas: a análise de conteúdo. In *Referenciais subjacentes à estruturação das práticas docentes: análise dos discursos/as professores/as*, pp. 116-128.
- Vala, J. (1990). A análise de conteúdo. In J. M. Silva, *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101-127). Porto: Edições Afrontamento.
- Vieira, C. M. (1999). A credibilidade da investigação científica de natureza qualitativa: Questões relativas à sua fidelidade e validade. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXXIII, n<sup>o</sup>2, pp. 89-116.
- Villar, M. B. (2007). *A Cidade Educadora - Nova Prespectiva de Organização e Intervenção Municipal*. Lisboa: Instituto Piaget.



## ANEXOS 1 – Guião das entrevistas semiestruturadas

### GUIÃO DE ENTREVISTA: VEREADOR DA EDUCAÇÃO

#### I-APRESENTAÇÃO

Optei por este tema de investigação “**Cidade Educadora - Organização em Centros Cívicos Educativos – Uma proposta para a Lousã**” por ser um Concelho que conheço bem, porque sinto que há uma dinâmica educativa implementada e que poderá ser otimizada e porque pressinto abertura e empenho por parte dos Dirigentes Locais, das Escolas e dos mais variados Grupos Sociais e Instituições/Associações, em se comprometerem com a educação, visando a construção de um futuro melhor, mais justo e solidário para todos.

#### II-IDENTIFICAÇÃO

1) Há quanto tempo ocupa o cargo de vereador da educação, e quais têm sido suas prioridades na política municipal?

#### III-CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

2) Como caracteriza a educação no município?

3) Qual o balanço que faz sobre a educação neste concelho nos últimos dez anos?

4) Quais os aspetos que mais tem influenciado positivamente a educação no município?

5) Para além das escolas, quais são as instituições que mais dinamizam a educação no município. Porque elas?

6) Quais os principais obstáculos ou dificuldades à melhoria da educação no município?

7) Na sua opinião a Lousã oferece espaços educativos (rua de lazer, praça, parque, bibliotecas) suficientes e adequados a sua população?

8) Com que entidades e de que modo a Câmara Municipal da Lousã se relaciona de forma a potenciar uma melhor oferta educativa?

Quais as principais instituições?

Que tipo de parcerias?

9) Como é o envolvimento das direções do Agrupamento de Escolas da Lousã, da Escola Secundária da Lousã e da Escola profissional, na organização escolar do Concelho da Lousã?

Colaboram com as propostas da C.M.L.?

Debatem com a autarquia os problemas das instituições que dirigem?

Participam nas atividades educativas propostas pela C.M.L. Em que atividades?

Solicitam a intervenção do Município junto do poder central para a resolução de certos problemas?

Solicitam a intervenção dos serviços sociais e de técnicos especializados em diversas situações? Quais?

10) Em sua opinião até onde deve ir a intervenção do poder municipal nos Agrupamentos/Escolas/Mega Agrupamentos?

11) Qual a posição da C.M.L. relativamente ao ensino profissional? Há parcerias? Quais?

12) Como é que a C.M.L. tem olhado para a educação ao longo da vida no Concelho? Que projetos?

13) Como funciona o Conselho Municipal de Educação? Quais as vantagens e desvantagens para a política local?

#### IV-PERSPECTIVAS FUTURAS

14) Como vê a participação da Administração Local na definição política da educação e na organização das ofertas educativas?

Concorda com os que defendem que a Educação tem que ter, cada vez mais, uma participação dos órgãos da Administração Local, que, pela proximidade e pelo conhecimento da área envolvida, podem contribuir para uma educação e formação em sintonia com as características do Concelho?

15) Como perspectiva o futuro da educação no município da Lousã?

Quais as perspectivas, para o futuro, no domínio da educação?

16) Gostaria que comentasse o conteúdo de um pequeno texto que diz respeito a uma nova possibilidade de organização da educação (dar o texto a ler).

O que de mais interessante vê nessa ideia dos centros cívico-educativos?

Como se poderia tornar essa ideia relevante e viável?

**DAS POSSIBILIDADES DE EDUCAÇÃO NA LOUSÃ**  
**PENSAR A CIDADE EDUCADORA E A ORGANIZAÇÃO EM CENTROS CÍVICO-EDUCATIVOS**

Quais as dificuldades e a possibilidades da Lousã evoluir no sentido de organizar a educação no município de acordo com o conceito de centros cívico-educativos?

**GUIÃO DE ENTREVISTA: DIRETORES DA ESCOLA SECUNDÁRIA, DA ESCOLA PROFISSIONAL E DO  
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA LOUSÃ**

**I-APRESENTAÇÃO**

Optei por este tema de pesquisa “**Cidade Educadora - Organização em Centros Cívicos Educativos – Uma proposta para a Lousã**” por ser um Concelho que conheço bem, porque sinto que há uma dinâmica educativa implementada e que poderá ser otimizada e porque pressinto abertura e empenho por parte dos Dirigentes Locais, das Escolas e dos mais variados Grupos Sociais e Instituições/Associações, em se comprometerem com a educação, visando a construção de um futuro melhor, mais justo e solidário para todos.

**II-IDENTIFICAÇÃO**

- 1) Há quanto tempo ocupa o cargo de diretor escolar, e quais têm sido suas prioridades nessa administração?
- 2) Como vê os Mega agrupamentos? Qual a melhor organização para a Lousã? Um mega agrupamento, dois agrupamentos ou outra possibilidade?

**III-CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO**

- 2) Como caracteriza a educação no município?
- 3) Qual o balanço que faz sobre a educação municipal nos últimos dez anos?
- 4) Quais os aspetos que mais tem influenciado positivamente a educação no município?
- 5) Qual ou quais dificuldade (s) que a educação municipal enfrenta atualmente, e de que forma a autarquia procura resolver esses problemas?
- 6) Para além das escolas, quais são as instituições que mais dinamizam a educação no município. Porque elas?
- 7) Quais as principais ofertas educativas que esta escola/agrupamento promove?
- 8) A escola/agrupamento possui parcerias com instituições, no sentido de potenciar melhor oferta educativa? Quais? De que tipo? É fácil estabelecer parcerias no município?
- 9) Como é que a autarquia tem olhado para a Educação de Jovens e Adultos no município? Que projetos ou iniciativas promove? Quais os projetos que apoia? De que modo?
- 10) Como vê o Conselho Municipal de Educação?
- 11) Na sua opinião quais são os principais aspetos negativos do funcionamento do Conselho Municipal de Educação?
- 12) Na sua opinião quais são os principais aspetos positivos do funcionamento do Conselho Municipal de Educação?
- 13) Na sua opinião a Lousã oferece espaços educativos (rua de lazer, praça, parque, bibliotecas) suficientes e adequados a sua população?

**IV-PERSPECTIVAS FUTURAS**

- 15) Como se poderia, na sua opinião, mobilizar a população da Lousã para ampliar as ações comunitárias de lazer, de encontros, para uma convivência social cidadã e mais saudável, visando a construção e de uma cidadania participativa e a um viver com mais paz, como propõe os princípios da Cidade Educadora, a UNESCO e outros Organismos Governamentais e Não Governamentais?
- 16) Na sua opinião o município encontra dificuldades na participação ativa dos cidadãos nas suas decisões? Quais?
- 17) Gostaria que me desse a sua opinião sobre um pequeno texto que diz respeito a um novo paradigma da educação.
  - O que mais de interessante vê nessa ideia dos centros cívico-educativos?
  - Como poderia tornar essa ideia relevante e viável?
  - Agrada-lhe esta ideia para a Lousã? Porquê?
  - Acha que na Lousã estão criadas ou facilmente serão criadas as condições para a implementação destes Centros cívico-educativos?
  - Quem deveria tomar a iniciativa para implementar e coordenar esses centros?
  - Que recursos poderiam disponibilizar?

## GUIÃO DE ENTREVISTA: PRESIDENTE DE INSTITUIÇÃO/ASSOCIAÇÃO

### I-APRESENTAÇÃO

Optei por este tema de investigação “**Cidade Educadora - Organização em Centros Cívicos Educativos – Uma proposta para a Lousã**” por ser um Concelho que conheço bem, porque sinto que há uma dinâmica educativa implementada e que poderá ser otimizada e porque pressinto abertura e empenho por parte dos Dirigentes Locais, das Escolas e dos mais variados Grupos Sociais e Instituições/Associações, em se comprometerem com a educação, visando a construção de um futuro melhor, mais justo e solidário para todos.

### II-IDENTIFICAÇÃO

1) Há quanto tempo ocupa o cargo de presidente desta Associação, e quais têm sido suas prioridades nessa administração?

### III-CARACTERIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

2) Como caracteriza a associação que dirige? (data de constituição, orgânica, valências/áreas de intervenção, projetos, infraestruturas, transportes ....)

3) Em que ela é relevante no plano da educação?

4) Existem parcerias entre a Autarquia e a Associação que dirige no âmbito da educação e da cidadania? Quais? Como funcionam?

5) Como se caracteriza a relação da sua associação com as outras entidades?

### IV-CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

6) Qual o balanço que faz sobre a educação municipal nos últimos cinco anos?

7) Quais os aspetos que mais tem influenciado positivamente a educação no município?

8) Para além das escolas, quais são as instituições que mais dinamizam a educação no município? Porque elas?

9) Quais os principais obstáculos ou dificuldades à melhoria da educação no município?

10) Quais os aspetos mais positivos e os mais negativos da política educativa da Câmara municipal da Lousã nos últimos anos?

11) Qual é a sua opinião sobre os espaços educativos (jardins, praça, rua, parque, bibliotecas, museus) que a Lousã oferece à sua população?

### IV-PERSPECTIVAS FUTURAS

12) O que gostaria de propor para a autarquia, na perspetiva de melhorar a Lousã do ponto de vista educativo?

13) Como se poderia, em sua opinião, mobilizar a população da Lousã para ampliar as ações comunitárias de lazer, de encontros, para uma convivência social cidadã e mais saudável, visando a construção e de uma cidadania participativa e a um viver com mais paz, como propõem os princípios da Cidade Educadora, a UNESCO e outros Organismos Governamentais e Não Governamentais?

14) Na sua opinião o município encontra dificuldades na participação ativa dos cidadãos nas suas decisões? Quais?

15) Gostaria que me desse a sua opinião sobre um pequeno texto que diz respeito a um novo paradigma da educação.

- O que mais de interessante vê nessa ideia dos centros cívico-educativos?

- Como podia tornar essa ideia relevante e viável?

- Agrada-lhe esta ideia para a Lousã? Por quê?

- Acha que na Lousã estão criadas ou facilmente serão criadas as condições para a implementação destes Centros cívico-educativos?

- Quem deveria tomar a iniciativa para implementar e coordenar esses centros?

- Que recursos poderiam disponibilizar?

## ANEXOS 2 – Texto integrante das entrevistas semiestruturadas

### **Da Cidade Educadora à organização de centros cívico-educativos**

A educação do novo milénio tem que ser vista à luz de todas as transformações sociais, económicas, culturais, etc. **Com efeito, é um dado adquirido que todos precisamos de aprender ao longo da vida, não só para nos mantermos atualizados a nível profissional, mas também para podermos intervir como cidadãos conscientes.** Por isso, há a necessidade urgente de conceber um sistema educativo que “não separe tão dicotomicamente o tempo de aprender do tempo de fazer, o mundo do ensino da cultura. Necessitamos de criar instituições educativas abertas a todos, e isso significa incluir todas as idades e todas as condições sociais”. Neste contexto, **é pertinente conceber uma outra organização da escola e do sistema escolar, de forma a organizar “um sistema educativo que ponha todos em igualdade de condições de usufruírem formação e se abra a diversos agentes sociais e culturais, potenciando parcerias que estimulem, diversifiquem e valorizem as aprendizagens”.**

Reconhecendo as lacunas do atual sistema educativo e das exigências do mundo de hoje, surgiu em Espanha, no início dos anos noventa, o conceito de Cidade Educadora, quando algumas pessoas começaram a perceber que a escola, só por si, não tinha capacidade para dar todos os conhecimentos que os tempos atuais exigem a cidadãos ativos e conscienciosos.

Este novo paradigma de organização da educação pretende superar dicotomias e barreiras organizacionais, de modo a criar condições de aprendizagem e de vivência ativa com iniciativas provenientes de várias áreas do saber, da cultura, do desporto, das artes, da economia, da ciência, “considerando-as como um investimento cultural sistemático que, à luz de uma formação permanente, possibilite elevar o nível cultural, profissional e social da população que partilha o espaço urbano”.

**A cidade Educadora ao organizar-se, no seu território, em centros cívico-educativos, pretende que estes sejam verdadeiros espaços de promoção da educação e da cidadania para os habitantes da sua zona de influência, mobilizando professores, pais, alunos, pessoas das diversas áreas do saber, pessoas de todas as idades, de modo a criarem uma verdadeira comunidade de atores participantes e dinâmicos que deem vida e expressão a uma outra maneira de fazer educação para todos.**

**Trata-se, assim, de congregar todas as sinergias, de disponibilizar todos os recursos patrimoniais, humanos e tecnológicos existentes na área dos centros cívico-educativos geridos de modo a serem devidamente ocupados, tornando possível que mais pessoas os possam utilizar,** independentemente da sua condição social, etária ou profissional, de forma a que os habitantes tenham a possibilidade de desenvolver interações relacionais e culturais promotoras de desenvolvimento pessoal e comunitário.

**Porém, essa Cidade Educadora e esses centros cívico-educativos exigem do governo municipal uma vontade expressa não só de fomentar a participação de cada pessoa na sua própria formação, mas também na disponibilização dos espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os habitantes.** Deverá, então, o governo municipal “assumir claramente a educação como ponto central da estratégia de desenvolvimento da comunidade e da organização do território que está sob a sua responsabilidade”. Trata-se de organizar o território e a educação dos que vivem de uma forma articulada “Tendo em vista uma dinâmica educativa sistêmica, plural e congruente com as condições físicas e culturais existentes no espaço territorial considerado.”

António Gomes Ferreira (2007)

## ANEXOS 3 – Transcrição das entrevistas semiestruturadas

### **GUIÃO DE ENTREVISTA: VEREADOR DA EDUCAÇÃO**

**28-06-2012**

#### **I-APRESENTAÇÃO**

Optei por este tema de investigação “**Cidade Educadora - Organização em Centros Cívicos Educativos – Uma proposta para a Lousã**” por ser um Concelho que conheço bem, porque sinto que há uma dinâmica educativa implementada e que poderá ser otimizada e porque pressinto abertura e empenho por parte dos Dirigentes Locais, das Escolas e dos mais variados Grupos Sociais e Instituições/Associações, em se comprometerem com a educação, visando a construção de um futuro melhor, mais justo e solidário para todos.

#### **II-IDENTIFICAÇÃO**

##### **1) Há quanto tempo ocupa o cargo de vereador da educação, e quais têm sido suas prioridades na política municipal?**

Estou na Câmara Municipal da Lousã (CML) desde Novembro de 2009. Tomamos posse em outubro e a minha primeira sessão de Câmara foi em Novembro. É apaixonante e muito aliciante e para quem gosta de colocar as “coisas” no terreno, os projetos a andar e trabalhar em projetos para a comunidade, ainda por cima para a Lousã - que é a minha terra - sinto isto como um privilégio. O que é mais fácil até para poder aguentar. Acho que não seria possível aguentar algumas pressões e perversidades a que estamos sujeitos se não for com paixão e entrega. Não sei se sou exemplo, nem sequer é isso que quero dizer, mas sinto que esta é a atitude correta.

As principais prioridades deste executivo no que toca a Educação, começaram um novo ciclo ainda sob a liderança do Dr. Fernando Carvalho - que me fez este honroso convite e a quem eu apresentei a minha visão, inclusivamente a minha entrada no executivo terá tido a ver, julgo eu, com o modelo de apoio à decisão para a sustentabilidade que eu vinha a desenvolver no âmbito da minha profissão, desde 2006. Esse modelo de apoio à decisão para a sustentabilidade assenta, como é evidente para nós, na formação, na educação e na sua consequência ao nível do capital humano e do capital social - as comunidades, os países e o mundo são as pessoas e, portanto, tudo aquilo que temos é resultado daquilo que as pessoas são e fazem. E, nesse sentido, este conceito das cidades educadoras esteve sempre presente na estratégia que temos vindo a implementar. A grande prioridade na altura, para além da obra física que era fundamental, nomeadamente na questão da escola que era necessária (que passou e passa por um conjunto de vicissitudes aos quais somos alheios mas que temos que resolver porque o prejuízo será para a comunidade lousanense). Apesar disso a escola continua com muitos problemas: é um projeto com 30 e tal anos, com uma configuração que não se adequa com os tempos de hoje. É um projeto do ministério da educação que, enfim, eu herdei, no qual fizemos os possíveis para contrariar algumas decisões que o próprio projeto tinha.

##### **Para quando se prevê a conclusão da escola?**

Bem, eu não quero adiantar datas porque como se viu e vê é um processo muito conturbado mas as indicações que tinha da empresa que entretanto faliu (é a 3.ª insolvência nesta empreitada!), era que a escola estaria pronta em dezembro. A crise da construção está a afetar muitos projetos estruturantes das autarquias a nível nacional. Vamos ver... não queremos inaugurar nada à pressa, nem pensar!... estamos a falar de uma escola e só abriremos se os parceiros também estiverem de acordo, se bem que eu acho que para as necessidades do concelho era premente a escola abrir.

As prioridades, para além da obra física, eram a modernização do espaço da sala de aula com as novas tecnologias da comunicação, da informação e, evidentemente, da educação. Avançar, partindo da escola, para uma promoção sociocultural e económica mais abrangente. Pegando no exemplo do que foram as experiências da reciclagem, em que os próprios alunos/crianças foram os agentes de modernidade, de desenvolvimento e de alteração de práticas.

. Nós, sempre que podemos, reconhecemos isso. Não tínhamos a comunidade que temos hoje se não fosse esta parceria que tem vindo a ser estabelecida há dezenas de anos com a escola, com as instituições de formação/educação do concelho. Para além disso, reconhecendo o potencial humano - a massa crítica - existente no tecido educativo, particularmente nos professores/educadores, configurou-se possível - de uma forma mais significativa e eficaz - esta alteração de paradigma para uma “sala de aula” mais moderna, com novas tecnologias (quadro interativo, Magalhães, internet – que existe em todas as EB do 1.º CEB e nos JI do Concelho). No entanto, era preciso encontrar uma plataforma pedagógica digital e interativa que, de alguma forma, facilitasse a

utilização real e efetiva das novas tecnologias da educação em sala de aula. Encontramos uma plataforma – a Camões – que com poucas horas de formação se torna extremamente fácil de utilizar e que possibilita, de uma forma quase intuitiva, a utilização do quadro interativo - sem ser uma mera tela de projeção e que, entre outras valências, permite uma interação imediata com o Magalhães ou com os computadores individuais de cada aluno. A «Camões» ainda se encontra em desenvolvimento. A Lousã foi o primeiro Concelho a nível mundial a adotá-la ao nível concelhio.

Mas, para além de ter sido uma forma de modernizarmos as salas de aula e darmos aos professores um outro estímulo e motivação - ao utilizarem outras formas de abordar os conteúdos programáticos tirando partido da internet, etc. - foi também uma estratégia para projetar a Lousã a nível internacional, através de um projeto pioneiro - a plataforma Camões - com o interesse dos privados envolvidos (empresa da plataforma camões, dos quadros interativos, material informático, etc.), que fez com que conseguíssemos promover a Lousã para lá das nossas fronteiras até a nível internacional. Sabíamos que tínhamos esse potencial e avançamos. Podemos ter o melhor equipamento do mundo, mas se os professores não o utilizarem as novas tecnologias não servem para nada. Conseguimos, acho eu, atingir esses níveis de promoção nacional e internacional da Lousã – como é conhecido publicamente. Também a partir da “sala de aula” promovemos o empreendedorismo, não só dos que estão a utilizar diariamente estes recursos, a criar blogs, etc., mas também de docentes que estão a desenvolver produtos, nomeadamente o professor João Carlos Ramalheiro que ficou em 2.º lugar no concurso europeu da Microsoft dos professores inovadores e que vai estar na final mundial. O Agrupamento de Escolas da Lousã, através deste projeto da Câmara Municipal, conseguiu também ter esta visibilidade internacional e ver reconhecido o trabalho que vinha a desenvolver há muitos anos ao ser integrado nas cerca de 60 escolas mas inovadoras do mundo (e não apenas ao nível das novas tecnologias, note-se!) selecionadas pela Microsoft.

Com esta estratégia, também conseguimos projetar a filosofia educativa do concelho já detinha há vários anos, através do trabalho e da dedicação dos professores e das direções do agrupamento que têm uma filosofia de ensino aglutinadora, que transborda e ultrapassa as fronteiras da própria escola, que vem ao encontro da comunidade, que absorve o que a comunidade oferece aos alunos em termos extracurriculares e leva isso para dentro da escola. Para nós, tudo isto foram objetivos alcançados e uma forma de reconhecer o trabalho desenvolvido pelos agentes educativos do Concelho.

### III-CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

#### **2) Como caracteriza a educação no município?**

Visão, estratégia, desenvolvimento e inovação, são os pilares.

#### **3) Qual o balanço que faz sobre a educação neste concelho nos últimos dez anos?**

Apesar de estar a falar em causa própria, penso que o balanço é muito positivo e a prova disso, penso eu, tem sido o reconhecimento que até os elementos da oposição têm feito ao executivo, não só aos anteriores mas também a este em que estou integrado. Temos conseguido manter o parque escolar com uma qualidade muito acima da média e existem um conjunto de respostas sociais que temos vindo a garantir e a melhorar e a aperfeiçoar sempre: Férias Ativas, Espaço Internet, rede de Biblioteca da Lousã, Espaço Jovem, Cartão Jovem Municipal, Prolongamentos de Horário, Atividades de Tempos Livres, Refeitórios Escolares, programas de Educação para a Saúde (em colaboração com as Escolas e com As Unidades de Saúde competentes, Oficina de Segurança, etc.).

#### **4) Quais os aspetos que mais têm influenciado positivamente a educação no município?**

Das pessoas que tenho recebido e das visitas que tenho feito aos estabelecimentos de ensino todos têm unanimemente referido a qualidade do parque escolar da esmagadora maioria dos estabelecimentos de ensino, depois, também a certificação dos refeitórios foi um projeto em que CML foi pioneira a nível nacional. Temos protocolos estabelecidos recentemente com a associação portuguesa de nutricionistas, controlamos as ementas, as calorias, o tipo de géneros que as crianças consomem e temos tido uma preocupação na área da alimentação na sensibilização para a alimentação saudável e de luta contra a obesidade e também aí os indicadores são positivos, muito abaixo da média nacional: vai sair um novo estudo, que vai ser apresentado aqui na Lousã em Setembro/Outubro estando curioso para saber quais são os novos indicadores, mas do que tenho conhecimento são bastante abaixo na média nacional. A relação entre a CML e os agentes – esta parceria, este estabelecimento de uma agremiação de vontades – de colocar os interesses do município acima de qualquer tipo de interesses, aliás, que para mim é a nobreza da atividade política, tem trazido excelentes resultados ao município, às pessoas, à comunidade, que é o que interessa. Como disse antes, há um conjunto de projetos e políticas que temos mantido e, parece-me, aperfeiçoado gradualmente: Férias Ativas, Espaço Internet, rede de Biblioteca



da Lousã, Espaço Jovem, Cartão Jovem Municipal, Prolongamentos de Horário, Atividades de Tempos Livres, Refeitórios Escolares, programas de Educação para a Saúde (em colaboração com as Escolas e com As Unidades de Saúde competentes, Oficina de Segurança, as AEC, as Novas Tecnologias da Educação, as parcerias com as Academias de Música, de Bailado, de Motricidade Infantil, de Teatro, com o Conservatório de Música – através da criação de uma turma no Agrupamento de Escolas que irá iniciar no próximo ano letivo o ensino vocacional de Música, a excelente atuação do CMEL e do Conselho Consultivo Municipal da Juventude e do Desporto... são apenas algumas das mais importantes referências que demonstram a qualidade e a excelência da Educação na Lousã.

**5) Para além das escolas, quais são as instituições que mais dinamizam a educação no município. Porquê elas?**

É uma pergunta interessante, porque de facto a educação não é só a escola e nós em 2011, julgo eu, lançamos o serviço educativo da CML. O objetivo do serviço educativo é acima de tudo promover os momentos lúdicos, de entretenimento – culturais, cívicos e/ou desportivos, que são sempre momentos formativos – muito na lógica das cidades educadoras. Os equipamentos municipais são também equipamentos de formação: a biblioteca, os museus, os pavilhões, o cineteatro. O serviço educativo da CML, ao contrário do que é feito um pouco por todo o país (em que é vulgar ver-se um serviço educativo quase por cada equipamento da autarquia), uniu os vários serviços da autarquia existentes num só, de forma a rentabilizar os recursos e criar uma assertividade estratégica. Este serviço é transversal a todos os pelouros e setores da autarquia. Define estratégias pedagógicas e de comunicação/motivação para promover junto dos agentes (associações, clubes, públicos alvo de acordo com a atividade/o evento), sempre através e com o imprescindível apoio e colaboração das escolas. E depois, para além das escolas, temos um leque de agentes no terreno.

**Quem são esses agentes para além da escola?**

São as ipss, as associações culturais, desportivas, cívicas.

**Quais?**

As Juntas de Freguesia, a ARCIL é fundamental, inclusivamente trabalham connosco nos prolongamentos de horário, nas componentes de apoio à família, nos ATL – somos uma referência nacional na inclusão e queremos melhorar (desde 2010 que, para mantermos e melhorarmos a resposta da educação inclusiva no concelho, que investimos cerca de 20.000,00€ só em recursos humanos); a GNR, os Bombeiros Municipais, a Escola Nacional de Bombeiros e o seu CNO, a Escola Profissional, a ATIVAR, os centros sociais da Ponte Velha, de Casal de Ermio, a ADIC (associação de defesa do idoso e da criança de Vilarinho), algumas associações culturais, por exemplo, a ADRAS (Associação Didática e Recreativa Arte e SABER DA LOUSÃ) o GERL (grupo etnográfico da região da Lousã) e Efeito Ardósia que tem um grupo de teatro... são associações/instituições que têm colaborado muito connosco nesta promoção do conhecimento.

**Porquê elas?**

Pela sua natureza acima de tudo, mas mais do que isso: é a dinâmica das pessoas que constituem a instituição que tem acabado por vir ao encontro do tipo de dinâmica que nós queremos implementar.

**6) Quais os principais obstáculos ou dificuldades à melhoria da educação no município?**

Várias coisas, desde logo as obrigações financeiras legais. Inclusivamente, neste momento há municípios que não vão adjudicar os serviços de transportes e refeitórios para o próximo ano letivo – só para termos a noção do que está em causa – e esta lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso. Alguns méritos tem a lei, acho que os gestores do erário público devem ser responsabilizados pela sua gestão, mas limitar isso a um modelo de gestão como o que a Lei preconiza é acabar com a autonomia das autarquias, como exige a Constituição da República Portuguesa. Estamos a falar de questões de funcionamento normal para uma autarquia, e sabemos que uma câmara tem de ter autonomia... embora a constituição hoje seja uma espécie de romance literário, e nós estamos a ser o bode expiatório e com um enquadramento político-ideológico assumido.

**E em termos locais, há entraves?**

Há sempre resistências e nós temos de explicar às pessoas que a visão tem de ser «do todo» e não «das partes», mas na educação, e é a minha vivência, ao longo dos anos conseguimos conquistar essa visão de proximidade e de parceria de estar lado a lado com os parceiros educativos. No contacto com as associações de pais, o que costumava dizer, com toda a humildade, eu dizia que, por exemplo, cada associação está a representar uma escola com trezentos alunos/filhos enquanto eu, no Concelho tenho três mil e duzentos filhos! É preciso alcançar equilíbrio e harmonia e lutar contra os favorecimentos que podem acontecer até por ingenuidade. Todas as decisões que se toam devem ter em conta a equidade.

**7) Na sua opinião a Lousã oferece espaços educativos (rua de lazer, praça, parque, bibliotecas) suficientes e adequados a sua população?**

- nos espaços verdes de lazer e até de desporto informal temos uma lacuna que gostaríamos muito de ter já resolvido e agora sem o QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) vai ser muito difícil - o Estado vai retirar 1 Milhão e 400 Mil euros ao QREN das autarquias. Temos pavilhões nas freguesias, temos um centro cultural em Serpins, o clube recreativo de Vilarinho que tem um espaço interessantíssimo - um auditório polivalente, temos boas respostas em Foz de Arouce - o campo desportivo da Pegada e a casa do povo.

- a biblioteca sim, mas precisava de um “refresh”, de uma requalificação, que temos vindo a efetuar gradualmente;

- temos 3 auditórios e um cineteatro que precisava também de uma renovação/requalificação;

- os espaços museográficos são também suficientes (contamos abrir no próximo ano o Museu Municipal Álvaro Viana de Lemos) – o Museu Carlos Reis aguarda abertura do QREN... Equipamentos desportivos também me parecem suficientes.

**Espaços de desporto informal?**

Não, não temos espaços para isso, sabemos disso é uma lacuna precisávamos de um espaço verde, um parque da vila onde se pudesse praticar desporto informal ter” *landscape*”, ir correr com os filhos, andar de bicicleta, etc. Isso estava no nosso projeto eleitoral e tínhamos já uma verba sinalizada para isso e agora não vamos poder, não nos deixam.

**8) Com que entidades e de que modo a Câmara Municipal da Lousã se relaciona de forma a potenciar uma melhor oferta educativa?**

**Quais as principais instituições?**

**Que tipo de parcerias?**

A principal parceria é com as direções das escolas, Agrupamento, Escola Secundária e Escola Profissional. Depois todas as referidas anteriormente: tecido associativo do concelho, as ipss, e até empresas privadas.

**A educação ainda está muito centralizada na escola?**

É verdade, mas nós, precisamente por isso, temos essa visão da «cidade educadora» - cidade no sentido de uma certa urbanidade cultural e intelectual, sem elitismos. Somos sócios da Escola Profissional da Lousã, o que revela esta necessidade estratégica e visão de manter no concelho uma resposta formativa profissional, não temos protocolos assinados mas temos parcerias com a academia de música da Lousã, com a academia de bailado, temos um protocolo com a academia de motricidade infantil, no âmbito do empreendedorismo, que iniciou a atividade em Janeiro e que funciona no espaço da CML o equipamento foi adquirido por eles e os professores das AEC podem utiliza-lo. Os nossos técnicos das AEC são contratados pela CML mas geridos pedagogicamente pelo Agrupamento de Escolas da Lousã, além disso colaboram e trabalham no nosso Programa Férias Ativas que têm uma panóplia de atividades muito abrangentes, isso também é formativo além de lúdico. Depois temos o Projeto Miminho dos Avós, em que os seniores podem frequentar várias atividades, pintura, canto coral, canto tradicional, temos também p Projeto O Baú, com a circulação dos baús livros que circulam pelas IPSS, onde se estão os idosos, contadores de histórias que vão contar e trabalhar os livros havendo uma relação intergeracional através do livro, há o momento interessantíssimo na área do desporto que é o encontro de gerações, parcerias desportivas com os clubes desportivo. Penso que na Lousã, temos já implementado e no terreno o conceito da cidade educadora... e não integramos a Rede formal das Cidades Educadoras.

**9) Como é o envolvimento das direções do Agrupamento de Escolas da Lousã, da Escola Secundária da Lousã e da Escola profissional, na organização escolar do Concelho da Lousã?**

Acho que está cada vez melhor. De facto, havia muitos eventos, e tivemos que reduzir algumas atividades. Concordei com isso desde a primeira hora. Todas as decisões têm como principal objetivo os superiores interesses dos alunos e do Concelho e nem podia ser de outra forma. Parece-me que estamos todos de acordo quanto è estratégia que o Executivo tem vindo a implementar e a este respeito tenho que agradecer o empenho e a dedicação das direções, dos docentes e das Associações de Pais do Concelho, bem como a todos os pais e mães que têm colaborado individualmente.

**Colaboram com as propostas da C.M.L.?**

Sim, normalmente, maioritariamente e sempre em unanimidade.

**Debatem com a autarquia os problemas das instituições que dirigem?**

Muito regularmente, não só em sede de CMEL e não só nos Conselhos Gerais, temos contactos regulares mesmo que não sejam presenciais com as várias direções das escolas e com as Associações de Pais.

**Participam nas atividades educativas propostas pela C.M.L. Em que atividades?**

Sim, temos uma adesão muito importante. Em atividades de todos os âmbitos - desportivas, culturais, no recém criado, observatório socioeconómico (órgão criado em janeiro pelo Presidente de Câmara para a atuação em casos sociais resultantes da crise que estamos a viver), as escolas estão presentes e as direções das escolas estão sempre nas reuniões.

**Solicitam a intervenção do Município junto do poder central para a resolução de certos problemas?**

Sim, como foi o caso da possível criação de um Mega Agrupamento, mesmo que não tivesse sido solicitada nós já estávamos no terreno porque sabemos a opinião dos agentes, devido aos vários contactos que vamos tendo.

**Solicitam a intervenção dos serviços sociais e de técnicos especializados em diversas situações? Quais?**

Sim, colaboramos com os nossos técnicos da ação social, psicólogos, técnicos da cultura, biblioteca, desporto... é transversal a toda a autarquia, desde o Eco escolas ao Desporto Escolar à Rede de Bibliotecas da Lousã (que eram doze, mas com o fecho da escola dos Pegos passaram a ser 11).

**Não seria importante manter esse espaço de leitura?**

Através da eventual cedência desse espaço ao centro social do pinhal talvez se possa manter essa e outras valências.

**10) Em sua opinião até onde deve ir a intervenção do poder municipal nos Agrupamentos/Escolas/Mega Agrupamentos?**

Uma pergunta bastante pertinente. Penso muitas vezes nisso. De facto, na minha opinião, a estratégia de desenvolvimento de um município deve estar entregue ao órgão de poder local e, portanto, aos executivos democraticamente eleitos – que é quem tem a responsabilidade e a obrigação de implementar a estratégia que apresentaram em sufrágio aos eleitores. Portanto, os agentes que estão no terreno devem - dentro daquilo que são, evidentemente, as regras das relações democráticas - respeitar de certa forma a estratégia do Executivo. É evidente que para isso a CM, os órgãos eleitos e os membros do executivo não podem pura e simplesmente impor a sua vontade às próprias mecânicas e dinâmicas já instituídas, principalmente se forem dinâmicas de sucesso, como é o caso da Lousã. Nós não temos essa visão taxativa da estratégia a longo prazo, temos uma visão a longo prazo mas não fechada e nunca de imposição, precisamente porque sabemos que as dinâmicas que estão implementadas já há longos anos, têm sido em parceria e de qualidade. Quando delineamos a nossa estratégia foi já a pensar no potencial humano e educativo que existia na própria escola. Sendo assim não há nada para impor, antes pelo contrário. Queremos estar próximos e servir.

Só para terminar o raciocínio: normalmente, e conheço outros municípios em que isso acontece e que é uma perversidade da democracia - estando a culpa às vezes do lado do executivo mas às vezes também está do lado dos próprios agentes sejam eles da educação, da saúde, da justiça, do tecido desportivo, etc. - colocam-se os interesses das pessoas individualmente à frente dos interesses institucionais, que são superiores. Por exemplo: a direção de uma escola, eleita democraticamente, apresenta uma proposta ao conselho geral. Esse conselho geral, depois até da avaliação dessa mesma proposta em conselho pedagógico, emana para os departamentos a proposta para implementação. Mas, depois, há 3 ou 4 departamentos que não concordam com a proposta e, portanto, não a implementam. Isto é uma perversidade da democracia. Isto não é democracia.

**11) Qual a posição da C.M.L. relativamente ao ensino profissional? Há parcerias? Quais?**

Como já foi referido, já somos sócios da Escola Profissional da Lousã, o que revela esta necessidade estratégica e visão, de manter no concelho uma resposta formativa profissional. Temos parcerias coma a escola profissional, com o instituto de emprego e formação profissional, temos inclusivamente neste momento, alguns cursos a decorrer no âmbito da educação e formação de adultos, com a escola nacional de bombeiro e com o seu Centro de Novas Oportunidades.

**12) Como é que a C.M.L. tem olhado para a educação ao longo da vida no Concelho? Que projetos?**

A educação ao longo da vida é fundamental para a qualidade de vida do individuo e da comunidade. Com isto promove-se o desenvolvimento. O Conhecimento e a Cultura, o Desporto e a ludicidade são um caminho para a felicidade e para o bem-estar, mas também para o desenvolvimento económico e social, de uma maneira geral. Há já várias respostas sociais nesse sentido: os projetos

que estão direcionados para a infância, os adolescentes, os jovens, os adultos e os seniores. Destaco, por exemplo, os Mimosinhos dos Avós, em parceria com a ADRAS, onde são facultadas aulas de pintura, teatro, dança, ginástica, música, História, etc.; mas também para as crianças e os jovens: as Férias Ativas, as “conversas com...”, os workshops e palestras direcionados às várias faixas etárias, são sempre momentos formativos (mesmo que, aparentemente, tenham um enquadramento de ocupação de tempos livres, de entretenimento).

**13) Como funciona o Conselho Municipal de Educação? Quais as vantagens e desvantagens para a política local?**

Não vejo desvantagens, sinceramente não vejo desvantagens para a política local pelo contrário, com esta visão com este conceito de ação política que nós temos. Funciona muito bem. Não fazemos nada que seja contra a vontade dos nossos parceiros, não utilizamos a educação para fazer partidarites ou aquilo que é designada por politiquice, pode haver erros, isso sim, que tenham acontecido mas isso é raro e faz parte da condição humana, mas o CMEL, nós fizemos uma reestruturação há 2 anos, que já foi aprovada, em que decidimos incluir os presidentes dos conselhos gerais, não tinha lógica não estarem presentes é o órgão máximo de cada Agrupamento/escola incluímos a direção do Agrupamento/Escolas, incluímos representantes dos professores dos diferentes ciclos, os 4 níveis, e das diferentes instituições de ensino além disso faz parte o centro de emprego o representante da CML da Juventude e desporto, a CPCJ e todos os outros elementos.

Só tem vantagens pois as decisões que são emanadas daquele órgão são decisões que todas as instituições que estão no terreno concordam, até mesmo politicamente só tem vantagens ou seja politicamente é outra coisa, em termos eleitorais.

**IV-PERSPECTIVAS FUTURAS**

**14) Como vê a participação da Administração Local na definição política da educação e na organização das ofertas educativas?**

**Concorda com os que defendem que a Educação tem que ter, cada vez mais, uma participação dos órgãos da Administração Local, que, pela proximidade e pelo conhecimento da área envolvida, podem contribuir para uma educação e formação em sintonia com as características do Concelho?**

Muito bem é uma boa pergunta. Recolocava aqui o que disse anteriormente: quando o executivo é eleito deve implementar a proposta que durante a campanha apresentou aos munícipes. Nós apresentámos uma visão para o concelho. Iniciámos um novo ciclo, até porque a fase em que se estava era, de facto, o início de um novo ciclo. Infelizmente, a conjuntura atual é pior até do que aquilo que estávamos à espera, mas estão aqui as grandes linhas de atuação (mostrando o programa eleitoral) do nosso executivo e desta equipa. Apesar da saída do Dr. Fernando Carvalho os objetivos não vão alterar por essa razão. A não ser por contingências que nos transcendem e limitam a nossa decisão. Como aliás foi o caso, nomeadamente da construção do parque desportivo e de lazer, foi-nos negada porque não há QREN para as autarquias... Mas os objetivos não são deste ou daquele ator/decisor. Os objetivos são de acordo com um projeto para o Concelho que, neste caso, o Partido Socialista tem para a Lousã.

**Em relação à carta Educativa...?**

Eu nunca concordei com a Carta Educativa, e ela neste momento está desatualizada e estamos a trabalhar nela. No entanto temos dito ao Ministério da Educação que só pegamos na Carta Educativa quando a Escola nova estiver pronta, porquê? Porque a Carta educativa, e era isso que a oposição estava a defender quando vieram aqui os professores à assembleia municipal - e que não correu nada bem, devo dizer, não ficaram nada bem na imagem que transmitiram e mesmo e os professores notaram isso, mais uma vez estava a ser uma questão partidária eleitoralista com uma questão que é superior para o concelho.

Foi proposto à assembleia municipal aprovar a decisão que tinha saído do CMEL, porque a CML antecipou-se àquilo que pensava que iria ser comunicado aos agrupamentos, que era a decisão do Mega Agrupamento. Nós, para não ficarmos amarrados à decisão do Ministério e para não sermos acusados de inação, antecipamos a reunião do CMEL para caso a DREC nos comunicasse que tínhamos 5 ou 10 dias para nos pronunciarmos, não estarmos a marcar um CMEL urgente que podia até nem ter quórum e pudéssemos aprovar uma tomada de posição. Foi isso que fizemos: antecipamo-nos, marcámos reunião de CMEL e assumimos uma tomada de posição em unanimidade. Essa tomada de posição foi proposta pelo presidente da assembleia para ser votada pela Assembleia Municipal. Mas houve uma proposta de uma bancada de outro partido da oposição que propôs rever-se a carta educativa. Ora, o CMEL é contra a revisão dessa Carta porque rever a Carta educativa é dar aso para que se faça a reestruturação que o ministério quer para o nosso concelho e nós não queremos moldar o nosso concelho às orientações nacionais que não conhecem o

terreno que não sabem as dinâmicas que estão aqui implementadas e além disso com medidas que não iriam garantir nenhuma poupança ao erário publico, pelo contrário.

Além da atualização a Carta educativa tem que ter mais do que isso, tem de ser um projeto concelhio, educativo, estratégico e integrado. Será uma Carta Educativa de “3.ª Geração”. Temos que a rever mas como o nosso “timing”.

**15) Como perspectiva o futuro da educação no município da Lousã?**

**Quais as perspectivas, para o futuro, no domínio da educação?**

Bem, a nossa perspectiva é criar um projeto educativo concelhio, centrado no individuo e no capital humano e, conseqüentemente, no capital social. Temos vindo a abordar esta estratégia com os diferentes parceiros e agentes e todos se revelam de acordo com isso. É evidente que pegando nas linhas gerais dos conteúdos programáticas que são emanados pelo próprio ministério, como é evidente, mas, naquilo que for a nossa possibilidade, introduzir orientações, até objetivos para o individuo e para a comunidade, acerca do que queremos “do” e “para o” cidadão lousanense no futuro. O nosso objetivo é ficar com as pessoas aqui, fixa-las aqui. Não queremos que emigrem. A Lousã tem um forte potencial económico por explorar em várias áreas e setores de exploração. Claro que não prevemos construir hospitais na Lousã, nem mais tribunais, mas tencionamos promover esta fixação dos nossos jovens através da promoção do empreendedorismo e da atração de empresas e negócios para o nosso Concelho.

Relativamente às políticas de Educação, tencionamos manter esta estratégia de promoção da Lousã “para dentro”. A Educação é o principal setor de promoção de desenvolvimento, de progresso, nos professores temos os principais agentes de promoção de desenvolvimento e progresso. Mas todos somos agentes de mudança. As nossas crianças, curiosamente, são agentes muito dinâmicos de mudança: quando levam para a família os comportamentos, as atitudes, os conhecimentos que são adquiridos na escola. Mas é preciso estimular o cidadão a participar civicamente, a participar nos eventos e nas atividades que vamos promovendo. Tencionamos, simultaneamente, prosseguir a promoção do empreendedorismo também a partir da escola: com as novas tecnologias de educação conseguimos projetar a Lousã, valorizar o trabalho que os docentes e os técnicos da educação têm vindo a desenvolver, alterar consideravelmente o paradigma da sala de aula (conferindo-lhe modernidade, atualidade) o que melhorou qualitativamente a motivação e o interesse da esmagadora maioria dos alunos. Temos um protocolo interessante que esta a ser analisado e estudado por nós: estamos a estabelecer contactos com um consorcio de empresas que operam na área das TIC e que estão interessadas em estabelecer na Lousã um “living lab” (um laboratório vivo) onde possam testar os seus produtos e serviços e receber contributos dos professores, avaliar e melhorar esses mesmos produtos e serviços.

Para além de tudo isto, valorizamos a humanização da sociedade, a ecologia e a sustentabilidade, o equilíbrio e a harmonia sociais, e queremos garantir que estes princípios e valores estejam plasmados no projeto educativo concelhio.

Basicamente, são estes os grandes desafios.

**16) Gostaria que comentasse o conteúdo de um pequeno texto que diz respeito a uma nova possibilidade de organização da educação (dar o texto a ler).**

É esta a nossa visão!

**O que de mais interessante vê nessa ideia dos centros cívico-educativos?**

É de facto esta pluralidade de ofertas e de capacidade e de promoção de várias respostas formativas a todas as pessoas, a todos os municípios que pretendemos proporcionar. Neste momento, por exemplo, estamos a estudar um projeto que me parece de grande importância: trata-se de uma “escola de pais”. Em princípio, a sua base física será a Biblioteca Municipal

**E porque não na escola?**

Por exemplo, pode ser.

**Tem espaços que só são aproveitados até perto das 18 horas. E não só as salas mas também os espaços de lazer/desportivos que podiam ser abertos á comunidade em geral.**

Concordo. Aliás, nós abrimos os espaços da Escola de Casal de Santo António: está aberto para que as pessoas possam usufruir do parque infantil ao fim de semana. Vir a implementar esta oferta em todas as escolas talvez não se justificasse. Há escolas que têm outras ofertas nas suas imediações.

**Como se poderia tornar essa ideia relevante e viável?**

Os espaços e equipamentos desportivos, cívicos, culturais podem ser usados como espaços formativos. Qual tem sido a nossa dificuldade? Motivar a população para aderir a esses momentos.

**Quais as dificuldades e a possibilidades da Lousã evoluir no sentido de organizar a educação no município de acordo com o conceito de centros cívico-educativos?**

Nós sentimos pouca mobilização. Temos um tecido associativo bastante diversificado. No desporto conseguimos ter taxas de participação muito positivas assim como em alguns momentos e atividades culturais. A dificuldade está em aumentar a adesão das pessoas aos eventos mais eruditos e, de resto, não é só um problema da Lousã.

**Será falta de Comunicação/Informação?**

É verdade, poderá ser! Mas nós utilizamos variadas formas para tentar chegar às pessoas: jornais, newsletter, agenda municipal, redes sociais, folha da água, site da Câmara...

**Então o que está a falhar?**

Acho que as pessoas habituaram-se a que seja tudo de graça desde há muitos anos a esta parte, eu acho que é por isso, “se é grátis não vou”... não valorizam. Fizemos um inquérito quando cheguei à CML, aos alunos da escola secundária e da escola profissional e havia uma pergunta que era: o que achas que faz falta na Lousã? E havia uma série de opções e as mais escolhidas foram a Pousada da Juventude, que já havia, e o MacDonalds. Se fizeres o mesmo inquérito noutros concelhos aqui à volta, falta o karaté, falta uma academia de música. Nós temos uma dinâmica muito interessante e as pessoas não valorizam. E tem sido dramático e os nichos elitistas eruditos são os piores, quando se faz alguma coisa para esses nichos, os que criticam dizendo que não há nada depois nunca vão. Já tive essa experiência. Com o cinema por exemplo, nós temos os filmes em fita a passar 3 ou 4 semanas depois de estrearem, alguns até menos tempo depois da estreia, claro a oferta aqui não interessa não há Macdonalds, não há Coca-Cola nem pipocas, vou ver a Coimbra. Além disso não preciso de estar com atenção ao filme, tenho-o na internet. Apesar de tudo, construir comunidades não é como construir estradas, nem rotundas. Estamos a fazer um caminho e acredito que daqui a poucos anos veremos o resultado desta estratégia.

**ENTREVISTA: DIRETORA DA ESCOLA SECUNDÀRIA**

**18-07-2012**

**I-APRESENTAÇÃO**

Optei por este tema de investigação “**Cidade Educadora - Organização em Centros Cívicos Educativos – Uma proposta para a Lousã**” por ser um Concelho que conheço bem, porque sinto que há uma dinâmica educativa implementada e que poderá ser otimizada e porque pressinto abertura e empenho por parte dos Dirigentes Locais, das Escolas e dos mais variados Grupos Sociais e Instituições/Associações, em se comprometerem com a educação, visando a construção de um futuro melhor, mais justo e solidário para todos.

**II-IDENTIFICAÇÃO**

**1) Há quanto tempo ocupa o cargo de diretor escolar, e quais têm sido suas prioridades nessa administração?**

Nesta nova designação de diretor estou no 4º ano, embora já tenha sido anteriormente presidente do Conselho Executivo. Tempo seguido, desde 1997 que ocupo cargos de direção, como presidente foi um mandato de presidente executivo e agora como diretora. As prioridades têm sido essencialmente o sucesso dos alunos, diversificar a oferta educativa (curso CEF, profissionais, EFA,...) investimos nessa parte de oferta e ao nível da melhoria das aprendizagens com estratégias além dos apoios, vários projetos com o sentido de envolver a comunidade escolar. E também uma aposta em parcerias e uma grande abertura à comunidade.

**2) Como vê os Mega agrupamentos? Qual a melhor organização para a Lousã? Um mega agrupamento, dois agrupamentos ou outra possibilidade?**

Os Mega agrupamento são unicamente para poupar recursos, unicamente economicista, não havendo ao nível pedagógico qualquer tipo de critérios. Não vejo nenhuma melhoria nas escolas, percursos, ... não se verificando melhorias sendo uma escola tipo empresa que tem alguém a comandar que não conhece ninguém e como eu gosto do que faço estou no terreno e sei quem é aquele aluno ou aquele professor e conhecemo-los pelos nomes, como pessoas. Temos uma gestão de proximidade e é nessa gestão que nós sentimos os problemas, tentamos resolver e sabemos o que estamos a fazer tentando fazer o melhor. Com os Mega agrupamentos, é uma gestão quase impossível neste sentido. É uma gestão sentada na secretária a tratar de números, perde-se completamente a parte educativa e os relacionamentos com as pessoas e com a identidade própria de cada escola. Juntar escolas com culturas diferentes, perde-se essa riqueza e não vejo nenhuma melhoria no sucesso das aprendizagens. Apenas se poupam recursos, e isso será uma poupança significativa? E depois perde-se em qualidade e só daqui a uns anos é que vamos ver aquilo que fizemos. Além disso os modelos que são apontados tipo Finlândia são escolas com pouquíssimos alunos cerca de 300 e se aqui juntarmos num Agrupamento são mais de 3000.

A melhor organização para a Lousã, como já temos estudado, seria de dois agrupamentos, a nível de alunos ficariam divididos ao nível de estruturas ainda não pensamos nisso como organizamos os níveis de ensino. Estamos a estudar isso, no entanto 2 agrupamentos é o melhor. Além disso só depois de sabermos os níveis e os alunos que a nova escola vai ter é que podemos ver quem agrupa com quem.

**III-CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO**

**2) Como caracteriza a educação no município?**

Eu acho que a Lousã faz um bom trabalho no âmbito da educação, a autarquia está muito disponível para trabalhar com as escolas, há uma boa parceria, há vários anos que temos uma boa programação/planificação através do projeto educativo concelhio que nos engloba no fundo a todos e como há bom diálogo temos uma boa planificação e todos colaboramos. Quando precisamos de determinadas coisas a autarquia colabora, quando a autarquia necessita de alguma coisa nós também estamos disponíveis havendo sempre essa ligação que depois resulta em atividades com sucesso. Por exemplo, há atividades que a Câmara tem na sua programação, como a semana da juventude, das ciências em que se as escolas não participassem haveria ali momentos em que nada se passaria. Há uma boa colaboração por parte de toda a escola que aproveita esses espaços para se mostrar apresentando trabalhos à família e à comunidade em geral. Essa aposta em várias atividades resulta no concelho, quer eventos culturais, musicais, a própria rede de bibliotecas funciona muito bem com muitas atividades e concursos.

Também já tivemos parcerias de curso que a escola não tendo instalações adequadas criaram-se parcerias e realizaram-se com a colaboração da autarquia.

**3) Qual o balanço que faz sobre a educação municipal nos últimos dez anos?**

Tem sido muito positivo e tem vindo a aumentar as parcerias e o diálogo que se tem vindo a aperfeiçoar, por exemplo este último ano (2011/2012) a planificação das atividades e dos timings foram atempadamente definidos de acordo com o calendário escolar o que permitiu uma melhor articulação e planificação. O plano de atividades da Câmara foi realizado de acordo com os calendários das escolas.

**4)Quais os aspetos que mais tem influenciado positivamente a educação no município?**

Esta pergunta foi sendo respondida anteriormente.

**5)Qual ou quais dificuldade (s) que a educação municipal enfrenta atualmente, e de que forma a autarquia procura resolver esses problemas?**

As dificuldades normalmente são financeiras, a autarquia tem resolvido sempre o que tem podido, estou a falar ao nível de transportes para atividades com os alunos, penso que já foi melhor, quando solicitada a autarquia resolvia facilmente o transporte dos alunos, o que não se passava noutras autarquias. Tem vindo a notar-se uma falta de recursos estando a ficar mais difícil. Mas está sempre disponível. Ainda este ano estivemos envolvidos no Projeto Comenius e já tivemos duas deslocações e a autarquia ofereceu as lembranças e depois quando recebemos os nossos parceiros e a autarquia arranjou alojamentos na pousada de juventude. As dificuldades são mesmo com a falta de recursos que a autarquia enfrenta. Quando não faz é porque não é mesmo possível.

**6)Para além das escolas, quais são as instituições que mais dinamizam a educação no município. Porque elas?**

Contamos com outras associações, associação dos 5 lugares ACTIVAR, a ADIC, a ARCIL, a Misericórdia. A associação dos 5 lugares está a funcionar muito bem estando a apoiar-nos no acompanhamento psicológico a alunos e até aos pais.

Nota-se grande abertura entre a escola e essas instituições criando-se parcerias complementando-se. Disponibilizamos os nossos recursos havendo grandes dinâmicas de entajuda no desenvolvimento de projetos pontuais.

**7)Quais as principais ofertas educativas que esta escola/agrupamento promove?**

As principais ofertas, a escola já há alguns anos vem desenvolvendo uma política de oferta de alternativas para os alunos que não conseguem fazer o percurso regular e nesse sentido abrimos os cursos de educação formação (CEF), depois os cursos profissionais que neste momento o CEF já acabou e autorizaram-nos abrir duas turmas de cursos profissionais e ensino noturno fechou na Lousã, que já vinha a funcionar desde o início década de 80. Terminou porque já tínhamos pouca procura por parte dos alunos e pelas exigências legais de criar turmas muito grandes, o que no caso do ensino noturno é difícil conseguir. Por outro lado os alunos já vão tendo mais formação e os próprios Centros de Novas Oportunidades e a certificação de competências também devem ter tirado a necessidade de que alguns alunos tinham em terminar o seu percurso académico.

Com a organização por módulos também se verificou uma diminuição, pois já não era tão fácil acabar as disciplinas em falta.

Na realidade já no ano passado conseguimos fazer uma turma com 25 alunos mas como as respostas tardaram quando se verificou a autorização já só tínhamos 20 o que depois inviabilizou a criação dessa turma. E foram 20 alunos que ficaram sem a oportunidade de aumentar as suas habilitações. Os outros cursos estavam a terminar, estavam já no terceiro ano e tinham pouquíssimos alunos. Penso que por isso este ano, mas também a nível central penso que já estava tomada essa decisão e assim vamos deixar de ter essa oferta e vamos deixar de ter o CEF para o terceiro ciclo e neste momento só temos os profissionais nas áreas de gestão, eletrónica e energias renováveis para a qual temos bons recursos materiais e deixámos de ter recursos humanos, por aposentações (no caso dos dois últimos cursos apontados). Espero é que estes cursos também não terminem de repente se não ficamos com os equipamentos e sem respostas.

A aposta da oferta educativa tem sido até aqui de certo modo diversificada e neste momento estamos a sentir um bocadinho atrofiados, ou seja, o que vamos fazer aos alunos do 3º ciclo, e já este ano, que pelo seu percurso e as retenções que obtiveram necessitavam de outros caminhos, como não estávamos a contar com o fecho dos CEF que nos ia dando as respostas necessárias e nem pensamos nos Percursos Curriculares Alternativos (PCA) e o prazo das candidaturas já terminou. No ano passado tínhamos 3 turmas CEF, assim sendo, não temos nenhuma oferta para o 3º ciclo este ano o que não vai ser fácil porque sabemos que temos alunos que não vão acompanhar o currículo normal. Temos de pensar noutras alternativas. Embora através de outros colegas tive conhecimento que alguns PCA também encerraram. Não se compreende esta falta de opções variadas quando se aumenta a escolaridade obrigatória. E os alunos que frequentam ou frequentavam os CEF e Cursos Profissionais demonstraram grandes aptidões pela parte mais prática, tendo sido muito fácil integrá-los nas empresas para a realização de estágios.

**8)A escola/agrupamento possui parcerias com instituições, no sentido de potenciar melhor oferta educativa? Quais? De que tipo? É fácil estabelecer parcerias no município?**



Essas parcerias todas já referidas são muito fáceis de estabelecer devido a uma grande abertura de todos os envolvidos.

**9) Como é que a autarquia tem olhado para a Educação de Jovens e Adultos no município? Que projetos ou iniciativas promove? Quais os projetos que apoia? De que modo?**

No nosso caso, sempre que temos alguma iniciativa a câmara ajuda e promove dependendo da solicitação e da sua disponibilidade. Tem havido algumas turmas que se debruçam sobre problemas do concelho (no caso do secundário) e são por vezes convidados os representantes da autarquia (presidente ou vereadores) e eles vêm falar com os nossos jovens. Embora não estejam tão ligados ao ensino secundário, o ensino que esta escola no fundo ministra, não estão alheados em relação a esta faixa e há projetos comuns. E nota-se que é um concelho preocupado com a educação.

**10) Como vê o Conselho Municipal de Educação?**

Neste momento já tem vários elementos do qual não faziam parte, nomeadamente os representantes dos Conselhos Gerais e as Direções das Escolas que a autarquia achou por bem integrar neste órgão. O conselho municipal de educação funciona e funciona bem. Tem as reuniões regulares e todos os problemas de educação do concelho são lá debatidos

**11) Na sua opinião quais são os principais aspetos negativos do funcionamento do Conselho Municipal de Educação?**

Não estou a ver neste momento nenhum aspeto negativo do funcionamento do conselho municipal de educação. Reúne sempre que necessário e está atento, emitindo as suas opiniões e foi muito importante agora na questão da agregação (Mega agrupamento) reunimos e foi interessante saber as opiniões de todos os intervenientes notando-se uma convergência e consenso sobre os caminhos a adotar e trabalhamos todos para o mesmo, no fundo será uma política concertada do concelho que promove este consenso sentindo-se que se trabalha em educação e que há resultados.

**12) Na sua opinião quais são os principais aspetos positivos do funcionamento do Conselho Municipal de Educação?**

Os aspetos positivos são a obtenção de um espaço em que as pessoas estão lá e debatem os assuntos pertinentes e é lá que se define o que é melhor para o concelho estando todos a trabalhar para o mesmo.

**13) Na sua opinião a Lousã oferece espaços educativos (rua de lazer, praça, parque, bibliotecas) suficientes e adequados a sua população?**

Eu acho que sim oferece bastantes coisas, a biblioteca está bem equipada, houve um grupo de alunos nosso que trabalhou neste sentido e que chegaram à conclusão que não havia muitos espaços de lazer, mas ao nível dos espaços educativos tem; os museus, o parque Carlos Reis é lindíssimo, talvez a falta de um espaço verde de lazer embora temos muita serra verde. Talvez não seja suficiente mas adequado à população.

#### **IV-PERSPECTIVAS FUTURAS**

**15) Como se poderia, na sua opinião, mobilizar a população da Lousã para ampliar as ações comunitárias de lazer, de encontros, para uma convivência social cidadã e mais saudável, visando a construção e de uma cidadania participativa e a um viver com mais paz, como propõe os princípios da Cidade Educadora, a UNESCO e outros Organismos Governamentais e Não Governamentais?**

Eu acho que a Lousã já faz qualquer coisa neste sentido, no entanto, sinto que não é um problema da Lousã mas um problema nacional. Os jovens cada vez ficam mais em casa agarrados aos telemóveis e computadores a comunicarem mas à distância. Este não é um problema da Lousã e um problema geral que está a acontecer na sociedade e principalmente nos jovens antigamente era uma idade de rebeldia. Em casa é que está tudo.

A população da Lousã podia ser mobilizada facilmente, por outro lado, neste momento a Lousã tem muita gente que não é propriamente de cá, a Lousã deixou de ter uma identidade lousanense, sendo assim mais difícil a sua mobilização.

**16) Na sua opinião o município encontra dificuldades na participação ativa dos cidadãos nas suas decisões? Quais?**

De uma maneira geral nas iniciativas que a autarquia realiza há alguma participação. Quando a câmara aposta numa nova atividade eu acho que as pessoas estão lá que vão, até nas coisas de menor dimensão por exemplo no auditório.

**17) Gostaria que me desse a sua opinião sobre um pequeno texto que diz respeito a um novo paradigma da educação.**

**- O que mais de interessante vê nessa ideia dos centros cívico-educativos?**

O mais interessante é que como sabemos a escola não consegue dar resposta a tudo, embora tentem ou seja a escola é quase obrigada a dar resposta a tudo, além da transmissão de conhecimentos para o qual estava vocacionada através dos professores mas a escola não tem capacidade para dar resposta aos vários aspetos sociais que nos aparecem. Como sabemos, as escolas não têm técnicos como por exemplo psicólogos. Por isso se nos conseguíssemos organizar de outro modo, criando interação com outros organismos talvez fosse o ideal para dar uma melhor resposta a todos os alunos.

**- Como poderia tornar essa ideia relevante e viável?**

No fundo nós já funcionamos um bocadinho neste sentido, embora não lhe chamando ou sabendo que é um centro-cívico educativo, mas procuramos as parcerias necessárias para resolver os nossos problemas.

Para mim o ideal era a própria escola ter técnicos de apoio logo à partida, pois só os professores não chegam, fomentando na mesma as variadas parcerias.

**- Agrada-lhe esta ideia para a Lousã? Porquê?**

Sim, a filosofia do concelho é essa, funcionamos um bocado assim.

**- Acha que na Lousã estão criadas ou facilmente serão criadas as condições para a implementação destes Centros cívico-educativos?**

Sim, eu acho que sim, apenas deveria haver outro tipo de organização pois há varias instituições a trabalhar bem havendo dinâmicas e podiam ser otimizadas.

**- Quem deveria tomar a iniciativa para implementar e coordenar esses centros?**

Talvez a autarquia, sim necessitando haver uma coordenação só a autarquia.

**- Que recursos poderiam disponibilizar?**

Recursos humanos e físicos, ou seja, tudo, como na realidade já disponibilizamos todos os nossos recursos.

## **ENTREVISTA: DIRETORA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA LOUSÃ**

**1-08-2012**

### **I-APRESENTAÇÃO**

Opetei por este tema de investigação “**Cidade Educadora - Organização em Centros Cívicos Educativos – Uma proposta para a Lousã**” por ser um Concelho que conheço bem, porque sinto que há uma dinâmica educativa implementada e que poderá ser otimizada e porque pressinto abertura e empenho por parte dos Dirigentes Locais, das Escolas e dos mais variados Grupos Sociais e Instituições/Associações, em se comprometerem com a educação, visando a construção de um futuro melhor, mais justo e solidário para todos.

### **II-IDENTIFICAÇÃO**

#### **1) Há quanto tempo ocupa o cargo de diretor escolar, e quais têm sido suas prioridades nessa administração?**

Desempenho funções de gestão desde 2002, inicialmente como presidente do conselho diretivo, conselho executivo só mais recentemente diretora. Assumi a direção da escola numa lógica de continuidade, numa equipa que tinha estado seis anos na direção da escola. Essa equipa tinha tido um trabalho difícil, mas absolutamente estruturante, de organizar e disciplinar o serviço educativo e de consolidar a implementação da Escola Inclusiva, conceito em que o Concelho da Lousã foi pioneiro. Deu também os primeiros passos na implementação das tecnologias na educação. As prioridades para mim e para a nova equipa foram, numa primeira fase, dar continuidade ao projeto de escola inclusiva e fazer dele uma marca distintiva da nossa oferta educativa, implementar, formalmente, o ensino das tecnologias desde o 5º ano de escolaridade, combater o abandono escolar e diversificar as ofertas da escola, nomeadamente através de um amplo leque de atividades extracurriculares, artísticas e desportivas e de ligação ao meio; numa segunda fase, e já em agrupamento, a grande prioridade foi consolidar/ criar redes de trabalho colaborativo e de parceria no concelho, com a autarquia, os pais, Arcil, instituições culturais e desportivas, de saúde, de segurança, e todos os agentes educativos; Ter um papel ativo no projeto educativo concelhio, criar um plano de atividades do concelho, envolvendo os diferentes agentes. Colocar a educação no centro das prioridades do Concelho, abrir a escola à comunidade, porque é parte e responsabilidade integrante dela, trabalhar em rede, criar redes, desenvolver projetos locais, nacionais e internacionais. Ser uma escola para todos, global, cultural, plural e democrática. Por último – the last but not the least – e depois de termos conseguido combater o abandono, trazer todas as crianças para a escola, definimos como prioridade criar também espaços de discriminação positiva, isto é, dar espaço aos alunos com dons e capacidades especiais a possibilidade de avançarem de acordo com essas capacidades: Inscreveram-se nesta prioridade a implementação e incentivo de Planos de Desenvolvimento, os projetos eTwinning, Microsoft, Estudar é bué, clubes, etc. Já neste ano letivo, a criação de uma turma de ensino integrado de música, em protocolo com o conservatório de Coimbra é mais um exemplo desse esforço de diversificar ofertas. O nosso modelo organizacional “cama-de-gato” representa para nós exatamente isto. Tomando como metáfora do aluno o fio inicial, quanto mais interações usufruir, mais plástico e complexo será o produto final, que não é um modelo formatado, mas um modelo dinâmico e único. Na verdade, acreditamos, utopicamente dizem muitos, mas que seria de nós sem a utopia, que cada comunidade é o reflexo da Escola que é. E que se a escola não for um espaço em que se cresce a agir sobre o mundo, refletir sobre e a transformá-lo, dificilmente as comunidades o serão.

Cito um parágrafo que faz parte do nosso projeto educativo, porque creio que ilustra o que temos estado a conversar “*Pretende-se que as opções aqui assumidas deem corpo à ideia de uma educação sustentável, num compromisso da escola com as suas raízes locais, culturais, nacionais e multiculturais, e no compromisso que assume com o futuro do meio, de cada jovem e da Terra que é bem e responsabilidade de todos. Não comprometer estes princípios só é possível educando para o conhecimento, para o respeito pelos saberes, para uma apreciação estética do que nos rodeia, para a cidadania, para o sentido de apropriação do Mundo como espaço de mudança em que cada um é um agente ativo e criativo, para uma participação responsável de todos*”

#### **2) Como vê os Mega agrupamentos? Qual a melhor organização para a Lousã? Um mega agrupamento, dois agrupamentos ou outra possibilidade?**

Retiremos o Mega, é esse conceito que é perverso. O agrupamento das escolas foi necessário para combater o isolamento de escolas, sobretudo de 1º ciclo, gera dinâmicas de articulação entre ciclos desejáveis e necessárias, confere uma escala diferente ao ato educativo e aos projetos a desenvolver, co-responsabiliza os diferentes agentes, promove dinâmicas de grupo essenciais e estruturantes: trabalhar em equipa é sempre muito mais do que a mera soma das partes, trabalhar em equipa ajuda à correção das fraquezas do grupo e fortalece e potencia as melhores capacidades. Mas, para que isto aconteça, size matters, é fundamental que a dimensão dos agrupamentos se mantenha no limite da capacidade de gerar as interações necessárias ao funcionamento de proximidade; Quando os agrupamentos passam a “mega”: dezenas de edifícios dispersos, uma direção deslocada com dificuldade de se descentralizar, uma população escolar dilatada, acaba por se voltar ao modelo antigo do isolamento, em que o papel

desempenhado pelas direções regionais, cães ou as velhinhas delegações escolares passa a ser representado pela sede do agrupamento: esvai-se a relação de pertença, de enraizamento, de matriz e volta-se a funcionar no modelo anterior, cada um por si. O que é um agrupamento “Mega”? Depende de muitos fatores: 2000 alunos num único edifício, não é o mesmo que 2000 espalhados por 20. Não é comparável. Por isso defendo que compete a cada comunidade definir qual a melhor forma de funcionamento. Na Lousã, neste momento, creio que o modelo desejável é funcionarem dois agrupamentos, com cerca de 1300 alunos cada, fazendo, como até agora, a articulação das ofertas em sede de projeto educativo concelhio e Conselho Municipal de Educação. Daqui a alguns anos, com a concentração dos alunos num centro educativo, e caso a população venha a diminuir – tendência não tem sido essa – poderá vir a fazer sentido haver um único agrupamento. Para já esse modelo será prejudicial à educação na Lousã.

### **III-CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO**

**2) Como caracteriza a educação no município?**

**3) Qual o balanço que faz sobre a educação municipal nos últimos dez anos?**

**4) Quais os aspetos que mais tem influenciado positivamente a educação no município?**

**5) Qual ou quais dificuldade (s) que a educação municipal enfrenta atualmente, e de que forma a autarquia procura resolver esses problemas?**

Se me permites, respondo a estas 4 perguntas em conjunto; A Educação tem sido uma das grandes prioridades deste município, que investi, na minha opinião com grande visão, em não ser um concelho dormitório de Coimbra, risco que correu, seriamente, nos anos 90, quer pela proximidade de Coimbra, quer por ser um lugar aprazível, quer, ainda, pelo custo da habitação e pelos acessos – comboio e promessa de metro. O cuidado com o parque escolar foi notório, nestes últimos 15 anos, a criação de infraestruturas e serviços de apoio às famílias também. Transportes, refeições, atividades extra curriculares, bibliotecas, investimento em tecnologias de informação e comunicação, sobretudo no 1º ciclo, apoio às associações culturais e recreativas e desportivas, apoio às atividades culturais e deslocações dos alunos, apoio a projetos, criação do projeto educativo concelhio em articulação com todos os agentes educativos, bom funcionamento da CPCJ e do Conselho Consultivo para a juventude, aprovação da Carta Educativa, envolvimento ativo na definição da rede escolar tendo em vista os interesses de todos os parceiros. Este trabalho em rede, o grande investimento em estabelecer parcerias, articular atividades, é um ponto forte do funcionamento da educação no Município; outro fator muito positivo é a perceção e valorização, por parte do município, da importância da educação para o concelho e a valorização e reconhecimento do trabalho das escolas e dos docentes. Creio que a maior dificuldade que a educação municipal enfrenta é a sobrelotação do parque escolar, sobretudo das escolas centrais, o atraso na obra da escola nova e os cortes orçamentais que se irão refletir em todos os apoios ao nível de transportes, atividades, equipamento informático, material escolar e de funcionários.

**6) Para além das escolas, quais são as instituições que mais dinamizam a educação no município. Porque elas?**

Todas as instituições que se articulam nesta “rede”: Câmara, em primeiro lugar, Arcil, em segundo, IPSSs, Associações recreativas e culturais e desportivas, setor da saúde, do emprego, da segurança social, da proteção civil, da proteção de crianças e jovens. De salientar, também, o papel das empresas locais de maior envergadura, que apoiam diversos projetos da educação.

**7) Quais as principais ofertas educativas que esta escola/agrupamento promove?**

Para além do currículo nacional, a Escola tem tentado diversificar ao máximo as experiências dos alunos, de modo a que possam, não só desenvolver o máximo de competências e de vivências do mundo, mas também identificar melhor as suas capacidades e aptidões. A música, o desporto, e o inglês são oferta desde a Educação Pré-escolar. O espanhol é uma terceira língua que é oferecida a partir do 3º ciclo. Também a música faz parte da oferta de escola até ao 9º ano. As “Tic” foram introduzidas no currículo, como disciplina de oferta de escola, desde o 5º ano de escolaridade, a par de oficinas de escrita e de leitura recreativa (de salientar que, com o atual desenho curricular, a escola perdeu várias destas possibilidades, o que é lamentável.) A escola tem ainda uma unidade de ensino estruturado e uma de multideficiência, para dar respostas às situações mais severas de NEE, bem como Português e Matemática funcional. Ao nível das atividades extracurriculares, a escola tem oferecido, de acordo com os recursos que tem em cada ano, dança, música, orquestra, clube de rock, culinária, xadrez, ginástica rítmica, andebol, basquetebol, natação, futebol, teatro, clubes de matemática, inglês, francês, espanhol, ciências, artes, costura e bordados, segurança, parlamento dos jovens, solidariedade, entre outros. Teve ainda, ao longo dos últimos 3 anos, curso de formação de adultos de língua portuguesa para estrangeiros.

**8) A escola/agrupamento possui parcerias com instituições, no sentido de potenciar melhor oferta educativa? Quais? De que tipo? É fácil estabelecer parcerias no município?**

A Escola tem parcerias com uma série de instituições e organismos locais, regionais, nacionais e internacionais, nomeadamente ao nível de projetos em que participa com outras escolas, do país e do mundo. É muito fácil estabelecer parcerias no concelho, porque o trabalho em rede faz parte da lógica municipal e da comunidade educativa, por isso é natural que as parcerias aconteçam, mais formais ou menos formais. (É importante referir que os pais são uma peça fundamental de todo este trabalho em rede e que estão implícitos em todas as referências ao trabalho colaborativo no concelho; as associações de pais/ representantes de pais reúnem periodicamente com a escola e com a autarquia, acompanham o projeto educativo e a avaliação de resultados dos alunos, bem como o plano de atividades.) A Escola está representada no Conselho Municipal de Educação, no Conselho Consultivo da Juventude, no Conselho Local de Ação Social, no Observatório Social, na CPCJ, na Rede Concelhia de Bibliotecas, no Conselho de Saúde, no Conselho de Proteção Cível, entre outros. Ao nível nacional, a escola esteve envolvida, e foi financiada, em projetos do Montepio, Gulbenkian, Microsoft, Eco-escolas, entre outros. Ao nível do *eTwinning* e do *Partners in Learning*, a escola estabeleceu parcerias e desenvolveu projetos com diversas escolas do mundo. Este tipo de articulação permitem alargar horizontes, potenciar as aprendizagens do currículo, abrir janelas que sozinhos não poderíamos abrir. (Por isso a escola escolheu para seu símbolo a cama-de-gato, como metáfora do trabalho colaborativo e articulado).

**9) Como é que a autarquia tem olhado para a Educação de Jovens e Adultos no município? Que projetos ou iniciativas promove? Quais os projetos que apoia? De que modo?**

**10) Como vê o Conselho Municipal de Educação?**

**11) Na sua opinião quais são os principais aspetos negativos do funcionamento do Conselho Municipal de Educação?**

**12) Na sua opinião quais são os principais aspetos positivos do funcionamento do Conselho Municipal de Educação?**

Respondo também a estas em conjunto: O Conselho Municipal de Educação foi um passo muito importante para os municípios, na minha opinião, e permitiu que a educação tivesse “corpo” e fosse centralizada na definição de prioridades das comunidades e não uma coisa que acontece por acaso. Permitiu que os parceiros tomassem maior consciência do papel da educação e do SEU papel na educação, que é, afinal, responsabilidade de todos. Na Lousã, por tudo o que já disse, o Conselho Municipal de Educação nasceu naturalmente, sem complicações. Creio que precisa agora de ser mais dinâmico, não deixar que o seu espaço seja uma mera formalidade. Neste momento, o CME da Lousã tem pela frente o grande desafio da definição da rede educativa do Concelho – a Lousã tem resistido até ao limite à implementação de um Agrupamento único – que seria “Mega” – e a atualização da Carta Educativa. Não menos exigente é o desafio – premente – de rever o Projeto Educativo Concelhio à luz dos desafios da Educação para o século XXI.

**13) Na sua opinião a Lousã oferece espaços educativos (rua de lazer, praça, parque, bibliotecas) suficientes e adequados a sua população?**

Faz parte da condição humana – e da ambição – querer sempre mais e melhor. Creio que a comunidade lousanense tem feito um enorme esforço para diversificar os espaços de oferta educativa: vejam-se as filarmónicas, a academia de música e a de bailado, a escola de concertinas, o grupo de teatro, as atividades da Rede de Bibliotecas, as feiras de juventude e educação, o Parque Carlos Reis, com o seu auditório ao ar livre, a Nave de Exposições, os museus, o cine-teatro, sempre disponível para as escolas, a agenda cultural, a “universidade da terceira idade”, a formação de adultos. No entanto, o Cine-teatro necessitaria de ser modernizado e a agenda cultural integrar uma oferta mais diversificada. O objetivo concelhio de educar públicos, diferentes públicos, para diferentes contextos, só pode ser concretizado, precisamente, através de ofertas diversificadas. A recente criação da turma do conservatório pretende, precisamente, criar condições para que, dentro de alguns anos, a Lousã possa ter, por exemplo, em parceria com o trabalho das filarmónicas, uma orquestra jovem. Mas também criar condições para que a Lousã possa ter jovens investigadores, em ligação com as empresas, por exemplo, e possa ter dinâmicas marcantes de preservação de património: o riquíssimo património natural e humano ligado à serra da Lousã.

#### **IV-PERSPECTIVAS FUTURAS**

**15) Como se poderia, na sua opinião, mobilizar a população da Lousã para ampliar as ações comunitárias de lazer, de encontros, para uma convivência social cidadã e mais saudável, visando a construção e de uma cidadania participativa e a um viver com mais paz, como propõe os princípios da Cidade Educadora, a UNESCO e outros Organismos Governamentais e Não Governamentais?**

**16) Na sua opinião o município encontra dificuldades na participação ativa dos cidadãos nas suas decisões? Quais?**

Acredito que a paz depende, incontornavelmente, do trabalho, que por sua vez depende da competência. O trabalho assegura a sobrevivência, a promoção da qualidade do coletivo e a realização pessoal, que, por sua vez, são um fator importante na construção da felicidade, da autonomia e da dignidade, também fundamentais para a construção da paz. A primeira preocupação de uma comunidade deve ser, por isso, a criação de condições para que haja trabalho (conhecimento, competência, especialização, cultura projetos, empreendimentos); o tempo do ócio é um tempo que as sociedades modernas terão de reaprender a gerir, parece-me. Vivemos numa sociedade patologicamente workaholic; Gostamos de repetir que estamos esgotados, temos remorsos dos momentos de pausa, vivemos em overbooking, e confundimos tudo isto com eficácia e eficiência. Quanto a mim – mas quem sou eu – completamente equivocados. Também os governos, sucessivamente, e as políticas económicas e financeiras mundiais. O Homem criou condições tecnológicas para poder trabalhar e para poder fruir de mais tempo, e o que fez foi ficar escravo do tempo e ocupar o tempo de que foi libertado em mais ocupação. Não, não me estou a desviar do assunto, creio, mas não pude deixar de fazer esta reflexão, por teres falado do lazer.

Que bom seria, talvez utopicamente, eu sei, que a Lousã pudesse ser uma Vila que “reensinasse” a capacidade de gerir/fruir o tempo de trabalho e lazer. Tem condições excelentes para isso, como já disse. De qualquer modo, creio que há um esforço das comunidades para que isto aconteça, sobretudo se olharmos para as diferentes associações culturais, recreativas e desportivas, para o trabalho com é feito em torno do turismo e do turismo acessível, para o trabalho desenvolvido pelas juntas de freguesia, com o esforço que foi feito com a agenda 21.

De resto, como todas as comunidades, a dificuldade que há em chamar as pessoas a participar prende-se com a falta de hábito de o fazer, com a falta do exercício pleno da democracia. Somos mais reativos do que pró-ativos e isto só se aprende praticando a participação, praticando, praticando, praticando... olha, a Escola é um espaço essencial de aprendizagem desta participação. Creio que arriscar esta prática e insistência de participação dá trabalho, por vezes é incómoda, mas terá sempre bons frutos. As comunidades como a Lousã, com a dimensão da Lousã, são comunidades ideais para promover esta participação ativa : assembleias, grupos de debate, envolvimento das freguesias, associações, órgãos como o Conselho Municipal de Educação, etc. Parece-me que, ao nível da Lousã, em que há já uma grande rede de interações montada e de cooperação entre os diferentes grupos/setores da comunidade, mas em que muitas vezes as coisas acontecem pontualmente, ou casuisticamente, o que seria preciso agora era estruturar e tornar mais consistente intencional e sistemática a rede existente.

**17)Gostaria que me desse a sua opinião sobre um pequeno texto que diz respeito a um novo paradigma da educação.**

**- O que mais de interessante vê nessa ideia dos centros cívico-educativos?**

**- Como poderia tornar essa ideia relevante e viável?**

**- Agrada-lhe esta ideia para a Lousã? Porquê?**

**- Acha que na Lousã estão criadas ou facilmente serão criadas as condições para a implementação destes Centros cívico-educativos?**

**- Quem deveria tomar a iniciativa para implementar e coordenar esses centros?**

**- Que recursos poderiam disponibilizar?**

Bem, o que te posso dizer...antes de mais que gostei muito de ler o texto. Este conceito de Cidade Educadora, não sei se te lembras, mas é um conceito caro à Lousã, já às duas últimas vereações da educação. No fundo, creio que este foi um conceito que esteve, desde início, muito no horizonte da comunidade, pelo menos das pessoas mais ligadas à educação, não como um objetivo definido num plano de ação, mas mais como um horizonte de referência, um modelo desejável e inspirador de práticas e projetos. O trabalho, aliás, da agenda 21, teve um grande enfoque nesta ideia de partilha de recursos, o que é que cada um pode pôr no grande “cesto” da comunidade ao serviço de todos os restantes membros da comunidade. Como os nossos campos, por exemplo. Durante o dia são nossos, à noite estão ao serviço de outras instituições da comunidade e a custo de quê – de terem feito obras de melhoria: eles deram as infraestruturas, nós demos o espaço. Não penses que isto seria assim tão simples numa série de comunidades em que os espaços são alugados à hora.

Se me agrada a ideia para a Lousã? Sempre me agradou. Creio que a Lousã teria condições para a criação destes centro-cívicos propostos no artigo, como disse, organizando as redes de que já dispõe e aproveitando as sinergias da comunidade. Deste ponto de vista, talvez as limitações que vamos começar a sentir nos ajudem a dar mais depressa passos destes (detesto dizer que a crise vai ajudar, porque as crises, à partida, nunca são boas para coisa alguma). Fomentar estes espaços só é possível com o

envolvimento claro e inequívoco dos responsáveis da autarquia, mas implica, naturalmente o envolvimento de todos os “agentes sociais intermédios” (será assim que se diz?).

De qualquer modo, e acho que me estou a repetir, uma comunidade é sempre o reflexo da forma como vive a educação. Lembrem-nos que no nosso caso, os nossos dirigentes políticos, já foram todos nossos alunos, da geração que ainda está na escola atualmente. © Obrigá-nos a refletir, não te parece? Sem qualquer leitura partidária, o certo é que temos à frente da Lousã uma equipa jovem, educada por uma escola que foi a nossa e por uma comunidade que foi esta. Que marcas deixámos? É nisto que temos de pensar sempre enquanto escola, enquanto comunidade, enquanto urbe. Queremos uma escola fechada em muros, dos 5 aos 18 anos? Sossegamos com este conceito de “escolaridade obrigatória”? Ou aceitamos o desafio de ser esta outra escola, esta outra cidade.

Somos, na verdade, aquilo que semeamos. E creio que esta comunidade tem a noção disso. Já sabes, como gosto de dizer, citando Irene Lisboa, “Quem não sai de sua casa, cria mil olhos para nada”.

**ENTREVISTA: DIRETORE DA ESCOLA PROFISSIONAL DA LOUSÃ**

**30-08-2012**

**I-APRESENTAÇÃO**

Optei por este tema de investigação “**Cidade Educadora - Organização em Centros Cívicos Educativos – Uma proposta para a Lousã**” por ser um Concelho que conheço bem, porque sinto que há uma dinâmica educativa implementada e que poderá ser otimizada e porque pressinto abertura e empenho por parte dos Dirigentes Locais, das Escolas e dos mais variados Grupos Sociais e Instituições/Associações, em se comprometerem com a educação, visando a construção de um futuro melhor, mais justo e solidário para todos.

**II-IDENTIFICAÇÃO**

**1) Há quanto tempo ocupa o cargo de diretor escolar, e quais têm sido suas prioridades nessa administração?**

Aqui na Escola Profissional da Lousã há 10 anos exatamente neste mês de Agosto. As prioridades é uma escola, e enquanto escola, as prioridades são os alunos e dar as melhores condições pedagógicas aos formandos, aos formadores e aos outros colaboradores, para que a ação pedagógica seja mais efetiva e a melhor possível de forma a atingir um grau de excelência pretendido para um curso profissional de dupla certificação.

**2) Como vê os Mega agrupamentos? Qual a melhor organização para a Lousã? Um mega agrupamento, dois agrupamentos ou outra possibilidade?**

Os Mega agrupamentos são apenas um instrumento economicista e não pedagógico, não vejo vantagem nenhuma, isto porque antes de estar aqui na escola profissional já estive no ensino regular publico e privado também em função de direção, e não acho de modo nenhum que os Mega agrupamentos tragam alguma vantagem no ponto de vista pedagógico, antes pelo contrário. É muito mais difícil para um diretor gerir todos os espaços e pessoas, só rodeando-se de uma equipa monstruosa, ”Mega equipa” e nesse nem as razões economicistas acabam por prevalecer. Mais uma vez refiro que não vejo nenhuma vantagem pedagógica nos Mega agrupamentos, antes pelo contrário!

Creio que a organização que há aqui na Lousã é de longe a melhor, não isolar os diversos ciclos de ensino, haver ensino integrado, acho que é pedagógico, mas fazer só um agrupamento, e tendo a Lousã ainda uma população a crescer é um número demasiado elevado para se constituir só um agrupamento. Creio que a solução de 2 agrupamentos escolares seria a ótimo, cuja base de constituição seria a área geográfica. Vejo com bons olhos e sempre agrupamentos verticais, com os diversos níveis de ensino.

**III-CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO**

**2) Como caracteriza a educação no município?**

A educação no município é um pouco o espelho daquilo que são as políticas de educação nacionais, sem nenhuma autonomia na realidade. Por exemplo a organização da rede escolar, que tem objetivos, nomeadamente a constituição de oferta educativa ao nível local, este ano fomos todos chamados à Direção Regional de Educação do Centro (DREC) e lá informaram as turmas que iríamos ter para o próximo ano letivo (2012/2013) sem se quer falar previamente com os diretores ou responsáveis autárquicos, dizendo que são as instruções do ministério que tinham cotas e que fizeram a distribuição.

Por mais que a autarquia pretenda fazer alguma coisa esbarra sempre com as opções superiores do ministério da educação., e dou-lhe este exemplo, a nossa escola este ano era para ter enveredado por outros tipos de cursos diferentes, na área das artes de espetáculo, isto num projeto com a própria autarquia em consonância com os pelouros da educação e do desenvolvimento económico, porque está em vias de ser instalada aqui no município um cluster de empresas de produção de material de cenografia e outros para artes de espetáculo. A escola fez o seu trabalho pediu os aditamentos para poder ministrar esses cursos e depois a DREC não deixou. O município através do pelouro da educação e através de Câmara no seu todo penso que numa resolução da Assembleia Municipal enviou o seu parecer à DREC e a resposta que receberam é que tinham de seguir as normas/regras do ministério e que não havia cota poder abrir outros curso e outras turmas

Por isso, por mais que haja vontade de fazer alguma coisa, a possibilidade de as fazermos é muito pequena, estamos sempre maniatados pelas orientações vindas do poder central.



**3) Qual o balanço que faz sobre a educação municipal nos últimos dez anos?**

É dos poucos ou únicos concelhos em que a população estudantil está a aumentar, é um fator a ter em conta em qualquer avaliação da educação que se faça do concelho. Creio que o concelho soube dar a resposta, através dos diversos organismos que existem a esse nível o concelho sobe estar a altura, a construção da nova escola, a constituição dos agrupamentos, nesse aspeto o município da Lousã está desperto para o setor da educação. O que não é a realidade de outros municípios que eu conheço.

**4) Quais os aspetos que mais tem influenciado positivamente a educação no município?**

Um deles é o empenho do próprio executivo municipal e que depois leva às outras estruturas do município na questão educativa, de facto nos últimos anos, eu já atravessei várias vereações, vários tipos de ensino e vários tipos de entidades e noto que a educação é uma preocupação, é uma prioridade pelo apoio que é dado. Embora por vezes o município não é o responsável direto mas faz protocolos com as entidades que estão no terreno e as coisas funcionam muito melhor. Isto mostra que há de facto uma preocupação e atenção para a educação por parte da autarquia, colocando as pessoas certas, com a sensibilidade necessária.

**5) Qual ou quais dificuldade (s) que a educação municipal enfrenta atualmente, e de que forma a autarquia procura resolver esses problemas?**

Eu creio que as dificuldades são financeiras, quer aqui ao nível da escola em que o município é parte interessada, vemos que há vontade do município em que as coisas possam avançar num determinado sentido, mas depois vê-se manietado mais uma vez, por pés e mãos atadas por questões legais, pela nova lei das autarquias.

Vejo que há um interesse efetivo por parte dos dirigentes em se inteirarem dos problemas e das necessidades existentes, não para aas resolver porque não têm capacidade para as resolver na totalidade, mas pelo menos para ajudarem a encontrar respostas.

**6) Para além das escolas, quais são as instituições que mais dinamizam a educação no município. Porque elas?**

A Arcil, depois há o IEFP é uma educação a outro nível mais para os adultos, mas o grande parceiro é a Arcil, sem dúvida nenhuma. A ação da Arcil é extremamente relevante e meritória, o apoio que dão, agora já não tanto por constrangimentos legais, o apoiam que dão mesmo às escolas e a inserção dos assistidos nos diversos estabelecimentos de ensino do município é extremamente válido e relevante.

**7) Quais as principais ofertas educativas que esta escola/agrupamento promove?**

Só tem um tipo de oferta formativa, os cursos profissionais de dupla certificação.

**8) A escola/agrupamento possui parcerias com instituições, no sentido de potenciar melhor oferta educativa? Quais? De que tipo? É fácil estabelecer parcerias no município?**

Com as mais diversas instituições, temos muitas com o município, com instituições com empresas e com particulares. Como escola profissional para poder funcionar e proporcionar aos formandos os conhecimentos e a formação profissional tem que ter bateria de parcerias diversificadas, não pode estar isolada.

Tem sido fácil, até hoje quando foi preciso bater a alguma porta, nenhuma nos foi fechada. Se por ventura alguma parceria não foi avante, foi por não necessidade ou por inexistência de condições. No município nunca tivemos problemas em estabelecer parcerias.

**9) Como é que a autarquia tem olhado para a Educação de Jovens e Adultos no município? Que projetos ou iniciativas promove? Quais os projetos que apoia? De que modo?**

Tem muitas coisas, mas algumas poderiam ser trabalhadas de outra forma. São conhecidas as ações que vai tomando e vai apoiando nomeadamente as “feiras” criaram um modelo e tentam aplicar aquele modelo a tudo e creio que as feiras podiam ser trabalhadas de outra forma principalmente a da juventude e a que tem o nome de FLIS (Festa do Livro e do Saber) e que acho que é um bocado infeliz, falta ali trabalho, falta ali muito, teria muito para dar, mas optam por aquele formato talvez por razões economicistas, mas também não vão à procura e outros parceiros. Numa altura houve uma tentativa de se proporcionar umas coisas diferentes, mas acabou por se encontrar uma barreira porque não ia ao encontro do pré-formatado. Pretendia-se, com um conjunto de alunos finalistas, participar na Feira da Juventude de uma forma completamente diferente e que depois acolhido por um município ao lado e que foi um estrondo, correndo exceccionalmente bem.

**10) Como vê o Conselho Municipal de Educação?**

Não vejo! Eu pertenci ao Conselho Municipal de Educação (CMEL) durante uma série de anos, desde a constituição desse órgão. Desde que estou nesta escola só fui 2 vezes ou 3 e vai o diretor pedagógico representar a escola pois é um conselho iminentemente pedagógico. Não vejo que o CMEL tenha capacidade para deliberar, decidir e por em pratica algo de iminentemente pedagógico e educativo, pode se falar mas é um pouco inconsequente.

**11) Na sua opinião quais são os principais aspetos negativos do funcionamento do Conselho Municipal de Educação?**

O aspeto negativo o funcionamento nem sempre é o mais eficaz e se calhar é mais cómodo cada um ficar coma sua "quintinha" eu cá trato das minhas coisas e tratem vocês das vossas. Embora haja às vezes iniciativas que são propostas mas são pontuais.

**12) Na sua opinião quais são os principais aspetos positivos do funcionamento do Conselho Municipal de Educação?**

O facto dos diversos intervenientes se poderem conhecer e trocar ideias e trocar experiências, sem dúvida nenhuma o grande aspeto positivo.

**13) Na sua opinião a Lousã oferece espaços educativos (rua de lazer, praça, parque, bibliotecas) suficientes e adequados a sua população?**

Eu diria que oferece os suficientes para a procura. Mas tem bastante mais do que muitos outros municípios que conheço. Talvez um espaço verde, o que vinha de acordo com a nossa tentativa de um projeto que tivemos há alguns anos e que englobava alguns parceiros para criar algo desse género. O qual incluía a mudança de instalações, que desde que para aqui viemos estas instalações não reúnem as condições mínimas e neste momento não temos condições e quando as houve quem cá estava não as conseguiu aproveitar. Esse projeto era mudar de instalações e adquirir um espaço muito grande que está devoluto, e ao mesmo tempo como tem muito espaço e terreno chegou-se a falar, por parte da autarquia, num centro desportivo e de lazer Depois veio a crise e pronto! Isso já nem sonho é!

**IV-PERSPECTIVAS FUTURAS**

**15) Como se poderia, na sua opinião, mobilizar a população da Lousã para ampliar as ações comunitárias de lazer, de encontros, para uma convivência social cidadã e mais saudável, visando a construção e de uma cidadania participativa e a um viver com mais paz, como propõe os princípios da Cidade Educadora, a UNESCO e outros Organismos Governamentais e Não Governamentais?**

Temos de saber que estamos em Portugal, e os portugueses gostam de ir para a praia no verão e ficar em casa à lareira no inverno, agora ir para a rua fazer valer os seus direitos... Nem que mos tirem! Infelizmente é a nossa realidade, já dizia Miguel Torga que somos os eternos insatisfeitos mas não passamos disso. Criticamos porque sobem os impostos, criticamos porque não sei o quê mas não fazemos nada. E a Lousã vai no mesmo, não é diferente do resto do país. Agora agravado com o facto de muitos dos residentes não terem aqui raízes e a Lousã ser um dormitório, não havendo um vínculo, não tem aqui os amigos e as pessoas conhecidas. Creio, que aqui, as pessoas têm a mentalidade de que quem está nos lugares de decisão é que tem a obrigação de fazer e de ir a esses eventos.

**16) Na sua opinião o município encontra dificuldades na participação ativa dos cidadãos nas suas decisões? Quais?**

As dificuldades são essencialmente motivacionais, hereditárias e contagiosas. Nas localidades onde não há nada luta-se para ter qualquer coisa nos sítios em que já há alguma coisa as pessoas ficam acomodadas.

**17) Gostaria que me desse a sua opinião sobre um pequeno texto que diz respeito a um novo paradigma da educação.**

**- O que mais de interessante vê nessa ideia dos centros cívico-educativos?**

É que eles de facto possam ser centros-cívicos educativos e que haja a conjugação de diversas sinergias independentemente de onde vêm. Uma educação inclusiva/transversal tem sempre vantagens em relação a uma educação compartimentada. Inclusiva a todos os níveis.

**- Como poderia tornar essa ideia relevante e viável?**

Através da mudança de mentalidades!

**- Agrada-lhe esta ideia para a Lousã? Porquê?**

Sim sem dúvida, porque eu acho que haveria muito mais intercâmbio intergeracional e seria uma forma de esbater um bocado aquilo que há muito na Lousã, e perdoe-me se não estiver de acordo, mas é a minha opinião, entre os senhores doutores e os senhores das famílias “benzocas” da Lousã de à muitos anos e os outros. Poderá ser uma forma onde as pessoas se podem encontrar como pessoas e onde elas podem viver experiencias diferentes e esbater as um bocado as diferenças entre as pessoas, uma vez que são membros da mesma comunidade a comunidade é educativa, cultural, desportiva, nas diversas dimensões da natureza humana e as pessoas nesse aspeto são todas iguais e têm as mesmas necessidades, embora haja uma preocupação muito grande em criar cidades específicas daquele grupo social, daquele grupo social e daquele grupo social, mas a pessoa enquanto pessoa, tem as mesmas necessidades. Havendo esta possibilidade, deste conceito de cidade educadora e de ser no seu todo visto como o conjugar de sinergias em ordem ao objetivo único, é uma forma de dar a possibilidade às potencialidades específicas de cada uma das pessoas.

**- Acha que na Lousã estão criadas ou facilmente serão criadas as condições para a implementação destes Centros cívico-educativos?**

Eu não vejo muita facilidade precisamente por aquilo que eu já referi por várias vezes, ou seja por causa da mentalidade das pessoas e como sabemos isso demora muito tempo se calhar serão precisas mais do que uma geração. Embora até temos alguns recursos físicos e humanos as mentalidades são tacanhas e é difícil mudar.

**- Quem deveria tomar a iniciativa para implementar e coordenar esses centros?**

Embora no texto o autor fale no governo municipal, mas eu entendo que este governo municipal mais do que autarquia como é entendida deveria ser entendido numa forma mais abrangente, se não caímos na mesma coisa, isto vem de cima é para os de cima fazerem, eles que façam, mas haver de alguma forma um envolvimento dos indivíduos, entidades, agremiações, instituições, a comunidade no seu todo através de representantes. Seria mais facilmente acolhida se for de um grupo anonimo que se proponha fazer.

**- Que recursos poderiam disponibilizar?**

Nós poderíamos disponibilizar os nossos recursos humanos, quer os nossos formadores, formandos e os serviços

**ENTREVISTA: ARCIL - Diretor com a área Tecno pedagógica  
24-08-2012**

**I-APRESENTAÇÃO**

Optei por este tema de investigação “**Cidade Educadora - Organização em Centros Cívicos Educativos – Uma proposta para a Lousã**” por ser um Concelho que conheço bem, porque sinto que há uma dinâmica educativa implementada e que poderá ser otimizada e porque pressinto abertura e empenho por parte dos Dirigentes Locais, das Escolas e dos mais variados Grupos Sociais e Instituições/Associações, em se comprometerem com a educação, visando a construção de um futuro melhor, mais justo e solidário para todos.

**II-IDENTIFICAÇÃO**

**1) Há quanto tempo ocupa o cargo Diretor com a área Tecno pedagógica desta Associação, e quais têm sido suas prioridades nessa administração?**

Desde de Janeiro de 2011, e anteriormente já tinha sido técnico na instituição, desde 1995.

**III-CARACTERIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO**

**2) Como caracteriza a associação que dirige? (data de constituição, orgânica, valências/áreas de intervenção, projetos, infraestruturas, transportes ....)**

A Arcil é fundada em 1976, e abre as suas atividades pedagógicas em 1977, funcionando pedagogicamente à 35 anos. Neste momento a Arcil tem dois grandes departamentos, um departamento de reabilitação e um departamento de gestão e produção. O departamento de reabilitação tem algumas valências da segurança social, nomeadamente centro de atividades ocupacionais, lares, residencial, atl, apoio domiciliário e depois tem a formação profissional e o centro de recursos que são financiados através do POPH (*Programa Operacional Potencial Humano*). *Ainda dentro da reabilitação tem um centro de emprego protegido e o centro de recursos para a inclusão no qual se enquadra o seu trabalho.*

*Na produção, tem várias unidades produtivas, A Arcil saúde, a Arcil cerâmica, a Arcilav (lavandaria), a Arcil verde (serviços de jardinagem), a Arcilagro (agropecuária), A Arcil madeiras e a Arcilcard, espero que não esteja a faltar nenhuma.*

**3) Em que ela é relevante no plano da educação?**

A Arcil tem uma importância histórica em Portugal e não só no município da Lousã, embora tenha sido constituída como escola de ensino especial, mas desde do início dos anos oitenta começou a desenvolver políticas pró integração de alunos com necessidades especiais, essa integração escolar só foi legislada em 91mas a experiência que a arcil fez no concelho da Lousã foi determinante para algumas questões de operacionalização da legislação. A arcil trabalhou desde a sua fundação com as escolas, tendo a partir dos anos oitenta uma maior proximidade, havendo uma passagem de testemunho muito gradual até á ultima alteração da legislação com a lei 3/2008 onde a arcil deixou de ter a responsabilidade da tutela dos alunos e que passa a ser responsabilidade da escola passando a arcil a constituir-se como um centro de recursos para a inclusão de acordo com a legislação em vigor e é com esse centro de recursos para a inclusão que neste momento trabalha com um serviço técnico especializado ao serviço das escolas, assumindo também como sua missão a responsabilidade pelo desenvolvimento dessas pessoas.

Além disso a arcil tem uma grande importância neste concelho que tem a haver com a sensibilização e educação para a educação inclusiva, passe a redundância, são os trabalhos de sensibilização que faz em parceria com as escolas e autarquia, envolvendo todos os alunos.

**A Arcil apoia outros alunos?**

O centro de recursos para a inclusão pelo enquadramento legal só apoia alunos do 3/2008, mas a relação com as escolas vai mais longe.

**4) Existem parcerias entre a Autarquia e a Associação que dirige no âmbito da educação e da cidadania?**

**Quais? Como funcionam?**

Existem várias parcerias que se vão ampliando e renovando, nós temos vários protocolos com a autarquia, os dois mais sólidos que temos para crianças em idade escolar são; o de transporte escolar de crianças com necessidades educativas especiais e através de protocolo com a autarquia temos auxiliares nossos na escola (embora a legislação já não o preveja) que são financiados entre a ARCIL e a autarquia além disso temos outros protocolos como atividades não educativas para crianças em idade escolar, nomeadamente, os atls...

**E parcerias para a comunidade em geral?**

Muito do trabalho que é feito em parceria entre a ARCIL e a autarquia, é o trabalho informal que não é protocolado e que tem a ver com o histórico e o desenvolvimento da ARCIL e do próprio concelho da Lousã, funcionando a arcil como um recurso da Lousã e dos concelhos limítrofes, há muitas atividades pontuais que não são protocoladas mas que tem a ver com as práticas consolidadas de apoio.

**5) Como se caracteriza a relação da sua associação com as outras entidades?**

É importante perceber que a autarquia tem protocolado formal e informalmente um conjunto de serviços para a comunidade com todas as associações, mas que também se criaram sinergias entre as diversas associações para protocolarem a ação entre si. A ARCIL tem a melhor das relações com o município e está permanentemente a construir novas relações, porque trabalhamos sempre numa perspetiva ecológica, percebendo a arcil a inclusão na sua forma mais lata, não se centrando só nas pessoas com deficiência, nós acreditamos que é possível criar uma sociedade que tenha condições de funcionamento para acolher todas as pessoas com igualdade de direitos e de participação e acabamos por participar num conjunto de projetos que não têm só o enfoque na pessoa com deficiência, mas nas condições de acolhimento numa sociedade realmente inclusiva.

**IV-CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO**

**6) Qual o balanço que faz sobre a educação municipal nos últimos cinco anos?**

Do trabalho da educação na Lousã é difícil destacar os últimos 5 anos pois tem havido um crescimento muito gradual, no entanto sei que nos últimos 5 anos foram criadas estruturas para o funcionamento, e não só estruturas físicas para o funcionamento, que tornaram o ensino na Lousã, num ensino um bocadinho à frente da realidade que nós temos em Portugal e não só na inclusão mas também através de um conjunto de projetos na área das novas tecnologias no investimento na formação e sensibilização dos professores para a atualização pedagógica e a autarquia tem se associado e tem estado muito ao lado das escolas para poderem potenciar ainda mais esse desenvolvimento.

**7) Quais os aspetos que mais tem influenciado positivamente a educação no município?**

Tenho de destacar dois aspetos, nos últimos anos a questão das tecnologias tem sido muito mais visível, a plataforma Camões e outras. Paralelamente, a questão da educação inclusiva que é uma grande aposta do município.

**8) Para além das escolas, quais são as instituições que mais dinamizam a educação no município? Porque elas?**

As associações têm todas no seu desenvolvimento ou através ATL's ou através de atividades que fazem com as escolas tendo desta forma alguma ação. No entanto eu aqui destaco o papel de duas entidades mais ligadas ao setor

privado, sem querer discriminar outras, as academias de bailado e de música que trabalham o ensino paralelo mas que me parece um complemento muito interessante à vida educativa do município.

A arcil, sempre! A arcil dentro das instituições acaba por ter um papel determinante no desenvolvimento de políticas educativas.

Todas as outras associações e entidades acabam por ter um papel muito ativo, não conseguindo aqui diferencia-las.

**9) Quais os principais obstáculos ou dificuldades à melhoria da educação no município?**

Neste momento sobretudo financeiros, parece-me que há uma pro atividade no desenvolvimento de um conjunto de projetos, mas existem limitações financeiras que me parecem importantíssimas para limitarem o desenvolvimento de novos projetos, nomeadamente ao nível das infraestruturas. Nós temos um novo centro escolar a ser construído, que se calhar uma altura de maior à-vontade financeira não era aquele centro escolar. Não era só aquele centro escolar, existem limitações normativas em alguns projetos das escolas, na área da docência lembro-me das unidades de apoio especializado que vão sendo arrancadas a ferros sempre por limitações orçamentais. Acredito que se neste momento tivéssemos uma conjuntura financeira melhor haveria vários projetos que eram muito mais potenciados.

**10) Quais os aspetos mais positivos e os mais negativos da política educativa da Câmara municipal da Lousã nos últimos anos?**

Pergunta difícil, existem vários pontos controversos, estou a pensar na carta educativa que acaba por espelhar as políticas educativas. No entanto é-me difícil estar-me a pronunciar, enquanto representante da arcil, pois não tem necessariamente a ver com áreas em estejamos envolvidos. Existem várias questões polémicas nomeadamente a questão da organização educativa do concelho, os agrupamentos. Mas para a arcil isto não tem implicações, sendo difícil pronunciarmo-nos

**Qual a sua opinião sobre os mega agrupamentos para a Lousã?**

Não temos uma visão política estruturada, reconhecendo vantagens e desvantagens nos mega agrupamentos. A possibilidade de agrupar várias escolas num concelho pequeno, poderia ter sempre a vantagem da otimização dos recursos disponíveis, agora vamos ver o outro lado, o facto de termos uma gestão demasiado centralizada muitas das vezes é difícil ir ao encontro das pequenas necessidades que marcam a diferença de cada uma das escolas. Por outro lado, isto num sentido hipotético, o desenvolvimento educativo das várias escolas ao longo dos anos não tem caminhado ao mesmo ritmo. Para as escolas que tem um ritmo mais avançado poderá haver algum prejuízo tendo que dar alguns passos para trás e poderão não ser as escolas com mais poder político para a nova organização, mas por outro lado as escolas que ainda não refletiram num conjunto de aspetos a melhorar poderão ganhar.

**Que tipo de organização um ou dois mega agrupamentos?**

Embora não tendo uma opinião estruturada, até aceitaria um mega agrupamento, salvaguardando-se a autonomia de gestão das principais escolas, mas não é o que é proposto.

**11) Qual é a sua opinião sobre os espaços educativos (jardins, praça, rua, parque, bibliotecas, museus) que a Lousã oferece à sua população?**

A Lousã tem crescido e melhorado muito nos espaços interiores, mais do que nos espaços exteriores. A Lousã é uma terra naturalmente verde e que cresceu nos últimos 20 /30 anos de uma forma um bocadinho selvática e não se pensou na formação não formal. O facto de ter uma serra muito grande não invalida ter um jardim mais estruturado no centro da vila. Ter espaços com mais preocupações educativas para a educação ambiental, temos aqui á volta alguns exemplos, como quintas biológicas que foram surgindo em espaços muito próximos do centro de funcionamento

urbano e que nós, não quero dizer que não se fez nada no espaço ao ar livre e de contacto ambiental, mas acho que se fez menos do que se poderia fazer sendo o nosso cenário tão verde.

#### **IV-PERSPECTIVAS FUTURAS**

##### **12) O que gostaria de propor para a autarquia, na perspetiva de melhorar a Lousã do ponto de vista educativo?**

É difícil pensar só na autarquia, as autarquias tem um papel muito importante no processo educativo e nestes processos de ultra racionalização financeira a autarquia tem de exercer alguma força de pressão para com o governo central. As próprias autarquias que estão a ser sujeitas a um conjunto de cortes, não se podem conformar com esses cortes, sobretudo na área da educação, pois os cortes passam além da razoabilidade. Parece-me o principal papel da autarquia neste momento é mais de pressão externa do que de pressão interna, internamente temos alguns problemas para estabilizar mas quase todos eles estão relacionados com políticas educativas.

##### **13) Como se poderia, em sua opinião, mobilizar a população da Lousã para ampliar as ações comunitárias de lazer, de encontros, para uma convivência social cidadã e mais saudável, visando a construção e de uma cidadania participativa e a um viver com mais paz, como propõem os princípios da Cidade Educadora, a UNESCO e outros Organismos Governamentais e Não Governamentais?**

A Lousã tem feito algum esforço, mas eu acho que nunca é suficiente para se distanciar da ideia de vila dormitório. Parece-me que a Lousã já teve mais vida própria do que tem agora, mas também já teve menos, atravessamos vários ciclos. A Lousã tem que reconstruir permanentemente e reinventar a sua identidade cultural, educativa, desportiva isso é que faz as autarquias terem uma vida própria. A educação não acaba com o 12º ano nem acaba com a universidade, a educação para a cidadania é um ato contínuo e faz-se com o envolvimento dos municípios e com aqueles brindes que se vão dando culturais, recreativos, desportivos que se tem que ir reinventando, não há receitas parece-me que há algum esforço mas esse esforço nunca é suficiente e tem que ser sempre reinventado.

##### **14) Na sua opinião o município encontra dificuldades na participação ativa dos cidadãos nas suas decisões? Quais?**

Encontra, mas isso não tem a ver com uma questão lousanense, tem a ver com questões culturais portuguesas as pessoas não gostam muito de se envolver, não sendo caso isolado é um bocadinho português. As pessoas da Lousã tem um bairrismo mas para coisas menos importantes, não tem um bairrismo de cidadania que seria importante, é curioso observar que se nós formos ver um jogo de rugby a um domingo coisa extraordinária a bancada está vazia e pode ser qualquer outra modalidade salvo algumas coisas pontuais não temos uma cultura desportiva de assistência. Espetáculos culturais é o mais chocante, havendo eventos que envolvem algum esforço da autarquia às vezes em dar coisas, que as pessoas queixam-se que não há, e não aderem. As pessoas estão muito acomodadas á autoestrada da informação que lhe chega a sua casa. As pessoas tem que se apropriarem do sitio onde vivem e do tal bairrismo, se eu tiver uma festa em minha casa eu não falto à festa em minha casa este conceito de o município ser a minha casa é importante pois assim vou colaborar e estar, dentro das possibilidades.

##### **15) Gostaria que me desse a sua opinião sobre um pequeno texto que diz respeito a um novo paradigma da educação.**

###### **- O que mais de interessante vê nessa ideia dos centros cívico-educativos?**

Essa filosofia dos centro-cívicos educativos tem uma coisa muito interessante que é voltar a lembrar as pessoas sobre a verdadeira missão da educação. A educação não é feita num conceito hermético em que as pessoas fazem um conjunto passos estandardizados para a obtenção de um certificado, sendo a educação um conceito dinâmico que vai

do nascimento até à morte e que não se limita à questão das escolas, nesses centros-cívicos educativos parece-me que a grande importância é envolver toda a comunidade nesta missão de educar, e dessa comunidade fazem parte os professores, os alunos "convencionais" e todos os outros agentes.

**- Como podia tornar essa ideia relevante e viável?**

A operacionalização da educação ao longa da vida não tem uma receita chave fácil e muitas das vezes tem alguns condicionamentos, às vezes não é preciso criar novos centros não é necessário formalizar novos espaços. É necessário reconverter as filosofias dos espaços e das estruturas existentes. O centro cívico pode não existir como um espaço a mais, pode ser um espaço virtual na confluência das escolas convencionais e de outras entidades convencionais. Eu acredito que muitos dos municípios, e na Lousã especificamente já existem esses centros cívicos mas não está suficientemente ocupado por todos os cidadãos.

**- Agrada-lhe esta ideia para a Lousã? Por quê?**

Muito. Eu acredito que a educação é o grande veículo para nos fazer melhorar enquanto cidadãos, e a educação em todos os seus sentidos. Nós temos esgotado a nossa ação nos percursos formais educativos, e não estamos a esgotar aqueles que realmente precisamos. Nós não temos só 16, 18 ou até 20 anos de educação standardizada, e o que fazemos dos outros 60 anos de vida? É nesse tempo de vida que vamos ter de criar sinergias para aprender e ensinar e só assim podemos melhorar a questão da participação que falamos atrás, só é possível se nos conseguirmos educar todos numa perspectiva colaborativa para aprendermos um bocadinho mais. Através destes centros cívicos acabam por poder formalizar esses atos educativos.

**- Acha que na Lousã estão criadas ou facilmente serão criadas as condições para a implementação destes Centros cívico-educativos?**

Não estão criadas todas mas acredito que possam ser criadas a curto prazo.

**- Quem deveria tomar a iniciativa para implementar e coordenar esses centros?**

Há aqui uma partilha de responsabilidades entre a escola formal e a autarquia enquanto gestora dos espaços educativos e a escola enquanto responsável pela delegação do conhecimento. Da sinergia entre escolas e autarquia devia surgir a iniciativa e a sua operacionalização por todos os agentes.

**- Que recursos poderiam disponibilizar?**

A arcil pode disponibilizar a própria arcil, a filosofia da existência da arcil é baseada na aprendizagem ao longo da vida desde o nascimento até à morte, quando dizemos que fazemos reabilitação fora a formação profissional e fora o apoio que damos às escolas, nós investimos numa aprendizagem ao longa da vida e acho que temos algum conhecimento nessa área mas temos sempre o nosso espaço físico e humano disponível para isso. Toda a arcil.



**ENTREVISTA: Associação Filarmónica Serpinense - Presidente  
08-02-2013**

**I-APRESENTAÇÃO**

Optei por este tema de investigação “**Cidade Educadora - Organização em Centros Cívicos Educativos – Uma proposta para a Lousã**” por ser um Concelho que conheço bem, porque sinto que há uma dinâmica educativa implementada e que poderá ser otimizada e porque pressinto abertura e empenho por parte dos Dirigentes Locais, das Escolas e dos mais variados Grupos Sociais e Instituições/Associações, em se comprometerem com a educação, visando a construção de um futuro melhor, mais justo e solidário para todos.

**II-IDENTIFICAÇÃO**

**1) Há quanto tempo ocupa o cargo de presidente desta Associação, e quais têm sido suas prioridades nessa administração?**

Ocupo há sei anos, e em princípio vou-me recandidatar mais dois anos.

A prioridade sempre é o ensino da música, ou seja é principalmente na formação, a aposta é na escola de música de portanto, captar novos elementos, logo a partir dos 5/6 anos, sempre com objetivo destes fazerem a sua formação musical e depois fazerem o seu ingresso na banda filarmónica. Porquê? Porque, a nossa banda apesar ser muito jovem, temos depois aqueles elementos que saem por razões profissionais e que vão trabalhar para fora do concelho, para Lisboa, para o Porto, portanto, no sentido culmatarmos as saídas e assim nunca ficarmos sem elementos. É um trabalho que esta sempre a ser feito na formação.

**III-CARACTERIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO**

**2) Como caracteriza a associação que dirige? (data de constituição, orgânica, valências/áreas de intervenção, projetos, infraestruturas, transportes ....)**

A instituição é de 1995, surgiu a partir de um senhor de Serpins que embora não tivesse muitos conhecimentos de música, mas que gostava, conseguiu captar um número de jovens e a associação foi crescendo e neste momento penso que ocupa um papel fundamental na vida destes jovens porque é um espaço, e aos sábados há os ensaios e que funciona a escola de música, como estava a dizer é um espaço que além de servir para tocar música é um ponto de encontro para eles e depois dos ensaios há o convívio entre eles, penso que esse é também um grande fatorq eu também que os leva a frequentar esta atividade.

Talvez também porque Serpins também não terá grandes ofertas?

Sim, não tem ofertas, mas se compararmos com o rancho temos aqui uma maior captação e também porque há uma dinâmica de grupo, também o maestro é novo, praticamente da idade deles e gera-se um bom relacionamento e isso tem sido muito bom.

A direção é constituída por presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e uns vogais, depois tem a assembleia geral o conselho fiscal. As infra-estruturas são as do rancho, nós coabitamos podemos assim dizer, por cima do pavilhão do rancho. Nós dividimos a parte onde funcionam as aulas da escola de música, o espaço é bom. Em termos de sala de ensaio o espaço não é tão bom porque a sala é baixa não tendo condições em termos de som. Usamos o pavilhão do rancho para as audições e concertos e assim temos condições, ele sofreu recentemente uma intervenção de melhoramentos. Penso que mais cedo ou mais tarde esse espaço seja um centro cultural de Serpins, para abranger todas as coletividades.

Os projetos têm como primeira aposta a formação e depois logicamente temos a banda que faz essencialmente as festas religiosas, concertos que é mais do agrado dos músicos, temos um grande parceiro que é a câmara que

contribui com um valor anual e com alguns espetáculos. Além disso também temos feito parcerias com a escola nº2 sendo o último o empréstimo de instrumentos para a turma que está no conservatório

**3) Em que ela é relevante no plano da educação?**

É uma escola em que o ensino que é feito é paralelo ao que se faz no conservatório, os alunos têm a parte de formação musical e depois a parte de instrumento. Além disso aprendem a ter regras e tem acontecido que alguns dão seguimento para o conservatório, não vão mais devido a todo o problema de transportes e disponibilidade. Se a autarquia conseguisse disponibilizar uma carrinha para os levar ao conservatório se calhar teríamos mais.

De qualquer maneira, o trabalho que se faz, mesmo em termos de monitores que se convida para a escola de música são pessoas com formação musical para fazermos uma dar uma boa formação.

**4) Existem parcerias entre a Autarquia e a Associação que dirige no âmbito da educação e da cidadania? Quais? Como funcionam?**

Existem como já foi mencionado, a autarquia sempre apoiou a coletividade com subsídio anual, como apoia todas as coletividades do concelho, neste caso a junta de freguesia também nos dá algum apoio principalmente contribuindo com o transporte o que facilita muito. Depois logicamente em troca a associação está sempre disponível para participar em todos os eventos que a Câmara faça e que convida a associação além disso estamos sempre prontos para participar noutros eventos como receções que são feitas com parcerias informais com as escolas. Desde que sejamos solicitados estamos sempre disponíveis para colaborar com todas as entidades.

**5) Como se caracteriza a relação da sua associação com as outras entidades?**

Normal.

**IV-CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO**

**6) Qual o balanço que faz sobre a educação municipal nos últimos cinco anos?**

Penso que é um balanço muito positivo, o concelho da Lousã em termos de educação merece ser destacado tem tido um papel atento sobre todos os problemas. Penso que sim, é muito positivo!

**7) Quais os aspetos que mais tem influenciado positivamente a educação no município?**

É tão difícil...

**8) Para além das escolas, quais são as instituições que mais dinamizam a educação no município? Porque elas?**

Todas as coletividades, mas as mais marcante são a ARCIL depois surgiram entretanto outras como as Gândaras e várias mais pequenas têm surgido.

A ARCIL por todo o seu historial é um caso à parte, temos vários cidadãos que vêm viver para a Lousã para terem o apoio da ARCIL encontrando na Lousã respostas que não encontram noutras partes e depois por todas as parcerias e valências que a ARCIL tem.

**9) Quais os principais obstáculos ou dificuldades à melhoria da educação no município?**

Provavelmente financeiros, não é? E agora todos os obstáculos criados á volta da nova escola, no entanto é bom, parece-me não haver grandes divergências em relação à educação.

**10) Quais os aspetos mais positivos e os mais negativos da política educativa da Câmara municipal da Lousã nos últimos anos?**

Sei lá...antes das AEC's serem obrigatórias a Câmara já as fazia ou seja a Lousã está a cima da média nacional. Eu também já fui da associação de pais no 1º ciclo e eu penso que foi feito por parte da autarquia um grande melhoramento nas escolas primárias e é pena que algumas depois venham a fechar, a utilização de diferentes espaços como a piscina, mas eu penso que há mais aspetos positivos que negativos.

**11) Qual é a sua opinião sobre os espaços educativos (jardins, praça, rua, parque, bibliotecas, museus) que a Lousã oferece à sua população?**

Em Serpins temos agora alguns espaços muito aprazíveis o pavilhão foi todo reestruturado pela Associação Desportiva Serpinense o piso foi mudado, teve um alargamento das bancadas. Cá fora tem um parque infantil e atividades de manutenção para a terceira idade e também um polivalente com piso bom que dá também para jogar ténis. Uma melhoria para todas as fchas etárias além da praia fluvial e do parque de campismo.

Relativamente aos espaços educativos que a Lousã oferece, considero que o concelho está bem equipado e quando a nova escola estiver pronta irá resolver os problemas de instalações da Escola Básica nº 2 da Lousã. Quanto a espaços exteriores, falta um espaço para desportos radicais, para o qual existe um projeto apresentado por um grupo de alunos da Escola Secundária.

**IV-PERSPECTIVAS FUTURAS**

**12) O que gostaria de propor para a autarquia, na perspetiva de melhorar a Lousã do ponto de vista educativo?**

A existência de um local apoiado pela autarquia para ajudar os alunos mais necessitados nas suas tarefas escolares.

**13) Como se poderia, em sua opinião, mobilizar a população da Lousã para ampliar as ações comunitárias de lazer, de encontros, para uma convivência social cidadã e mais saudável, visando a construção e de uma cidadania participativa e a um viver com mais paz, como propõem os princípios da Cidade Educadora, a UNESCO e outros Organismos Governamentais e Não Governamentais?**

Torna-se urgente envolver os pais / encarregados de educação a participar ativamente na vida escolar dos seus educandos. Será necessário apelar à participação dos pais nas reuniões realizadas nas escola. É preciso promover ações com temas apelativos para “chamar os pais” a envolverem-se nos problemas da comunidade. A criação de um espaço aberto, onde as pessoas se encontrassem e desenvolvessem ações seria um bom ponto de partida.

**14) Na sua opinião o município encontra dificuldades na participação ativa dos cidadãos nas suas decisões? Quais?**

As pessoas são pouco participativas. Participam pouco onde podem dar as suas opiniões e quando aparecem normalmente é para criticarem e não para dar soluções.

**15) Gostaria que me desse a sua opinião sobre um pequeno texto que diz respeito a um novo paradigma da educação.**

- O que mais de interessante vê nessa ideia dos centros cívico-educativos?
- Como podia tornar essa ideia relevante e viável?
- Agrada-lhe esta ideia para a Lousã? Por quê?
- Acha que na Lousã estão criadas ou facilmente serão criadas as condições para a implementação destes Centros cívico-educativos?
- Quem deveria tomar a iniciativa para implementar e coordenar esses centros?
- Que recursos poderiam disponibilizar?

Acho esta ideia muito interessante. Considero que se deve aproveitar todas as potencialidades existentes no concelho. Existem várias coletividades e poderia estabelecer-se parcerias de forma a potencializar os recursos. Por exemplo, o ensino artístico pode ser dado por uma coletividade.

Penso que é fácil de implementar estes centros fazendo uma parceria com as escolas e a Câmara Municipal.

**Obrigado.**

## ANEXOS 4 – Matriz de categorização de dados

Categorias Centrais	Categorias	Subcategorias	Sujeitos
2. Perspetivas sobre a atual educação do município	2.1. Caraterização do município		2.1.1. Autarcas 2.1.2. Escolares 1.1.3. Associativos
	2.2. Problemas sentidos	2.2.1. Económicos/ financeiros	2.2.1.1. Autarcas 2.2.1.2. Escolares 2.2.1.3. Associativos
		2.2.2. Organização do território	2.2.2.1. Autarcas 2.2.2.2. Escolares 2.2.2.3. Associativos
		2.2.3. Ofertas educativas	2.2.3.1. Autarcas 2.2.3.2. Escolares 2.2.3.3. Associativos
	2.3. Soluções		2.3.1. Autarcas 2.3.2. Escolares 2.3.3. Associativos
	2.4. Educação formal e não formal	2.4.1. Positivos	2.4.1.1. Autarcas 2.4.1.2. Escolares 2.4.1.3. Associativos
		2.4.2. Negativos	2.4.1.1. Autarcas 2.4.1.2. Escolares 2.4.1.3. Associativos
	2.5. Conselho Municipal de Educação	2.5.1. Positivo	2.5.1.1. Autarcas 2.5.1.2. Escolares 2.5.1.3. Associativos
		2.5.2. Negativo	2.5.2.1. Autarcas 2.5.2.2. Escolares 2.5.2.3. Associativos
	2.6. Parcerias	2.6.1. Existentes	2.6.1.1. Autarcas 2.6.1.2. Escolares 2.6.1.3. Associativos
		2.6.2. Desejáveis	2.6.2.1. Autarcas 2.6.2.2. Escolares 2.6.2.3. Associativos
	2.7. Espaços educativos	2.7.1. Existentes	2.7.1.1. Autarcas 2.7.1.2. Escolares 2.2.1.3. Associativos
		2.7.2. Desejáveis	2.7.2.1. Autarcas 2.7.2.2. Escolares 2.7.2.3. Associativos
	2.8. Mega Agrupamentos	2.8.1. Visão	2.8.1.1. Autarcas 2.8.1.2. Escolares 2.8.1.3. Associativos
2.8.2. Organização		2.8.2.1. Autarcas 2.8.2.2. Escolares 2.8.2.3. Associativos	
3. Perspetivas sobre o futuro da educação no município	3.1. Mobilização/Participação	3.1.1. Potencialidades	3.1.1.1. Autarcas 3.1.1.2. Escolares 3.1.1.3. Associativos
	3.2. Centros Cívicos-Educativos	3.2.1. Potencialidades	3.2.1.1. Autarcas 3.2.1.2. Escolares 3.2.1.3. Associativos
		3.2.2. Fragilidades	3.2.2.1. Autarcas 3.2.2.2. Escolares 3.2.2.3. Associativos
		3.2.3. Liderança	3.2.3.1. Autarcas 3.2.3.2. Escolares 3.2.3.3. Associativos
		3.2.4. Disponibilidade para a criação	3.2.4.1. Autarcas 3.2.4.2. Escolares 3.2.4.3. Associativos

## ANEXOS 5 – Matriz de redução de dados

Categorias Centrais	Categorias	Subcategorias	Sujeitos	Unidades de Registo
2. Perspetivas sobre a atual educação do município	2.1. Caraterização do município		2.1.1. Autarcas	<p><i>“Visão, estratégia, desenvolvimento e inovação, acho que são os pilares.”</i></p> <p><i>“Temos conseguido manter o parque escolar com uma qualidade muito acima da média e existem um conjunto de respostas sociais que temos vindo a garantir e a melhorar e a aperfeiçoar sempre: Férias Ativas, Espaço Internet, rede de Biblioteca da Lousã, Espaço Jovem, Cartão Jovem Municipal, Prolongamentos de Horário, Atividades de Tempos Livres, Refeitórios Escolares, programas de Educação para a Saúde (em colaboração com as Escolas e com As Unidades de Saúde competentes, Oficina de Segurança, etc.).”</i></p> <p><i>“A relação entre a CML e os agentes – esta parceria, este estabelecimento de uma agremiação de vontades – de colocar os interesses do município acima de qualquer tipo de interesses, aliás, que para mim é a nobreza da atividade política, tem trazido excelentes resultados ao município, às pessoas, à comunidade, que é o que interessa.”</i></p> <p><i>“A educação é o principal fator de promoção do desenvolvimento - nós temos isso plasmado na nossa estratégia e não é de agora, como sabes - e os professores são os principais agentes de promoção desse desenvolvimento”</i></p> <p><i>“As prioridades, para além da obra física, eram a modernização do espaço da sala de aula com as novas tecnologias da comunicação, da informação e, evidentemente, da educação. Avançar, partindo da escola, para uma promoção sociocultural e económica mais abrangente. (...)...era preciso encontrar uma plataforma pedagógica digital e interativa que, de alguma forma, facilitasse a utilização real e efetiva das novas</i></p>

				<p><i>tecnologias da educação em sala de aula. Encontramos uma plataforma – a Camões – que com poucas horas de formação se torna extremamente fácil de utilizar e que possibilita, de uma forma quase intuitiva, a utilização do quadro interativo - sem ser uma mera tela de projeção e que, entre outras valências, permite uma interação imediata com o Magalhães ou com os computadores individuais década aluno. A «Camões» ainda se encontra em desenvolvimento. A Lousã foi o primeiro Concelho a nível mundial a adotá-la ao nível concelhio.”</i></p> <p><i>“...conseguimos projetar a filosofia educativa que o concelho já detinha há vários anos, através do trabalho e da dedicação dos professores e das direções do agrupamento que têm uma filosofia de ensino aglutinadora, que transborda e ultrapassa as fronteiras da própria escola, que vem ao encontro da comunidade, que absorve o que a comunidade oferece aos alunos em termos extracurriculares e leva isso para dentro da escola. Para nós, tudo isto foram objetivos alcançados e uma forma de reconhecer o trabalho desenvolvido pelos agentes educativos do Concelho.”</i></p>
			2.1.2.Escolares	<p><i>“Eu acho que a Lousã faz um bom trabalho no âmbito da educação, a autarquia está muito disponível para trabalhar com as escolas, há uma boa parceria, há vários anos que temos uma boa programação/planificação através do projeto educativo concelhio que nos engloba no fundo a todos e como há bom diálogo temos uma boa planificação e todos colaboramos.”( Ent.2)</i></p> <p><i>“A Educação tem sido uma das grandes prioridades deste município, que investiu, na minha opinião com grande visão, em não ser um concelho dormitório de Coimbra,...”</i> <i>(Ent.3)</i></p> <p><i>“A educação no município é um pouco o espelho daquilo que são as políticas de educação nacionais, sem nenhuma autonomia na realidade.” Ent.4</i></p>

				<p>“(…) Por mais que a autarquia pretenda fazer alguma coisa esbarra sempre com as opções superiores do ministério da educação, …(…) Por isso, por mais que haja vontade de fazer alguma coisa, a possibilidade de as fazermos é muito pequena, estamos sempre maniatados pelas orientações vindas do poder central.” (Ent.4)</p>
			2.1.3. Associativos	<p>“…tem havido um crescimento muito gradual, no entanto sei que nos últimos 5 anos foram criadas estruturas para o funcionamento, e não só estruturas físicas para o funcionamento, que tornaram o ensino na Lousã, num ensino um bocadinho à frente da realidade que nós temos em Portugal e não só na inclusão mas também através de um conjunto de projetos na área das novas tecnologias no investimento na formação e sensibilização dos professores para a atualização pedagógica e a autarquia tem se associado e tem estado muito ao lado das escolas para poderem potenciar ainda mais esse desenvolvimento.” (Ent.5)</p> <p>“Penso que é um balanço muito positivo, o concelho da Lousã em termos de educação merece ser destacado tem tido um papel atento sobre todos os problemas. Penso que sim, é muito positivo!” (Ent.6)</p>
	2.2. Problemas sentidos	2.2.1. Económicos/ financeiros	2.2.1.1. Autarcas	<p>“as obrigações financeiras legais. Inclusivamente, neste momento há municípios que não vão adjudicar os serviços de transportes e refeitórios para o próximo ano letivo – só para termos a noção do que está em causa – e esta lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso. Alguns méritos tem a lei, acho que os gestores do erário público devem ser responsabilizados pela sua gestão, mas limitar isso a um modelo de gestão como o que a Lei preconiza é acabar com a autonomia das autarquias, como exige a Constituição da República Portuguesa. Estamos a falar de questões de funcionamento normal para uma autarquia, e sabemos que uma câmara tem de ter autonomia… embora a constituição hoje seja uma espécie de romance literário, e nós estamos a ser o bode expiatório e com um enquadramento político-ideológico assumido.”</p>



				<p>“...ficou comprovado que não é o facto de haver requalificação que as pessoas mantêm os filhos nesses locais, mas é o emprego a oferta de emprego e também há uma espécie de estatuto, de doença do estatuto, em que as pessoas pensam que ter o filho a estudar numa pequena localidade não é bom, é giro é leva-lo para o centro urbano,...”</p> <p>“A grande prioridade na altura, para além da obra física que era fundamental, nomeadamente na questão da escola que era necessária (que passou e passa por um conjunto de vicissitudes aos quais somos alheios mas que temos que resolver porque o prejuízo será para a comunidade lousanense). Apesar disso a escola continua com muitos problemas: é um projeto com 30 e tal anos, com uma configuração que não se adequa com os tempos de hoje. É um projeto do ministério da educação que, enfim, eu herdei, no qual fizemos os possíveis para contrariar algumas decisões que o próprio projeto tinha. “</p>
			2.2.1.2. Escolares	<p>“Creio que a maior dificuldade que a educação municipal enfrenta é a sobrelotação do parque escolar, sobretudo das escolas centrais, o atraso na obra da escola nova e os cortes orçamentais que se irão refletir em todos os apoios ao nível de transportes, atividades, equipamento informático, material escolar e de funcionários.” (Ent.3)</p> <p>“As dificuldades normalmente são financeiras, a autarquia tem resolvido sempre o que tem podido, estou a falar ao nível de transportes para atividades com os alunos, penso que já foi melhor, quando solicitada a autarquia resolvia facilmente o transporte dos alunos, o que não se passava noutras autarquias. (...) As dificuldades são mesmo com a falta de recursos que a autarquia enfrenta.” (Ent.2)</p> <p>“Eu creio que as dificuldades são financeiras, quer aqui ao nível da escola em que o município é parte interessada, vemos que há vontade do município em que as coisas possam avançar num determinado sentido, mas depois vê-se manietado mais uma vez, por</p>

				<i>pés e mãos atadas por questões legais, pela nova lei das autarquias. “(Ent.4)</i>
			2.2.1.3. Associativos	<p><i>“Neste momento sobretudo financeiros, parece-me que há uma pro atividade no desenvolvimento de um conjunto de projetos, mas existem limitações financeiras que me parecem importantíssimas para limitarem o desenvolvimento de novos projetos, nomeadamente ao nível das infraestruturas.” (Ent.5)</i></p> <p><i>“Provavelmente financeiros, não é? E agora, todos os obstáculos criados á volta da nova escola, no entanto é bom, parece-me não haver grandes divergências em relação à educação.” (Ent.6)</i></p>
		2.2.2. Organização do território	2.2.2.1. Autarcas	<i>“(…), as escolas do centro estão a abarrotar e depois temos algumas escolas, excelentes escolas com excelentes condições com pouquíssimas crianças, porque os pais não têm trabalho lá e como vêm para a vila trazem os filhos para o local mais próximo do seu trabalho, o que é verdade, os avós, por exemplo ,não estão lá não, podem dar a resposta familiar e gerar este equilíbrio, mas o facto é que houve investimento e ficou provado que não é isso que mantém as pessoas.”</i>
			2.2.2.2. Escolares	<i>“ ... não ser um concelho dormitório de Coimbra, risco que correu, seriamente, nos anos 90, quer pela proximidade de Coimbra, quer por ser um lugar aprazível, quer, ainda, pelo custo da habitação e pelos acessos – comboio e promessa de metro.” (Ent.3)</i>
			2.2.2.3. Associativos	
		2.2.3. Ofertas educativas	2.2.3.1. Autarcas	
			2.2.3.2. Escolares	<i>“... ensino noturno fechou na Lousã, que já vinha a funcionar desde o início década de 80. Terminou porque já tínhamos pouca procura por parte dos alunos e pelas exigências legais de criar turmas muito grandes, o que no caso do ensino noturno é difícil conseguir. (...) Na realidade já no ano passado conseguimos fazer uma turma com 25 alunos mas</i>

			<p><i>como as respostas tardaram quando se verificou a autorização já só tínhamos 20 o que depois inviabilizou a criação dessa turma. E foram 20 alunos que ficaram sem a oportunidade de aumentar as suas habilitações.” ( Ent.2)</i></p> <p><i>“... vamos deixar de ter o CEF para o terceiro ciclo e neste momento só temos os profissionais nas áreas de gestão, eletricidade eletrónica e energias renováveis para a qual temos bons recursos materiais e deixámos de ter recursos humanos, por aposentações (no caso dos dois últimos cursos apontados). Espero é que estes cursos também não terminem de repente se não ficamos com os equipamentos e sem respostas.” ( Ent.2)</i></p> <p><i>“... a organização da rede escolar, que tem objetivos, nomeadamente a constituição de oferta educativa ao nível local, este ano fomos todos chamados à Direção Regional de Educação do Centro (DREC) e lá informaram as turmas que iríamos ter para o próximo ano letivo (2012/2013) sem se quer falar previamente com os diretores ou responsáveis autárquicos, dizendo que são as instruções do ministério que tinham cotas e que fizeram a distribuição. “(Ent.4)</i></p> <p><i>“ A escola fez o seu trabalho pediu os aditamentos para poder ministrar esses cursos e depois a DREC não deixou. O município através do pelouro da educação e através de Câmara no seu todo penso que numa resolução da Assembleia Municipal enviou o seu parecer à DREC e a resposta que receberam é que tinham de seguir as normas/regras do ministério e que não havia cota poder abrir outros curso e outras turmas.” (Ent.4)</i></p> <p><i>“A aposta da oferta educativa tem sido até aqui de certo modo diversificada e neste momento estamos a sentir um bocadinho atrofiados, ou seja, o que vamos fazer aos alunos do 3º ciclo, e já este ano, que pelo seu percurso e as retenções que obtiveram necessitavam de outros caminhos, como não estávamos a contar com o fecho dos CEF que nos ia dando as respostas necessárias e nem pensamos nos Percursos Curriculares Alternativos (PCA)</i></p>
--	--	--	---

				<i>e o prazo das candidaturas já terminou.” (Ent.2)</i>
			2.2.3.3. Associativos	
	2.3. Soluções	2.3.1.	2.3.1. Autarcas	<i>“... recém-criado, observatório socioeconómico, órgão criado em Janeiro pelo Presidente de Câmara para a atuação de casos sociais resultantes da crise que estamos a viver, ...”</i>
			2.3.2. Escolares	<i>“... a criação de uma turma de ensino integrado de música, em protocolo com o conservatório de Coimbra é mais um exemplo desse esforço de diversificar ofertas.” (Ent.3)</i>
			2.3.3. Associativos	
	2.4. Aspetos da Educação	2.4.1. Positivos	2.4.1.1. Autarcas	<p><i>“...a qualidade do parque escolar da esmagadora maioria dos estabelecimentos de ensino, ...”</i></p> <p><i>“Em traços gerais foi a inclusão, o parque escolar e agora a modernização, as novas tecnologias, o apoio ao empreendedorismo, e as AEC, que são uma resposta interessantíssima.”</i></p> <p><i>“...a certificação dos refeitórios foi um projeto em que CML foi pioneira a nível nacional. Temos protocolos estabelecidos recentemente com a associação portuguesa de nutricionistas, controlamos as ementas, as calorias, o tipo de géneros que as crianças consomem e temos tido uma preocupação na área da alimentação na sensibilização para a alimentação saudável e de luta contra a obesidade...”</i></p> <p><i>“A relação entre a CML e os agentes, esta parceria este estabelecimento de uma agremiação de vontades de colocar os interesses do município acima de qualquer tipo de interesses, aliás que para mim é a nobreza da atividade política, tem trazido excelentes resultados ao município às pessoas á comunidade... “</i></p>

			<p>“...conjunto de projetos e políticas que temos mantido e, parece-me, aperfeiçoado gradualmente: Férias Ativas, Espaço Internet, rede de Biblioteca da Lousã, Espaço Jovem, Cartão Jovem Municipal, Prolongamentos de Horário, Atividades de Tempos Livres, Refeitórios Escolares, programas de Educação para a Saúde (em colaboração com as Escolas e com As Unidades de Saúde competentes, Oficina de Segurança, as AEC, as Novas Tecnologias da Educação, as parcerias com as Academias de Música, de Bailado, de Motricidade Infantil, de Teatro, com o Conservatório de Música – através da criação de uma turma no Agrupamento de Escolas que irá iniciar no próximo ano letivo o ensino vocacional de Música, a excelente atuação do CMEL e do Conselho Consultivo Municipal da Juventude e do Desporto...são apenas algumas das mais importantes referências que demonstram a qualidade e a excelência da Educação na Lousã.”</p> <p>... através de um projeto pioneiro - a plataforma Camões - com o interesse dos privados envolvidos (empresa da plataforma camões, dos quadros interativos, material informático, etc.), que fez com que conseguíssemos promover a Lousã para lá das nossas fronteiras até a nível internacional.”</p> <p>“Conseguimos, acho eu, atingir esses níveis de promoção nacional e internacional da Lousã – como é conhecido publicamente. Também a partir da “sala de aula” promovemos o empreendedorismo, não só dos que estão a utilizar diariamente estes recursos, a criar blogs, etc., mas também de docentes que estão a desenvolver produtos, nomeadamente o professor João Carlos Ramalheiro que ficou em 2.º lugar no concurso europeu da Microsoft dos professores inovadores e que vai estar na final mundial. O Agrupamento de Escolas da Lousã, através deste projeto da Câmara Municipal, conseguiu também ter esta visibilidade internacional e ver reconhecido o trabalho que vinha a desenvolver há muitos anos ao ser integrado nas cerca de 60 escolas mas inovadoras do mundo (e não apenas ao nível das novas tecnologias, note-se!) selecionadas pela Microsoft. “</p> <p>2.4.1.2. Escolares</p> <p>“Tem sido muito positivo e tem vindo a aumentar as parcerias e o diálogo que se tem vindo a aperfeiçoar, por exemplo este último ano (2011/2012) a planificação das atividades e dos timings foram atempadamente definidos de acordo com o calendário escolar o que permitiu uma melhor articulação e planificação. O plano de atividades da Câmara foi realizado de acordo com os calendários das escolas.” ( Ent.2)</p> <p>“Este trabalho em rede, o grande investimento em estabelecer parcerias, articular</p>
--	--	--	---

				<p>atividades, é um ponto forte do funcionamento da educação no Município; outro fator muito positivo é a perceção e valorização, por parte do município, da importância da educação para o concelho e a valorização e reconhecimento do trabalho das escolas e dos docentes.” (Ent.3)</p> <p>“É dos poucos ou únicos concelhos em que a população estudantil está a aumentar, é um fator a ter em conta em qualquer avaliação da educação que se faça do concelho. Creio que o concelho soube dar a resposta, através dos diversos organismos que existem a esse nível o concelho sobe estar a altura, a construção da nova escola, a constituição dos agrupamentos, nesse aspeto o município da Lousã está desperto para o setor da educação. O que não é a realidade de outros municípios que eu conheço. “(...) “... é o empenho do próprio executivo municipal e que depois leva às outras estruturas do município na questão educativa,... Isto mostra que há de facto uma preocupação e atenção para a educação por parte da autarquia, colocando as pessoas certas, com a sensibilidade necessária.” (Ent.4)</p>
			2.4.1.3. Associativos	<p>“Tenho de destacar dois aspetos, nos últimos anos a questão das tecnologias tem sido muito mais visível, a plataforma Camões e outras. Paralelamente, a questão da educação inclusiva que é uma grande aposta do município.” (Ent.5)</p> <p>“...antes das AEC's serem obrigatórias a Câmara já as fazia ou seja a Lousã está a cima da média nacional. Eu também já fui da associação de pais no 1º ciclo e eu penso que foi feito por parte da autarquia um grande melhoramento nas escolas primárias e é pena que algumas depois venham a fechar, a utilização de diferentes espaços como a piscina, mas eu penso que há mais aspetos positivos que negativos.” (Ent.6)</p>
		2.4.2. Negativos	2.4.2.1. Autarcas	<p>“...desde logo as obrigações financeiras legais.”</p> <p>“...acho que os gestores do erário publico devem ser responsabilizados pela sua gestão, mas limitar</p>

				<p><i>isso a um modelo de gestão como o que a Lei preconiza é acabar com a autonomia das autarquias, como exige a Constituição da República Portuguesa. Estamos a falar de questões de funcionamento normal para uma autarquia, e sabemos que uma câmara tem de ter autonomia... embora a constituição hoje seja uma espécie de romance literário, e nós estamos a ser o bode expiatório e com um enquadramento político-ideológico assumido. ”</i></p>
			2.4.2.2. Escolares	<p><i>“Creio que a maior dificuldade que a educação municipal enfrenta é a sobrelotação do parque escolar, sobretudo das escolas centrais, o atraso na obra da escola nova e os cortes orçamentais que se irão refletir em todos os apoios ao nível de transportes, atividades, equipamento informático, material escolar e de funcionários.Ent.3</i></p> <p><i>As dificuldades são mesmo com a falta de recursos que a autarquia enfrenta. Quando não faz é porque não é mesmo possível. “( Ent.2)</i></p>
			2.4.2.3. Associativos	<p><i>“...estou a pensar na carta educativa que acaba por espelhar as políticas educativas. No entanto é me difícil estar-me a pronunciar, enquanto representante da arcil, pois não tem necessariamente a ver com áreas em estejamos envolvidos. Existem várias questões polémicas nomeadamente a questão da organização educativa do concelho, os agrupamentos. Mas para a arcil isto não tem implicações, sendo difícil pronunciarmo-nos. “</i></p>
	2.5. Conselho Municipal de Educação	2.5.1. Positivo	2.5.1.1. Autarcas	<p><i>“Funciona muito bem. Não fazemos nada que seja contra a vontade dos nossos parceiros, não utilizamos a educação para fazer partidarites ou aquilo que é designada por politiquice, pode haver erros, isso sim, que tenham acontecido mas isso é raro e faz parte da condição humana, mas o CMEL, nós fizemos uma reestruturação á 2 anos, que já foi aprovada, em que decidimos incluir os presidentes dos conselhos gerais, não tinha lógica não estarem presentes é o órgão máximo de cada Agrupamento/escola incluímos a direção do Agrupamento/Escolas, incluímos representantes dos professores dos diferentes ciclos, os 4 níveis, e das diferentes instituições de ensino além disso faz parte o centro de</i></p>

				<i>emprego o representante da CML da Juventude e desporto, a CPCJ e todos os outros elementos.”</i>
			2.5.1.2. Escolares	<p><i>“Na Lousã, por tudo o que já disse, o Conselho Municipal de Educação nasceu naturalmente, sem complicações.(...) Neste momento, o CME da Lousã tem pela frente o grande desafio da definição da rede educativa do Concelho – a Lousã tem resistido até ao limite à implementação de um Agrupamento único – que seria “Mega” – e a atualização da Carta Educativa. Não menos exigente é o desafio – premente – de rever o Projeto Educativo Concelhio à luz dos desafios da Educação para o século XXI. (“Ent.3)</i></p> <p><i>“Os aspetos positivos são a obtenção de um espaço em que as pessoas estão lá e debatem os assuntos pertinentes e é lá que se define o que é melhor para o concelho estando todos a trabalhar para o mesmo.” ( Ent.2)</i></p>
			2.5.1.3. Associativos	
		2.5.2. Negativo	2.5.2.1. Autarcas	<i>“Não vejo desvantagens, sinceramente não vejo desvantagens para a política local pelo contrário, com esta visão com este conceito de ação política que nós temos.</i>
			2.5.2.2. Escolares	<p><i>Creio que precisa agora de ser mais dinâmico, não deixar que o seu espaço seja uma mera formalidade.” (Ent.3)</i></p> <p><i>“Não estou a ver neste momento nenhum aspeto negativo do funcionamento do conselho municipal de educação. Reúne sempre que necessário e está atento, emitindo as suas opiniões e foi muito importante agora na questão da agregação (Mega agrupamento) reunimos e foi interessante saber as opiniões de todos os intervenientes notando-se uma convergência e consenso sobre os caminhos a adotar e trabalhamos todos para o mesmo, no fundo será uma política concertada do concelho que promove este consenso sentindo-</i></p>



				<p><i>se que se trabalha em educação e que há resultados. ( Ent.2)</i></p> <p><i>O aspeto negativo o funcionamento nem sempre é o mais eficaz e se calhar é mais cómodo cada um ficar coma sua "quintinha" eu cá trato das minhas coisas e tratem vocês das vossas. Embora haja às vezes iniciativas que são propostas mas são pontuais. "(Ent.4)</i></p>
			2.5.2.3. Associativos	
2.6.	Parcerias	2.6.1. Existentes	2.6.1.1. Autarcas	<p><i>"A principal parceria é com as direções das escolas, Agrupamento, Escola Secundária e Escola Profissional. Depois todas as referidas anteriormente: tecido associativo do concelho, as ipss, e até empresas privadas."</i></p> <p><i>"... temos essa visão da «cidade educadora» - cidade no sentido de uma certa urbanidade cultural e intelectual, sem elitismos. Somos sócios da Escola Profissional da Lousã, o que revela esta necessidade estratégica e visão de manter no concelho uma resposta formativa profissional, não temos protocolos assinados mas temos parcerias com a academia de música da Lousã, com a academia de bailado, temos um protocolo com a academia de motricidade infantil, no âmbito do empreendedorismo, que iniciou a atividade em Janeiro e que funciona no espaço da CML."</i></p> <p><i>"Depois temos o Projeto Miminho dos Avós, em que os seniores podem frequentar várias atividades, pintura, canto coral, canto tradicional, temos também p Projeto O Baú, com a circulação dos baús livros que circulam pelas IPSS, onde se estão os idosos, contadores de histórias que vão contar e trabalhar os livros havendo uma relação intergeracional através do livro, há o momento interessantíssimo na área do desporto que é o encontro de gerações, parcerias desportivas com os clubes desportivo. "</i></p>
			2.6.1.2. Escolares	<p><i>"A Escola tem parcerias com uma série de instituições e organismos locais, regionais, nacionais e internacionais, nomeadamente ao nível de projetos em que participa com outras escolas, do país e do mundo. É muito fácil estabelecer parcerias no concelho,</i></p>

			<p><i>porque o trabalho em rede faz parte da lógica municipal e da comunidade educativa, por isso é natural que as parcerias aconteçam, mais formais ou menos formais (É importante referir que os pais são uma peça fundamental de todo este trabalho em rede e que estão implícitos em todas as referências ao trabalho colaborativo no concelho; as associações de pais/ representantes de pais reúnem periodicamente com a escola e com a autarquia, acompanham o projeto educativo e a avaliação de resultados dos alunos, bem como o plano de atividades.). “(Ent.3)</i></p> <p><i>“Nota-se grande abertura entre a escola e essas instituições criando-se parcerias complementando-se. Disponibilizamos os nossos recursos havendo grandes dinâmicas de entreatajuda no desenvolvimento de projetos pontuais. “(Ent.2)</i></p> <p><i>“Tem sido fácil, até hoje quando foi preciso bater a alguma porta, nenhuma nos foi fechada. Se por ventura alguma parceria não foi avante, foi por não necessidade ou por inexistência de condições. No município nunca tivemos problemas em estabelecer parcerias.” (Ent.4)</i></p>	<p><i>porque o trabalho em rede faz parte da lógica municipal e da comunidade educativa, por isso é natural que as parcerias aconteçam, mais formais ou menos formais (É importante referir que os pais são uma peça fundamental de todo este trabalho em rede e que estão implícitos em todas as referências ao trabalho colaborativo no concelho; as associações de pais/ representantes de pais reúnem periodicamente com a escola e com a autarquia, acompanham o projeto educativo e a avaliação de resultados dos alunos, bem como o plano de atividades.). “(Ent.3)</i></p> <p><i>“Nota-se grande abertura entre a escola e essas instituições criando-se parcerias complementando-se. Disponibilizamos os nossos recursos havendo grandes dinâmicas de entreatajuda no desenvolvimento de projetos pontuais. “(Ent.2)</i></p> <p><i>“Tem sido fácil, até hoje quando foi preciso bater a alguma porta, nenhuma nos foi fechada. Se por ventura alguma parceria não foi avante, foi por não necessidade ou por inexistência de condições. No município nunca tivemos problemas em estabelecer parcerias.” (Ent.4)</i></p>
			<p>2.6.1.3. Associativos</p>	<p><i>“Muito do trabalho que é feito em parceria entre a arcil e a autarquia, é o trabalho informal que não é protocolado e que tem a ver com o histórico e o desenvolvimento da arcil e do próprio concelho da Lousã, funcionando a arcil como um recurso da Lousã e dos concelhos limítrofes, há muitas atividades pontuais que não são protocoladas mas que tem a ver com as práticas consolidadas de apoio”.</i></p> <p><i>“Existem como já foi mencionado, a autarquia sempre apoiou a coletividade com subsídio anual, como apoia todas as coletividades do concelho, neste caso a junta de freguesia também nos dá algum apoio principalmente contribuindo com o transporte o que facilita muito. Depois logicamente em troca a associação está sempre disponível para participar em todos os eventos que a Câmara faça e que convida a associação além disso estamos</i></p>

				<i>sempre prontos para participar noutros eventos como receções que são feitas com parcerias informais com as escolas. Desde que sejamos solicitados estamos sempre disponíveis para colaborar com todas as entidades.” (Ent.6)</i>
		2.6.2. Desejáveis	2.6.2.1. Autarcas	
			2.6.2.2. Escolares	
			2.6.2.3. Associativos	
	2.7. Espaços educativos	2.7.1. Existentes	2.7.1.1. Autarcas	<p><i>“- nos espaços verdes de lazer e até de desporto informal temos uma lacuna que gostaríamos muito de ter já resolvido e agora sem o QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) vai ser muito difícil - o Estado vai retirar 1 Milhão e 400 Mil euros ao QREN das autarquias. Temos pavilhões nas freguesias, temos um centro cultural em Serpins, o clube recreativo de Vilarinho que tem um espaço interessantíssimo - um auditório polivalente, temos boas respostas em Foz de Arouce - o campo desportivo da Pegada e a casa do povo.</i></p> <p><i>- a biblioteca sim, mas precisava de um “refresh”, de uma requalificação, que temos vindo a efetuar gradualmente;</i></p> <p><i>- temos 3 auditórios e um cineteatro que precisava também de uma renovação/requalificação;</i></p> <p><i>- os espaços museográficos são também suficientes (contamos abrir no próximo ano o Museu Municipal Álvaro Viana de Lemos) – o Museu Carlos Reis aguarda abertura do QREN... Equipamentos desportivos também me parecem suficientes.</i></p>
			2.7.1.2. Escolares	<i>“Eu acho que sim oferece bastantes coisas, a biblioteca está bem equipada, houve um grupo de alunos nosso que trabalhou neste sentido e que chegaram à conclusão que não havia muitos espaços de lazer, mas ao nível dos espaços educativos tem; os museus, o parque Carlos Reis é lindíssimo, ... “( Ent.2)</i>

				<p><i>“Creio que a comunidade lousanense tem feito um enorme esforço para diversificar os espaços de oferta educativa: vejam-se as filarmónicas, a academia de música e a de bailado, a escola de concertinas, o grupo de teatro, as atividades da Rede de Bibliotecas, as feiras de juventude e educação, o Parque Carlos Reis, com o seu auditório ao ar livre, a Nave de Exposições, os museus, o cineteatro, sempre disponível para as escolas, a agenda cultural, a “universidade da terceira idade”, a formação de adultos.” (Ent.3)</i></p> <p><i>“Eu diria que oferece os suficientes para a procura. Mas tem bastante mais do que muitos outros municípios que conheço.” (Ent.4)</i></p>
			<p>2.7.1.3. Associativos</p>	<p><i>“A Lousã tem crescido e melhorado muito nos espaços interiores, mais do que nos espaços exteriores. (...) ... Lousã é uma terra naturalmente verde e que cresceu nos últimos 20 /30 anos de uma forma um bocadinho selvática e não se pensou na formação não formal. (...)Ter espaços com mais preocupações educativas para a educação ambiental, temos aqui á volta alguns exemplos, como quintas biológicas que foram surgindo em espaços muito próximos do centro de funcionamento urbano e que nós não quero dizer que não se fez nada no espaço ao ar livre e de contacto ambiental, mas acho que se fez menos do que se poderia fazer sendo o nosso cenário tão verde.” (Ent.5)</i></p> <p><i>“Em Serpins temos agora alguns espaços muito aprazíveis o pavilhão foi todo reestruturado pela Associação Desportiva Serpinense o piso foi mudado, teve um alargamento das bancadas. Cá fora tem um parque infantil e atividades de manutenção para a terceira idade e também um polivalente com piso bom que dá também para jogar ténis. Uma melhoria para todas as fchas etárias além da praia fluvial e do parque de campismo.</i></p> <p><i>Relativamente aos espaços educativos que a Lousã oferece, considero que o concelho está bem equipado e quando a nova escola estiver pronta irá resolver os problemas de</i></p>

				<i>instalações da Escola Básica nº 2 da Lousã. Quanto a espaços exteriores, falta um espaço para desportos radicais, para o qual existe um projeto apresentado por um grupo de alunos da Escola Secundária.” (Ent.6)</i>
		2.7.2. Desejáveis	2.7.2.1. Autarcas	<i>“...é uma lacuna precisávamos de um espaço verde, um parque da vila onde se pudesse praticar deporto informal ter” landscape”, ir correr com os filhos, andar de bicicleta, etc. “ “...cineteatro que precisava também de uma renovação/requalificação;” “- a biblioteca ... precisava de um “refresh”, de uma requalificação,...”</i>
			2.7.2.2. Escolares	<i>“...talvez a falta de um espaço verde de lazer embora temos muita serra verde. Talvez não seja suficiente mas adequado à população.” (Ent.2) “... o Cineteatro necessitaria de ser modernizado e a agenda cultural integrar uma oferta mais diversificada.” (Ent.3) “...Talvez um espaço verde, o que vinha de acordo com a nossa tentativa de um projeto que tivemos há alguns anos e que englobava alguns parceiros para criar algo desse género.” (Ent.4)</i>
			2.7.2.3. Associativos	<i>“Ter espaços com mais preocupações educativas para a educação ambiental, temos aqui á volta alguns exemplos, como quintas biológicas que foram surgindo em espaços muito próximos do centro de funcionamento urbano e que nós não quero dizer que não se fez nada no espaço ao ar livre e de contacto ambiental, mas acho que se fez menos do que se poderia fazer sendo o nosso cenário tão verde.” (Ent.5) “A existência de um local apoiado pela autarquia para ajudar os alunos mais necessitados nas suas tarefas escolares.” (Ent.6)</i>
2.8.	Mega	2.8.1. Visão	2.8.1.1. Autarcas	<i>“Eu nunca concordei com a Carta Educativa, e ela neste momento está desatualizada e</i>

	Agrupamentos			<p><i>estamos a trabalhar nela. No entanto temos dito ao Ministério da Educação que só pegamos na Carta Educativa quando a Escola nova estiver pronta (...) nós não queremos moldar o nosso concelho às orientações nacionais que não conhecem o terreno que não sabem as dinâmicas que estão aqui implementadas e além disso com medidas que não iriam garantir nenhuma poupança ao erário público, pelo contrário.”</i></p>
			2.8.1.2. Escolares	<p><i>“Os Mega agrupamento são unicamente para poupar recursos, unicamente economicista, não havendo ao nível pedagógico qualquer tipo de critérios. Não vejo nenhuma melhoria nas escolas, percursos, ...não se verificando melhorias sendo uma escola tipo empresa que tem alguém a comandar que não conhece ninguém e como eu gosto do que faço estou no terreno e sei quem é aquele aluno ou aquele professor e conhecemo-los pelos nomes, como pessoas.” (Ent.2)</i></p> <p><i>“ Quando os agrupamentos passam a “mega”: dezenas de edificios dispersos, uma direção deslocada com dificuldade de se descentralizar, uma população escolar dilatada, acaba por se voltar ao modelo antigo do isolamento, em que o papel desempenhado pelas direções regionais, câes ou as velhinhas delegações escolares passa a ser representado pela sede do agrupamento: esvai-se a relação de pertença, de enraizamento, de matriz e volta-se a funcionar no modelo anterior, cada um por si. O que é um agrupamento “Mega”? Depende de muitos fatores: 2000 alunos num único edificio, não é o mesmo que 2000 espalhados por 20. Não é comparável. Por isso defendo que compete a cada comunidade definir qual a melhor forma de funcionamento.” (Ent.3)</i></p> <p><i>“Os Mega agrupamentos são apenas um instrumento economicista e não pedagógico, não vejo vantagem nenhuma, isto porque antes de estar aqui na escola profissional já estive no ensino regular publico e privado também em função de direção, e não acho de modo nenhum que os Mega agrupamentos tragam alguma vantagem no ponto de vista pedagógico, antes pelo contrário. É muito mais difícil para um diretor gerir todos os espaços e pessoas, só rodeando-se de uma equipa monstruosa,” Mega equipa” e nesse</i></p>

				<i>nem as razões economicistas acabam por prevalecer. Mais uma vez refiro que não vejo nenhuma vantagem pedagógica nos Mega agrupamentos, antes pelo contrário!” (Ent.4)</i>
			2.8.1.3. Associativos	<i>“Não temos uma visão política estruturada, reconhecendo vantagens e desvantagens nos Mega Agrupamentos. A possibilidade de agrupar várias escolas num concelho pequeno, poderia ter sempre a vantagem da otimização dos recursos disponíveis, agora vamos ver o outro lado, o facto de termos uma gestão demasiado centralizada muitas das vezes é difícil ir ao encontro das pequenas necessidades que marcam a diferença de cada uma das escolas. Por outro lado, isto num sentido hipotético, o desenvolvimento educativo das várias escolas ao longo dos anos não tem caminhado ao mesmo ritmo. Para as escolas que tem um ritmo mais avançado poderá haver algum prejuízo tendo que dar alguns passos para trás e poderão não ser as escolas com mais poder político para a nova organização, mas por outro lado as escolas que ainda não refletiram num conjunto de aspetos a melhorar poderão ganhar.” (Ent.5)</i>
		2.8.2. Organização	2.8.2.1. Autarcas	
			2.8.2.2. Escolares	<i>“A melhor organização para a Lousã, como já temos estudado, seria de dois agrupamentos, a nível de alunos ficariam divididos ao nível de estruturas ainda não pensamos nisso como organizamos os níveis de ensino. Estamos a estudar isso, no entanto 2 agrupamentos é o melhor. Além disso só depois de sabermos os níveis e os alunos que a nova escola vai ter é que podemos ver quem agrupa com quem. “(Ent.2)</i>  <i>“Na Lousã, neste momento, creio que o modelo desejável é funcionarem dois agrupamentos, com cerca de 1300 alunos cada, fazendo, como até agora, a articulação das ofertas em sede de projeto educativo concelhio e Conselho Municipal de Educação. Daqui a alguns anos, com a concentração dos alunos num centro educativo, e caso a população venha a diminuir –a tendência não tem sido essa – poderá vir a fazer sentido</i>

				<p><i>haver um único agrupamento. Para já esse modelo será prejudicial à educação na Lousã.” (Ent.3)</i></p> <p><i>“Creio que a organização que há aqui na Lousã é de longe a melhor, não isolar os diversos ciclos de ensino, haver ensino integrado, acho que é pedagógico, mas fazer só um agrupamento, e tendo a Lousã ainda uma população a crescer é um número demasiado elevado para se constituir só um agrupamento. Creio que a solução de 2 agrupamentos escolares seria a ótimo, cuja base de constituição seria a área geográfica. Vejo com bons olhos e sempre agrupamentos verticais, com os diversos níveis de ensino.” (Ent.4)</i></p>
			2.8.2.3. Associativos	<i>“Embora não tendo uma opinião estruturada, até aceitaria um mega agrupamento, salvaguardando-se a autonomia de gestão das principais escolas, mas não é o que é proposto.” (Ent.5)</i>
<b>Categorias Centrais</b>	<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Sujeitos</b>	<b>Unidades de Registo</b>
3. Perspetivas sobre o futuro da educação no município	3.1. Mobilização/ Participação	3.1.1. Mobilização	3.1.1.1. Autarcas	<p><i>“Nós sentimos pouca mobilização. Temos um tecido associativo bastante diversificado. No desporto conseguimos ter taxas de participação muito positivas assim como em alguns momentos e atividades culturais. A dificuldade está em aumentar a adesão das pessoas aos eventos mais eruditos e, de resto, não é só um problema da Lousã.”</i></p> <p><i>“Os espaços e equipamentos desportivos, cívicos, culturais podem ser usados como espaços formativos. Qual tem sido a nossa dificuldade? Motivar a população para aderir a esses momentos.”</i></p>
			3.1.1.2. Escolares	<i>“como todas as comunidades, a dificuldade que há em chamar as pessoas a participar prende-se com a falta de hábito de o fazer, com a falta do exercício pleno da democracia. Somos mais reativos do que pró-ativos e isto só se aprende praticando a participação,</i>



				<p><i>praticando, praticando, praticando... olha, a Escola é um espaço essencial de aprendizagem desta participação. Creio que arriscar esta prática e insistência de participação dá trabalho, por vezes é incómoda, mas terá sempre bons frutos. As comunidades como a Lousã, com a dimensão da Lousã, são comunidades ideais para promover esta participação ativa: assembleias, grupos de debate, envolvimento das freguesias, associações, órgãos como o Conselho Municipal de Educação, etc. Parece-me que, ao nível da Lousã, em que há já uma grande rede de interações montada e de cooperação entre os diferentes grupos/setores da comunidade, mas em que muitas vezes as coisas acontecem pontualmente, ou casuisticamente, o que seria preciso agora era estruturar e tornar mais consistente intencional e sistemática a rede existente.”(Ent.3)</i></p> <p>“Eu acho que a Lousã já faz qualquer coisa neste sentido, no entanto, sinto que não é um problema da Lousã mas um problema nacional. Os jovens cada vez ficam mais em casa agarrados aos telemóveis e computadores a comunicarem mas à distância. Este não é um problema da Lousã e um problema geral que está a acontecer na sociedade e principalmente nos jovens antigamente era uma idade de rebeldia. Em casa é que está tudo.</p> <p>A população da Lousã podia ser mobilizada facilmente, por outro lado, neste momento a Lousã tem muita gente que não é propriamente de cá, a Lousã deixou de ter uma identidade lousanense, sendo assim mais difícil a sua mobilização.” (Ent.2)</p> <p>“Temos de saber que estamos em Portugal, e os portugueses gostam de ir para a praia no verão e ficar em casa à lareira no inverno, agora ir para a rua fazer valer os seus direitos... Nem que mos tirem! Infelizmente é a nossa realidade, já dizia Miguel Torga que somos os eternos insatisfeitos mas não passamos disso. Criticamos porque sobem os impostos, criticamos porque não sei o quê mas não fazemos nada. E a Lousã vai no mesmo, não é diferente do resto do país. Agora agravado com o facto de muitos dos residentes não terem aqui raízes e a Lousã ser um dormitório, não havendo um vínculo, não tem aqui os amigos e as pessoas conhecidas.</p> <p>Creio, que aqui, as pessoas têm a mentalidade de que quem está nos lugares de decisão é que tem a obrigação de fazer e de ir a esses eventos”(Ent.4).</p>
			3.1.1.3. Associativos	“Torna-se urgente envolver os pais / encarregados de educação a participar ativamente na

				vida escolar dos seus educandos. Será necessário apelar à participação dos pais nas reuniões realizadas nas escola. É preciso promover ações com temas apelativos para “chamar os pais” a envolverem-se nos problemas da comunidade. A criação de um espaço aberto, onde as pessoas se encontrassem e desenvolvessem ações seria um bom ponto de partida”(Ent.6).
		3.1.2. Participação	3.1.2.1. Autarcas	<p>“Fizemos um inquérito quando cheguei à CML, aos alunos da escola secundária e da escola profissional e havia uma pergunta que era: o que achas que faz falta na Lousã? E havia uma série de opções e as mais escolhidas foram a Pousada da Juventude, que já havia, e o MacDonalds. Se fizeres o mesmo inquérito noutros concelhos aqui à volta, falta o karaté, falta uma academia de música”</p> <p>“nós utilizamos variadas formas para tentar chegar às pessoas: jornais, newsletter, agenda municipal, redes sociais, folha da água, site da Câmara...”</p> <p>“nós abrimos os espaços da Escola de Casal de Santo António: está aberto para que as pessoas possam usufruir do parque infantil ao fim de semana. Vir a implementar esta oferta em todas as escolas talvez não se justificasse. Há escolas que têm outras ofertas nas suas imediações.”</p>
			3.1.2.2. Escolares	<p>“De uma maneira geral nas iniciativas que a autarquia realiza há alguma participação. Quando a câmara aposta numa nova atividade eu acho que as pessoas estão lá que vão, até nas coisas de menor dimensão por exemplo no auditório “(Ent2.).</p> <p>“As dificuldades são essencialmente motivacionais, hereditárias e contagiosas. Nas localidades onde não há nada luta-se para ter qualquer coisa nos sítios em que já há alguma coisa as pessoas ficam acomodadas”(Ent.4).</p>
			3.1.2.3. Associativos	“As pessoas são pouco participativas. Participam pouco onde podem dar as suas opiniões e quando aparecem normalmente é para criticarem e não para dar soluções”(Ent.6).
	3.2. Centros Cívicos-Educativos	3.2.1. Potencialidades	3.2.1.1. Autarcas	<p><i>“Penso que na Lousã, temos já implementado e no terreno o conceito da cidade educadora... e não integramos a Rede formal das Cidades Educadoras.”</i></p> <p><i>“É de facto esta pluralidade de ofertas e de capacidade e de promoção de várias respostas formativas a todas as pessoas, a todos os munícipes que pretendemos proporcionar. Neste</i></p>

				<p><i>momento, por exemplo, estamos a estudar um projeto que me parece de grande importância: trata-se de uma “escola de pais”. Em princípio, a sua base física será a Biblioteca Municipal”</i></p>
			3.2.1.2. Escolares	<p><i>“Sim, a filosofia do concelho é essa, funcionamos um bocado assim.” (Ent.2)</i></p> <p><i>“Este conceito de Cidade Educadora, não sei se te lembras, mas é um conceito caro à Lousã, já às duas últimas vereações da educação. No fundo, creio que este foi um conceito que esteve, desde início, muito no horizonte da comunidade, pelo menos das pessoas mais ligadas à educação, não como um objetivo definido num plano de ação, mas mais como um horizonte de referência, um modelo desejável e inspirador de práticas e projetos.” (Ent.3)</i></p> <p><i>“O mais interessante é que como sabemos a escola não consegue dar resposta a tudo, embora tentem ou seja a escola é quase obrigada a dar resposta a tudo, além da transmissão de conhecimentos para o qual estava vocacionada através dos professores mas a escola não tem capacidade para dar resposta aos vários aspetos sociais que nos aparecem. Como sabemos, as escolas não têm técnicos como por exemplo psicólogos. Por isso se nos conseguíssemos organizar de outro modo, criando interação com outros organismos talvez fosse o ideal para dar uma melhor resposta a todos os alunos.” (Ent.2)</i></p> <p><i>“É que eles de facto possam ser centros-cívicos educativos e que haja a conjugação de diversas sinergias independentemente de onde vêm. Uma educação inclusiva/transversal tem sempre vantagens em relação a uma educação compartimentada. Inclusiva a todos os níveis.” (Ent.3)</i></p> <p><i>“Sim sem dúvida, porque eu acho que haveria muito mais intercâmbio intergeracional e seria uma forma de esbater um bocado aquilo que há muito na Lousã, e perdoe-me se não estiver de acordo, mas é a minha opinião, entre os senhores doutores e os senhores das famílias “benzocas” da Lousã de à muitos anos e os outros.” (Ent.4)</i></p>
			3.2.1.3. Associativos	<p><i>“Essa filosofia dos centro-cívicos educativos tem uma coisa muito interessante que é voltar a lembrar as pessoas sobre a verdadeira missão da educação. A educação não é feita num conceito hermético em que as pessoas fazem um conjunto passos</i></p>

				<p><i>estandardizados para a obtenção de um certificado, sendo a educação um conceito dinâmico que vai do nascimento até à morte e que não se limita à questão das escolas, nesses centros-cívicos educativos parece-me que a grande importância é envolver toda a comunidade nesta missão de educar, e dessa comunidade fazem parte os professores, os alunos "convencionais" e todos os outros agentes." (ent.5)</i></p> <p><i>"Acho esta ideia muito interessante. Considero que se deve aproveitar todas as potencialidades existentes no concelho. Existem várias coletividades e poderia estabelecer-se parcerias de forma a potencializar os recursos. Por exemplo, o ensino artístico pode ser dado por uma coletividade. "(Ent.6)</i></p>
		3.2.2. Fragilidades	3.2.2.1. Autarcas	<p><i>"...abrimos os espaços da Escola de Casal de Santo António: está aberto para que as pessoas possam usufruir do parque infantil ao fim de semana. Vir a implementar esta oferta em todas as escolas talvez não se justificasse. Há escolas que têm outras ofertas nas suas imediações "</i></p> <p><i>"Os espaços e equipamentos desportivos, cívicos, culturais podem ser usados como espaços formativos. Qual tem sido a nossa dificuldade? Motivar a população para aderir a esses momentos."</i></p>
			3.2.2.2. Escolares	<p><i>"... apenas deveria haver outro tipo de organização pois há varias instituições a trabalhar bem havendo dinâmicas e podiam ser otimizadas." (Ent.2)</i></p> <p><i>"Eu não vejo muita facilidade precisamente por aquilo que eu já referi por várias vezes, ou seja por causa da mentalidade das pessoas e como sabemos isso demora muito tempo se calhar serão precisas mais do que uma geração. Embora até temos alguns recursos físicos e humanos as mentalidades são tacanhas e é difícil mudar."(Ent.4)</i></p>
			3.2.2.3. Associativos	<p><i>"Não estão criadas todas mas acredito que possam ser criadas a curto prazo." (Ent.5)</i></p> <p><i>"As pessoas são pouco participativas. Participam pouco onde podem dar as suas opiniões e quando aparecem normalmente é para criticarem e não para dar soluções." (Ent.6)</i></p>
		3.2.3. Liderança	3.2.3.1. Autarcas	<p><i>"Uma pergunta bastante pertinente, penso muitas vezes nisso, de facto a estratégia de desenvolvimento de um município deve estar entregue ao órgão de poder local e portanto</i></p>

				<i>ai os executivos democraticamente eleitos tem essa obrigação de implementar a estratégia que apresentaram em sufrágio ás pessoas e portanto os agentes que estão no terreno, devem dentro daquilo que são evidentemente as relações democráticas respeitar de certa forma a estratégia pelo menos global e de médio e longo prazo.”</i>
			3.2.3.2. Escolares	<i>“Talvez a autarquia, sim necessitando haver uma coordenação só a autarquia. “(Ent.2) “Fomentar estes espaços só é possível com o envolvimento claro e inequívoco dos responsáveis da autarquia, mas implica, naturalmente o envolvimento de todos os “agentes sociais intermédios” (será assim que se diz?).”(Ent.3) “...eu entendo que este governo municipal mais do que autarquia como é entendida deveria ser entendido numa forma mais abrangente, se não caímos na mesma coisa, isto vem de cima é para os de cima fazerem, eles que façam, mas haver de alguma forma um envolvimento dos indivíduos, entidades, agremiações, instituições, a comunidade no seu todo através de representantes. Seria mais facilmente acolhida se for de um grupo anonimo que se proponha fazer.” (Ent.4)</i>
			3.2.3.3. Associativos	<i>“Há aqui uma partilha de responsabilidades entre a escola formal e a autarquia enquanto gestora dos espaços educativos e a escola enquanto responsável pela delegação do conhecimento. Da sinergia entre escolas e autarquia devia surgir a iniciativa e a sua operacionalização por todos os agentes.” (Ent.5) “... é fácil de implementar estes centros fazendo uma parceria com as escolas e a Câmara Municipal.” (Ent.6)</i>
		3.2.4. Disponibilidade para a criação	3.2.4.1. Autarcas	<i>“Nós não temos essa visão taxativa da estratégia a longo prazo, temos uma visão a longo prazo mas não fechada e de não imposição precisamente porque sabemos que as dinâmicas que estão implementadas já á longos anos, para já tem sido em parceria e tem sido de qualidade o que vem de dentro, do seio da escola e quando montamos a nossa estratégia foi já a pensar no potencial humano e educativo que existia na própria escola, sendo assim não há nada para impor antes pelo contrário queremos estar próximos e</i>

				<i>servir.”</i>
			3.2.4.2. Escolares	<p><i>“Recursos humanos e físicos, ou seja, tudo, como na realidade já disponibilizamos todos os nossos recursos.” (Ent.2)</i></p> <p><i>“Nós poderíamos disponibilizar os nossos recursos humanos, quer os nossos formadores, formandos e os serviços. “(Ent.4)</i></p>
			3.2.4.3. Associativos	<p><i>“A arcil pode disponibilizar a própria arcil, a filosofia da existência da arcil é baseada na aprendizagem ao longo da vida desde o nascimento até à morte, quando dizemos que fazemos reabilitação fora a formação profissional e fora o apoio que damos às escolas, nós investimos numa aprendizagem ao longa da vida e acho que temos algum conhecimento nessa área mas temos sempre o nosso espaço físico e humano disponível para isso. Toda a arcil.”(Ent.5)</i></p> <p><i>“Desde que sejamos solicitados estamos sempre disponíveis para colaborar com todas as entidades. “(Ent.6)</i></p>